

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOANA D'ARC MOREIRA

TORNAR-SE REFUGIADA:

uma análise das experiências interseccionais de subjetivação que atravessam os corpos de
mulheres venezuelanas e haitianas acolhidas no Brasil

Uberlândia

2026

JOANA D'ARC MOREIRA

TORNAR-SE REFUGIADA:

uma análise das experiências interseccionais de subjetivação que atravessam os corpos de mulheres venezuelanas e haitianas acolhidas no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marrielle Maia Alves Ferreira

Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Tchella Fernandes Maso

Uberlândia

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M838t
2026 Moreira, Joana D'arc, 2001-
Tornar-se refugiada [recurso eletrônico] : uma análise das experiências interseccionais de subjetivação que atravessam os corpos de mulheres venezuelanas e haitianas acolhidas no Brasil/ Joana D'arc Moreira. - 2026.

Orientadora: Marrielle Maia Alves Ferreira.

Coorientadora: Tchella Fernandes Maso.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.5504>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Relações internacionais. I. Ferreira, Marrielle Maia Alves, 1975-, (Orient.). II. Maso, Tchella Fernandes, 1986-, (Coorient.). III. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais. IV. Título.

CDU: 327

André Carlos Francisco
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4595 - www.ppgri.ie.ufu.br - secppgri@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Relações Internacional - PPGRi				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 110, PPGRi				
Data:	19 de fevereiro de 2026	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:30
Matrícula do Discente:	12412RIT009				
Nome do Discente:	Joana D'Arc Moreira Nascimento				
Título do Trabalho:	TORNAR-SE REFUGIADA: uma análise das experiências interseccionais de subjetivação que atravessam os corpos de mulheres venezuelanas e haitianas acolhidas no Brasil				
Área de concentração:	Política Internacional				
Linha de pesquisa:	Política Externa e Instituições Internacionais				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Violência de Gênero e Migração: um estudo de caso sobre como a violência de gênero afeta a integração local de mulheres refugiadas e beneficiárias de visto humanitário em Uberlândia-MG E quando torna-se refugiada?: uma análise das experiência de mulheres venezuelanas e haitianas acolhidas no Brasil				

Reuniu-se por meio de tecnologia de webconferência do Instituto de Economia e Relações Internacionais, em sessão pública, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, assim composta: Professores(as) Doutores(as): Lara Martim Rodrigues Selis - UFU; Rossana Rocha Reis- USP e Marrielle Maia Alves Ferreira - PPGRi/UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Marrielle Maia Alves Ferreira - PPGRi/UFU, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora. A Banca examinadora solicitou registro que recomendam a publicação do trabalho.



Documento assinado eletronicamente por **Marrielle Maia Alves Ferreira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 23/02/2026, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lara Martim Rodrigues Selis, Professor(a) do Magistério Superior**, em 24/02/2026, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rossana Rocha Reis, Usuário Externo**, em 26/02/2026, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6939887** e o código CRC **7622375B**.

Às mulheres forçadas a deixarem suas casas e que continuam resistindo.

À Adelia Moreira, que nunca teve os mesmos sonhos que eu, mas garantiu que a resposta fosse sempre sim para eles. Você é a minha inspiração de carinho e força.

À todas as mulheres que encaram a figueira, espero que algum dia todas nós possamos escolher entre possibilidades reais e nunca mais nos mantermos presas encarando os futuros que nos são roubados.

AGRADECIMENTOS

A parte mais triste de ter escolhido fazer artigo e não monografia foi não ter vivido a experiência de agradecer a todos que foram essenciais na minha caminhada. Uso, nesse momento, esse espaço como um grande apanhado dos últimos anos, de todas as pessoas que fizeram eu chegar aqui. Deixo claro o meu agradecimento especial a cada uma das mulheres que me fizeram quem sou, que me ensinaram amor, compaixão, raiva e paciência, especialmente aquelas que participaram deste trabalho. Serei eternamente grata.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFU, ao Instituto de Economia e Relações Internacionais, a minha *alma mater* e aos meus professores, por me possibilitarem ocupar espaços ricos em conhecimento e por oportunizar meu crescimento pessoal e acadêmico. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa concedida durante a graduação e durante o mestrado. O fomento à minha pesquisa foi decisivo para que eu pudesse me manter na Universidade e, conseqüentemente, foi fundamental para garantir a realização do trabalho.

Dito isso, começo agradecendo a minha mãe, Adelia, a mulher que fez todos os sacrifícios para que os meus sonhos pudessem existir e prosperar. Sem você nada disso existiria e todos os dias eu me inspiro em quem você é e me lembro que tudo isso é por você. Como eu já disse um dia, tudo o que eu produzir vai ter o seu nome e tudo o que eu fizer é uma vitória compartilhada. Te amo!

Também faz-se fundamental agradecer a Marrielle (mãerrielle para os íntimos). Agradeço por todo o carinho, atenção e longas horas de conversa. Esses momentos e nosso trabalho moldaram quem sou como profissional, mas também me ensinaram muito sobre quem sou como pessoa. Mãerrielle me ajudou a aprender a viver mais suavemente, com mais calma e com mais equilíbrio e existe um pouco dela em tudo o que faço. Não importa aonde eu chegue ou os caminhos que eu trilhe, estaremos para sempre juntas e eu serei pra sempre grata.

Agradeço à Tchella por ter me feito uma pesquisadora mais sensível e mais experiente. Todas as horas em reunião e o cuidado e atenção foram essenciais para este trabalho e para todos os que virão. Foi uma experiência incrível poder compartilhar os desesperos e os objetivos que eu ainda não conseguia articular e saber que do outro lado existia uma mulher sensível a minha caminhada e aos sonhos que existiam dentro de mim.

Agradeço à Ana Beatriz e à Mirlene, pessoas que foram fundamentais para que esse trabalho fosse desenvolvido com qualidade e dentro do prazo. Não tenho palavras para dizer o

quanto o suporte durante e depois das entrevistas foi fundamental para esse trabalho e o quão grata eu sou por se esforçarem para que esse projeto fosse concluído. Agradeço também às professoras Lara e Rossana, por fazerem parte da trajetória e ajudarem a melhorar o meu texto e as pesquisas que ainda pretendo desenvolver.

À Luara, que se tornou mais que minha companheira de curso e me ensinou que almas gêmeas vão muito além do que o amor romântico jamais poderia ser. Esses anos de risadas, choros, brigas e descobertas me mostraram o quanto a vida é incrível quando estamos acompanhados por pessoas que nos veem e nos amam por causa disso, não apesar. Luara foi um grande achado e o começo foi de muita dor (às vezes ainda é), mas eu percebi que precisamos de alguém que às vezes nos ajude a lembrar da nossa própria humanidade. Todos os dias ela me mostra o quanto eu sou sortuda por não precisar traduzir a minha alma.

E tudo isso pra dizer que eu nunca teria sobrevivido a tudo isso sem ela, sem as longas conversas sobre as minhas angústias, ansiedades e medos. Medos sobre o passado, o presente e o futuro que ainda é incerto. Luara foi um dos grandes alicerces dos últimos anos e não consigo me lembrar de como era a vida sem ela. Ela me ensinou equilíbrio e amor, e existe um pouco dela em mim e em todas as coisas que eu faço. Existe Luara inclusive nesse texto e eu não tenho palavras para dizer o quanto eu sou grata, espero que o constante reconhecimento de sua importância seja o suficiente para demonstrar o meu amor.

Agradeço também a todos os meus amigos que estiveram comigo, especialmente nos últimos dois anos, cada um de vocês ajudou e fez com que esse caminho fosse menos solitário e mais feliz. Uma das maiores felicidades da minha vida é poder escolher a minha família, vocês me ensinaram muito sobre amor, confiança e força.

Agradeço ao Vinícius, que esteve comigo em muitas madrugadas e incontáveis dias, você foi um dos grandes alicerces do último ano e eu serei eternamente grata pela amizade que se fortaleceu enquanto esse texto era escrito. Muito obrigada por se fazer presente nos momentos difíceis e por me amar e me aceitar, espero viver todos os próximos desafios das nossas vidas com a mesma cumplicidade. Agradeço também ao Matheus, pela amizade, pelas infinitas horas de conversa e, principalmente, pelas vezes em que você me ajudou quando a ansiedade era maior que eu. Se eu fosse dedicar partes desse texto, você teria um capítulo exclusivo e eu não tenho palavras para dizer o quanto isso fez diferença.

Agradeço à Clara e à Izabella por terem compartilhado ansiedades e felicidades da vida e do mestrado. Vocês foram fundamentais para avançar dentro dessa fase e eu espero que a gente continue vivendo todas as fases da vida e crescendo em conjunto. Agradeço a Izabella pela amizade, pela presença e pela honra de carregar suas artes na pele. Durante os últimos

anos a oportunidade de me expressar por meio da sua arte foi fundamental nos momentos que não sabia como lidar com alguns dos meus sentimentos.

À Ana Beatriz e à Giovanna, que se tornaram amigas durante anos muito complexos e que foram fundamentais em muitos momentos, principalmente naqueles que eu precisava de graça e paciência. Agradeço pela oportunidade que me deram de ocupar espaços de empatia e de guia, assim como outras pessoas fizeram por mim, espero que as nossas conversas tenham ajudado com as ansiedades e com os medos do futuro, vocês foram essenciais para eu saber que no final do dia as coisas realmente vão ficar bem se os esforços existirem. Vocês vão sempre estar no meu coração como minhas primeiras crianças acadêmicas.

Agradeço ao Leonardo, à Leandra e à Maia pela amizade, pelas conversas e por estarem presentes nos momentos que eu mais precisava de companhia e apoio, obrigada por me permitirem fazer o mesmo. Agradeço também à Laura e ao Renan, que apesar do pouco tempo de amizade, me fazem sentir como se compartilhássemos a alma há muitos anos.

E mesmo que seu nome não esteja explicitamente aqui, muito obrigada por ter me ajudado a continuar e por fazer parte da minha caminhada.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estudar as mudanças de subjetividade vivenciadas por mulheres venezuelanas e haitianas em deslocamento forçado e acolhidas na cidade de Uberlândia - Minas Gerais. O período de análise inclui o aprofundamento das crises políticas e econômicas na Venezuela e no Haiti e o aumento de mulheres e meninas recebidas no Brasil a partir de 2010. Especificamente, objetiva-se discutir as experiências de mulheres em migração forçada durante o aprofundamento da crise que geraram o deslocamento e no processo de integração local, por meio de uma análise que identifica a interseccionalidade entre o gênero, a raça, a classe e o *status* migratório e como essas vivências atravessam seus corpos. O método utilizado foi de inspiração etnográfica, tendo como metodologia de levantamento de dados uma pesquisa de campo com entrevistas realizadas no ano de 2024, com mulheres venezuelanas e haitianas residentes na cidade, combinada com uma revisão bibliográfica, concentrada em referências críticas, interseccionais, feministas e de direitos humanos. Entre os resultados apresentados destaca-se que a identidade de gênero influencia todos os estágios do deslocamento forçado e que ela altera a experiência migratória das mulheres entrevistadas. Além disso, a migração forçada causa a perda de estruturas sociais e de outros elementos importantes para a subjetividade dessas mulheres, ao mesmo tempo em que institui espaços de limite e ausência que (re)produzem formas de violência simbólica.

Palavras-chave: Mulheres venezuelanas e haitianas; migração forçada; subjetividade; direitos humanos; violência.

ABSTRACT

This study aims to examine the changes in subjectivity experienced by Venezuelan and Haitian women who are forcibly displaced and sheltered in the city of Uberlândia, Minas Gerais. The period of analysis includes the deepening of the political and economic crises in Venezuela and Haiti, and the increase in the number of women and girls received in Brazil from 2010 onwards. Specifically, the aim is to discuss the experiences of women in forced migration during the deepening crisis that generated the displacement and in the process of local integration, through an analysis that identifies the intersectionality between gender, race, class and migratory status and how these experiences traverse their bodies. The method used was ethnographically inspired, with data collection consisting of field research through interviews conducted in 2024 with Venezuelan and Haitian women residing in the city, combined with a literature review, focused on critical, intersectional, feminist, and human rights references. Among the results presented, it is noteworthy that gender identity influences all stages of forced displacement and that it alters the migratory experience of the women interviewed. Furthermore, forced migration causes the loss of social structures and other elements important to the subjectivity of these women, while simultaneously establishing spaces of limitation and absence that (re)produce forms of symbolic violence.

Keywords: Venezuelan and Haitian women; forced migration; subjectivity; human rights; violence.

RESUMEN

Este estudio busca examinar los cambios en la subjetividad que experimentan las mujeres venezolanas y haitianas desplazadas forzosamente y refugiadas en la ciudad de Uberlândia, Minas Gerais. El período de análisis abarca la profundización de las crisis políticas y económicas en Venezuela y Haití, y el aumento del número de mujeres y niñas acogidas en Brasil a partir de 2010. En concreto, se busca discutir las experiencias de las mujeres en migración forzada durante la profundización de la crisis que generó el desplazamiento y en el proceso de integración local, a través de un análisis que identifique la interseccionalidad entre género, raza, clase y estatus migratorio y cómo estas experiencias atraviesan sus cuerpos. El método empleado fue de inspiración etnográfica, y la recopilación de datos consistió en una investigación de campo mediante entrevistas realizadas en 2024 a mujeres venezolanas y haitianas residentes en la ciudad, combinada con una revisión bibliográfica, centrada en referencias críticas, interseccionales, feministas y de derechos humanos. Entre los resultados presentados, cabe destacar que la identidad de género influye en todas las etapas del desplazamiento forzado y altera la experiencia migratoria de las mujeres entrevistadas. Además, la migración forzada provoca la pérdida de estructuras sociales y otros elementos importantes para la subjetividad de estas mujeres, a la vez que establece espacios de limitación y ausencia que (re)producen formas de violencia simbólica.

Palabras-clave: Mujeres venezolanas y haitianas; migración forzada; subjetividad; derechos humanos; violencia.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Gráfico do Índice de Liberdades Civis das Mulheres, 1789 a 2024 - Venezuela.....	69
FIGURA 2: Gráfico do Índice de Liberdades Civis das Mulheres, 1789 a 2024 - Haiti.....	73
FIGURA 3: Gráfico do Índice de Liberdades Civis das Mulheres, 1789 a 2024 - Brasil.....	81
FIGURA 4: Mapa da Localização da Cidade de Uberlândia - MG.....	82

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Instrumento de Pesquisa.....	38
QUADRO 2: Dados sociodemográficos das mulheres entrevistadas.....	91

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

ALC - América Latina e Caribe

APP - Áreas de Preservação Permanente

CEP - Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos

CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos

CONARE - Comitê Nacional para Refugiados

CSVM-UFU - Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Universidade Federal de Uberlândia

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti

ONU - Organização das Nações Unidas

OSC - Organização da Sociedade Civil

RI - Relações Internacionais

TAARE - Trabalho de Apoio a Migrantes Internacionais

TFD - Teoria Fundamentada em Dados

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. TECENDO SABERES NA FRONTEIRA: METODOLOGIAS, EPISTEMOLOGIAS E MEMÓRIAS DO CAMPO.....	23
1.1. Vozes Anteriores, Novas Questões: Como as Vivências de Campo Moldaram esta Pesquisa.....	24
1.2. Vozes em Diálogo: Entrevistas Feministas e Etnográficas como Espaços de Afirmação.....	31
1.2.1. Instrumento de Pesquisa.....	36
1.2.2. Memórias do Campo: Aprendizados e Desafios na Pesquisa com Mulheres Migrantes.....	41
1.3. Delimitações Metodológicas e Epistemológicas: Encontros entre Teoria, Campo e Prática na Pesquisa com Mulheres Migrantes.....	46
2. QUANDO A HISTÓRIA ATRAVESSA CORPOS: TERRITÓRIOS QUE PRODUZEM SUJEITOS E MOVIMENTOS.....	54
2.1. Legados, Rupturas e Continuidades na América Latina e Caribe: Entre Tensões Políticas e Projetos de Futuro.....	55
2.1.1. Estruturas que Moldam Mobilidades: Da Colonialidade às Crises Contemporâneas.....	59
2.2. Venezuela em Perspectiva: Crises Estatais, Tensões Sociais e Vivências Femininas..	64
2.3. Haiti: Entre a Grandeza Revolucionária e os Desafios da Modernidade.....	70
2.4. Quando o Acolhimento Reflete a Estrutura: Heranças Coloniais, Desigualdades Sociais e os Caminhos de Quem Chega.....	74
2.4.1. Uberlândia: Entre o Discurso do Acolhimento e a Prática da Desigualdade.....	81
3. CORPOS QUE FALAM, MEMÓRIAS QUE TRADUZEM: EXPERIÊNCIAS QUE ATRAVESSAM A MIGRAÇÃO.....	89
3.1. Relatos de si: memória como reflexo de produção do sujeito.....	91
3.2. O que é ser mulher?: dimensões subjetivas do gênero.....	101
3.3. Determinantes Sociais da Migração Forçada: crises, desigualdades e a produção do	

deslocamento entre fronteiras.....	109
3.4. O Cotidiano da Integração Local: o que as mulheres dizem ao cruzar fronteiras.....	115
4. QUANDO A MIGRAÇÃO FORÇADA INTERPELA O CORPO.....	128
4.1. Ser nomeada, ser transformada: o refúgio como experiência corporal.....	128
4.2. A migração sentida: a dimensão afetiva da experiência migratória.....	138
4.2.1. O medo como expressão do sofrimento social.....	140
4.2.2. A saudade como afeto do deslocamento forçado.....	150
CONCLUSÃO.....	156
REFERÊNCIAS.....	156
ANEXO I - TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS.....	172

INTRODUÇÃO

[...] porque o Brasil abriu os olhos, conheceu uma nova cultura, conhecer novas pessoas te faz pensar sobre si e faz pensar sobre sua cultura e sua terra também. Não é tipo rejeitar quem você é, mas sim entender quem é quem você é. Acho que ver a cultura como eu vivo com os brasileiros faz entender quem eu sou e faz entender quem são os haitianos (Beatrice, informação verbal).

O título desta dissertação expõe o elemento central que pretendo evidenciar por meio desta pesquisa: este texto tem como objetivo discutir as experiências de mulheres em deslocamento forçado e a forma como elas são atravessadas pelo fenômeno de subjetivação dentro do contexto de integração local na cidade de Uberlândia - Minas Gerais. Em outras palavras, assim como o trabalho de Simone de Beauvoir (1980), buscava discutir o processo daquilo que ela defende essencial para entender a experiência de gênero de mulheres, e de Neusa Souza (1990), que aborda as experiências pessoais que atravessam a subjetividade e identidade dos sujeitos negros no Brasil, este texto aborda os processos que atravessam a subjetividade de mulheres migrantes¹.

Esta dissertação visa contribuir para a ampliação dos estudos migratórios e feministas dentro das Relações Internacionais a partir de uma discussão crítica voltada a pensar a experiência de mulheres venezuelanas e haitianas inseridas dentro da migração forçada e recebidas no Brasil, a partir das representações que foram impostas e vividas; e as violências que marcam o processo de deslocamento. Nesse sentido, esta dissertação pretende refletir sobre as experiências que atravessam as mulheres em situação de deslocamento forçado, considerando a identidade de gênero enquanto elemento central e catalisador das violências que marcam esse processo. O texto também evidencia as interseccionalidades de idade, raça, classe social e, principalmente, status migratório como estruturas que definem as mudanças de subjetividade que surgem com o deslocamento forçado.

A epígrafe que abre este trabalho é um relato alcançado por meio da pesquisa de campo desenvolvida, que discute as experiências de 8 mulheres em situação de deslocamento forçado e residentes em Uberlândia - MG. Ao ser questionada sobre considerar a migração como a melhor opção para a sua família, enquanto mulher haitiana que está no Brasil a mais de uma década, Beatrice reconhece que a mobilidade trouxe aspectos positivos e de acesso, mas evidencia a forma como uma nova cultura causa o encontro com o outro e, conseqüentemente, é essencial para entender melhor os elementos próprios daquilo que é ser haitiano.

¹ Acho interessante mencionar também o artigo “Tornar-se refugiado: uma abordagem de trajetória de vida para a migração sob coação” de Anja Weiß, publicado em 2018. Apesar do artigo não ter influenciado a escolha do título, reconheço as similaridades na temática, apesar das diferenças no recorte.

No entanto, este trabalho demonstra que o processo de deslocamento forçado causa, também, mudanças de subjetividade geradas por violências simbólicas vivenciadas a partir da existência na fronteira. A subjetividade é um conceito complexo, multifacetado e constantemente mutável (McLaren, 2002), também é amplamente marcado pelas mudanças sociais e pelas afetações do corpo. Argumenta-se, que o aumento de crises e conflitos que geraram um crescimento exponencial de mulheres e meninas deslocadas exige a necessidade de analisar a forma como elas se tornam refugiadas e migrantes e as transformações causadas na forma como elas passam a compreender o mundo e ser significadas a partir dele. Dessa forma, considero que o gênero atravessa a construção da subjetividade e tem grandes laços com a forma como os seres humanos pensam, sentem e atuam socialmente, de mesmo modo, defendendo a necessidade de entender o fenômeno da migração forçada como responsável por causar mudanças na forma como esses sujeitos passam a significar o mundo.

Considerando as especificidades da migração forçada de mulheres, a questão-problema desta dissertação aborda *as transformações na subjetividade de mulheres em deslocamento forçado acolhidas em Uberlândia - MG, corporificadas por meio das violências vivenciadas dentro do processo de migração forçada e integração local, quando atravessados por categorias sociais como identidade de gênero, classe social, raça e status migratório*. Essas violências se reproduzem numa escala social e podem ser vislumbradas nas experiências concretas das mulheres entrevistadas.

Assim, pretendo identificar quais são as transformações que marcam a experiência dessas mulheres. Portanto, elaborei a seguinte pergunta de pesquisa: *como a subjetividade de mulheres é afetada pelas mudanças surgidas na mobilidade? Existem violências que marcam esse processo, quais são elas? Como elas são experienciadas e encarnadas?* Em outras palavras, pretendo discutir as especificidades da experiência migratória por meio das particularidades que atravessam o deslocamento forçado de mulheres venezuelanas e haitianas.

Acredito que existe uma lacuna nas pesquisas migratórias em identificar as particularidades da experiência de gênero nos deslocamentos forçados, especialmente quando marcadas pela interseccionalidade, que constitui as violações de direitos. Por isso, defino como meu objetivo geral *compreender os processos de transformação da subjetividade de mulheres em situação de deslocamento forçado acolhidas na cidade de Uberlândia - MG*.

O objetivo geral se desdobra em quatro objetivos específicos: *a) apresentar as tensões que marcam a produção de conhecimento feminista e como isso se operacionaliza em pesquisas de campo dentro das Relações Internacionais; b) situar o contexto de fala das*

mulheres entrevistadas, por meio de uma breve discussão sobre o contexto do Brasil e as normativas ligadas a migração, e as crises que afetaram a Venezuela e o Haiti e causaram o deslocamento forçado; c) analisar os significados que as mulheres entrevistadas associam a identidade de gênero, a migração forçada e o início da integração local no Brasil; d) analisar e apresentar os significados associados a migração enquanto fenômeno corporificado e os afetos vivenciados a partir dela.

As inquietações que motivaram esta pesquisa nasceram do trabalho com a Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Universidade Federal de Uberlândia e o contato direto com as populações de migrantes forçados acolhidos na cidade. Em um primeiro momento, esse envolvimento gerou perguntas sobre o acesso a direitos básicos e, como resultado, a pesquisa de campo que desenvolvi gerou o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “O acolhimento local de mulheres refugiadas e imigrantes internacionais beneficiárias de visto de acolhimento humanitário na cidade de Uberlândia - MG: um estudo de caso sobre o acesso a serviços públicos”.

Esse contato situado com mulheres venezuelanas e haitianas revelou algumas das violências simbólicas vivenciadas cotidianamente e me levaram a formular o problema e os objetivos que delimitam este trabalho. A construção desta pesquisa de campo envolveu não apenas a subjetividade das entrevistadas, mas a minha própria experiência, assim como discutido por Gil (2014), haja vista que foi marcada por uma construção conjunta de significados, que relaciona a minha experiência e a das mulheres que foram entrevistadas.

Nessa acepção, ao relacionar a revisão bibliográfica e conceitual da dissertação aos relatos alcançados em campo, identifiquei relações complexas que se desenvolvem durante os estágios da migração forçada e que afetam as mulheres em nível individual e coletivo. Diante disso, o fenômeno das migrações internacionais são considerados interseccionais, já que incluem elementos de diferentes campos, como Geografia, Antropologia e Economia, como apontado por Johnson (2017). Segundo o autor, essas diferentes áreas influenciaram, em algum nível, os estudos do tema nas Relações Internacionais (RI). Destaca-se o papel de Weiner (1985), considerado como um dos primeiros autores a discutir as teorias de migração internacional dentro das RI, o autor tinha uma visão majoritariamente voltada para os Estados, suas relações e as regras criadas por eles para entender e lidar com a questão.

Diferentemente, autores como Heisler (1992), criticam esse posicionamento, bem como o de outras teorias do campo, e salientam a necessidade de analisar a forma como instituições sociais, formais e informais, influenciam as migrações internacionais, tornando o debate menos estadocêntrico. A partir disso, Jubilit e Apolinário (2010) argumentam que a

mobilidade deve ser analisada como uma relação entre direitos humanos e o sistema de proteção de migrantes, destacando diferentes pontos necessários de serem englobados dentro desse sistema, como o direito internacional do refugiado, direito internacional humanitário e direito internacional econômico. Isto posto, considerando as especificidades do deslocamento forçado, fenômeno marcado por violações graves de direitos humanos (Moreira, 2023), Betts (2009), defende a necessidade de se discutir as especificidades desse tipo de processo, especialmente porque entende que as RI têm grande potencial para analisar as políticas de migração criadas pelos Estados para lidar com a migração forçada.

Diante disso, ao pensar a relação existente entre o recorte de gênero e as migrações, Lisboa (2006) afirma que o número de mulheres que se deslocam forçadamente aumentou nos últimos anos, principalmente quando buscam acabar com formas de opressão e exploração, geralmente associadas a conflitos internos que pioram as organizações patriarcais existentes. Associado a isso, autores como Marinucci (2007), Queiroz (2015) e Assis (2007), também discutem a invisibilização de mulheres nesse processo. Assim como Lerin (2019) e Lisboa (2006), esses autores reafirmam que os estudos que abordaram fluxos migratórios estavam sempre focados na experiência de homens, mesmo com números próximos dentro dos dois grupos, com discussões que tratam as mulheres como sombras que acompanham seus maridos.

O aumento de mulheres em deslocamento forçado acolhidas no Brasil criou um novo perfil migratório no contexto brasileiro, que é marcado pelo aumento de mulheres e meninas recebidas no território e, conseqüentemente, por uma reconfiguração das dinâmicas migratórias, chamado de feminização das migrações (Marinucci, 2007). Essa mudança revelou um vácuo de estudos migratórios das experiências de mulheres migrantes, uma vez que a priorização das experiências masculinas necessariamente ignoram a demanda de maior proteção associadas à existência de desigualdades de gênero, responsáveis por facilitar a violência e a exploração durante o processo migratório (Moreira, 2023).

Isto posto, Scott (2011) defende que a relação entre processos migratórios, desigualdade e violência de gênero têm sido marginalizada. Schwinn e Costa (2016), reconhecem que as mulheres e meninas refugiadas não lidam apenas com violência sexual, mas também com violências psicológicas, culturais e sociais que, por muitas vezes são agravadas pela raça, etnia e classe. Associado a isso, Vacotti (2016), argumenta que as migrações forçadas aumentam os níveis de vulnerabilidades existentes.

Cardin e Silva (2017) identificam que, na prática, os processos de integração de mulheres e meninas não é efetivo no Brasil, uma vez que existe um vácuo na proteção de

direitos específicos, a exemplo da falta de políticas públicas que garantam os direitos fundamentais dos refugiados e, especialmente, de políticas que equalizem as condições e o acesso de direitos humanos de homens e mulheres. Nesse sentido, para entender a experiência específica de mulheres que são forçadas a migrar é importante entender a forma como o gênero estrutura relações e atravessa os corpos.

Pesquisas feministas passaram a questionar os conceitos de sexo e gênero, de modo a analisar a multiplicidade de alternativas associadas à experiência do sujeito dentro de contextos sociais diversificados, especialmente no que tange pensar a experiência de corpos sexuados. A partir disso, a visão defendida por Butler (1986), e que é fortemente apoiada dentro deste trabalho, critica o conceito inicial daquilo que se entende como “gênero” e amplia essa ideia para elementos totalmente separados de aspectos naturais. Em outras palavras, existe um caráter de construção para os dois conceitos, que obriga o sujeito a reconhecer essa construção da qual ele já faz parte. Além disso, Butler (1990) reafirma que o entendimento de gênero não pode ser derivado do sexo, ao mesmo tempo que não se pode aceitar que o sexo limita o gênero. Em outras palavras, assim como o conceito de gênero não é natural, mas um significado cultural, sexo biológico é também, em última instância, um sentido social.

Se o gênero é construído, não acompanha o sexo em um só sentido. Levado em seu limite lógico, o sexo/gênero sugere uma distinção radical entre corpos sexuados e gêneros construídos socialmente. Mesmo se estimarmos que os sexos são dois, binários, portanto, biologicamente, não há nenhuma razão para supor que os gêneros assim o sejam igualmente. Levado a seu limite lógico, as distinções sexo/gênero sugerem uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos (Butler, 1990, p. 6).

O gênero pode ser compreendido como uma instituição que estabelece padrões que devem ser seguidos pelos indivíduos e, conseqüentemente, organiza a forma como as relações são estabelecidas (Lorber, 1994). Isto é, o gênero é uma instituição:

que estabelece padrões de expectativas para os indivíduos, ordena os processos sociais da vida cotidiana e está intrinsecamente ligado às principais organizações sociais da sociedade, como a economia, a ideologia, a família e a política, e é também uma entidade em si mesma (Lorber, 1994, p. 1).

Esta dissertação considera o gênero como um catalisador das violências vivenciadas por mulheres em migração forçada. Violência, enquanto categoria analítica desta pesquisa, está posicionada a partir da associação das definições propostas por Galtung (1969), Bourdieu (1989, 1991) e Goffman (1963). Segundo Galtung (1969), violência está presente quando os seres humanos são influenciados de modo que suas realizações somáticas e mentais reais fiquem aquém de suas realizações potenciais. Para o autor, a violência é definida como a causa da diferença entre o potencial e o real, entre o que poderia ter sido e o que é. Em outras

palavras, este conceito é materializado neste trabalho enquanto elemento que explica que a violência existe nos contextos de deslocamento forçado de mulheres porque a elas foi negado acesso a direitos humanos plenos e a um projeto de vida digna, haja vista o contexto de crise de seus países. Nesse contexto, serem forçadas a deixar suas casas, suas famílias e suas realidades demonstra a diferença entre o que poderia ser alcançado por esses sujeitos e a realidade imposta pela mobilidade.

Ao reconhecer a violência como um elemento que vai além de elementos físicos e de tortura, eu pretendo alcançar as experiências que são violentas, mas que vão além das violências físicas e sexuais que atravessam muitos casos do deslocamento forçado. Nessa acepção, o conceito de violência simbólica surge como ferramenta de aprofundar este estudo. Bourdieu (1989), define a violência simbólica como uma representação do poder simbólico que é um "poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que preferem ignorar que estão sujeitos a ele ou mesmo que o estão exercendo" (Bourdieu, 1989, p. 7).

A partir disso, Bourdieu (1991) amplia essa descrição de modo a definir que a violência simbólica se materializa de formas silenciosas e que naturalizam as relações de poder por meio da imposição de significados. Ao associar essa definição a de Goffman (1963), eu acredito ser capaz de evidenciar a forma como essas violências atravessam a experiência de mulheres em deslocamento forçado a partir do reconhecimento que esse processo está profundamente relacionado à criação e perpetuação de estigmas sociais. Goffman (1963) argumenta que esses estigmas forçam os sujeitos a marginalização, haja vista que serve como mecanismo que caracteriza os sujeitos e torna difícil que esses corpos sejam separados das categorias e rótulos sociais que lhe foram impostos.

Assim, o argumento defendido nesta dissertação é que as mulheres em deslocamento forçado vivenciam formas de violência que limitam suas capacidades e alcançam o nível simbólico, primeiramente pelas violações de direitos humanos sofridas antes da migração e, posteriormente, por meio de vivências cotidianas que marcam o processo de integração local. Essa violência é encarnada a partir da imposição de significados, práticas culturais e valores que passam a ser reproduzidos pelas mulheres subalternizadas, um processo que se assemelha a naturalização dos papéis de gênero, mas que nesse caso envolve as especificidades da exclusão a partir da associação do gênero ao status migratório.

Nesta pesquisa, as mulheres sofrem uma forma invisível de dominação que é particular a mulheres que não são nacionais do Brasil e que foram acolhidas dentro de um contexto de deslocamento forçado. Isso foi identificado e discutido nos capítulos em que me

debruço sobre os resultados alcançados nas pesquisas de campo, mas destaco a forma como ser nomeada “mulher migrante” insere essas mulheres em uma nova realidade na qual elas são definidas a partir da ausência, lhes falta a língua, a cultura, as práticas sociais e discursivas e, por conseguinte, elas não vivenciam o pertencimento que existia nos países de origem.

Além disso, defendo que esse processo foi encarnado a partir de contextos sociais que (re)produziram situações de sofrimento e medo. O conceito de encarnação foi traduzido por Mari Luz Esteban (2004) e pode ser entendido a partir da antropologia encarnada que reivindica duas dimensões de análise: primeiro, um nível autoetnográfico, ou seja, que considera a importância de partir da própria perspectiva para compreender os outros e vice-versa, especialmente quando experiências semelhantes foram compartilhadas; e, segundo, a análise a partir do conceito de corporeidade², de encarnação conflituosa, interativa e resistente de ideais sociais e culturais, um conceito que integra muito bem a tensão entre o corpo individual, social e político.

Nesse sentido, esta pesquisa se posiciona dentro de um espaço que busca produzir conhecimento situado e me posiciono como articuladora da pesquisa de campo para compreender e analisar as experiências das mulheres entrevistadas, isto é, os significados produzidos em conjunto são uma fonte legítima de dados. Além disso, assim como Esteban (2004), este texto considera a tensão entre o corpo individual, social e político e considera o corpo um espaço cultural, marcado pela relação entre o sujeito e o contexto no qual ele está inserido. Em outras palavras, este conceito é mobilizado nessa dissertação enquanto uma ferramenta que significa que os afetos, as violências, os padrões e práticas sociais, são vividos corporalmente e não de forma externa ao sujeito. Esses elementos são, então, vivenciados por meio de emoções, limites e dores.

Diante disso, os capítulos desta dissertação foram escritos para construir um panorama da experiência de migração forçada de mulheres e funciona enquanto uma narrativa que se complementa. O primeiro capítulo discute as escolhas epistemológicas que guiaram este trabalho e também detalha as escolhas metodológicas que construíram a pesquisa de campo e que atravessam os resultados alcançados. O segundo capítulo foi pensado e escrito enquanto uma ferramenta para oferecer às leitoras informações que situam as experiências discutidas nos capítulos seguintes. Os elementos comuns nas experiências dos países da América Latina e Caribe são importantes para entender a experiência dos sujeitos e, especificamente, das mulheres que nasceram na região. A partir disso, as discussões sobre as especificidades da crise venezuelana e da crise haitiana são importantes para situar as experiências das mulheres

² Ou *embodiment*.

entrevistadas, haja vista que esses contextos são os responsáveis pela mobilidade vivenciada e são importantes para compreender o lugar de onde elas falam.

Associado a isso, os dados apresentados sobre a conjuntura brasileira são essenciais para entender alguns dos nuances que marcam a integração local dos corpos acolhidos no território. Esse exercício se concretiza a partir de uma síntese do estado da arte das normativas nacionais que tratam sobre migração internacional e deslocamento forçado, especialmente a partir das diferenças que atravessam a experiência migratória de mulheres haitianas e venezuelanas que são acolhidas no país. Nesse quadro, a discussão sobre as especificidades do contexto de Uberlândia - Minas Gerais servem para situar as experiências de acolhimento. Os relatos demonstram níveis de exclusão e opressão que reafirmam os elementos de desigualdade que foram encontrados e que marcam o histórico da cidade. Assim, esse capítulo serve para compreender o panorama geral que situa os relatos e revela de onde as mulheres entrevistadas falam.

O terceiro e quarto capítulo devem ser lidos enquanto complementares. Os dois capítulos constroem um panorama narrativo por meio de discussão teórica-analítica dos relatos alcançados a partir de teorias que discutem gênero, subjetividade, migração e afetos. Diante disso, o terceiro capítulo apresenta as mulheres entrevistadas, relacionando suas memórias a forma como elas corporificam suas subjetividades; apresenta o que elas consideram “ser mulher”, as motivações que as levaram a migrar e as experiências iniciais de integração no Brasil. Por outro lado, o quarto capítulo revela as experiências vivenciadas a partir de serem nomeadas “mulheres migrantes” e como essas dinâmicas são vivenciadas em camadas afetivas.

Sendo assim, esses capítulos compilam as experiências das mulheres entrevistadas e, em conjunto, constroem os resultados principais alcançados. Esses resultados surgem de um esforço pessoal, que enlaça a empiria e a teoria, por meio de um esforço que relaciona os significados oferecidos pelas mulheres entrevistadas com a minha experiência enquanto pesquisadora. Em outras palavras, os resultados são constituídos em conjunto e revelam a especificidade da experiência de campo e a leitura de mundo produzida pela revisão bibliográfica selecionada. Assim, ao debater a forma como as violências simbólicas e raciais foram vivenciadas, estes capítulos apresentam a experiência encarnada de mulheres migrantes e revela as especificidades desse processo, inclusive no que tange os principais afetos identificados nas entrevistas. Além disso, esses capítulos também permitem a construção de inferências sobre as políticas públicas que são necessárias para garantir mais acesso a direitos e proteção desses corpos.

1. TECENDO SABERES NA FRONTEIRA: METODOLOGIAS, EPISTEMOLOGIAS E MEMÓRIAS DO CAMPO

“O gênero é tão difundido em nossa sociedade [ocidental] que presumimos que ele está inato em nossos genes” (Lorber, 1994, tradução própria).

Esta pesquisa considera que o gênero é uma categoria que afeta a experiência de todos os seres humanos, especialmente pela existência de estruturas sociais como o patriarcado. No entanto, assim como discutido por Judith Lorber no trecho de abertura deste capítulo, geralmente agimos como se o gênero fosse um elemento natural e inegável, e não uma categoria que está diretamente relacionada a lógica de dominação que surgiu a partir do colonialismo e que, conseqüentemente, limita o corpo dos indivíduos que foram classificados como mulheres.

Diante disso, este trabalho é um resultado de escolhas metodológicas e recortes epistemológicos influenciados pelas minhas vivências e interesses pessoais no que tange às desigualdades de gênero vivenciadas por mulheres. O desejo de entender o contexto social que marca a experiência de mulheres e, principalmente, mulheres subalternizadas, geraram uma busca profunda para descentralizar os saberes. Nesse sentido, destaco a importância de questionamentos sobre a alteridade e a experiência de gênero, e a forma como isso poderia existir dentro da produção de conhecimento das Relações Internacionais.

A trajetória desta dissertação envolveu a exploração de diversos caminhos que relacionavam direitos humanos e gênero, numa busca pelo que melhor representaria as inquietações que me marcaram, ao mesmo tempo que oferecesse impacto social e avanços na luta de igualdade. Assim, esse capítulo tem como objetivo narrar as experiências que atravessaram o processo de escrita deste trabalho, especialmente a partir de uma discussão dos recortes e escolhas que guiaram a pesquisa, bem como das experiências com trabalho com direitos humanos. Destaca-se também a escolha de utilizar uma linguagem em primeira pessoa em diversos momentos do texto, um movimento que materializa a importância do exercício de narrar esses detalhes de maneira pessoal, uma vez que o desenvolvimento deste trabalho está profundamente marcado pelas vivências que tive no trabalho de campo, como proposto pelas pesquisas situadas de Donna Haraway (1988), que defende a importância de localizar a pesquisadora, e também pela autoetnografia de Mari Luz Esteban (2004).

Na primeira seção do capítulo eu retomo as experiências anteriores com mulheres migrantes e, principalmente, com a pesquisa de campo anterior, que permitiu um maior contato com o grupo de atenção e o contato inicial com o recorte pretendido na dissertação.

Na segunda seção, discuto os elementos práticos da condução das entrevistas, técnica de coleta de dados escolhida, além de discutir o instrumento de pesquisa utilizado e os relatos dos encontros que permitiram a construção dos dados, destacando as dificuldades e acertos enfrentados durante a vivência da pesquisa de campo. Na terceira seção, demarco alguns dos pressupostos epistemológicos da pesquisa, dos quais envolvem o entendimento do que é gênero, sem a pretensão de esgotar a discussão.

1.1. Vozes Anteriores, Novas Questões: Como as Vivências de Campo Moldaram esta Pesquisa

Durante a graduação em Relações Internacionais eu tentei conhecer as possibilidades disponíveis para pesquisas e projetos de extensão no contexto da UFU. De todas as possibilidades eu percebi que o meu grande interesse era pesquisas sobre as experiências de mulheres, especialmente os casos que envolviam direitos humanos. Essa caminhada foi iniciada a partir da exploração de direitos sexuais e reprodutivos de mulheres, materializada em pesquisas sobre o direito ao aborto num contexto latino-americano. Esse movimento representava uma investigação inicial do interesse pessoal na importância da autonomia corporal para uma vida digna.

Ainda enquanto eu tentava conhecer mais sobre o tema, a professora Marrielle Maia Alves Ferreira me convidou para ser parte do projeto Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Universidade Federal de Uberlândia (CSVM-UFU), em 2020. O projeto começou a existir durante a pandemia, em um contexto de aumento dos migrantes internacionais recebidos na cidade de Uberlândia - MG. Nesse momento eu comecei a estudar e trabalhar com o acolhimento e integração dos migrantes forçados residentes na cidade. A partir do projeto, eu tive contato com muitas frentes do que é o trabalho com direitos humanos na prática, inclusive negociações com diferentes instituições envolvidas no processo. Um dos exemplos mais marcantes aconteceu quando trabalhamos diretamente com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados em pesquisas nacionais de monitoramento das políticas de assistência financeira oferecidas pela organização. Uma das muitas entrevistas que fiz foi com uma mulher que se prostituía para conseguir mandar dinheiro para a família que ainda estava na Venezuela. Essa atividade foi desenvolvida em 2021 e antes disso a maioria das minhas atividades eram informativas ou institucionais, e o contato direto com alguém que estava vivendo muitas violências, em especial violências sexuais e de acesso a direitos básicos como alimentação e moradia segura, mudou profundamente a forma como eu vejo o que é trabalhar com direitos humanos.

A maioria das atividades, no entanto, eram desenvolvidas em nível local. O caso mais marcante aconteceu quando eu fui mediadora cultural em um caso de violência doméstica com uma mulher afegã residente na cidade. Além de ter feito o processo de achar uma mulher que se dispusesse a traduzir do persa para o inglês, para que eu pudesse repassar os detalhes para a policial que estava conosco, eu também agi como mediadora no sentido de explicar detalhes culturais. A mulher afegã nos comunicou que não tinha interesse em se divorciar de seu marido ou buscar ações legais para lidar com as violências, mas que gostaria que conversássemos com ele para convencê-lo a parar. A mediação esteve muito associada a esclarecer a posição vulnerável daquela mulher, que se tornou migrante e estava inserida em uma comunidade com a qual não conseguia se comunicar, além de explicar preocupações que ela tinha com as regras de guarda e o futuro de seu filho, uma vez que essas normativas são muito diferentes no Brasil. Aquele dia foi a primeira experiência que tive em campo e eu estava, mais uma vez, cercada por mulheres.

A partir daquele momento o limite se expandiu e eu entendi novas formas de dominação e subjugação. Enquanto eu sempre soube que as violências vivenciadas por mulheres têm marcadores muito específicos, especialmente quando os corpos dessas mulheres são atravessados por outros elementos sociais, como raça ou classe, essas experiências marcaram o momento em que passei a perceber o impacto da nacionalidade e do *status* migratório na experiência de gênero de mulheres.

Para além dos casos pontuais e específicos que vivenciei com mulheres migrantes, consigo afirmar que a minha trajetória acadêmica foi amplamente marcada pelos diversos projetos que coordenei e participei, visto que todos estavam focados na garantia de direitos e integração local de deslocados forçados recebidos em Uberlândia - MG. Esse contato gerou diversos incômodos e questionamentos sobre como a migração forçada era vivenciada por mulheres e o primeiro movimento de produção acadêmica foi o meu trabalho de Iniciação Científica³ que discute as acusações de esterilização forçada de mulheres em centros de detenção migratória nos Estados Unidos e outros países americanos. Esse trabalho foi uma retomada do interesse em direitos reprodutivos e sexuais, mas associados aos estudos migratórios, que passaram a fazer parte dos meus interesses acadêmicos e sociais.

Ainda na graduação eu percebi a necessidade de construir um trabalho que permitisse resultados práticos e contato direto com a população que eu estudo, um resultado das experiências que relatei. Acredito que esse movimento estava muito associado ao questionamento sobre a possibilidade de corpos subalternos falarem, como questionado por

³ Essa pesquisa foi apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Gayatri Chakravorty Spivak (2014), e também por inconscientemente buscar um movimento de fazer pesquisas que envolvam mulheres e que não apenas sejam sobre elas. Notei, principalmente a partir da minha atuação com os órgãos públicos da cidade, empresas e rede de apoio, que as decisões sobre o processo de acolhimento eram afastados das pessoas que vivenciavam a mobilidade e passei a tentar compreender os elementos que faziam a integração de mulheres migrantes forçadas serem falhos no município de Uberlândia - MG.

Outrossim, como proposto por Maso (2025), identifico a importância de uma prática feminista a partir do Sul, baseada em uma ética de presença e compromisso mútuo no processo de pesquisas com mulheres. Segundo a autora, pesquisas feministas a partir do Sul devem seguir uma postura ética e política, de modo que a produção do conhecimento exista a partir da vulnerabilidade compartilhada e da negociação contínua, o que produz efeitos transformadores tanto nos participantes quanto no pesquisador. Diante disso, reafirmo a presença de uma ética de pesquisa que ainda faz parte da minha caminhada, baseada em preocupações próprias do exercício de produzir conhecimento ético e situado com mulheres.

A minha experiência em campo e com atividades específicas de direitos humanos ajudaram a guiar a primeira pesquisa de campo que desenvolvi como pesquisadora principal. Esse trabalho buscava entender as dificuldades enfrentadas por mulheres em situação de deslocamento forçado acolhidas em Uberlândia para acessar os serviços públicos locais. Para responder esse anseio, a primeira grande dificuldade foi passar pela avaliação do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP) da UFU. A escrita de um projeto foi particularmente difícil para mim, por ser a primeira vez que lidava com a burocracia própria de uma pesquisa com pessoas e também por entender que esse processo ainda é pensado para pesquisas das ciências naturais. A exemplo disso, esse projeto inclui uma conta matemática para defender a escolha da minha amostra, como um dos requisitos para o projeto ser aprovado, mesmo descrevendo uma pesquisa preocupada com a profundidade dos relatos e não com uma representação precisa da população geral do meu grupo de atenção.

Além disso, esse primeiro momento envolve a construção de um instrumento de pesquisa que visa garantir a proteção das participantes, especialmente a partir da garantia da integridade e dignidade, e a diminuição de possíveis riscos associados à pesquisa. Apesar de conhecer e ter contato direto com a população de atenção, eu ainda não tinha um recorte muito claro ou sabia exatamente o caminho que pretendia seguir com essa pesquisa, especialmente por ser a primeira vez e por não ter achado trabalhos que me apoiassem nesse momento, por consequência, eu construí um instrumento muito grande e muito amplo. O que

foi ao mesmo tempo positivo e negativo durante a condução das entrevistas depois da aprovação da pesquisa.

Positivo porque pude construir dados muito interessantes com as mulheres que participaram da minha pesquisa, mas negativo por abordar muitos temas e não ter um direcionamento específico, o que dificultou a análise dos dados. Isto é, o instrumento tinha falhas por não ter objetivos específicos bem definidos e isso exigiu um esforço de direcionamento maior na produção do texto final. O meu interesse inicial no TCC era alcançar 6 mulheres que estivessem em Uberlândia a mais de seis meses, que se consideravam migrantes forçadas e tivessem diferentes características (idade, estado civil, mães e mulheres sem filhos, profissão, entre outros).

O convite foi feito a partir das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) locais, Refugiados UDI e TAARE⁴, e aquelas que aceitaram participar da pesquisa foram incluídas em diferentes momentos. Como resposta ao convite eu entrevistei 7 mulheres, sendo elas 4 venezuelanas e 3 haitianas. Após a apresentação da pesquisa e da assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, eu conduzi três encontros a partir de perguntas semi-estruturadas, anteriormente descritas como instrumento de pesquisa. A primeira das entrevistas foi individual, com uma mulher venezuelana, a segunda foi com as três venezuelanas que se dispuseram a participar em grupo e, por último, fiz a entrevista com as haitianas. Esse exercício foi fundamental para o desenvolvimento de habilidades de pesquisa, mas também foi um exercício muito duro e solitário.

Destaco que uma das grandes dificuldades de trabalhos de campo como o meu é a capacidade de alcançar o grupo de atenção. Existem diversas pesquisas que não conseguem ser desenvolvidas como inicialmente planejadas pela dificuldade de conseguir participantes, seja por falta de conhecimento do grupo ou falta de interesse de pessoas no recorte em participar de atividades longas sem retornos claros. Assim, eu conduzi as entrevistas respeitando o que foi mais confortável para as participantes que se dispuseram, respeitando o interesse que elas tinham em se deslocar até mim ou o processo contrário. No final das contas é necessário demonstrar porque a sua pesquisa é importante para a pessoa que se dispõe a participar, essa pesquisa me mostrou que muitas dessas mulheres buscavam um espaço para contar suas histórias.

Cada um desses encontros foi marcado por um exercício profundo para aprender a ser uma pesquisadora primária em uma pesquisa de campo, ou seja, a principal responsável pela condução dos encontros e pelas decisões que atravessam a dinâmica de pesquisa. Eu fiz os

⁴ Trabalho de Apoio a Migrantes Internacionais.

encontros sozinha e desenvolvi muitas habilidades enquanto fazia as entrevistas, o mais importante é a condução própria da entrevista, especificamente o balanceamento entre os objetivos da pesquisa e o interesse pessoal das entrevistadas. Eu chorei depois de cada uma delas e tive que passar dias me recuperando, mas durante as entrevistas eu me preocupei em ser um espaço seguro e interessado em seus relatos, na forma como elas vivenciaram aquelas experiências e as dores. E esse processo foi muito difícil para quem eu era naquele momento.

Outra grande dificuldade diz respeito a especificidades que eu entendo serem culturais e formadas a partir de experiências como grupo. As mulheres haitianas que entrevistei eram muito mais reservadas, sucintas e desconfiadas. Eu acredito que isso está profundamente relacionado à forma como essas mulheres foram recebidas no Brasil e como a experiência de mobilidade se materializa em relações com pessoas que não são haitianas. Acredito que isso também esteja relacionado a dificuldade de tradução, das três mulheres entrevistadas, apenas uma falava português fluentemente e, por conseguinte, ajudou bastante na comunicação, mas isso por si só se colocou como um desafio em formar laços mais estáveis com as participantes. Felizmente essa dificuldade não atrapalhou o acesso a relatos ricos em detalhes que me permitiram identificar estratégias de sobrevivência e resistência, vulnerabilidades, riscos e decisões que moldaram a trajetória migratória dessas mulheres.

Essa profundidade também existiu nos relatos das mulheres venezuelanas, e eu considero que essa tenha sido, ao mesmo tempo, a maior riqueza e maior dificuldade do processo de análise dos resultados e de escrita do texto final, uma vez que existiam muitos caminhos para serem discutidos e uma quantidade muito grande de informações para serem analisadas naquele momento da minha trajetória acadêmica.

Os resultados foram discutidos em um artigo intitulado “O acolhimento local de mulheres refugiadas e imigrantes internacionais beneficiárias de visto de acolhimento humanitário na cidade de Uberlândia - MG: um estudo de caso sobre o acesso a serviços públicos”⁵ e demonstraram as dificuldades práticas para alcançar uma integração local de qualidade. Em outras palavras, essa pesquisa de campo me permitiu afirmar que a experiência de mulheres refugiadas e beneficiárias de visto humanitário em Uberlândia, demonstra a necessidade de construção de políticas públicas voltadas a garantir uma integração local de maneira eficiente, de modo a promover o acesso a direitos sociais, culturais e econômicos,

⁵ MOREIRA, J. D. O acolhimento local de mulheres refugiadas e imigrantes internacionais beneficiárias de visto de acolhimento humanitário na cidade de Uberlândia - MG: um estudo de caso sobre o acesso a serviços públicos. 2023. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024.

bem como a igualdade de gênero. Além de destacar diversas falhas na atuação do poder público, no que tange medidas para garantia de uma vida digna, o que revela também a falta de preparação e de conhecimento necessário para lidar com as questões existentes. Ao mesmo tempo, os relatos dessa pesquisa eram marcados por formas de violências subjetivas próprias da migração forçada e do processo de acolhimento posterior.

Ao ser questionada sobre o que ela entende como ser refugiada, Fabienne (nome fictício), mulher haitiana que mora no Brasil a mais de dez anos, desde sua infância, relatou um significado muito importante: o limite. Para ela, a migração de fato trouxe benefícios que foram discutidos durante a sua entrevista, mas o grande significado ou a forma como ela compreende esse processo é corporificado a partir das diferenças de tratamento vivenciadas como mulher migrante recebida no Brasil. A integração local, que devia ser a solução a longo prazo para essa modalidade de deslocamento, se mostrou profundamente falha em garantir seguranças ontológicas e de desenvolvimento pessoal. Assim, uma das grandes questões que me deparei foram as violências subjetivas que surgiam a partir do confronto entre a subjetividade existente e a forma como essas mulheres existiam dentro desse novo contexto social.

Eu entendo como limite, tem certos limites. Sendo estrangeira, por mais que você tem uma liberdade de ir e vir, você recebe os benefícios que nem qualquer outro brasileiro, você consegue fazer umas coisas, mas você se sente estrangeiro. Você chega num lugar e se sente estrangeira, o olhar é diferente, só quando você fala a pessoa sabe que você é uma pessoa estrangeira e você tem muitas coisas e muitas profissões que você não pode seguir, porque você é uma mulher estrangeira. Parece que seus sonhos e tudo tem um limite pra você. Então é isso que eu me sinto, ser uma pessoa estrangeira num lugar com limite, você não é ilimitado (informação verbal)⁶.

As entrevistas demonstraram que a forma como essas mulheres eram afetadas pela migração ia muito além de diferenças culturais e sociais. Além da dificuldade de comunicação e de práticas culturais específicas, essas formas de violência subjetivas e traumáticas passaram a ser diariamente vivenciadas, especialmente a partir da invisibilização e o apagamento de seus corpos no cotidiano. Ao ser questionada sobre esse novo contexto, Carmen (nome fictício), mulher venezuelana, relatou as novas dificuldades que surgiram a partir da mobilidade e, especialmente, a falta de elementos práticos de garantia de integração e qualidade de vida. Mas além disso, existe, em seus relatos, um sentimento de que a sociedade não está aberta à recepção verdadeira desse grupo.

Isso se materializa de forma mais prática na sensação de novas responsabilidades que passaram a existir pelo contexto específico do Brasil. Além de estar em um novo país, como

⁶ Fabienne. **Entrevista em Grupos Focais**. [setembro a outubro 2023]. Entrevistadora: Joana D'arc Moreira. Uberlândia, 2023. (MOREIRA, 2023).

mulher e mãe, a responsabilidade de formar a relação cultural de sua filha com a Venezuela se torna um novo desafio. O desejo de compartilhar raízes e traços de subjetividade são dificultados pela falta do reconhecimento das diferenças sociais entre as pessoas recebidas, criando uma violência e um afastamento único para a experiência dessa mulher. O que acontece com as crianças em movimento forçado? Como é formada a subjetividade dessas pessoas que não tem mais ligação a um território? Qual o papel dos pais dentro desses processos? Existem mecanismos para garantir a inclusão sem o apagamento social das vivências anteriores?

Tem um grupo de pessoas que talvez não estejam querendo a gente aqui, mas tem. Deveria ter uma preparação, um curso para integrar os estrangeiros. Você tem uma cultura, você tem tradições, você tem uma língua, você tem um nome, entendeu? Então a gente não pode deixar pra trás. Por exemplo, a responsabilidade de alfabetizar a minha filha é minha, eu não posso deixar a minha filha não conhecer espanhol ou o dia da bandeira do meu país, tudo isso quem tem que fazer sou eu, porque claro aqui ninguém vai fazer, ninguém vai lembrar as datas, sou eu que tenho que fazer (informação verbal)⁷.

Essas inquietações geraram questionamentos específicos sobre como essas mulheres vivenciam a migração enquanto fenômeno multidimensional e fortemente marcado por complexidades e contradições. Enquanto a maioria das pesquisas migratórias que favorecem a experiência do indivíduo estão focadas em entender aspectos de integração local, de acesso a direitos e garantias básicas coletivas, o objetivo desta dissertação era entender as experiências dessas mulheres a partir das mudanças que ocorreram com a mobilidade, especificamente mudanças de subjetividade. Inicialmente este trabalho buscava discutir como o gênero, a colonialidade, a classe e a raça se relacionavam a migração forçada e os traumas que surgiam a partir desse contexto.

A minha hipótese inicial era de que a migração forçada é um fenômeno que essencialmente causa traumas e violências em pelo menos alguma de suas fases. Isto quer dizer que, as condições pelas quais você é forçado a deixar seu país, o processo de movimento e, posteriormente, de acolhimento em algum momento apresentarão elementos violentos para os diferentes sujeitos que estão envolvidos. Nesse sentido, existem casos nos quais violências físicas e sexuais são parte dos motivos de migração, mas meu argumento principal é que as violências simbólicas marcam alguma fase do processo, mesmo que de forma diferente, para todos os sujeitos, especialmente se eles são mulheres, crianças ou pessoas da comunidade LGBTQIA+.

⁷ Carmen. **Entrevista em Grupos Focais**. [setembro a outubro 2023]. Entrevistadora: Joana D'arc Moreira. Uberlândia, 2023. (MOREIRA, 2023).

Assim, eu queria entender a forma como essas violências se manifestavam na experiência específica das mulheres acolhidas na cidade de Uberlândia-MG. Para alcançar esse objetivo, inicialmente eu tinha certeza sobre o interesse de uma pesquisa de campo parecida com a desenvolvida anteriormente, mas leituras foram necessárias para ampliar a forma como eu entendia elementos importantes em uma pesquisa sobre subjetividades e interioridades, pouco trabalhadas no campo das RI. Isto posto, o tópico a seguir posiciona o uso de entrevistas como ferramenta de coleta de dados para alcançar os objetivos definidos dentro desta dissertação.

1.2. Vozes em Diálogo: Entrevistas Feministas e Etnográficas como Espaços de Afirmação

O significado da vida social é expresso, em especial, por meio de discursos que emergem constantemente na vida cotidiana, por meio de comentários, anedotas, termos de tratamento e conversas. Pesquisadores sociais transformaram e reuniram muitas dessas instâncias em um objeto técnico. Nessa conjuntura, as entrevistas se colocam como um instrumento para que as pessoas falem sobre o que pensam e sabem, a partir de uma relação entre pessoas, geralmente caracterizados como uma pesquisadora (ou entrevistadora) e uma entrevistada (ou participante), e que pode resultar em informações sobre sentimentos, opiniões, emoções, valores e condutas. Esse momento permite encontrar diferentes reflexividades, mas também produzir novas reflexividades (Guber, 2001).

Considerando a entrevista uma relação social por meio da qual declarações e verbalizações são obtidas em um contexto de observação direta e participação (Guber, 2001), a escolha dos métodos e técnicas de coleta de dados foi marcada pelo entendimento da importância dos relatos pessoais e da significação que o sujeito oferece para suas próprias experiências, apesar de algumas limitações existentes na abordagem qualitativa. Assim, buscou-se acessar informações sobre as mulheres migrantes forçadas a partir da reconstrução de suas experiências, com um foco em seus relatos e nas reações que demonstraram ao longo das entrevistas. Isto é, assim como discutido por Gil (2014), considero que o corpo serve como um instrumento metodológico que permite o acesso à subjetividade e identidade dessas mulheres ao discutir a forma como elas compreendem o mundo e as estruturas sociais que as atravessam. A pesquisa se beneficia da triangulação de técnicas, que contribui para maior robustez analítica e reflexividade crítica, relacionando técnicas da entrevista etnográfica a entrevista feminista.

A origem das entrevistas, no caso das ciências humanas e sociais, é múltipla e pode ser encontrada desde pesquisas de campo de etnólogos, até pesquisas sociais e clínicas da psicologia (Kaufmann, 2013). Além disso, as entrevistas, como técnica qualitativa, voltaram a ser utilizadas a partir de 1960 quando pesquisadores retomaram o interesse em conhecer o ponto de vista de atores silenciados e subordinados dentro do sistema de dominação, especialmente na França e na Inglaterra. A partir desse momento, esses relatos passaram a ser usados para compreender valores e opiniões sobre suas próprias experiências (Abdal *et al.*, 2016).

Em manuais clássicos, entrevistas são usadas para obter dados que fornecem acesso a fatos sobre o mundo. As entrevistas falam do mundo externo e, portanto, as respostas dos participantes fazem sentido devido à sua correspondência com a realidade factual. Nessa perspectiva, os problemas e limitações dessa técnica surgem quando essa correspondência é interferida por mentiras, distorções da subjetividade e pela interferência do pesquisador. Sua validade reside na obtenção de informações verificáveis, cujo conteúdo é independente da situação particular do encontro entre o pesquisador e o participante. Sendo assim, padronizar entrevistas, ou seja, fazer as mesmas perguntas na mesma ordem, garantiria que as variações fossem intrínsecas aos respondentes e não ao pesquisador, retirando as dúvidas associadas ao uso de um instrumento personalizado e não estruturado (Guber, 2001).

Nessa perspectiva, a entrevista consistiria em uma série de trocas discursivas entre alguém que questiona e alguém que responde, enquanto os tópicos abordados nesses encontros eram, em sua maioria, definidos como referentes não à entrevista, mas a fatos externos a ela. As informações fornecidas pelo entrevistado teriam significado óbvio, exceto por "falsidades", omissões e esquecimentos. Para garantir a "validade das informações" geralmente utilizava-se de verificações, triangulações, participantes mais confiáveis ou informados e um clima de "confiança" entre as partes (Thiollent, 1982).

De mesmo modo, a metodologia de entrevistas em manuais clássicos tendem a tipificar "o entrevistador" a partir de uma representação do que é "correto" na condução de entrevistas, reafirmando a importância de valores como objetividade, afastamento, hierarquia e "ciência" e de como esse indivíduo é o detentor do conhecimento, apenas coletando informações (Oakley, 1981). Contudo, a entrevista é melhor entendida como uma relação social, na qual os dados fornecidos pela entrevistada são a realidade que ela constrói como alguém que está ocupando essa posição durante o encontro (Guber, 2001). Desse modo, reafirma-se a importância de entender as entrevistas como conversas, um movimento que inclui, ao mesmo tempo, a proximidade de uma conversa e a clareza e as diretrizes de uma

pesquisa científica, isso torna entrevistas um padrão especializado de interação verbal com objetivo específico (Oakley, 1981).

Além disso, o uso de entrevistas é parte de um processo que relaciona os estímulos às respostas obtidas, que podem ser verbais orais, verbais escritas ou não verbais. Essa conjuntura defende que a pesquisadora deve ter um papel ativo no processo de ajudar as entrevistadas a recuperarem as experiências vividas, mas sem uma indução das respostas para atingir um objetivo esperado (Lima, 2016). Assim, nota-se que as entrevistas passam a ser um processo no qual as entrevistadas se apresentam.

Através da entrevista é possível construir histórias de vida, captar experiências, valores, opiniões, aspirações e motivações dos entrevistados, escolhidos segundo os critérios e interesses do tema investigado. É importante lembrar que a fala do entrevistado representa uma autodescrição e uma apresentação de si mesmo (Lima, 2016, p. 27).

Associado a isso, as entrevistas são “exemplos de metacomunicação: declarações que informam, descrevem, interpretam e avaliam atos e processos comunicativos” (Briggs, 1986, p. 2), isto é, relacionam processos de comunicação entre grupos sociais que podem ser distintos. Por conseguinte, durante a condução das entrevistas, às vezes, pesquisadores e participantes usam o mesmo acervo de conhecimento, o mesmo tipo de evidência, as mesmas classificações e os mesmos recursos para definir a situação, no entanto, é necessário desenvolver certa competência nos repertórios dos indivíduos que se busca entrevistar e conhecer (Guber, 2001). Esta pesquisa se estabelece a partir do reconhecimento de que as mulheres migrantes entrevistadas possuem repertórios próprios, o que envolveu a estruturação dos encontros a partir do entendimento de que as entrevistas não eram resumidas em papéis de “entrevistadora” e “entrevistado”, mas de uma interpretação produzida em conjunto pela entrevistadora e pela entrevistada.

O uso de perguntas abertas permite acessar a perspectiva das participantes, mas ao formular perguntas, a pesquisadora estabelece a estrutura interpretativa para as respostas, em outras palavras, o contexto em que as declarações farão sentido para a pesquisa e para o universo cognitivo da pesquisadora dependem de esforços teóricos interpretativos anteriores que se materializam por meio da seleção do tema e dos termos das perguntas. Além disso, outra maneira de aprender as habilidades metacomunicativas de uma comunidade de falantes é a entrevista não diretiva. Ao aplicar a perspectiva etnográfica à própria sociedade, a pesquisadora precisa questionar as suas próprias certezas como um meio de reconhecer a distância entre a forma como compreende e vivência o mundo e a de suas entrevistadas.

Conseqüentemente, a não diretividade tornou-se então sistematizada mesmo onde a diferença cultural não era tão evidente (Guber, 2001).

Mesmo nos casos nos quais as mulheres migrantes entrevistadas falam português, foi necessário um reconhecimento da diferença da forma como significamos o mundo em todos os processos da construção dessa pesquisa. O desenvolvimento do instrumento de pesquisa, a condução das entrevistas e a análise dos resultados partiu de exercícios que reconhecem as diferenças intrínsecas existentes entre mim, enquanto pesquisadora, e as mulheres que se dispuseram a serem entrevistadas. Essas particularidades ficaram evidentes a partir das diferenças culturais e de idioma que afetaram a forma como elas entendiam determinados conceitos e perguntas. Elas surgiram principalmente nos questionamentos sobre a experiência de gênero e nas perguntas sobre as mudanças que elas sentiam em seus corpos. Esse processo, é central para caracterizar essa técnica como uma entrevista etnográfica, uma vez que envolve um equilíbrio entre as reflexividades da entrevistadora e da entrevistada e o reconhecimento da necessidade de flexibilidade na condução dos encontros. Assim, as perguntas serviram como um meio para relacionar os diferentes contextos e mundos que existiram dentro das entrevistas.

Ademais, a aplicação da não diretividade, parte do pressuposto que elementos afetivos são mais importantes para o comportamento dos indivíduos do que aquilo que foi intelectualizado. Dessa forma, a utilização na entrevista etnográfica, resulta na obtenção de conceitos experienciais, que nos permitem compreender como os participantes concebem, vivenciam e atribuem conteúdo a um termo ou situação, garantindo a significância e a confiabilidade da informação (Guber, 2001). Em outras palavras, as entrevistas desenvolvidas nesta pesquisa foram estruturadas para garantir o acesso a concepção das entrevistadas as categorias que lhes eram apresentadas, a partir de um processo no qual as questões eram gerais para que as entrevistadas pudessem introduzir suas prioridades e revelar as problemáticas do contexto social no qual estão inseridas.

Esse processo está diretamente associado à forma como a entrevista é conduzida. Uma das técnicas da entrevista etnográfica é chamada de “atenção flutuante”, que envolve a associação livre e, por consequência, a introdução de tópicos e conceitos a partir da perspectiva da participante, e não da pesquisadora (Guber, 2001). Como resultado, a condução das entrevistas envolveu uma preocupação em garantir que as minhas intervenções fossem variadas, mas em sua maioria mínimas, para que as mulheres entrevistadas pudessem falar mais sobre o que consideravam importante. No entanto, assim como anteriormente discutido, existem limitações para a utilização da entrevista etnográfica como ferramenta de pesquisa,

além da limitação temporal da condução dos encontros, destaco a impossibilidade de conhecer e acompanhar as mulheres para além do momento da entrevista, o que permitiria conhecer e compartilhar seus mundos. Nesse sentido, para lidar com as limitações e garantir o rigor da pesquisa, essa técnica foi associada ao uso de entrevistas feministas.

Esta pesquisa, assim como aquelas discutidas por Oakley (1981), parte da compreensão de que entrevistas feitas por mulheres e com mulheres precisam ser afastadas dos paradigmas que entendem essa ferramenta como uma reprodução de padrões masculinos apresentados em manuais clássicos. Este trabalho prioriza uma relação não hierárquica e que parte de um investimento pessoal no processo das entrevistas. A escolha de um modelo de entrevistas baseado em uma perspectiva feminina está relacionada às experiências pessoais que tive em campo, muito próximas àquelas apresentadas pela autora. As mulheres que entrevistei também me faziam perguntas, em sua maioria dúvidas sobre o processo de integração local na cidade e o meu trabalho dentro da Cátedra, e eu também me envolvi pessoalmente, uma vez que não fazia sentido forçar um afastamento.

Durante o processo das entrevistas eu estava fazendo perguntas extremamente pessoais e esperando a cooperação das mulheres e apesar de ter oferecido respostas mais profundas no final das entrevistas, eu senti que era impossível não oferecer a maior quantidade de informações possível, em nome de um suposto afastamento pessoal que deveria ser seguido para garantir o rigor do meu trabalho. Em outras palavras, enquanto eu não tentei formar uma relação íntima durante as entrevistas, eu me preocupei em deixar claro que a minha pesquisa, apesar de pessoal, não tinha como objetivo explorar as participantes ou as informações que elas me ofereceram. Ao mesmo tempo, tentei ser o mais honesta possível quando questões eram levantadas sobre o processo migratório e os problemas que eu via na integração local da cidade de Uberlândia - MG. Essas decisões, associadas a reafirmação de não divulgação de seus nomes na publicação do trabalho e outras ações durante os encontros garantiram um espaço maior de confiança para elas e, conseqüentemente, maior abertura no compartilhamento de suas experiências, uma vez que existia reciprocidade na intimidade da relação formada durante as entrevistas.

Nessa perspectiva, assim como Oakley (1981), sou uma pesquisadora feminista que construiu esta pesquisa a partir de um distanciamento da forma como tradicionalmente os estudos acadêmicos tratam mulheres. Isto é, este trabalho não vê as entrevistadas apenas como fonte de dados e também parte de um interesse de documentar a forma como mulheres veem e relatam suas próprias experiências, priorizando elementos subjetivos da vivência de mulheres. Assim, meu papel como pesquisadora e entrevistadora foi ser um instrumento para garantir

comentários articulados e gravados de mulheres sobre o assunto muito pessoal de ser mulher em uma sociedade capitalista patriarcal. O esforço de fazer entrevistas, para mim, não é apenas limitado a coleta de dados, mas de me colocar como um instrumento de promoção de sociologia com mulheres.

Do mesmo modo, a escuta atenta se faz fundamental durante todo o processo e isso pode ser demonstrado a partir do comportamento que adotei, como pesquisadora, durante o processo. Em outras palavras, é necessário manter uma empatia em relação às entrevistadas, para garantir que elas entendam a troca como interesse real por suas falas, a ponto de permitir acesso a forma como ela oferece significado ao mundo. Este trabalho se aproxima das pesquisas descritas por Oakley (1981) ao reconhecer a importância de se colocar como um indivíduo pensante, com opiniões e valores próprios quando questões surgem sobre isso.

Este capítulo serve como um guia de aprofundamento dos erros, limites e escolhas feitas para lidar com as vantagens e desvantagens do uso de entrevistas como método de coleta de dados. A escolha metodológica de realizar entrevistas semi-estruturadas está relacionada à possibilidade de, além de seguir questões específicas em uma determinada ordem, incluir outras perguntas durante os encontros (Lima, 2016). Assim, outra característica própria da forma como eu conduzo as entrevistas das minhas pesquisas de campo, é a inclusão de perguntas não previstas, de acordo com a abertura das participantes e do interesse de avançar em tópicos que são importantes para cada uma das mulheres que se dispõe a conversar comigo, elemento das entrevistas etnográficas. As memórias do campo e a condução das entrevistas foram incluídas a seguir, no tópico 1.2.2, e servem para dar mais concretude a este processo. Eu entendo esse movimento como benéfico por diversos motivos, mas principalmente por permitir um maior entendimento de cada uma das mulheres que oferecem suas experiências e por criar um espaço de maior confiança, uma vez que o diálogo fica mais fluído, menos robótico e se afasta de sensações de interrogação, enquanto se aproximam de uma conversa. Essa decisão ainda respeita o rigor metodológico das entrevistas, mas respeita as especificidades de cada um dos sujeitos presentes neste trabalho.

1.2.1. Instrumento de Pesquisa

O instrumento de pesquisa serve como um direcionamento para as entrevistas, construído a partir do contato anterior com a comunidade e considerando a pesquisa de campo anterior. Meu objetivo inicial era entender as mudanças de subjetividade de mulheres migrantes forçadas, como um caminho para confirmar a hipótese de que existe um nível de

violência em todos os casos nos quais mulheres são forçadas a deixar suas casas, seja por guerras, conflitos, crises ou violências baseadas em gênero.

É importante esclarecer que o processo de produção do instrumento é tão importante quanto o momento específico de condução das entrevistas. A pesquisa de campo nos moldes aqui propostos deve se preocupar em buscar respostas, mas não induzir as entrevistadas a uma resposta que se quer ouvir. Em outras palavras, o meu instrumento foi desenvolvido considerando que eu queria entender elementos próprios da relação de estruturas de poder na vida das mulheres participantes, então ele busca compreender detalhes sobre como elas entendem o conceito de gênero, o conceito de refúgio/migração forçada e outras questões específicas dos meus objetivos de pesquisa, sem forçar que elas ofereçam significados previamente esperados. Por exemplo, “o que é ser mulher no seu país?” poderia facilmente induzir a uma resposta se eu perguntasse algo como “para você, mulheres sofrem mais que homens em seu país?”, já que é uma pergunta que parte do meu entendimento pessoal de como a desigualdade de gênero afeta a experiência de mulheres em todo o globo. Assim, as perguntas foram pensadas com clareza de propósito, buscando entender a experiência pessoal dessas mulheres e a forma como elas significam e interagem com o mundo, a partir de objetivos estabelecidos na construção da pesquisa, mas sem a busca de respostas que confirmem coisas que eu gostaria de ouvir ou que apoiassem as minhas hipóteses iniciais.

Ademais, foi importante para mim incluir perguntas que não estavam preocupadas, necessariamente, com a busca por uma verdade objetiva, mas que abrissem espaço para o entendimento dos significados que elas associavam a determinadas questões. Ao mesmo tempo, as perguntas têm uma relação profunda com as emoções e os afetos que são associados a cada resposta, dados que podem ser alcançados a partir da forma como cada uma das entrevistadas responderam às perguntas propostas.

A primeira parte das perguntas tinham como propósito estabelecer uma relação de proximidade e confiança com as entrevistadas, mas também buscava estabelecer um perfil das participantes, especialmente numa tentativa de entender os elementos que elas apresentavam como importantes. A experiência anterior demonstrou que fazer perguntas que tentam acessar memórias para além das crises políticas de seus países, ou seja, perguntas que reconhecem a importância de seus países e de suas culturas, tem um resultado positivo na construção de confiança ao longo do encontro. Ainda, essa decisão partiu do entendimento que existe uma relação profunda entre o contexto social de formação do indivíduo e sua subjetividade, o que permitiria um contato com a forma pela qual essas mulheres entendem as suas experiências formativas.

A segunda parte pretendia alcançar a experiência de movimento em si, entender o trânsito e a forma como elas vivenciaram o deslocamento e os significados associados a todo processo, ou seja, as perguntas pretendiam guiar o debate no sentido de entender a experiência associada a decisão de migrar, ao movimento em si e a chegada no Brasil. O questionamento sobre a decisão de migrar pode ser violento em alguns contextos, é importante destacar que as experiências anteriores demonstraram que, em sua maioria, as mulheres acolhidas na cidade não veem um problema nessa descrição. As condições em seus países é um dos grandes motivadores e, por isso, a pergunta foi incluída, numa tentativa de entender os significados pessoais. Além disso, em um contexto de migração, os países de passagem e os primeiros momentos no país de acolhida podem causar experiências de violências físicas, sexuais ou psicológicas, o que também atende aos objetivos da pesquisa.

A última parte é a maior delas por incluir uma tentativa de compreender mais profundamente e de forma holística a experiência na cidade de acolhida, especialmente a partir dos significados que essas mulheres associam ao gênero e a própria migração. As perguntas de comparação tentam buscar um paralelo, que além de facilitar o entendimento das entrevistadas, também pretendiam esclarecer se elas vivenciavam essas diferenças de uma forma clara. Além disso, essa parte foi pensada para entender possíveis relações que elas faziam entre as experiências vivenciadas e aquelas sentidas em seus corpos.

Destaca-se que todos os encontros eram iniciados com esclarecimentos sobre a pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A partir disso, as entrevistas começavam com perguntas sobre o nome, idade, tempo no Brasil e em Uberlândia, para um entendimento inicial e geral das participantes. Além disso, algumas perguntas foram pensadas entendendo o contexto específico da migração forçada de mulheres, ou seja, a adaptação à língua é uma dificuldade conhecida, mas a autonomia relacionada ao trabalho e a formação acadêmica também são pontos fundamentais, geralmente descritos como grandes perdas dentro do deslocamento forçado e, por isso, foram consideradas essenciais de serem incluídas em um trabalho que pensa subjetividade e dignidade. As perguntas utilizadas estão descritas abaixo, no Quadro 1:

Quadro 1: Instrumento de Pesquisa

Vida no País de Origem	Me conte como foi nascer e crescer no seu país de origem. Quais são as memórias mais importantes que você tem no país, com a sua família, amigos, cultura e até sua religião?
-------------------------------	---

	Quais as melhores lembranças e as melhores coisas do seu país?
	O que é ser mulher no seu país? E como você vivia essas experiências?
	Você possui formação acadêmica? Como foi esse processo de educação no seu país?
	Você trabalhava? Comente sobre suas experiências com trabalho no seu país.
	Antes de precisar mudar, quais eram os seus principais objetivos e sonhos para os próximos anos de vida?
Processo de mobilidade e processos iniciais de integração no Brasil	Qual foi a sua motivação para migrar?
	Como foi o processo de sair do seu país e chegar ao Brasil?
	Me conte, brevemente, sobre como foi chegar ao Brasil e em Uberlândia.
	Alguma instituição ofereceu ajuda? Como esse processo aconteceu?
	Como tem sido o processo para encontrar emprego? Quais as dificuldades enfrentadas?
	Você passou por alguma situação de discriminação dentro desse local?
	Ao chegar no Brasil você conseguiu validar seu diploma acadêmico? Como isso afetou a sua experiência?
Perguntas subjetivas sobre o processo de mobilidade de modo geral, incluindo percepções sobre elementos sociais e aspirações e sensações pessoais	Você acredita que ter migrado foi a melhor opção para você/sua família?
	Quais os sonhos/objetivos que você teve que abrir mão e quais os novos sonhos que surgiram depois de migrar?
	Como é ser mulher no Brasil? Em Uberlândia?
	Existe alguma diferença entre ser mulher aqui e ser mulher no seu país de origem?
	Para você, o que é ser uma mulher refugiada? Você acha que existe alguma diferença entre uma mulher brasileira e uma mulher refugiada aqui no Brasil?
	Você sente que faz parte de uma comunidade aqui na cidade? Qual a diferença da comunidade você tinha no seu país para o que você tem agora no Brasil?
	Você frequenta alguma igreja em Uberlândia? Você acha que a igreja contribuiu para esse sentimento de participar de uma comunidade aqui em Uberlândia?
	Levando em consideração a vida que você tinha no seu país de origem e agora aqui no Brasil, o que é diferente? O que você sente falta? Algo melhorou?
	Você sente alguma mudança em seu corpo e cotidiano?
Alguma novidade em relação às memórias anteriores de alegria?	

Como foi e como é a experiência de morar em um país que fala outra língua e tem outra cultura?
--

Fonte: Formulação Própria

De modo geral, faz-se necessário esclarecer que esse instrumento é essencial para guiar a pesquisa, mas que ele passa por adaptações constantes durante os encontros. Algumas perguntas são mais facilmente entendidas do que outras e em alguns momentos é necessário ferramentas extras para que as migrantes entendam determinados conceitos, uma questão profundamente associada ao problema de tradução. Além disso, alguns contextos podem gerar a necessidade de perguntas extras para aprofundar os relatos em vivências que não foram previstas. Assim, a entrevista semi-estruturada serve o propósito de guiar a discussão, mas também de deixar espaços para que os relatos sejam uma ferramenta para os aspectos considerados importantes pelas entrevistadas.

Outrossim, acho importante ressaltar que muitas pesquisas de campo privilegiam o uso de poucas perguntas, uma vez que os relatos são profundos em si mesmos. No entanto, a minha experiência de campo demonstra que o contato com mulheres migrantes é mais eficiente e interessante com uma quantidade maior de perguntas, apesar de considerar o meu instrumento maior do que o necessário. Eu acredito que muitas vezes elas aceitam participar e nas primeiras perguntas elas ainda buscam, quase que inconscientemente, responder coisas que seriam socialmente aceitas. Isto é, existe um movimento de tentar moldar as respostas para o que elas acham que eu espero delas. Ao longo das entrevistas a confiança e a segurança aumentam, elas recontam determinadas experiências e a profundidade dos relatos aumenta. Assim, no caso desta pesquisa e da pesquisa anterior, mais perguntas tendem a criar um quadro mais profundo das entrevistadas.

Ademais, é importante destacar que no caso das pesquisas de campo com migrantes desenvolvidas no âmbito da CSVM-UFU e a minha pesquisa anterior, conseguir agendar mais de um encontro é uma tarefa difícil, haja vista que as mulheres participantes demonstraram existir em uma realidade de sobrecarga de trabalho, ritmo de vida e cansaço que dificultam as tentativas de agendar mais de um horário de encontros e entrevistas. A solução em todos os casos foi limitar o contato a um encontro e garantir que todas as informações fossem acessadas naquele momento. Entretanto, instrumentos muito amplos podem causar cansaço e desconforto, o que também deve ser levado em consideração ao produzir as perguntas que vão guiar a pesquisa.

1.2.2. Memórias do Campo: Aprendizados e Desafios na Pesquisa com Mulheres Migrantes

Esse tópico tem como objetivo descrever detalhes importantes sobre a condução desta pesquisa de campo, a partir de memórias, desafios, acertos e problematizações que guiaram a construção dos dados que serão posteriormente analisados. Além disso, é importante esclarecer que não tem como objetivo discutir os dados construídos durante a vivência de campo⁸, mas servir como um relato que condensa as experiências com cada um dos encontros.

Essas reflexões ajudam a pensar os aspectos práticos da pesquisa e a esclarecer elementos importantes sobre os desafios que surgem na condução de um projeto desse tipo. Destaco ainda a importância de desenvolver pesquisas de campo com mulheres migrantes, especialmente a partir de uma formulação conjunta dos dados. A pesquisa foi desenvolvida com 5 mulheres venezuelanas e 3 haitianas residentes na cidade e que foram parte de um processo de migração forçada, por causa do contexto político, econômico e social de seus países. Essas mulheres são tratadas de forma diferente dentro da normativa brasileira no que tange acesso a direitos e níveis de proteção, mas essas questões e detalhes mais pessoais de cada uma das participantes são discutidos no capítulo seguinte.

Inicialmente é importante destacar que sendo a segunda vez que passei pelo processo do Comitê de Ética, entendi que esse processo foi muito mais fácil. A pesquisa anterior permitiu que eu tivesse todas as ferramentas necessárias para a escrita de um projeto de pesquisa que enfrentaria menos problemas, ou seja, como esta pesquisa teve uma base muito próxima a utilizada na pesquisa anterior, afastando-se apenas nas especificidades de recorte e construção do instrumento de pesquisa, o processo foi menos complicado. No entanto, reafirmo que o CEP ainda devolveu meu projeto com comentários que não incluíam os elementos que eu considero mais importantes, no lugar de questionar o instrumento de pesquisa e se debruçar em elementos importantes para uma pesquisa qualitativa como a minha, o Comitê devolveu o projeto com detalhes pequenos, principalmente sobre esclarecimento de informações que já estavam presentes no projeto. Diferente do projeto anterior não tive que acrescentar uma conta para justificar a amostra, mas tive que esclarecer que esse processo ia ser feito posteriormente, dependendo da quantidade de pessoas atendidas no momento por cada uma das OSCs de apoio, o que na minha opinião ainda força uma preocupação quantitativa a questão, que é, em última instância, desnecessária. Nessa

⁸ As transcrições das entrevistadas podem ser encontradas na íntegra no Anexo I.

perspectiva, apesar da escrita do projeto ter sido mais fácil, a produção do instrumento foi um grande desafio, como anteriormente descrito.

O projeto demorou pouco mais de um mês para ser aprovado, o parecer de aceite foi emitido em fevereiro de 2025, sob o CAAE⁹: 86223325.0.0000.5152. As atividades foram iniciadas a partir de abril, a partir do contato direto com as OSCs TAARE e Refugiados UDI, no qual eu expliquei a pesquisa e os objetivos, além de solicitar o apoio para alcançar as migrantes venezuelanas e haitianas atendidas por ambas, que possuíam diferentes características como idade, formação acadêmica, profissão, estado civil, se eram mães ou não, entre outras. Esse contato inicial feito pelas OSCs visava um convite, mas depois do aceite inicial eu explicava a pesquisa com mais detalhes e as entrevistas eram feitas depois da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelas participantes, sem nenhum conhecimento prévio as perguntas, para evitar uma preparação sobre o que elas poderiam achar que eu esperava como resposta ou o que seria mais socialmente aceito. Ademais, destaco que todas as referências feitas às mulheres entrevistadas nesta dissertação são feitas a partir de nomes que eu escolhi como forma de garantir a confidencialidade de suas identidades.

Além disso, diferente da pesquisa anterior, o desenvolvimento destas entrevistas foram infinitamente mais difíceis. A expectativa era que mulheres dispostas entrariam em contato direto comigo, mas ninguém demonstrou interesse em participar até junho. Esse período foi profundamente marcado por ansiedades e preocupações sobre a possibilidade real de terminar a pesquisa com o tempo do mestrado, uma das questões que foram fortemente pontuadas na minha banca de qualificação. Acredito que essa questão está diretamente relacionada a minha menor participação dentro da comunidade e o desenvolvimento de menos atividades com as mulheres que poderiam se dispor a participar. Em outras palavras, apesar de não desenvolver pesquisas integralmente etnográficas, durante o período em que realizei a pesquisa anterior eu estava mais presente em atividades que incluíam muitas mulheres migrantes, o que aumentou o nível de confiança em mim como pesquisadora e como pessoa preocupada com a causa e não apenas uma pessoa interessada em ganhos pessoais. Isso se relaciona a alta rotatividade de migrantes na cidade e o período menor de tempo para o desenvolvimento da manutenção de contato. Assim, apesar de ter sido mais difícil alcançar mulheres interessadas e dispostas a participar dos encontros, destaco que essa pesquisa poderia ter alcançado mais mulheres se o período de tempo fosse maior.

⁹ Certificado de Apresentação de Apreciação Ética do Sistema CEP/CONEP.

Realizei a minha primeira entrevista no dia 14 de junho, esse encontro foi com a Catarina e Rebeca, mãe e filha, que vieram da Venezuela e conheceram sobre a pesquisa dentro da Universidade. Inicialmente eu entrevistaria apenas Catarina, mas Rebeca demonstrou interesse e depois do aceite da sua mãe demos continuidade com as duas. Devo admitir que os relatos dessa primeira entrevista afetaram profundamente a condução dos encontros seguintes e também a maneira como eu pretendia construir a apresentação e análise dos dados. Acho importante reconhecer que o processo é de construção contínua e os acertos foram repetidos e alguns detalhes alterados para fazer mais sentido no contexto das venezuelanas que foram entrevistadas posteriormente, buscando facilitar a comunicação e o entendimento comum. Além disso, Rebeca teve respostas mais curtas e contidas, diferente das outras mulheres venezuelanas entrevistadas, mas carregadas de significados e atravessamentos.

A segunda entrevista foi com Beatrice, mulher haitiana que participou também da minha pesquisa anterior. Esse encontro aconteceu no dia 16 de junho e foi um dos mais fáceis para agendar, acredito que pela confiança já estabelecida em encontros anteriores. O mesmo não aconteceu nas tentativas de contato que seguiram essa experiência. De modo geral, essa entrevista me permitiu notar as mudanças que foram acertos da primeira entrevista, mas também demonstrou a necessidade de mais cuidado no caso dos termos usados para entrevista de mulheres haitianas.

A partir desses encontros, encontrei mais um grande momento de dificuldade de acesso a possíveis interessadas. Tive contato com pelo menos duas mulheres venezuelanas que demonstraram interesse, mas não se disponibilizavam a marcar o encontro propriamente dito, provavelmente por preocupações associadas ao tempo de condução das entrevistas. Tentei também acesso a diferentes haitianas, e a dificuldade de acesso foi infinitamente maior do que na pesquisa anterior. Além disso, todos esses contatos com haitianas foram inicialmente intermediados por homens e em nenhum deles eu consegui passar de uma resposta inicial. Entrei em contato com um líder de uma igreja haitiana localizada em dos bairros da cidade e ele convidou algumas pessoas a estarem presentes e ouvirem sobre a pesquisa, e por meio disso eu consegui o contato de uma mulher que se dispôs a marcar um encontro e também a convidar conhecidas. Infelizmente esse número era do seu marido e não recebi nenhum retorno depois disso. Outro caso foi de um aluno de pós-graduação da UFU, que se dispôs a repassar informações da pesquisa para sua esposa, ambos haitianos, mas nenhuma resposta veio depois das informações. Em último caso não recebi também mais respostas do pastor.

Não tenho como afirmar se essas dificuldades estão associadas a escolha pessoal das mulheres não participarem da pesquisa ou se os homens em suas vidas tiveram a decisão final, existe um nível muito grande de desconfiança na comunidade haitiana que teve contato na cidade e existe a possibilidade dessas mulheres não verem ganhos ou não terem interesses em participar de pesquisas. No entanto, achei importante relatar como esse processo de busca por participantes haitianas foi profundamente atravessado por homens haitianos, tanto companheiros quanto líderes dentro da comunidade.

A próxima entrevista foi realizada no dia 16 de agosto, e não aconteceu a partir de um agendamento prévio, mas pelo interesse de participar quando elas me viram em uma das OSC. Nesse momento entrevistei Alejandra, Rosa e Milagros, três venezuelanas. Destaco nesse momento que ambas as minhas experiências no campo com mulheres migrantes reafirmam que esses momentos de relatos são melhores em grupo. Em ambas as pesquisas eu tratei de assuntos considerados delicados, próprios da migração forçada e que são voltados a formas de violência e traumas, e em ambas, os relatos são mais detalhados quando os encontros são feitos em grupo. Acredito que a experiência de compartilhar em um ambiente seguro e com pessoas que vivenciaram coisas parecidas fortalecem o desejo de fazer relatos mais reais, menos preocupados com o que eu poderia querer de resposta. Em outras palavras, entendo que a experiência conjunta seja mais frutífera e permita um processo mais interessante para todos os envolvidos.

De modo geral, o contato com mulheres venezuelanas foi mais fácil, diferente daquilo que aconteceu com as mulheres haitianas. Pude notar em ambas as entrevistas que a disposição em entendê-las em uma mistura de português e espanhol é uma grande demonstração de respeito e costuma facilitar o contato. Além disso, as discussões sobre a Venezuela para além da crise trouxe a construção de um debate mais confortável. Alguns conceitos presentes nas perguntas precisaram ser explicados em outras palavras, mas o encontro foi produtivo e confortável.

O último encontro com as haitianas foi o mais difícil, no dia 6 de setembro entrevistei Marie e Amanda. Pela manhã do sábado eu estava acompanhada por uma das minhas assistentes de pesquisa e conseguimos contato com uma mulher que se interessou a ler o TCLE e a entender mais sobre a pesquisa. Enquanto eu aguardava, outra mulher, que morava na mesma casa chegou, e retornou para entender um pouco melhor e decidir. Elas se dispuseram a responder uma ou duas perguntas e a partir daí decidir se participariam ou não e assim comecei a gravar o áudio desse encontro. Essa foi uma das entrevistas que não foi

exatamente planejada e com duas mulheres que não me conheciam, conseqüentemente, o ambiente foi aquele mais confortável e seguro para elas.

Essa foi a primeira entrevista que realizei com outras pessoas em volta, a filha de uma das entrevistadas brincava em volta, enquanto o marido de uma das entrevistadas e pai dela, lavava roupa do nosso lado, ouvia música e seguia com as atividades do dia. Esse encontro me permite salientar a importância de conduzir os encontros em ambientes confortáveis para as entrevistadas e nos quais elas se sentem seguras. Enquanto pesquisadora reconheço as dificuldades de logística que foram impostas a partir desse contexto, especialmente pelas dificuldades que surgiram entre a comunicação e captação de áudio, no entanto, a forma como essa entrevista foi conduzida reafirma a necessidade de reconhecer as necessidades das participantes e, mais importante, não acho que conseguiria fazer essas entrevistas em outro dia ou outro contexto.

Em determinado momento, muitas coisas aconteciam ao mesmo tempo. A criança gritava querendo atenção, a música se tornou mais alta, pessoas entravam e saíam da casa e seguíamos as quatro em uma conversa muito mais rápida do que eu gostaria. Esse contexto foi apenas uma das grandes dificuldades, as mulheres haitianas que entrevistei nesta e na pesquisa anterior demonstraram características muito específicas que impactam os resultados e tem diferenças próprias daquelas conduzidas com mulheres venezuelanas. No trabalho de campo, algumas entrevistadas haitianas demonstraram maior reserva e cautela no contato inicial. Essa postura não deve ser compreendida como um traço individual ou cultural essencializado, mas como um reflexo de condições estruturais que moldam suas experiências migratórias.

Ademais, esse encontro também foi o mais desafiador por elementos culturais e linguísticos. Apenas uma das mulheres falava português fluentemente e isso tornava o diálogo com Amanda atravessado por falas em crioulo que dificultavam o entendimento mais aprofundado, o mesmo aconteceu com os relatos de Marie, mas em um nível menor. Apesar disso, acho necessário esclarecer que essa dificuldade é bem-vinda na construção dessa pesquisa, a tradução acontecia a partir do apoio da minha assistente e também de Marie, o que mais uma vez demonstrou os elementos da importância de uma construção conjunta.

Por fim, acho importante esclarecer que pesquisas de campo voltadas ao entendimento de experiências ligadas a violências, traumas e direitos humanos devem ser conduzidas com muito cuidado. Para além das informações apresentadas no tópico anterior, esse processo é muito desgastante enquanto pesquisadora, especialmente porque muitas dimensões de análise são marcadas por formas de sofrimento individual ou coletivo, em casos abertamente

reconhecidos ou não pelas participantes. É necessário uma preparação que reconheça essa dificuldade e que permita um espaço de escuta ativa e preparada para os relatos e significados que possam surgir. Isso é ainda mais forte no caso de migrantes forçadas e de pessoas que estavam inseridas em contextos sociais desestruturados e com pouco ou nenhum acesso a direitos básicos.

1.3. Delimitações Metodológicas e Epistemológicas: Encontros entre Teoria, Campo e Prática na Pesquisa com Mulheres Migrantes

A pesquisa parte de uma noção de que a migração forçada é atravessada por diferentes estruturas sociais e ao longo da caminhada da dissertação um dos principais questionamentos era: quais são os caminhos necessários para entender a experiência dessas mulheres num sentido social, coletivo e subjetivo dentro das Relações Internacionais?

O conhecimento produzido nas ciências sociais está diretamente apoiado em pressupostos ontológicos e epistemológicos que têm natureza antropológica e ética, a partir de duas grandes abordagens: quantitativa e qualitativa. O caminho percorrido para o estabelecimento dos pressupostos desta pesquisa partem da abordagem qualitativa ao entender que a discussão das interações sociais, da construção do sujeito, da busca de significado e interpretação geram conhecimento válido e particular (Gondim, 2003). Esse tópico serve para esclarecer as escolhas e o caminho assumido para a produção dessa dissertação, uma vez que ao entender que a experiência humana está atrelada ao contexto social, tomei uma posição relacional como pesquisadora e estive profundamente envolvida no processo de investigação, portanto, as interpretações produzidas são um reflexo contextualizado e situado das experiências vivenciadas dentro e fora de campo, assim como proposto por Haraway (1988).

Inicialmente, é importante notar elementos fundamentais das Relações Internacionais e a forma como o campo se desenvolveu na investigação dos seus objetos de estudo, para entender como a pesquisa se situa dentro do campo. A disciplina foi, por muitos anos, dominada pelo positivismo, abordagem marcada por uma visão unificada da ciência e pela adoção de metodologias das ciências naturais para explicar o mundo social. Ao mesmo tempo, observa-se que os grandes debates da disciplina, entre idealismo e realismo; tradicionalismo e behaviorismo; e neorealismo e neoliberalismo, não incluíam grandes discussões de epistemologia. Os pontos centrais das teorias das RI, com exceção daqueles que faziam parte da escola inglesa, foram profundamente marcados pelo positivismo e, conseqüentemente, por um debate sufocado pelo empirismo e pelas limitações associadas à forma como o mundo é e como podemos explicá-lo (Smith; Booth; Zalewski, 1986).

Duas alternativas se fortaleceram como opções para internacionalistas que buscavam localizar seu trabalho em epistemologias diferentes do empirismo: o racionalismo, grande rival do empirismo, e o pragmatismo. A partir dessas epistemologias destaca-se o surgimento de abordagens que desafiavam os pressupostos dominantes, entre elas: a teoria crítica, as perspectivas hermenêuticas, feministas e pós-modernistas (Smith; Booth; Zalewski, 1986). Esse movimento, marcado principalmente pela virada sociológica no campo, permitiu o surgimento de teorias pós-positivistas que desafiavam os objetos de estudos e a forma como se produz conhecimento (Maso; Sélis, 2012).

O surgimento dessas abordagens “críticas” que compartilham, em essência, a rejeição dos pressupostos gerais do positivismo, em especial a partir de um movimento de ataque massivo às teorias *mainstream* das RI, marcou o que alguns estudiosos chamam de era pós-positivista da disciplina (Smith; Booth; Zalewski, 1986). Contudo, o campo das Relações Internacionais ainda é profundamente marcado por uma matriz epistemológica racionalista e empiricista que limita o avanço de seus objetos de estudo, especialmente no caso da América Latina (Maso; Sélis, 2012).

Apesar disso, salienta-se a importância das epistemologias feministas no avanço das discussões presentes na disciplina. Essas epistemologias são muito diversas, mas especialmente aquelas originadas na América-Latina, discutem a importância de questionarmos a forma como o conhecimento é produzido e os caminhos escolhidos para alcançá-lo. Gago (2020) adota o pensamento situado como um elemento que permite a existência conjunta de teoria, prática e política. Em outras palavras, seu trabalho considera os processos de lutas políticas por direitos e a produção de conhecimento como instrumentos de rupturas do colonialismo acadêmico. Assim, a autora é um dos exemplos de autoras feministas latino-americanas que defendem as produções locais e situadas.

Associado a isso, segundo Haraway (1988), feministas têm interesse em um projeto científico sucessor que ofereça uma descrição mais adequada, mais rica e melhor do mundo. Essa mudança permitiria uma relação crítica e reflexiva às nossas próprias práticas de dominação, bem como às dos outros, e às partes desiguais de privilégio e opressão que compõem todas as posições sociais. Nas categorias filosóficas tradicionais, a questão é ética e política, talvez mais do que epistemologia.

Assim, ao questionar as definições de objetividade da ciência e a forma como esse conceito é impossível de ser aplicado na produção científica, Haraway (1988) defende que a objetividade feminista significa simplesmente a produção de um conhecimento situado e de localização limitada, não é sobre transcendência e divisão entre sujeito e objeto. Isso nos

permite tornar-nos responsáveis por aquilo que aprendemos a ver. Ademais, Marcil-Lacoste (1983) afirma que ao introduzir a historicidade, a materialidade e os valores como categorias epistemológicas fundamentais, os trabalhos feministas representam um forte desafio ao pensamento crítico visto como um discurso formal e metadiscursivo.

Considerando o papel da epistemologia feminista nas Relações Internacionais, Tickner (2001) discute a importância de incorporar a perspectiva de gênero no campo, especialmente pela existência da exclusão histórica de mulheres em diversos âmbitos, inclusive nas teorias e abordagens políticas. Segundo a autora, os desafios enfrentados por mulheres em diferentes partes do mundo, a exemplo da violência de gênero e a sub representação política, são elementos que estão enraizados nas estruturas patriarcais e de níveis desiguais de poder. Em outras palavras, a existência de opressões e dominações ligadas ao gênero também são atravessadas por elementos de interseccionalidade e de hierarquização de grupos sociais que devem ser consideradas nas análises políticas.

Além disso, Harding (1986) ao teorizar sobre o gênero, defende a necessidade de considerar o conceito como uma categoria analítica dentro da qual seres humanos pensam sobre e organizam as atividades sociais. Isto é, ao contrário de uma consequência natural do sexo ou mesmo meramente como uma variável social atribuída a pessoas individuais de maneiras diferentes de cultura para cultura, pode-se notar os significados que o gênero recebe nas crenças, instituições e até arquitetura urbana. Diante disso, o pensamento feminista permite questionar e analisar essas questões a partir de uma teorização adequada, que reconhece como a atividade científica é e não é generificada.

Na mesma linha, Salih (2015) defende que o gênero pode ser entendido como uma sequência de atos que estão em constante desenvolvimento e que acaba definindo um indivíduo, visto que não é possível que um agente social exista fora dos termos deste conceito. Em outras palavras, assim como Salih (2015) e McLaren (2002), considero que o gênero afeta a construção da subjetividade e tem grandes laços com a forma como os seres humanos pensam, sentem e atuam socialmente, mas ao mesmo tempo, o conceito de gênero deve ser considerado como um elemento que relaciona as diferenças percebidas dentro do contexto social, para além dessas ações. De modo que, a partir do gênero, a alteridade se torna um aspecto fundamental da experiência social, uma vez que, por si só, influencia a forma como o indivíduo é percebido e como ele se percebe, ao afetar toda a experiência social. Nessa definição, a identidade de gênero pode ser um elemento catalisador de violências, especialmente quando associado a outras categorias sociais.

Considerando essa definição, o gênero é um elemento central para debater a experiência de mulheres em situação de migração forçada, mas este trabalho dá um passo além e parte do entendimento de que existe uma impossibilidade de separação de outras categorias associadas ao corpo dessas mulheres, como etnia, raça, classe e *status* migratório, ou seja, a interseccionalidade se coloca como elemento central. Crenshaw (1989) propôs, que a experiência de mulheres negras é marcada por uma dupla discriminação, isto é, os efeitos combinados de práticas que discriminam com base na raça e no sexo resultam num processo de discriminação muito mais amplo do que as categorias gerais que o discurso fornece. Logo, a experiências dessas mulheres não é a soma da discriminação de gênero e raça, mas uma forma muito mais ampla que ignora completamente a maneira como essas vivências existem e como esses corpos são afetados. Além disso, para a autora, mulheres negras foram, e ainda seguem sendo, tratadas a partir de discursos que negam os aspectos únicos e a centralidade de suas experiências e que favorecem as grandes classes de “mulheres” ou “pessoas negras”.

Ao aprofundar e questionar os trabalhos sobre as discriminações sofridas por mulheres negras, Collins (2000), parte dos trabalhos desenvolvidos por Kimberlé Crenshaw, e define que a interseccionalidade se refere a formas particulares de opressões interseccionais, por exemplo, intersecções de raça e gênero, ou de sexualidade e nacionalidade. Esses paradigmas interseccionais servem como lembrete de que a opressão não pode ser reduzida a um tipo fundamental e que as opressões trabalham juntas na produção de injustiça. Em contraste, a matriz de dominação refere-se a como essas opressões interseccionais são de fato organizadas. Independentemente das intersecções específicas envolvidas, domínios de poder estruturais, disciplinares, hegemônicos e interpessoais reaparecem em formas bastante diferentes de opressão.

Ao ampliar essas definições para o caso de mulheres em processo de deslocamento forçado, depreende-se que a junção de categorias também torna a experiência diferente e, conseqüentemente, faz com que a discriminação sofrida por elas seja única e silenciada. Além disso, suas necessidades passam a ser parte do coletivo de migrantes, de modo a favorecer o discurso dominante e negar acesso e espaço específico. Em outras palavras, as mulheres discutidas nesta pesquisa relacionam categorias que as tornam ainda mais vulneráveis a discriminação, violência e a traumas. Além de serem mulheres, racializadas, de determinada classe social, o deslocamento forçado associa elementos de territorialidade, e essas mulheres passam a também receber o rótulo de “estrangeira” e/ou “refugiada”, que ao mesmo tempo que estigmatiza, fortalece a exclusão e uma posição de subalternidade frente a sociedade.

A relação entre migração internacional e cidadania se tornam elementos fundamentais para essa análise interseccional, uma vez que o contexto social de um país é profundamente afetado pelas relações de gênero e projetos e processos nacionais existentes (Yuval-Davis, 1997). Ao construir uma discussão sobre esses projetos, especificamente sobre a reprodução da nação, sua cultura e cidadania, Yuval-Davis (1997) argumenta que mulheres de origens caribenhas, africanas e asiáticas passavam por dificuldades com os novos significados associados a etnia, cidadania e religião quando se tornavam residentes de países europeus. As novas conjunturas eram marcadas por novas formas de subjugação diferentes daquelas experienciadas nos países que costumavam ser colônias. As teorias sociais expressas por mulheres nessas condições refletiam os esforços para lidar com as experiências vividas dentro das opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação e religião (Alexander; Mohanty 1997, Mirza 1997).

O interesse em construir uma pesquisa de campo para discutir e compreender as experiências de mulheres migrantes forçadas na cidade de Uberlândia - MG, está diretamente relacionada a esse entendimento interseccional, que reconhece que diferentes estruturas sociais vão exercer formas de opressão diferentes no novo contexto de vida dessas mulheres. Em outras palavras, o caminho de construção da dissertação reconhece as mudanças vivenciadas em um contexto de migração forçada e o texto considera que as experiências são específicas a essa modalidade de migração e, conseqüentemente, deveriam ser analisadas a partir de ferramentas que consideram e situam a produção do conhecimento, assim como proposto por Haraway (1988) e Esteban (2004).

Desse modo, além de reconhecer os desafios existentes no processo de mobilidade, é necessário analisar as dificuldades que perpassam o processo de acolhimento de mulheres e meninas em situação de deslocamento forçado nos mais diversos países de recepção, especialmente no Brasil. Nota-se que a experiência feminina nas migrações é constantemente invisibilizada porque as mulheres são tratadas como seres sem agência, que migram para acompanhar homens, sejam eles o marido, o pai ou os filhos. Ou seja, a mulher é, até hoje, tratada como um indivíduo que não é protagonista do processo migratório (Assis, 2007), assim como em muitos outros âmbitos da vida, o que demonstra uma manutenção da noção de mulheres como vítimas globais.

Em suma, o desenvolvimento desta pesquisa relaciona as inquietações previamente apresentadas a perspectiva epistemológica deste trabalho, que é feminista, crítica e interseccional, e reconhece que a produção de conhecimento não é neutra, mas situada e atravessada por relações de poder combinadas. Dessa forma, a construção do texto partiu de

metodologias que entendem que as mulheres migrantes são parte do processo e não apenas objeto de estudo. Existiu um compromisso com o diálogo entre os pressupostos da epistemologia da pesquisa e das escolhas metodológicas, reconhecendo que as experiências estudadas estão situadas dentro de um contexto social de relações coloniais, patriarcais e capitalistas. Assim, a pesquisa de campo foi elaborada a partir do entendimento da importância de garantir uma valorização da escuta ativa e o respeito às vivências pessoais.

Para alcançar os objetivos propostos, este trabalho se coloca como uma pesquisa de inspiração etnográfica, que reconhece a importância de encontros para construir o conhecimento aqui proposto. Esse método envolve o uso de diferentes ferramentas, como a coleta de dados por meio de entrevistas, observação-participante, pesquisa de campo, entre outros. Sob essa inspiração, esta pesquisa se coloca como um trabalho de campo que reconhece a importância das relações estabelecidas entre mim, enquanto pesquisadora, e as mulheres que participaram da pesquisa. Nessa acepção, o estudo parte da organização de encontros com mulheres haitianas e venezuelanas residentes na cidade de Uberlândia - MG, como ferramenta para investigar seus relatos e os significados que elas associam às categorias de pesquisa previamente selecionadas.

Como abordagem, a etnografia é uma concepção e prática de conhecimento que busca compreender os fenômenos sociais a partir da perspectiva de seus membros. Segundo Guber (2001), essas ciências observam três níveis de compreensão: o nível primário ou "relato" é o que é relatado como tendo ocorrido (o "o quê"); a "explicação" ou compreensão secundária refere-se às suas causas (o "por quê"); e a "descrição" ou compreensão terciária aborda o que aconteceu para seus agentes (o "como é" para eles). Em outras palavras, uma pesquisadora precisa, em alguma medida, entender os termos pelos quais os protagonistas caracterizam uma determinada ação. As agentes são participantes privilegiadas, pois somente elas podem dar conta do que pensam, sentem, dizem e fazem em relação aos eventos que as envolvem. Enquanto a explicação e o relato dependem de sua adaptação aos fatos, a descrição depende de sua adaptação à perspectiva nativa dos "membros" de um grupo social.

Além disso, dentro da etnografia, os movimentos de "interpretação" ou "descrição densa" reconhecem os "quadros de interpretação" dentro dos quais os atores classificam o comportamento e atribuem significado a ele (Guber, 2001). Em outras palavras, o uso da etnografia envolve a formação de conclusões por meio da articulação entre teoria e o contato direto da pesquisadora com o grupo de interesse. A forma como isso se relaciona à pesquisa é discutida de maneira mais detalhada no tópico seguinte, que apresenta a escolha da entrevista etnográfica como método de coleta de dados e a forma como esta pesquisa se preocupou com

a condução dos encontros e a importância da descrição oferecida pelas mulheres entrevistadas, além de discutir os posicionamentos que tomei enquanto pesquisadora.

Esta pesquisa adota a etnografia feminista como inspiração metodológica, por entender que existem elementos essenciais nessa abordagem para a construção de pesquisas de campo com mulheres, ao mesmo tempo que entende as limitações para o uso integral das técnicas, métodos e processos relacionados a ela por causa de questões temporais. Assim, ao entender que as etnografias não apenas relatam o objeto empírico da pesquisa, sendo ele um povo, uma cultura ou uma sociedade, mas também constituem a interpretação/descrição do que a pesquisadora viu, sentiu e ouviu. Uma etnografia apresenta a interpretação problematizada da autora sobre algum aspecto da "realidade da ação humana" (Guber, 2001). A discussão dos resultados e do próprio processo da pesquisa respeitam então, a associação de teorias ao contato direto com a população de atenção, a partir de um entendimento da relação profunda que é formada entre pesquisadora e as mulheres que se dispuseram a participar dessa pesquisa. Assim, saliento a importância da etnografia enquanto ferramenta que me permitiu acessar as mulheres e a forma como elas compreendem o mundo, a partir de uma interação social comigo enquanto pesquisadora.

Isto é, diferente do que existia dentro de abordagens positivistas e naturalistas, essa pesquisa existe dentro de um contexto de diálogo social, no qual eu, enquanto pesquisadora, e as mulheres, atores do grupo de interesse, interagimos para a construção do conhecimento de forma conjunta. Portanto, existe uma relação profunda entre o uso do corpo enquanto instrumento metodológico, que permite, ao mesmo tempo, capturar os significados dos agentes e acessar a subjetividade e a forma pela qual elas compreendem o mundo, principalmente dentro desse contexto de transformação (Pizarro, 2014).

Nesse sentido, a inspiração etnográfica também explica as decisões envolvendo a organização deste capítulo. O trabalho de campo foi guiado pelo entendimento de que as rupturas e erros encontrados durante o desenvolvimento da pesquisa são parte fundamental da construção do conhecimento e, conseqüentemente, devem ser debatidos, visto que são parte fundamental do que se é produzido. Isto é, a escrita de todo o trabalho é direcionada pelo entendimento de que a minha presença como pesquisadora afeta as informações alcançadas e, especialmente, as análises que serão produzidas a partir delas.

No entanto, a etnografia também se coloca como uma abordagem preocupada com os limites entre os entendimentos dos pesquisadores e do grupo sendo pesquisado (Guber, 2001), ou seja, é necessário reconhecer e respeitar os sentidos e significados próprios do contexto social e cultural das mulheres que são entrevistadas, de modo que a interação comigo não seja

a única lógica presente no trabalho de campo, nem uma limitação para o que elas entendem e relatam de suas próprias experiências. Destaca-se ainda o trabalho de autoras feministas, como Strathern (1988), que indica a existência de uma ligação inseparável entre antropologia e o feminismo, haja vista a dificuldade de separar o sujeito do objeto de investigação, e Scheper-Hughes (1992), que desenvolveu uma pesquisa de antropologia feminista no contexto brasileiro. Ambas as autoras partiram da etnografia como ferramenta para entender a experiência de grupos específicos de mulheres e serviram de inspiração para essa escolha, uma vez que exploram a experiência situada e localizada de mulheres em contextos específicos. Isto é, os trabalhos dessas autoras serviram como inspiração para construir um trabalho que relaciona as abordagens feministas, críticas e interseccionais ao trabalho de campo que constituem este texto.

Outrossim, considerar que formulações teóricas e categorias inesperadas surgem em relação aos dados localiza o pesquisador social dentro de um debate meta-teórico sobre a relação entre dados e teoria. A Teoria Fundamentada em Dados (TFD), abordagem metodológica qualitativa, popularizou o surgimento da teoria a partir de dados desde o final da década dos anos 1960 e se tornou dominante enquanto uma abordagem analítica de dados. Existem vários debates que relacionam a TFD a o que Charles Peirce chamou de abdução, que envolve a produção criativa de hipóteses baseadas em evidências surpreendentes (Timmermans; Tavory, 2012). Contudo, segundo Charmaz (2009), a abdução é secundária a indução, e que a TFD começa com análises indutivas dos dados e que passa além da indução para criar uma interpretação imaginativa da vida estudada.

Diante disso, assim como Timmermans e Tavory (2012), este trabalho, do ponto de vista metodológico, não pensa a abdução como um ponto de conjectura dentro de uma estrutura indutiva mais ampla, mas sim como uma abordagem analítica que privilegia a abdução. Assim, análises abduativas se constituem como uma abordagem qualitativa que visa a construção teórica a partir de ideias teóricas preconcebidas, ou seja, envolve a construção de repertórios teóricos durante o processo de pesquisa. De modo que, essa abordagem parte de um movimento contínuo de interpretação e formulação, que relaciona os dados e as teorias.

Dentro desta pesquisa, a abordagem abduativa serve como um elemento que relaciona as teorias anteriormente discutidas e existentes sobre os estudos migratórios, o gênero, a subjetividade e os afetos, aos dados coletados e inéditos dessa pesquisa. A partir da adaptabilidade contínua, elemento também proposto pela epistemologia feminista e parte da etnografia, a abdução se coloca como um elemento que vai ser usado principalmente na construção das análises que vão relacionar os elementos teóricos aos dados empíricos, de

modo a também afetar a construção do conhecimento, agora a partir da importância de uma interação constante entre as teorias existentes e os dados numa busca por novas hipóteses e teorias.

Sendo assim, essa dissertação entende esse processo assim como proposto por Collins (2022), como uma ferramenta para construção de práticas políticas e investigativas, não apenas uma teoria. Em outras palavras, a partir da relação entre os dados construídos na pesquisa de campo e as teorias utilizadas neste trabalho, eu pretendo contribuir com a construção de políticas públicas e de justiça social para as mulheres inseridas nos processos de integração local acolhidas no país, principalmente ao considerar que a interseccionalidade que atravessa a experiência dessas mulheres como fundamental para a garantia de acesso a direitos e transformação social.

Importante destacar que o caminho para essas decisões não foi exatamente fácil. A busca por uma epistemologia e uma metodologia que incluísse todos os elementos presentes na pesquisa surgiu a partir da união de diferentes técnicas e formas de pensar a construção do conhecimento, dentro de um contexto que já envolvia um trabalho anterior e um nível de entendimento do objeto de pesquisa, mas sem a total claridade que existe nesse momento. A relação do feminismo e da interseccionalidade é um aspecto marcante na maneira como o texto se constrói e o mesmo pode ser dito sobre a inspiração etnográfica. Assim, apesar das limitações temporais e, conseqüentemente, das limitações de utilização integral de determinadas técnicas, entendo ser necessário reafirmar que esses elementos juntos permitiram o desenvolvimento desse emaranhado de escolhas que formam o texto final aqui apresentado.

2. QUANDO A HISTÓRIA ATRAVESSA CORPOS: TERRITÓRIOS QUE PRODUZEM SUJEITOS E MOVIMENTOS

As mulheres em deslocamento forçado são protagonistas da sua própria história e qualquer pesquisa com elas deve reconhecê-las como sujeitas centrais. Nesse quadro, este capítulo aborda os contextos gerais dos territórios que atravessam as experiências delas antes da migração e durante o processo de integração local. A apresentação da América Latina e Caribe (ALC) serve para indicar aspectos comuns de desigualdade social que marcam esses territórios, além de servir para esclarecer particularidades do processo de migração Sul-Sul, isto é, entender os processos comuns a região situa a leitora nos elementos comuns a experiência de deslocamento forçado de pessoas que migram dentro da região.

A partir disso, os tópicos que discutem o contexto da Venezuela e Haiti servem para entender as especificidades de cada uma das crises políticas e econômicas que geraram os deslocamentos das mulheres incluídas nesta pesquisa. Além de esclarecer particularidades sobre a experiência de gênero das mulheres residentes desses países. Destaca-se que esse exercício é importante haja vista que a identidade individual e coletiva do sujeito falante depende da linguagem, está em construção permanente e varia de acordo aos contextos sócio-históricos, e envolve mecanismos psicológicos e sociais que não só constroem a identidade, como formam a percepção da diferença que é entendido como o princípio da alteridade. Diante disso, existe uma profunda relação entre a formação da identidade individual e a forma como os indivíduos de um determinado grupo social representam o território (Nunes, 2018) e essas informações são fundamentais para situar os resultados alcançados.

Isto é, o sujeito é formado pelas relações estabelecidas com outros indivíduos, mas também com a cultura, instituições e estruturas sociais existentes no contexto histórico e social de desenvolvimento. Se esse espaço territorial está em conflito, infere-se a existência de consequências diretas a identidade do sujeito envolvido no processo. De modo que, as mulheres em deslocamento forçado analisadas neste trabalho devem ser entendidas como sujeitos que alcançaram uma fase de subjetivação violenta, que envolve a perda de todos esses elementos que foram fundamentais para a construção de suas identidades. Ao mesmo tempo que passam a estar em contato com uma novas estruturas sociais e de poder.

Por outro lado, o tópico sobre o Brasil explicita algumas das estruturas sociais que atravessam a experiência das pessoas que residem no território, especialmente as normativas que tratam sobre a migração internacional e o processo de acolhimento de refugiados e deslocados forçados. Por fim, a apresentação da cidade de Uberlândia-MG esclarece aspectos específicos do processo de integração das mulheres entrevistadas dentro deste trabalho, a partir de dados gerais sobre a organização socio-espacial do município e das estruturas sociais que atravessam a experiência de quem reside no município.

Destarte, ao analisar as experiências de mulheres atravessadas pela racialização, como é o caso de mulheres venezuelanas e haitianas, é necessário entender a intersecção existente nas formas de opressão estabelecidas a partir da colonização e das estruturas presentes nas sociedades de seus países de origem. Assim, antes de discutir suas falas, este capítulo serve como instrumento para um marco etnográfico e histórico contextual, que mostra o contexto de quem fala e, conseqüentemente, situa essa pesquisa.

2.1. Legados, Rupturas e Continuidades na América Latina e Caribe: Entre Tensões Políticas e Projetos de Futuro

A história do Brasil, da Venezuela e do Haiti são marcadas por particularidades e semelhanças que afetam a experiência dos corpos que existem dentro desses contextos. As particularidades são discutidas nos tópicos seguintes e incluem os elementos específicos que causaram o deslocamento forçado das mulheres que fazem parte desta pesquisa, contudo, os elementos comuns são fundamentais para entender problemáticas comuns as vivências dessas mulheres, especialmente as raízes de desigualdade e violência que marcam o território onde elas nasceram. Em outras palavras, as experiências de mulheres latino-americanas são profundamente associadas aos processos sociais que aconteceram nessa região e as consequências coloniais que definem as estruturas existentes.

Diante disso, a América Latina enquanto um termo que buscava criar unidade entre as repúblicas de língua hispânica surgiu no século XIX como um projeto ideológico de Napoleão III. De modo que a definição desse termo é resultado de processos hegemônicos associados a elementos políticos e econômicos, ou seja, era uma referência a todos os países e territórios sujeitos ao imperialismo europeu e, posteriormente, estadunidense. Isto é, a categoria América Latina e Caribe foi, inicialmente, baseada no universalismo europeu e uma expressão direta da dominação do território (Ferret; Pinto, 2011).

A região é localizada entre o Oceano Atlântico e o Pacífico e se estende desde o México, na América do Norte, até o extremo sul da Argentina. Nota-se que a América Latina foi organizada como um grupo regional baseado em um critério linguístico, que reuniu os países que têm línguas derivadas do latim (espanhol, português e francês, em ordem das línguas mais faladas no território). O termo América Latina e Caribe surge então de uma distinção histórica e linguística que serve como forma de descrever todo o território do continente americano que compartilha traços culturais e modos de vida (CEMERI, 2025), mas também cumpre uma função econômica-material na separação do capital entre aquilo que é moderno e colonial (Salles-Lima, 2020).

O início da colonização da região é datado em 1492, com a atuação dos portugueses no território que se tornaria o Brasil, espanhóis no território entre o México e a Argentina e disputas intensas entre espanhóis, ingleses, franceses e holandeses no Caribe. A exploração colonial era baseada na exportação de produtos naturais e agrícolas e na importação da maioria dos bens da metrópole. A produção variava de acordo com a colônia, mas a de cana

de açúcar era muito comum, bem como a mineração de metais preciosos nos territórios que tinham esses recursos em abundância (Jakobsen, 2019).

A produção nesse período era escravagista, inicialmente a partir da exploração dos povos originários da região, que até aquele momento tinham aproximadamente 20 a 25 milhões de pessoas em todo o território (Klein, 1987). A colonização da ALC esteve amplamente baseada no genocídio de civilizações tradicionais que existiam na região, seja pelas doenças trazidas pelos europeus ou pela escravidão e violência envolvidas no processo de exploração das terras. A escravização desses povos envolvia atividades de mineração, pecuária, agricultura e trabalhos domésticos e essa mão de obra era utilizada em sua maioria nas Américas colonizadas por espanhóis. Esse modelo terminou formalmente no século XVII, a partir de uma decisão das autoridades portuguesas e espanholas, mas ainda existia na Bolívia até o século XX (Jakobsen, 2019).

O uso da mão de obra de povos originários foi substituída por pessoas trazidas da África, “cuja produtividade era maior, além de recomendada pela Igreja Católica e gerar uma ‘cadeia de valor’ desde a captura, o tráfico e a comercialização no destino final em escala muito mais larga e vantajosa do que a escravidão indígena” (Jakobsen, 2019, p. 8). Inúmeras etnias foram escravizadas e trazidas para a região, mas o apagamento das identidades e culturas foi uma parte fundamental do processo. Salienta-se que o genocídio de pessoas escravizadas de origem africana, assim como o dos povos originários da região, tem marcas profundas na história de cada um dos países que vivenciaram o processo. Pessoas negras resistiram por meio de revoltas, mas a transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre aconteceu apenas no século XIX, com a abolição da escravidão (Jakobsen, 2019).

A primeira declaração de independência da região aconteceu a partir de uma revolta de escravizados no Haiti, iniciada em 1791 e finalizada em 1804 com a expulsão dos franceses. O Haiti também foi o primeiro país a abolir a escravidão, ainda nesse período, em 1793. As outras independências vieram até o final de 1820, amplamente facilitadas pelo contexto europeu de guerras napoleônicas. Importante destacar que a abolição da escravidão em países como Chile, Colômbia, Equador e Venezuela foi um resultado de suas independências, mas só foi total quando abolida no Brasil em 1888. Os processos nos países caribenhos foram muito diferentes e ainda existem várias colônias formais e informais, como Porto Rico, Guiana Francesa e outros. É importante salientar que a independência dos países da região esteve, em boa medida, relacionada às visões políticas dualistas entre grupos conservadores, que apoiavam as estruturas coloniais, e os liberais, associados aos movimentos independentistas (Jakobsen, 2019).

Entretanto, apesar desses processos terem garantido a construção dos Estados nacionais, o que unia esses grupos era “a manutenção do controle político de seus respectivos países pelas elites criollas, particularmente, sobre as classes populares formadas pelos camponeses, indígenas, negros, mestiços, escravos e trabalhadores livres” (Jakobsen, 2019, p. 14). Em outras palavras, a hierarquia política social foi mantida por todo o processo, reafirmando as desigualdades existentes na região, apesar das disputas comuns pelo poder. Associado a isso, as independências desses países abriram margem para a influência de países como a Inglaterra e os Estados Unidos, numa disputa por recursos e territórios pós-colonização.

A história geopolítica do continente americano é marcada por avanços imperialistas dos Estados Unidos, especialmente por meio de políticas de intervenção no resto do território, desde o momento que despontaram como uma potência regional. A exemplo disso, destaca-se que muitos dos golpes militares e ditaduras estabelecidas na América Latina foram financiadas ou militarmente favorecidas pela atuação do país, inclusive no caso do Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai. Além disso, o interesse nos recursos naturais e mão de obra barata da região causou problemas ambientais e um novo ambiente de disputa que fez com que a América Latina ressurgisse enquanto um alvo geopolítico. Desse modo, apesar de muitas lutas de libertação nacional e de avanços nos processos internos, a expansão dos Estados Unidos, especialmente no que tange controle militar e envolvimento político, afetou e ainda afeta o desenvolvimento da região (Ceceña, 2025).

Outrossim, a presença de ditaduras militares é um elemento comum em muitos países da América Latina e Caribe, entre 1920 e 1930 a Venezuela, Cuba, Nicarágua, República Dominicana, Peru e Haiti vivenciaram esse modelo de governo. Do mesmo modo, as últimas décadas do século XX marcaram a presença de governos militares baseados em segurança nacional, sendo eles iniciados: no Brasil e na Bolívia em 1964; na Argentina em 1966 e depois 1976; e no Chile e Uruguai em 1973. Esses regimes assumiram o poder e se mantiveram a partir de repressões violentas e estruturais, bem como por meio de alianças estratégicas com os Estados Unidos. Os modelos de ditadura estabelecidos em cada um dos países tinham diferenças e estruturas próprias, mas salienta-se a liberalização das economias, alinhamento a políticas imperialistas e grandes crimes de direitos humanos que ficaram, em grande parte, impunes (Sader, 2025).

A redemocratização e eleição de governos civis depois das ditaduras foi, em grande medida, um resultado de mobilizações de setores partidários e populares, mas a transição foi negociada e preservou grande parte do poder dos militares. Em outras palavras, além de

impunidade aos crimes e violências cometidas, o processo de transição manteve o *status quo* econômico e social (Jakobsen, 2019). Nesse sentido, o Estado Moderno desses países demonstram o fortalecimento da estrutura social, política e econômica estabelecida durante a colonização, ou seja, as estruturas de poder reafirmaram a posição de periferia dos países latino-americanos e caribenhos. Diante disso, infere-se que os problemas dos países da região não são apenas nacionais, mas está relacionado às condições e transformações históricas das Américas e o sistema de produção baseada na escravidão (Salles-Lima, 2020).

De fato, a América Latina representa a articulação entre as dinâmicas materiais históricos do capitalismo moderno e as constantes configurações culturais e ambientais. No entanto, por vezes alguns pesquisadores/as esquecem de sinalizar a América ser resultado de um projeto colonial e, ao cumprir a função econômica de periferia no mercado internacional, os escravizados cumpriam sua função de mercadoria. O espaço vivido e sentido ao longo desse território continua a ser diferenciado pela raça e etnia e mais recentemente pela classe, gênero e sexualidade (Salles-Lima, 2020, p. 304).

O padrão de desenvolvimento na região possui muitas características comuns, apesar das especificidades de cada um dos países, entre as quais destaca-se os desafios sociais, ambientais e econômicos que causam profunda desigualdade social e baixa eficiência em políticas institucionais de garantias de desenvolvimento (CEPAL, 2025). A desigualdade social é, em suma, um fenômeno com raízes profundas, que demonstra a relação ao período colonial, ao modelo escravista, ao poder hierárquico das elites e ao modelo de desenvolvimento tardio, periférico e dependente (Soares, 2025). Apesar de avanços nos sistemas de proteção e política social, a pobreza ainda afeta profundamente essas populações e a desigualdade estrutural se mantém como uma realidade da região (CEPAL, 2025).

2.1.1. Estruturas que Moldam Mobilidades: Da Colonialidade às Crises Contemporâneas

Para analisar a experiência de mulheres dentro de um contexto marcado pelas consequências da colonização, é importante reconhecer a forma como esses sujeitos são atravessadas pela interseccionalidade das estruturas sociais produzidas a partir dela, especificamente a definição de gênero, raça e colonialidade. Para Quijano, as lutas pelo controle do “acesso sexual, seus recursos e produtos” definem o âmbito do sexo/gênero e são organizadas pelos eixos da colonialidade e da modernidade (Lugones, 2008), bem como defende que a ideia de raça reorganiza os regimes de gênero, de modo que ele é subordinado à lógica da raça (Mendonza, 2010).

Contudo, essa visão recebe duras críticas, especialmente porque as definições do autor partem do pressuposto de que gênero e sexualidade são elementos estruturantes de todas as sociedades humanas. Portanto, mesmo sem perceber, o autor acaba aceitando premissas patriarcais, heterossexistas e eurocentradas sobre gênero (Mendonza, 2010). No entanto, as contribuições do autor, no que diz respeito a ideia de que a colonialidade permeia todos os aspectos da existência social, permitindo o surgimento de novas identidades geoculturais e sociais, não devem ser ignoradas. A “colonialidade” não se refere apenas à classificação racial, apesar desse aspecto ser central, é um fenômeno abrangente, pois é um dos eixos do sistema de poder e, como tal, permeia todo o controle do acesso sexual, da autoridade coletiva, do trabalho e da subjetividade/intersubjetividade, e a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas. Em outras palavras, todo o controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho é expresso em conexão com a colonialidade (Lugones, 2008).

Isto posto, embora na modernidade capitalista eurocêntrica todos sejam racializados e atribuídos a um gênero, nem todos os sujeitos são dominados ou vitimizados por esse processo. Esse fenômeno é binário, dicotômico e hierárquico (Lugones, 2008). Nessa acepção, um padrão é construído e, por meio dele, as relações sociais se organizam e podem ser entendidas, ou seja, a existência de corpos que diferem desse padrão são, necessariamente, ignoradas e silenciadas, dentro de um contexto de subalternidade. Assim, reafirma-se a necessidade de considerar a forma como esses elementos afetam a construção da subjetividade das mulheres incluídas dentro de um contexto marcado pela colonialidade, especialmente a partir do reconhecimento da interseccionalidade desses elementos com as questões de gênero.

Essa colonialidade de gênero é fundamental para entender a vivência de deslocamento forçado Sul-Sul, haja vista que essas mulheres são atravessadas por consequências similares causadas pela colonização. Isto é, no caso de mulheres haitianas e venezuelanas, argumenta-se que a colonialidade de gênero afeta todos os estágios do deslocamento forçado, desde as motivações para migração até as experiências práticas da integração local, elementos discutidos nos capítulos 3 e 4, a partir dos relatos construídos na pesquisa de campo.

Dentro do contexto da América Latina e Caribe, nota-se uma dificuldade de analisar as condições de vida das mulheres nas sociedades pré-hispânicas, especialmente associadas à falta de relatos sobre essas pessoas e a visão eurocêntrica presente nos documentos que existem do processo de colonização do território. Com o estabelecimento do regime colonial, as mulheres tiveram que se adaptar a um sistema social complexo e contraditório, no qual a

fragmentação da cultura nativa e o processo de transculturação eram marcados pela opressão e pela violência. Na nova sociedade, a ideologia feudal hispânica desempenhou um papel decisivo em relação às mulheres, sem mencionar que, no primeiro período da conquista, os espanhóis não trouxeram suas próprias mulheres. Em outras palavras, durante a colonização existiu um processo de opressão socioeconômica, racial e de gênero, no qual as mulheres da região eram usadas sexualmente e de forma violenta (Guardia, 2009).

Até o começo do século XX o discurso histórico da América Latina mencionava apenas mulheres excepcionais por sua beleza, virtude ou heroísmo, uma história fundada em personagens da elite. De modo geral, essa narrativa foi criada por homens, em sua maioria, de classes dominantes, segundo o modelo androcêntrico¹⁰, no centro arquetípico do poder, segundo o qual os homens aparecem como os únicos capazes de governar e ditar leis, enquanto as mulheres ocupam um lugar secundário, no espaço privado e longe dos grandes acontecimentos da sociedade (Guardia, 2009).

Outro período crucial na história para a compreensão da condição da mulher na região é a luta pela independência. No contexto de numerosas revoltas, as mulheres participaram dos movimentos, atuando como intermediárias, recrutadoras de rebeldes, espiãs em domicílio e provedoras de alimentos. Com a conclusão da independência política no século XIX, os rostos dos homens que forjaram a emancipação da Espanha emergiram e tomaram forma, mas os feitos emancipatórios indígenas foram minimizados e a participação das mulheres apagada, como se o fato de ser mulher e morrer pela pátria e pela liberdade não tivesse o mesmo significado e a mesma dimensão que as ações dos heróis, todos homens, da nossa história (Guardia, 2009).

Na região, entre as décadas de 1970 e 1990, a quantidade de mulheres economicamente ativas aumentou, mas a presença no mercado de trabalho se manteve em poucas profissões. Além disso, apesar das mulheres terem, em média, mais instrução que os homens, as diferenças salariais eram significativamente inferiores quando comparados, e o mesmo nível de instrução não garantia equivalência salarial em nenhum dos países. Associado a isso, nota-se que até 2009 mantinha-se uma dupla carga de trabalho, na qual mulheres desempenhavam trabalhos de cuidado além de suas horas no mercado de trabalho. Outrossim, a região latino-americana e caribenha concentra algumas das cidades mais violentas do mundo. Infere-se que essa conjuntura esteja profundamente associada às consequências do

¹⁰ Parte da supervalorização do homem, de seus interesses, comportamentos e experiências, ou seja, um modelo que ignora as experiências femininas, já que seres humanos não

passado colonial e da realidade de dependência instituída a partir desse processo (Marques; Barbosa; Hutz, 2010).

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) identificou mulheres, meninas e adolescentes como pessoas em situação particular de discriminação na região e, conseqüentemente, priorizou suas linhas de trabalho para promover e garantir seus direitos fundamentais. A CIDH observou que as mulheres na região continuam a enfrentar sérios desafios para alcançar o pleno respeito e a proteção de seus direitos fundamentais, num contexto de violência e discriminação estruturais e endêmicas contra elas. Em particular, indicou que as altas taxas de homicídios, desaparecimentos, assédio e violência sexual motivados por questões de gênero, entre outras formas de violência, bem como a persistência de graves obstáculos, impedem o acesso oportuno e não discriminatório à justiça e à reparação e proteção integral contra esses atos (OEA, 2019).

A ONU Mulheres relata que o assédio sexual e outras formas de violência contra mulheres e meninas em espaços públicos existem em todos os países, tanto em áreas rurais quanto em cidades. Ao mesmo tempo, as mulheres também enfrentam barreiras para obter acesso adequado à educação, informação e serviços de saúde sexual e reprodutiva de forma imparcial, oportuna e culturalmente apropriada. A discriminação contra as mulheres também as impede de acessar oportunidades e condições de emprego iguais, particularmente igualdade salarial para trabalho idêntico e um ambiente de trabalho livre de assédio sexual (OEA, 2019).

Isto posto, a fala das mulheres entrevistadas neste trabalho está situada em um espaço marcado pelo histórico contextual de cada um de seus países, visto que isso afeta a formação de suas identidades e é a causa central do deslocamento forçado. Contudo, particularidades podem ser notadas ao analisar as similaridades presentes na região. A exemplo disso, é importante salientar que a dinâmica migratória em algumas partes da América Latina continua sendo afetada pela instabilidade interna e pela insegurança, resultando no deslocamento de milhões de pessoas (IOM, 2023). Entre os anos de 2011 e 2020, nota-se uma espécie de feminização das migrações no Brasil, especialmente pelo aumento de mulheres de origem de países sul-americanos (Tonhati; Macedo, 2020), diferente do que aconteceu nos movimentos migratórios anteriores, que eram masculinizados (Mamed, 2018; Santos, *et al.*, 2018; Santos; Mesquita, 2017). Por conseguinte, observa-se que o aumento da migração forçada de mulheres e meninas na ALC tem uma profunda relação com violências de gênero, visto que elas continuam sendo submetidas a níveis muito altos de violência na sub-região (IOM, 2023).

Nesse sentido, as migrações internacionais no século XXI são marcadas pela mobilidade entre os países do Sul Global. Esses deslocamentos são, ao mesmo tempo, reflexo das restrições impostas pelos países do Norte e das novas complexidades e heterogeneidades da imigração internacional (Baeninger, *et. al.*, 2018). Assim, essa modalidade de deslocamento tem ganhado mais espaço dentro das discussões teóricas e nota-se que:

[...] as migrações Sul-Sul se consolidam no bojo de processo mais amplo das migrações transnacionais, da divisão internacional do trabalho, da mobilidade do capital. Refletem e (re)configuram condicionantes que ocorrem das fronteiras nacionais, com impactos na conformação da imigração no âmbito de cada país (Baeninger, *et. al.*, 2018, p. 13).

Diante disso, tradicionalmente conhecida pela emigração, com um grande número de pessoas se mudando para países fora do Caribe, a migração dentro da sub-região caribenha também é comum e bem estabelecida. Nem todos os migrantes intra regionais se dirigem para países de alta renda. Em 2020, a República Dominicana abrigava quase 500.000 haitianos. O número de pessoas que se deslocam do Haiti para seu vizinho caribenho aumentou nos últimos anos, à medida que a situação política e de segurança no Haiti se deteriorou. A violência e a insegurança relacionadas a gangues, a perseguição política, bem como a deterioração das condições econômicas em alguns países do Caribe, resultaram em deslocamentos internos e transfronteiriços significativos. No Haiti, a escalada da violência entre gangues, particularmente na capital Porto Príncipe, provocou mais de 100.000 deslocamentos internos em 2022 (IOM, 2023).

No entanto, como uma resposta ao aumento do número de migrantes haitianos, em 2022, milhares de pessoas foram repatriadas para o Haiti por via aérea ou marítima, vindos de países como os Estados Unidos e Cuba. Somente em abril de 2023, mais de 10.000 haitianos foram repatriados, sendo mais de 9.700 apenas da República Dominicana. Além disso, a situação dos migrantes venezuelanos (incluindo refugiados) continua desafiadora, com milhões ainda sofrendo os impactos do deslocamento. Em 2022, os venezuelanos continuaram a figurar entre a maior população deslocada além-fronteiras do mundo. No final de 2022, havia mais de 234.000 refugiados venezuelanos registrados e mais de 1 milhão com pedidos de asilo pendentes. Outros países da região, como Nicarágua, Honduras e Cuba, também são a origem de um número significativo de solicitantes de asilo. México, Brasil, Peru e Costa Rica abrigam alguns dos maiores números de solicitantes de asilo na sub-região (IOM, 2023).

Este capítulo tem como objetivo situar a leitora para o entendimento do contexto que marca a fala das mulheres entrevistadas. Desse modo, propõe-se uma discussão curta sobre elementos importantes da história do país, como meio para entender as desigualdades

vivenciadas e o contexto específico de migração forçada dessas mulheres. Os tópicos abaixo servem para elaborar o contexto político e sociocultural dos países de origem das mulheres entrevistadas, bem como discutir o processo específico de acolhimento em que este trabalho se situa.

2.2. Venezuela em Perspectiva: Crises Estatais, Tensões Sociais e Vivências Femininas

A experiência de mulheres venezuelanas deve ser considerada a partir dos elementos específicos do território, das estruturas internas e das instituições e práticas sociais internas e no caso do deslocamento forçado, entender as particularidades das crises nacionais é fundamental para situar a experiência específica das mulheres venezuelanas que participaram deste trabalho.

Isto posto, a República Bolivariana de Venezuela é um país localizado no extremo norte da América do Sul, banhado pelo mar do Caribe ao norte e que faz fronteira com a Colômbia, a Guiana e o Brasil, e a capital é Caracas. A Venezuela tem uma extensão territorial de 912,050 km² e administra uma série de ilhas e arquipélagos caribenhos e em 2023 tinha uma população de 28.300.854 habitantes (IBGE, 2025; Martins, 2025). O país que no passado abrigou milhares de refugiados, agora tem um significativo número de venezuelanos que precisam de proteção internacional. Mais de 6 milhões de pessoas foram forçados a deixar suas casas, gerando uma das maiores crises de deslocamento no mundo atualmente (ACNUR, 2025).

O período colonial na Venezuela teve elementos comuns ao processo de colonização que aconteceu no resto da região latino-americana e caribenha, especialmente no que tange a profunda resistência de algumas tribos indígenas às imposições dos colonizadores europeus. O território teve diversos povos indígenas e essas civilizações tiveram importantes marcos culturais no país, a exemplo da importância linguística. Atualmente, além do espanhol, o país tem mais de trinta línguas indígenas consideradas idiomas oficiais pela Constituição do país (Embaixada da Venezuela em Brasília, 2010).

A economia durante o período colonial era baseada na extração de recursos naturais, na agricultura e em um modelo de escravização de indígenas e africanos, elementos base de um sistema que privilegiava a elite *criolla*, que detinha o poder das terras e do comércio (Ellner; Hellinger, 2003). Infere-se que a organização social desse período é um dos marcos importantes da desigualdade social que marcou a história do país, bem como que assim como em outros contextos coloniais, as mulheres foram forçadas a existir dentro de um sistema

marcado pela opressão e violência, que privilegiava as experiências de homens da classe dominante e forçava mulheres aos espaços privados (Guardia, 2009).

A colonização espanhola durou mais de 300 anos e durante as últimas décadas, foi marcada por processos de tensões internas. A estagnação do sistema econômico defendido pela Coroa, associada ao contato da população com os ideais das revoluções na França e nos Estados Unidos e com o movimento “*Ilustración*”, foram o estopim das primeiras rebeliões no território contra o domínio espanhol. Essas rebeliões eram feitas por negros que foram escravizados que buscavam liberdade (Embaixada da Venezuela em Brasília, 2010).

Como resultado, além das rebeliões, nota-se que em 1810 aconteceram os primeiros passos para a independência venezuelana e em 1811 nasceu a Primeira República e é durante esse processo que surge Simón Bolívar, figura fundamental nas lutas independentistas que marcaram a história do país e também da região (Embaixada da Venezuela em Brasília, 2010). No entanto, é importante salientar que a independência não foi um processo de rompimento com o histórico colonial do país. As elites agrárias mantiveram o poder e a exclusão social foi perpetuada (Quintero, 2001). Em outras palavras, a desigualdade e a centralização do poder se mantiveram, apesar da proclamação da independência.

Apesar desses ideais da guerra da Independência não terem sido alcançados, a Quarta República, a mais longa de toda a história republicana do país, perdurou de 1830 ao final do século XX. Apesar dos ideais não terem sido concretizados, essa república teve grandes acontecimentos históricos dentro do território. Além de quase um século de conflitos civis, que afetaram a economia, a política e o contexto social da Venezuela, durante esse período o país também aboliu a escravidão (Embaixada da Venezuela em Brasília, 2010).

O petróleo causou mudanças profundas na estrutura produtiva do país, que até aquele momento era fundamentalmente agrícola. Além disso, esse período também marcou o fim dos conflitos internos e o início da ditadura de Juan Vicente Gómez, que foi responsável por permitir a exploração de hidrocarbonetos por empresas transnacionais (Embaixada da Venezuela em Brasília, 2010). A partir das decisões de Gómez, a Venezuela foi então inserida na economia mundial como fornecedora de energia aos países industrializados (Lieuwen, 2016). Isto posto, a dependência do país, que era um resultado do passado de colonização, passou por uma transformação e se tornou uma dependência econômica ligada à “cultura do petróleo” (FUNAG, 2024). E esse contexto se manteve em muitos dos governos seguintes, ainda dentro de moldes ditatoriais, que se mantiveram no poder a partir do apoio dessas petrolíferas transnacionais e por se ajustarem a interesses de atores externos (Embaixada da

Venezuela em Brasília, 2010). Depreende-se que o petróleo se tornou um dos elementos de reprodução de desigualdades da sociedade venezuelana (Rangel, 1977).

A democracia do país foi iniciada em 1958, com políticas sociais implementadas, com ênfase em estratégias de enfrentamento à pobreza, especialmente a partir de 1989, quando foi adotado o esquema de crescimento neoliberal (Alvarado Chacín, 2005). Outra consequência desse modelo de implementação de políticas sociais foi a criação de estruturas separadas e verticais, que gradualmente se desvincularam das práticas sociais (D'Elia, 2002). Durante a década de 90, as questões sociais foram expressas de forma crua e direta. Muitas políticas, especialmente ligadas à economia e a descentralização político administrativa, tiveram como resultado um aumento considerável no número de famílias vivendo na pobreza, questão fundamental do fracasso das políticas sociais, mais desemprego e o crescimento progressivo do setor informal. Como consequência, a tendência à exclusão social se aprofundou, embora durante os primeiros anos desta década (1992 a 1994) as estatísticas disponíveis mostrassem uma redução da pobreza e o coeficiente de Gini¹¹ tivesse apresentado uma ligeira melhora, para posteriormente, em 1996, apresentar sua deterioração máxima (Maingon, 2004).

Diante disso, infere-se que a explosão social, apesar de inorgânica, que eclodiu em 1989, associada a identificação ou apoio moral de parcela significativa da população às tentativas de golpe de 1992; a indignação coletiva com a corrupção, especialmente no judiciário; as medidas de proteção estatal ao setor financeiro, crise bancária de 1994; enquanto a maioria via sua qualidade de vida decair diariamente e se sentia excluída, foram fatores que minaram a velha ordem democrático-populista a ponto de a maioria dos setores populares se rebelar contra ela após o processo eleitoral de 1998 e o processo constituinte de 1999 (Alvarado Chacín, 2005).

As mudanças políticas na Venezuela, desde o momento em que Chávez venceu as eleições presidenciais da Venezuela, em dezembro de 1998, provocaram diversas reações tanto da academia em geral, incluindo os chamados historiadores "oficiais", quanto dos movimentos feministas de base. A constatação de que as desigualdades de gênero ainda não tinham sido resolvidas, apesar do intenso processo bolivariano de transformação social das últimas décadas, levou os movimentos feministas a defenderem que as demandas das mulheres seguiam sendo negligenciadas e adiadas em favor daquelas impostas pela luta de classes. Como resultado, destaca-se o surgimento de diversas organizações feministas acadêmicas, voltadas à produção de conhecimento e debates teóricos, que buscavam criar ferramentas para a libertação feminina no território. Isso envolveu um processo de

¹¹ Mede o grau de desigualdade e concentração de renda.

resignificação dos protagonismos dentro da história do país e da busca de uma construção de uma historiografia crítica (Arenas, 2010).

O discurso proposto por Chávez retomou ideais associados a Bolívar para reafirmar a importância da luta contra a dependência estrangeira e de consolidar uma justiça social dentro da Venezuela. Contudo, apesar dos avanços sociais alcançados por políticas nos primeiros anos desse governo, a economia nacional ainda era vulnerável a mudanças externas e o contexto interno demonstrava tensões que poderiam gerar uma nova crise (FUNAG, 2024). A Venezuela foi apelidada de "nação petroleira" por ter uma política profundamente relacionada ao petróleo e a dependência desse bem não pode ser considerada benéfica sem ressalvas, ou seja, apesar da nacionalização do petróleo em 2003, na Era Chávez, as variáveis econômicas do país eram dependentes dos preços do mercado internacional e isso criava instabilidade interna, tornando a dependência que o país tinha do petróleo cada vez mais perigosa (Bastos; Obregón, 2018).

Em 2013, a ascensão de Nicolás Maduro, após a morte de Chávez, se concretizou em meio a um pronunciamento oficial em defesa da continuação do governo chavista. O plano de governo era manter uma postura conservadora em relação ao governo anterior e manter a implementação do socialismo no país, além de aumentar a produção do petróleo e erradicar a miséria. Entretanto, em 2013 existia uma escassez de produtos básicos de subsistência, crise no setor elétrico, inflação alta, desvalorização do câmbio e queda do PIB. Muitas manifestações em oposição a Maduro existiram e um embate polarizado foi instaurado dentro do governo, entre Maduro e seus apoiadores e aqueles que foram denominados "antichavistas". E a partir dessa conjuntura, o país esteve inserido em conflitos violentos entre os dois grupos, especialmente a partir de 2014, quando o país alcançou o ápice da crise por causa da baixa no preço do petróleo e diminuição da exportação (Bastos; Obregón, 2018).

A crise econômica e política do país é um fenômeno multifacetado, profundamente marcado pela dependência do país ao petróleo, mas também por problemas na gestão governamental (Silva, 2023; Pérez, 2024). Isto é, a crise econômica repercutiu nas condições sociais do país (Bastos; Obregón, 2018) e a fragmentação do governo e enfraquecimento das instituições democráticas afetaram a capacidade do país oferecer o mínimo para a população (Morales; Villalba, 2024). A desestabilização estatal afetou profundamente a parte mais vulnerável do país ao provocar falta de trabalho, baixa produção interna, redução abismal do poder de consumo e falta de itens de consumo de necessidade básica (Mendes; Da Silva; Senhoras, 2022).

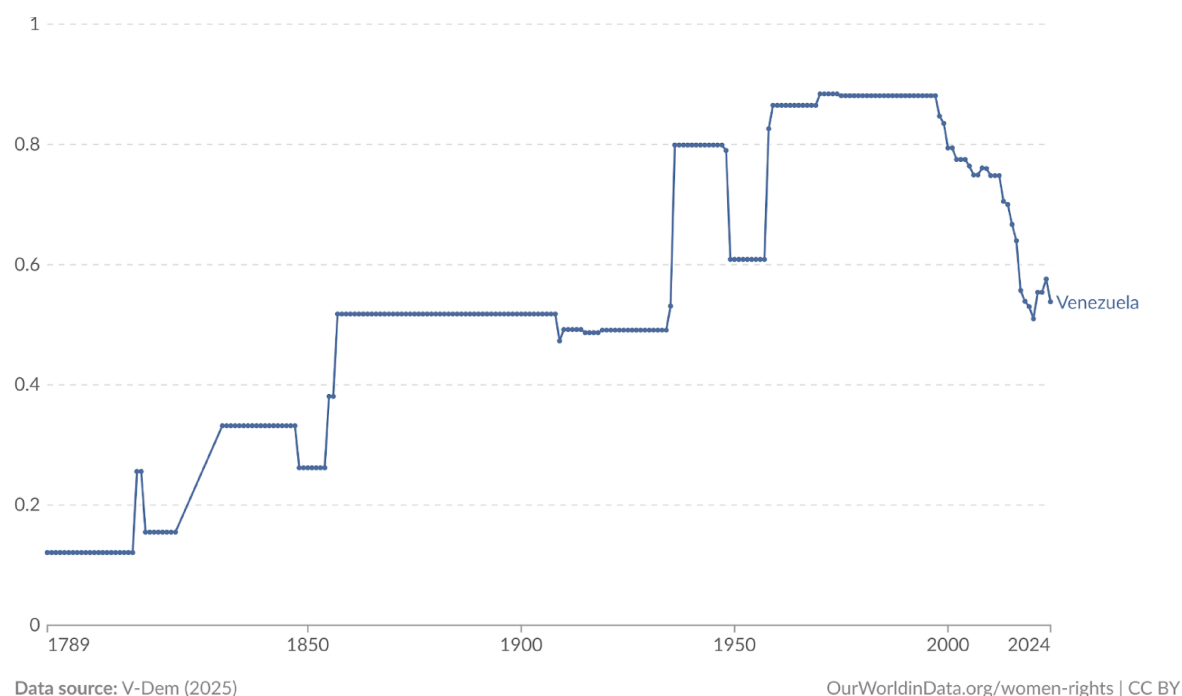
O agravamento da crise fez com que um número crescente de venezuelanos deixassem o país de forma forçada. O fluxo dessas pessoas no Brasil aumentou de forma significativa a partir de 2015, especialmente em 2017. A maioria das pessoas que atravessam a fronteira do país faz pelo estado de Roraima, com uma concentração nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, mais próximas da Venezuela. E a maioria dessas pessoas chegam com necessidades urgentes de assistência humanitária, a exemplo de comida, saúde e outros serviços básicos (UNICEF, 2025). Até junho de 2024 o país tinha 132.626 refugiados venezuelanos reconhecidos, 479.751 residentes e um total de 568.058 venezuelanos refugiados e migrantes (R4V, 2024). O fluxo de entrada no país se mantém:

Apenas entre janeiro até agosto de 2024, mais de 60 mil refugiados e migrantes entraram no Brasil por Pacaraima, representando uma média de 250 pessoas por dia. Destes, aproximadamente 21 mil são crianças e adolescentes (4-17 anos). Muitas chegam sozinhas ou com pessoas que não são suas responsáveis legais (UNICEF, 2025).

A mobilidade tão expressiva de venezuelanos têm impactos significativos para os países de acolhida, exigindo políticas de respostas a nível nacional (CEPAL, 2022). No caso do Brasil, o acolhimento desses migrantes esteve profundamente associado à atuação do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) (Moreira, 2023) e da Operação Acolhida, estabelecida em 2018 pelo Governo Federal, que visa garantir o atendimento humanitário e interiorização voluntária dos refugiados e migrantes recebidos na fronteira do Brasil (Mendes; Da Silva; Senhoras, 2022).

Dentro desse contexto, destaca-se que a experiência de migração de mulheres é profundamente afetada pelo histórico de violência de gênero existente a partir da estrutura patriarcal. Assim, a mobilidade de mulheres e meninas venezuelanas pode ser marcada por vulnerabilidades que aumentam a probabilidade delas vivenciarem formas de violências físicas, sexuais e psicológicas, uma vez que a busca por refúgio pode, em última instância, ser permeado por muitas violências de gênero (Moreira, 2023).

Por fim, como ferramenta de análise de qualidade de vida das mulheres venezuelanas salienta-se o gráfico abaixo do Índice de Liberdades Civis das Mulheres, de 1789 a 2024 na Venezuela. O Índice pretende demonstrar as estimativas centrais da extensão em que as mulheres estão livres do trabalho forçado, possuem direitos de propriedade e acesso ao sistema de justiça, e desfrutam de liberdade de movimento. Quanto mais próximo de 1, mais acesso a direitos. Depreende-se que esse dado serve como indicador de que as mulheres venezuelanas historicamente passaram a ter acesso a mais direitos, mas que esse contexto foi amplamente afetado pelas crises vivenciadas internamente.

Figura 1: Gráfico do Índice de Liberdades Civis das Mulheres, 1789 a 2024 - Venezuela

Fonte: Our World in Data, 2025

A partir desses dados nota-se uma crescente de direitos a partir de 1933 e depois novamente a partir de 1957, mas uma queda importante em 1997, possivelmente associada à conjuntura de problemas políticos vivenciados no período. O acesso a esses direitos continua a diminuir, principalmente a partir de 2012 com o aprofundamento da última crise econômica e política vivenciada no país e a responsável direta pela migração em massa. O pior nível depois desse período é em 2020, provavelmente associada a crise do COVID-19. Nesse sentido, nota-se que a instabilidade política e o contexto geral do país nesses períodos são elementos fundamentais no fortalecimento da vulnerabilidade de mulheres residentes no país.

Associado a isso, o índice demonstra que o acesso de mulheres a direitos não melhorou desde o começo da crise e isso pode ser alguns dos motivos associados à migração de mulheres e meninas, especialmente em busca de melhores condições de vida e acesso a direitos. Em outras palavras, a "cultura do petróleo", que historicamente (re)produziu desigualdades, não apenas causou uma crise econômica, mas também catalisou a deterioração abrupta das liberdades civis femininas a partir de 2012. Reafirma-se que a instabilidade e a desestabilização estatal aumentaram a probabilidade de mulheres vivenciarem violências físicas, sexuais e psicológicas, transformando a busca por refúgio em um ato que também é motivado por violências de gênero. Desse modo, a migração em massa não é apenas uma fuga da falta de produtos básicos, mas sim uma busca urgente por "melhores condições de vida e

acesso a direitos" que o Estado, inserido em um contexto internacional de dependência, falhou em garantir.

2.3. Haiti: Entre a Grandeza Revolucionária e os Desafios da Modernidade

A experiência de mulheres haitianas também deve ser considerada a partir dos elementos específicos do território, das estruturas internas e das instituições e práticas sociais internas e no caso do deslocamento forçado. A experiência migratória desses corpos é distinta, haja vista os desastres climáticos que afetaram as populações mais vulneráveis e as violências que atravessam o cotidiano dos corpos femininos.

Diante disso, a República do Haiti (em crioulo haitiano *Repiblik Ayiti*) é um país localizado no Caribe, que tem a cidade de Porto Príncipe como capital e uma área territorial de aproximadamente 27.750 km² (Ambassade de la République d’Haïti au Brésil, 2025). Em 2000, a população total do Haiti era de 8.303.151 habitantes, e em 2024, esse número subiu para 11.772.557, representando um aumento de 41,8% (PAHO, 2024). Quando o território foi cedido à França, o francês normando foi adotado, mas a partir da relação com os dialetos africanos das diferentes etnias que foram trazidas ao país, originou-se o *créole*. Assim, desde 1961 o país é bilíngue, enquanto todos falam *créole*, apenas a elite fala francês (Télémaque, 2012).

Os povos que viviam na ilha, arawaks e taínos, foram basicamente exterminados depois de 1492 com a chegada dos espanhóis. Em 1697 a Espanha cedeu parte do território à França. Durante os séculos XVII e XVIII, Saint-Domingue, “a pérola do Caribe”, era a mais rica das colônias francesas na região, com uma economia baseada na agromanufatura do açúcar e na escravização de aproximadamente meio milhão de negros. Importante salientar que os ganhos econômicos causados pela produção de açúcar gerou forte migração para a região, causando mudanças na estrutura social da região e uma forte estratificação (Télémaque, 2012). Isto é, a hierarquia estabelecida no período eram rígidas e garantiam que a população negra continuassem em situação de opressão (Logis, 2022).

A colonização francesa no Haiti pode ser considerada um ambiente de testes de acumulação de riquezas, que era baseada em formas de violência extrema para a extração de riquezas em escalas massivas (Monacé, 2020). A escravidão durou a última década do século XVIII, quando os negros armados de Saint-Domingue forçaram a França a aceitar a abolição da escravidão na ilha e a universalização da abolição em todas as colônias francesas. Destaca-se o papel de Toussaint-Louverture, comandante do exército de negros responsável pela derrota da Grã-Bretanha e por iniciar o processo de suspensão do tráfico de escravos em

1807. Toussaint-Louverture também foi governador da ilha e, posteriormente, preso por Napoleão Bonaparte, enquanto o último buscava reestabelecer a escravidão. A partir disso, o exército de Napoleão declarou uma guerra genocida que tinha como objetivo subjugar a colônia, mas os negros da ilha mais uma vez pegaram em armas e em 1805 foi estabelecida a nação independente dos negros, que passou a ser chamada de Haiti (Buck-Morss, 2011).

A Revolução Haitiana se coloca então como essencial para analisar os esforços da Revolução Francesa. Enquanto a última existia a partir de um movimento de libertação da tirania de um governo específico e das tradições que violavam a liberdade humana, a liberdade das colônias ameaçava a estrutura de sustentação da burguesia francesa e, em última instância, a Revolução Francesa defendia a liberdade apenas daqueles considerados iguais. A Revolução Haitiana era um questionamento vivo aos ideais do Iluminismo francês (Buck-Morss, 2011), uma vez que estava baseada na luta contra a escravidão e exclusão racial, especialmente a partir de buscas coletivas que visavam acabar com as estruturas coloniais e raciais estabelecidas no país (James, 2004).

Entretanto, após a independência o país não alcançou estabilidade política, tendo passado por 22 mudanças de governo até 1915. Essa conjuntura de crises recorrentes foi usada como justificativa para intervenção e ocupação dos Estados Unidos por 19 anos. Esse período não trouxe paz social, mas causou mudanças constitucionais sobre a proibição de aquisição de terras por estrangeiros. Processos de resistência aconteceram, mas a ocupação só acabou em 1934 (Télémaque, 2012), e, como consequência da intervenção estadunidense, observa-se o aprofundamento das desigualdades, fortalecimento das elites locais e aumento da fragilidade das instituições democráticas (Renda, 2001). Além disso, esses anos causaram fragilidades que facilitaram o estabelecimento de regimes posteriores que reafirmam a violência, a corrupção e o aumento das desigualdades, como o governo de François Duvalier.

[...] a ingerência externa na vida política e econômica do país não se encerraria com a saída das tropas norte-americanas. O recurso constante à violência como justificativa para a manutenção da ordem no Haiti permearia os governos a partir dessa data, sempre com o envolvimento decisivo das forças armadas, apoiadas pelos Estados Unidos (Télémaque, 2012, p. 9).

Após três décadas de duvalierismo, o Haiti estava entre os cinquenta países mais pobres do mundo, o único da América Latina e Caribe na lista (Peschanski, 2025). Com o fim da ditadura, o país começou a fase democrática, com a eleição de Jean- Bertrand Aristide em 1991 (Télémaque, 2012). Desde o início de seu governo, Aristide enfrentava oposição, especialmente pela proposta de promover mudanças sociais. Contudo, apesar de ter negociado com latifundiários e militares, a população haitiana não aceitou as mudanças e movimentos

surgiram (Peschanski, 2025), o governo foi curto e Aristide foi deposto no mesmo ano por um golpe de estado comandado por militares (Télémaque, 2012).

O contexto de repressão, violações de direitos humanos e graves violências, o Conselho de Segurança das Nações Unidas foi acionado e a intervenção resultou em Aristide sendo recolocado no poder. O nível de impopularidade deste governo era tão alto que a reeleição de 2001 durou apenas até 2004, quando foi retirado por uma intervenção estadunidense (Télémaque, 2012). O golpe foi supostamente em nome da proteção da democracia do Haiti, mas o governo seguinte não possuía legitimidade e era guiado por instituições internacionais e em junho de 2004 a ONU enviou cerca de 9 mil funcionários, em uma operação que ficou conhecida como Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), a cargo do general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira (Peschanski, 2025).

A MINUSTAH (2004-2017) sofreu duras críticas por organizações da sociedade civil e pesquisadores, uma vez que foi uma operação marcada por denúncias de abusos sexuais, violações de direitos humanos e ações de policiamento agressivo em bairros populares (Schuller, 2017). Os soldados brasileiros são apontados como os causadores de problemas que ainda persistem no contexto do país: além de 800 mil casos da doença (59 mil diagnósticos apenas em 2023), o resultado da missão foi mais de 30 mil mortos e mais de 2 mil vítimas de abusos sexuais, majoritariamente mulheres e crianças, ou seja, um rastro de violência que tem consequências até hoje (Bernardes, 2024).

Outrossim, o terremoto de 2010 é um dos eventos mais devastadores da história do Haiti, visto que além das centenas de milhares de mortes e de desabrigados, também demonstrou a incapacidade de resposta governamental (Godoy, 2011). Sendo assim, as sucessivas crises políticas e econômicas, associadas à crise ambiental e a atuação da MINUSTAH, criaram um contexto que aprofundou os problemas existentes no país, já marcado por pobreza, fragilidade estatal, instabilidade e falta de infraestrutura (Schuller, 2017). Por conseguinte, entre 2010 e 2020, a migração internacional aumentou e aproximadamente 1,7 milhão de haitianos vivem em outros países (Relações Exteriores, 2022).

Essa conjuntura demonstra ainda que as violações generalizadas dos direitos das mulheres e meninas no Haiti estão, em grande medida, relacionadas ao surto de violência fortalecidas pela associação dessas crises, que, em última instância, resultaram em:

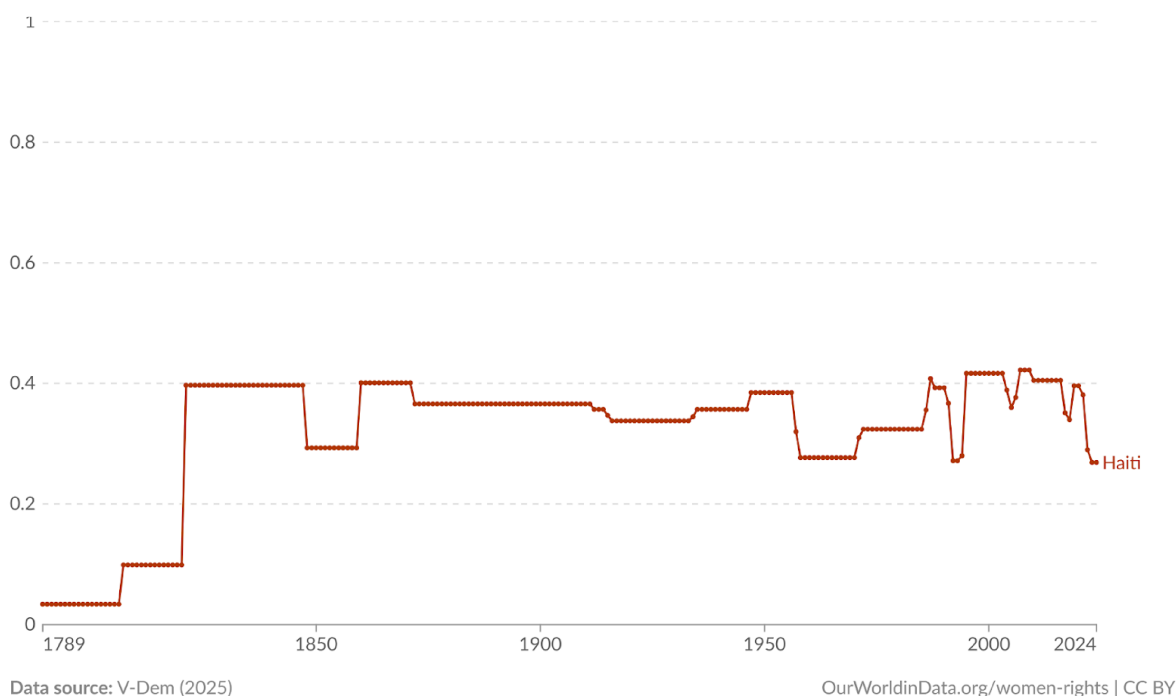
perda de meios de subsistência e insegurança alimentar, deslocamento múltiplo e generalizado, colapso da educação, colapso da saúde e outros serviços essenciais. De acordo

com os especialistas, o acesso à justiça foi severamente limitado devido ao medo de represálias e à falta de oportunidades econômicas (ONU, 2024).

A violência sexual contra mulheres e meninas ainda é uma ferramenta usada por gangues para manter controle, causar medo e extorquir dinheiro. A conjuntura atual demonstra problemas profundos para as famílias conseguirem segurança, saúde e serviços básicos. Associado ao aprofundamento dessas violências, nota-se também o enfraquecimento das instituições estatais que protegiam os direitos humanos, principalmente causadas pela corrupção e atividade de gangues (ONU, 2024).

Nesse sentido, considerando que a migração forçada no Haiti é, também, impulsionada por uma deterioração recente e catastrófica nas condições de segurança, política e econômica, o Gráfico 2 demonstra o Índice de Liberdades Civis das Mulheres no Haiti, de 1789 a 2024. Ao medir o acesso de mulheres a direitos de ter propriedades, acesso ao sistema de justiça e a liberdade de movimento, associada a liberdade de trabalho forçado, o gráfico se aproxima do 1 quanto maior o acesso aos direitos. Portanto, depreende-se que esse dado serve como indicador de que as mulheres haitianas enfrentam discriminação endêmica e estrutural associadas ao passado colonial.

Figura 2: Gráfico do Índice de Liberdades Civis das Mulheres, 1789 a 2024 - Haiti



Fonte: Our World in Data, 2025

A análise do gráfico permite inferir que durante a história do país, o acesso de mulheres a direitos civis, foi baixo, com pioras em momentos de crise, a exemplo de 1991 a

1993. Portanto, depreende-se que as violências vividas por mulheres e meninas são parte da história do país e que não é possível perceber elementos de melhoras. Além disso, infere-se que o aumento da migração de mulheres e meninas haitianas está associado ao aumento das violências de gênero e ao contexto geral de vida nos últimos anos.

A análise do gráfico confirma que as violências sofridas por mulheres e meninas são, em alguma medida, parte da história do país, desde o regime colonial, no qual mulheres eram usadas sexualmente e de forma violenta. Essa opressão histórica e a ausência de melhora no acesso a direitos criaram um ambiente de vulnerabilidade crônica. A atuação da MINUSTAH, marcada por abusos sexuais contra mulheres e crianças, e o uso atual da violência sexual por gangues como "ferramenta para manter controle", demonstram que a "fase de subjetivação violenta" dessas mulheres é agravada pela crise de segurança e o colapso de serviços essenciais. A migração, nesse contexto, é a uma saída possível de um território marcado pela violência estrutural e pela perda de meios de subsistência.

2.4. Quando o Acolhimento Reflete a Estrutura: Heranças Coloniais, Desigualdades Sociais e os Caminhos de Quem Chega

A República Federativa do Brasil é o maior país da América do Sul, ocupando aproximadamente 47,3% desta parte do continente, com uma área territorial de 8.515.767,049 km². O Brasil faz fronteira com 10 dos 12 países da América do Sul e toda a costa marítima é banhada pelo Oceano Atlântico, e a capital é Brasília (Ministério das Relações Exteriores, 2022). Até julho de 2025, a população residente do país era de aproximadamente 213.421.037 pessoas, um aumento desde o censo de 2022 (IBGE, 2025). Como todos os países da região, o Brasil tem uma história marcada pela violenta colonização que mesclava interesses de exploração e conquistas territoriais (PCALC, 2025).

Quando os europeus chegaram no território eles encontraram uma grande e homogênea população de povos originários, mas dois blocos subdividiram essa população: os tupis-guaranis e os tapuias (Fausto, 2006). No Brasil haviam cerca de 2,5 milhões de autóctones, mas o amplo genocídio reduziu a população a pouco mais de 340 mil indígenas (PCALC, 2025). O genocídio dessas populações foi um dos resultados do processo de colonização violento que foi estabelecido dentro do país, apesar de diversas formas de resistência dessas populações. O sistema de colonização mercantil fundou um modelo de exploração de recursos baseado na escravização, inicialmente dessas populações, em pequena escala, e, posteriormente, de africanos. Esse período moldou as relações de poder no país, principalmente a partir da concentração latifundiária e da exploração de mão de obra escrava (Faoro, 2001).

O comércio de escravos negros foi um dos grandes pilares dessa economia e aproximadamente 4 milhões de africanos chegaram no território (PCALC, 2025). Assim como os indígenas, os negros estabeleceram diversas formas de resistência, das quais destaca-se a criação de quilombos, mas que até as últimas décadas do século XIX não foram capazes de acabar com o trabalho compulsório. É importante notar que a escravidão no contexto brasileiro tem profundas consequências na organização política-social do país e os preconceitos contras as pessoas negras foram além do fim da escravidão, marcando toda a estrutura e hierarquia nacional (Fausto, 2006).

Além disso, a independência do país aconteceu a partir da manutenção das hierarquias sociais e estruturas, a exemplo disso, o processo manteve a mesma família real no poder e manteve um desenvolvimento conservador por meio dos processos que pacificamente acabaram com a monarquia (PCALC, 2025). Em outras palavras, a desigualdade social e racial se manteve mesmo após a independência em 1822, quando as elites econômicas mantiveram o poder (Fernandes, 2007). Após a independência o Brasil enfrentou diversos conflitos ligados a abolição da escravidão, mas isso só foi totalmente alcançado em 1888 (Fausto, 2006), quando o Brasil se estabeleceu como último país da América Latina e Caribe a abolir o uso da mão de obra escrava (Jakobsen, 2019). Esse processo não foi acompanhado por políticas de inclusão e milhões de ex-escravizados foram mantidos sem acesso ou terras, perpetuando as desigualdades iniciadas na colonização (Fausto, 2006).

A Velha República serviu para garantir a manutenção do sistema social excludente (Faoro, 2001) e, posteriormente, inclusive no governo de Getúlio Vargas, nota-se decisões que fortaleceram a dominação burguesa dentro do país (PCALC, 2025). Com o fim da experiência democrática de 1945-1964, o movimento que supostamente livraria o país da corrupção e comunismo, se estabeleceu como um regime que mudou as instituições a partir de um governo autoritário encabeçado pelos militares que assumiram o poder. O Ato Institucional Número Cinco (AI-5) abriu um novo espaço de cassação de mandatos, perda de direitos políticos, censura dos meios de comunicação e o estabelecimento da tortura como parte das ferramentas do governo. Em suma, o regime restringiu direitos políticos, cerceou liberdades e além de ter sido um momento extremamente violento da história do país, afetou diretamente populações vulneráveis, a exemplo dos migrantes (Fausto, 2006).

Diante disso, observa-se que o discurso existente no Brasil, que vê migrantes como “estrangeiros não desejados” existe há muitos anos, não apenas a nível coletivo, mas também em instituições, a exemplo da criação de leis voltadas a construção do migrante como ameaça, como a Lei Nº 6.815 de 1980, conhecida como a Lei do Estrangeiro (Brasil, 1980). Essa lei

tratava a questão migratória como uma questão de segurança nacional, relacionando os interesses nacionais como contrários à inclusão de pessoas, ou seja, tratam os indivíduos que migram como aqueles que passam pela “invenção do indivíduo perigoso”. De modo geral, todo o grupo passou a ser entendido como uma “identidade perigosa”, especialmente aqueles migrantes não brancos, ricos e europeus.

A partir de um viés colonial, a ordenação interna tem uma tendência a tratar as pessoas que migram como estrangeiros, estranhos que devem ser tratados a partir de uma perspectiva de segurança (Iannuzzi; Azevedo, 2023), de modo que, os migrantes não são vistos como portadores de direitos, e, conseqüentemente, esses corpos são invisibilizados e silenciados nas discussões de políticas públicas ou outras ferramentas de garantia de direitos. Isto é, as políticas migratórias existentes no país até esse momento serviam como instrumento de manutenção de estruturas coloniais e ditatoriais que perpetuavam as desigualdades sociais. Sendo assim, ao pensar na inferiorização de corpos colonizados, associados às nacionalidades, a compreensão do migrante como um *outsider* é fortalecida e esses indivíduos passam a ser tratados como o diferente da regra imposta por determinado grupo social (Iannuzzi; Azevedo, 2023), nesse caso aqueles que podem ser considerados cidadãos e portadores de direitos básicos.

A legislação restritiva se manteve mesmo depois do processo de redemocratização, iniciado em 1985. Apesar do governo Sarney ter respeito às liberdades públicas, ele não cortou laços com o passado e isso reforça a manutenção das estruturas anteriormente estabelecidas. Destaca-se a importância da Assembléia Nacional Constituinte que começou a se reunir em 1987 e que gerou a Constituição de 1988, que apesar de passível de críticas, refletiu os avanços no país, especialmente em temas de direitos sociais e políticos, inclusive das minorias. Portanto, depreende-se que a transição brasileira não causou grandes abalos sociais e também não lidou com problemas sociais que iam além da garantia de direitos políticos. Em outras palavras, a desigualdade, a ausência de instituições confiáveis e a corrupção são problemas brasileiros que não seriam rapidamente solucionados, mas a transição poderia ter se concretizado no fim do autoritarismo e estabelecimento de um regime democrático consolidado, contudo, observa-se que o país passou a viver apenas uma “situação democrática” (Fausto, 2006).

Um dos espaços de grandes avanços dentro do período de redemocratização foi a participação de debates internacionais sobre direitos humanos e um processo de retomada de valorização dessas temáticas, entre as quais salienta-se o direito ao refúgio. A definição de refugiado presentes no Estatuto dos Refugiados de 1951 e no Protocolo de 1967, entendia

como refugiados toda pessoa que é perseguida em virtude de sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política, uma definição considerada limitada para categorias migratórias. A Lei n.º 9.474 de 1997 resguarda a definição ampliada de refugiados inspirada na Declaração de Cartagena de 1984 e na Convenção sobre Refugiados da Organização da Unidade Africana de 1969, considerando também pessoas que fogem de seus territórios em razão de graves e generalizadas violações de direitos humanos e de conflitos armados (Moreira, 2023).

Essa definição confere proteção às pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio, resguardando o direito à não devolução involuntária ao país de origem e o pleno acesso a direitos básicos como documentação, saúde, trabalho formal, assistência social e outros (Brasil, 1997). Isto posto, nota-se incongruências entre as legislações específicas para migração nesse período, uma vez que o Estatuto do Estrangeiro se manteve como referência principal no tratamento aos migrantes. Isto é, apesar da legislação sobre refugiados defender o acesso a direitos, a legislação principal ainda estava baseada em elementos de segurança e exclusão de pessoas consideradas “estrangeiras” dentro do território.

Isso mudou a partir da Lei de Migrações 13.445 de 2017, que substituiu o antigo Estatuto do Estrangeiro e superou a abordagem securitizada, estabelecendo uma perspectiva de proteção de direitos (Moreira, 2023). Esse documento deu ao migrante internacional igualdade aos nacionais no que tange o acesso a serviços e direitos, apesar das limitações de direitos políticos (Brasil, 2017). O Censo Demográfico de 2022, mostrou que entre 2010 e 2022, o número de residentes naturais de outros países passou de 592 mil para 1 milhão de pessoas, uma mudança nas tendências anteriores. Além disso, uma das mudanças foi o aumento expressivo de pessoas nascidas em outros países da América Latina, entre os quais Venezuela, Bolívia e Haiti (Britto, 2025).

Entre 2017 e 2022, o Brasil recebeu 199.067 venezuelanos e 23.507 haitianos (Britto, 2025), no entanto, apesar das normativas do país serem um grande avanço na discussão de direitos, existem grandes limitações na operacionalização e acesso prático por parte dos migrantes recebidos no país. Para este trabalho é importante entender as diferenças nas normativas que lidam com a entrada e o acolhimento desses dois grupos. O aprofundamento da crise político-econômica na Venezuela, abordada anteriormente, em meados de 2015 fez com que o Brasil se tornasse um dos principais destinos desses migrantes. Apesar do aumento do fluxo ter acontecido a partir de 2017, apenas em 2019 o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) entendeu que a situação do país podia ser entendida como grave e generalizada violação de direitos humanos, permitindo o *status* de refugiados para pessoas dessa

população. Essa foi a primeira vez que o país usou o conceito ampliado da definição de refugiados e muitas críticas surgiram sobre a efetividade dessa decisão (Moreira, 2023).

Por outro lado, a recepção de haitianos após o terremoto de 2010, gerou um mecanismo de proteção de caráter emergencial, formalizado pela Resolução Normativa nº 97/2012 do Conselho Nacional de Imigração, e que autorizava a concessão de vistos de acolhida humanitária a indivíduos que ainda estavam em território haitiano (Baeninger; Peres, 2017). O Conselho Nacional do Ministério Público defende que esse tipo de visto tem como objetivo garantir a proteção e liberdade desses migrantes, “contudo, é interessante destacar que a criação de uma nova definição pode ser considerada um subterfúgio para a não concessão do status de refugiado sob o abrigo da Declaração de Cartagena e da própria legislação brasileira de refúgio de 1997” (Moreira, 2023, p. 4). A definição era destinada a haitianos, sírios, afegãos, ucranianos ou apátridas afetados pelo contexto de seus países, incluindo a possibilidade de proteção no caso de instabilidade institucional, desastres ambientais ou de graves violações de direitos humanos (Moreira, 2023).

Nessa perspectiva, argumenta-se a possibilidade de inclusão de haitianos como refugiados a partir da definição ampliada, baseada na Declaração de Cartagena. A decisão do CONARE de classificar o caso dos haitianos como uma situação migratória forçada e não de refúgio, pode ser analisada como uma tentativa de gestão política dos fluxos que evita o reconhecimento do colapso humanitário no Haiti, como um meio para evitar a oferta de direitos mais robustos associados ao *status* de refúgio. Essa distinção tem diferenças fundamentais no que tange a proteção e o acesso a direitos dessas populações, especialmente no que tange maior segurança jurídica (Jubilut; Carneiro, 2011). Em outras palavras, o visto humanitário garante acesso ao território, mas não serve como uma ferramenta duradoura de proteção.

Isto posto, o aumento do fluxo revelou a ausência de um sistema nacional capaz de lidar com o acolhimento internacional de modo eficiente (Baeninger; Peres, 2017). Desse modo, esta pesquisa entende que as mulheres nascidas na Venezuela e no Haiti se enquadram dentro de um contexto de migração forçada que tem similaridades e diferenças, especialmente no processo de acolhimento no Brasil. Isto é, o contexto de migração forçada cria laços comuns no processo de deslocamento, visto que as crises criaram um contexto de deslocamento involuntário, marcado pela perda de referências culturais e ruptura de vínculos sociais (Castles; Miller, 2009), por outro lado, a experiência é profundamente afetada pela nacionalidade e as diferenças de acolhimento e proteção ao chegar no Brasil.

Além disso, ao discutir a relação existente entre migração forçada e violências estruturais, faz-se necessário esclarecer elementos importantes para esse tipo de migração. Salienta-se a existência de categorias que podem dificultar a busca por refúgio, uma vez que os corpos associados a eles são entendidos como historicamente subjugados, a exemplo delas: gênero, faixa etária, nacionalidade, raça e classe social. Todas essas categorias podem aumentar a vulnerabilidade e, conseqüentemente, expor os corpos a mais formas de violência. Desse modo, além de reconhecer os desafios existentes no processo de mobilidade, é necessário analisar as dificuldades que perpassam o processo de acolhimento de mulheres e meninas em situação de deslocamento forçado nos mais diversos países de recepção, especialmente no Brasil. Nota-se que a experiência feminina nas migrações é constantemente invisibilizada porque as mulheres são tratadas como seres sem agência, que migram para acompanhar homens, sejam eles o marido, o pai ou os filhos.

Observa-se que as mulheres e meninas que migram de forma forçada não lidam apenas com as violências geradas pelo deslocamento, mas um conjunto de violências de gênero, como violências sexuais, psicológicas, culturais e sociais que, por muitas vezes são agravadas pela raça, etnia e classe social (Schwinn; Costa, 2016). Isto é, ao viajarem sozinhas, essas mulheres se tornam mais vulneráveis a formas de perseguição, abusos e extorsões (ACNUR, 2018). O aumento do risco existente no processo migratório está, necessariamente, associado a elementos de gênero, uma vez que as mulheres que migram se tornam mais vulneráveis que os homens na mesma situação pelo aprofundamento das vulnerabilidades preexistentes em uma sociedade patriarcal.

Para entender a migração e o acolhimento de mulheres migrantes internacionais no Brasil, é importante entender elementos específicos desse modelo de mobilidade e também as mudanças que aconteceram ao longo dos anos. Assim como existem especificidades no aumento do fluxo por nacionalidade, entre os anos de 2011 e 2020 algumas alterações podem ser observadas no que tange às migrações internacionais no Brasil. Esse período foi marcado pela feminização das migrações no território nacional, uma vez que o Brasil passou a receber um número muito maior de mulheres e meninas, especialmente de origem de países sul-americanos (Tonhati; Macedo, 2020), diferente dos padrões anteriores.

Considerando um contexto no qual existe a feminização das migrações, especialmente em casos de deslocamentos forçados, nos quais mulheres e meninas migram internacionalmente em busca de melhores condições de vida e de meios para acabar com as violências e subjugações que acontecem em seus países, a integração local se torna um ponto central na garantia de direitos e proteção. Isto é, a integração deve ser tratada como uma

solução de longo prazo para as dificuldades que existem na migração forçada (Drechsler, 2019), especialmente nos casos mais vulneráveis, como de mulheres e crianças.

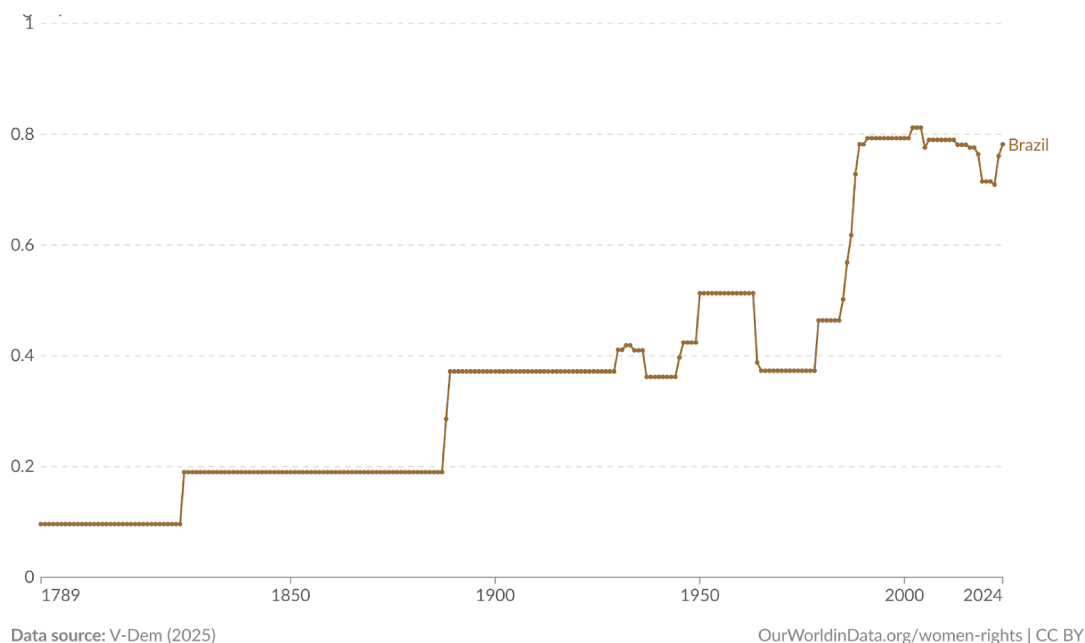
A integração é entendida como um elemento dentro da questão migratória que ainda precisa avançar no que tange elementos teóricos e práticos, especialmente nos casos do Sul global (Chimini, 2001). Logo, ao discutir as legislações estatais, Moreira (2015) destaca o papel do poder público e de outras instituições na implementação de projetos que garantam uma integração de qualidade. No entanto, nota-se que não existem políticas que equilibram as condições de mulheres a outros grupos de migrantes e, conseqüentemente, a inefetividade das políticas de migração pioram as violências sofridas por mulheres e meninas (Cardin; Silva, 2017). Ainda, é importante destacar que a condição de mulher não as torna vítimas, mas existem necessidades específicas que precisam ser observadas e discutidas em políticas públicas e legislações que garantam a proteção e a inclusão efetiva de mulheres refugiadas e beneficiárias de visto de acolhimento humanitário (Lerin, 2019).

Ademais, o Brasil é marcado por diversas desigualdades sociais, ou seja, dentro do contexto do país os processos discriminatórios servem como um mecanismo de definição e de reprodução de desigualdades sociais, por meio de marcadores que operam para restringir as oportunidades dos grupos já vitimizados. Assim, além do gênero, no país a raça é um conceito operacionalizado no cotidiano, que tem como resultado o condicionamento social a partir de elementos fenotípicos. Isto posto, “a raça é inserida em um contexto histórico no qual os signos raciais são elementos classificatórios e hierarquizantes por serem marcadores de posição histórica” (Rosa, 2011, p. 117). Sendo assim, a interseccionalidade de categorias sociais dentro da conjuntura do país aumentam a possibilidade de que o indivíduo sofra desigualdades sociais e esteja vivendo em condições de pobreza, ou seja, mulheres negras e migrantes forçadas estão num contexto de maior vulnerabilidade e maior propensão a violências.

Outrossim, o Brasil segue as tendências globais no que tange essa conjuntura, e as mulheres “enfrentam maiores dificuldades para progredir em suas carreiras, recebem salários inferiores aos dos homens em cargos equivalentes e têm menos proteção social, o que evidencia uma discriminação de gênero e dificulta sua saída da pobreza extrema”, principalmente se existe uma associação entre o gênero e a raça (Presidência da República, 2025). Associado a isso, em 2025, a Pesquisa Nacional sobre Violência contra a Mulher demonstrou que mais de 3,7 milhões de brasileiras viveram um ou mais episódios de violência doméstica, que em sua grande maioria foram presenciadas por outras pessoas (Senado Federal, 2025).

Nesse sentido, o gráfico abaixo, que discute os mesmos direitos civis abordados nos países anteriores, demonstram que o Brasil entrou em uma crescente de garantia de direitos das mulheres a partir de 1984, com o processo de redemocratização. No entanto, medir essas liberdades não é suficiente para as discussões complexas de desigualdade dentro do contexto brasileiro, que é marcado por níveis profundos de discriminação e violências.

Figura 3: Gráfico do Índice de Liberdades Civis das Mulheres, 1789 a 2024 - Brasil



Fonte: Our World in Data, 2025

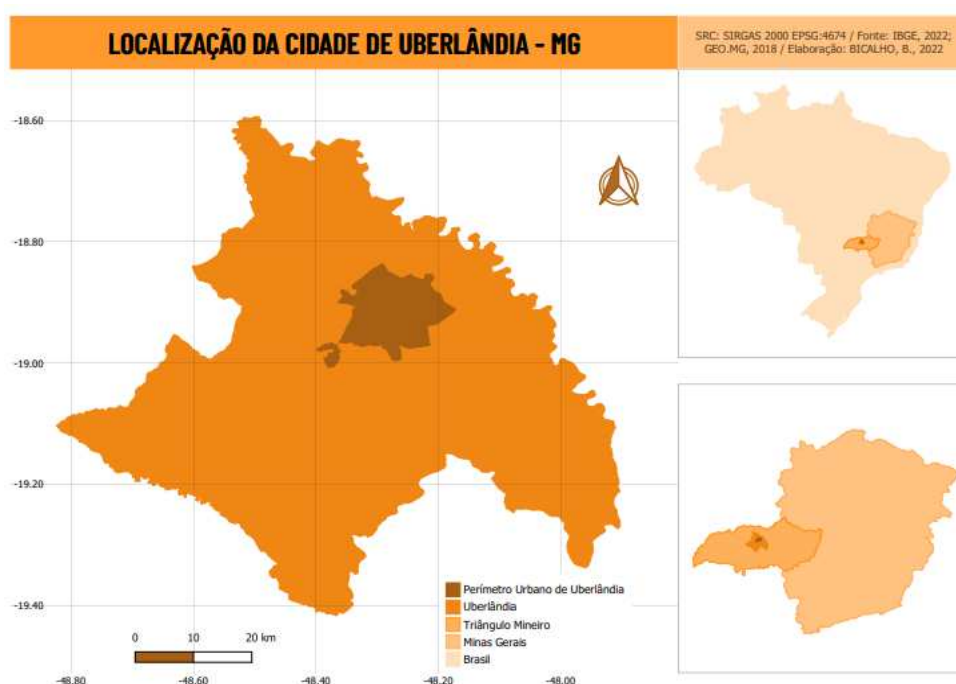
Os dados demonstram ainda que a relativa estabilidade do país é essencial para uma maior garantia de direitos e de acesso a níveis de proteção e esse contexto não deve ser ignorado, ao analisar as especificidades do processo de acolhimento depois dos deslocamentos. No entanto, os níveis de violência de gênero são alarmantes e reafirmam a necessidade de se produzir políticas específicas para o acesso e proteção de mulheres e meninas migrantes que são acolhidas no país.

2.4.1. Uberlândia: Entre o Discurso do Acolhimento e a Prática da Desigualdade

Diante disso, considerando que esta pesquisa foi desenvolvida com mulheres residentes da cidade de Uberlândia, faz-se necessário explicitar elementos importantes para a compreensão da integração local dessas mulheres e das dificuldades de adaptação que são discutidas nos capítulos 3 e 4.

A cidade de Uberlândia está localizada na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba no estado de Minas Gerais e tem a segunda economia e população do estado, com 713.224¹² habitantes (IBGE, 2025). A área territorial é de 4.115,206 km², sendo 219 km² de área urbana (Bicalho, 2022). O Mapa 1 demonstra a localização da cidade de Uberlândia - MG no país e também no estado, como uma demonstração visual para o entendimento de alguns elementos importantes dentro do debate que se propõe, sobre o acolhimento e integração de mulheres migrantes forçadas dentro desse espaço.

Figura 4: Mapa da Localização da Cidade de Uberlândia - MG



Fonte: Bicalho, 2022

Os indígenas do grupo étnico Caiapós são considerados o primeiro grupo de ocupação urbana da cidade, contudo, o papel desses indivíduos não é tão difundido quanto dos bandeirantes que chegaram ao território. A relação desses grupos foi, em grande medida, debatida a partir de um viés que via os bandeirantes como “heróis”. Como resultado desse apagamento, destaca-se a necessidade de um esforço contínuo para a manutenção da memória dos povos indígenas na cidade, inclusive a partir do Museu dos Povos Indígenas da UFU. Apesar disso, as populações que deram origem a São Pedro Uberabinha (futura Uberlândia) foram muito importantes nas relações desenvolvidas com outras populações indígenas e quilombolas da região, especialmente de um ponto de vista cultural e social (Dias, 2023).

¹² População no último censo feito pelo IBGE [2022].

Apesar desse contexto, alguns relatos históricos ainda associam a origem da cidade à ocupação de bandeirantes no início do século XIX, quando o grupo buscava exploração do território (Câmara Municipal de Uberlândia, 2025). O município foi emancipado em 1888 e passou a ser denominado Uberabinha e só começou a se diferenciar das outras cidades da região a partir de 1912, com a instalação da primeira empresa construtora de rodovias do Brasil Central. O contexto político social da cidade era amplamente afetado pelos interesses progressistas da elite dominante, a exemplo do processo de mudança do nome da cidade em 1929. O objetivo principal era afastar a cidade do passado e reafirmar os ideais de progresso defendidos (Pacheco, 2015).

Ademais, durante o processo de expansão do perímetro urbano, os locais escolhidos para receber infraestruturas de saneamento básico, asfalto, iluminação e recreação, principalmente por meio de praças públicas, foram aqueles que faziam parte do cotidiano da elite. Os bairros mais afastados viviam à margem desse processo e essas localidades só passaram a receber desenvolvimentos públicos quando a elite começou a ter interesse em valorizar o espaço por meio de especulações imobiliárias (Pacheco, 2015). Esse contexto criou um problema de habitação que não estava relacionado à falta de terra, mas aos preços dos imóveis e a dificuldade das populações mais pobres de conseguirem pagar por casas. Em outras palavras, enquanto a cidade se desenvolvia, as melhorias de infraestrutura não atendiam a totalidade da população, os trabalhadores, que eram a maioria, enfrentavam grandes dificuldades inclusive para conseguir moradia, visto que seus salários não eram suficientes para acompanhar a especulação imobiliária (Moura; Soares, 2009).

No entanto, as desigualdades presentes no território não afetaram o desenvolvimento econômico da cidade. A década de 1950 foi marcada pela consolidação comercial entre a cidade e o Brasil central, por meio das estradas de rodagem (Pacheco, 2015), ou seja, a localização privilegiada, de fácil acesso a outros estados, foi um dos elementos essenciais para o crescimento, principalmente a partir de 1950 e da infraestrutura envolvida na construção de Brasília - DF que impulsionou o desenvolvimento econômico do interior do país. Além disso, destaca-se a federalização da Universidade Federal de Uberlândia em 1978 e os processos de modernização que aconteceram no mesmo período (Madeira, 2024).

Esse processo de desenvolvimento industrial, consequência de investimentos públicos e privados, garantiram movimentos grandes de migração e, entre as décadas de 1970 e 1980, Uberlândia teve mais de 90% de crescimento demográfico, passando de 124.895 para 241.180 habitantes. Além do aumento populacional, a cidade passou por um grande desenvolvimento econômico, os investimentos também ocorreram nos setores imobiliários, do comércio e dos

serviços, além da indústria, mas esse crescimento não foi acompanhado por desenvolvimento social (Pacheco, 2015).

Segundo o professor e historiador Newton Dângelo, questões sociais e culturais da cidade são profundamente afetadas pela evolução econômica da cidade. Para ele, enquanto as elites locais promoviam um discurso de progresso, populações vulneráveis como imigrantes e afro-descendentes lutavam por reafirmação cultural e social, inclusive um contexto que afetou a preservação de patrimônios culturais (Madeira, 2024).

O crescimento da cidade, em conjunto com políticas de atração de investimentos empresariais e do agronegócio atraíram um grande contingente de migrantes de todas as partes em busca de emprego, para montar seu pequeno comércio e fazer a vida na cidade. Este processo conviveu com práticas de exclusão social, marginalização de famílias pobres, preconceito racial e xenofobia (Newton Dângelo em Madeira, 2024).

A história do desenvolvimento urbano de Uberlândia demonstra que a cidade se expandiu horizontalmente, a partir das especulações imobiliárias, mesmo com lotes no perímetro urbano. Ainda nas décadas de 1950 e 1970, durante esse processo de crescimento desordenado de loteamentos, a administração passou a pensar em um plano urbanístico, o segundo da história da cidade e, mais uma vez, um reflexo dos interesses progressistas da elite. Isto é, o plano urbano de Uberlândia privilegiou a região central a partir dos interesses de uma elite, especialmente a partir do afastamento de famílias de baixa renda (Pacheco, 2015).

A distribuição dos conjuntos habitacionais do município demonstram a segregação socioespacial existente, uma vez que as famílias mais distantes enfrentam dificuldades de acesso a direitos básicos, inclusive de infraestrutura e regularização fundiária (Bicalho, 2022). A periferia é um espaço que além de ser marcado por carência de infraestrutura e destinado aos grupos de baixa renda, está em constante construção e é um espaço que apresenta a dinamicidade para desenvolvimento contínuo. É importante notar que a periferia de Uberlândia se fortaleceu enquanto a cidade se desenvolvia, e a solução do Estado para o problema de falta de moradias cimentou a segregação espacial, privilegiando os interesses da elite dominante e garantindo que os “pobres” se mantivessem contidos nesses espaços, sem acesso às infraestruturas e equipamentos públicos necessários à população (Moura; Soares, 2009).

Ainda hoje a cidade possui uma economia considerada diversificada, inclusive com um crescimento intenso nos setores de comércio e serviços, e infraestrutura abrangente, que, entre outras características, a torna reconhecida como um destino interessante para famílias e

indivíduos interessados em melhores condições de vida e também para empresas e investidores, como aconteceu em décadas anteriores. No entanto, apesar da existência de uma política de ordenamento urbano¹³, nota-se incongruências entre as propostas e a implementação da administração municipal, uma vez que a conjuntura atual ainda é marcada pela priorização de obras de infraestrutura viária e parcerias público-privadas em grandes empreendimentos imobiliários (Bicalho, 2024).

Diante disso, nota-se que o progresso econômico da cidade foi acompanhado por processos de exclusão de parte da população. A segregação e as disparidades sociais podem ser amplamente discutidas, principalmente a partir do reconhecimento da importância das ocupações de Uberlândia. Essas ocupações são geralmente associadas a movimentos de luta por moradia em espaços que não cumprem sua função social, e podem ser divididas entre as denominações utilizadas para esses processos destacam-se os *loteamentos* e os *assentamentos* (Bicalho, 2022). Os loteamentos podem ser irregulares ou clandestinos, dependendo da relação que forma-se com as normativas do território em questão:

podem ser subdivididos em irregulares, quando passam por um processo de legalização na prefeitura, mas ainda não atendem às exigências jurídicas para sua regularização; e clandestinos, que configuram-se como aqueles que surgiram de maneira ilegal e ainda não iniciaram seu processo de regularização (Bicalho, 2022, p. 117).

Por outro lado, a Prefeitura Municipal de Uberlândia passou a utilizar o termo “assentamento” em 2006 para descrever “as ocupações irregulares em áreas públicas e privadas ou ainda em Áreas de Preservação Permanente (APP), o que dificulta seu processo de regularização em função das exigências legislativas para as APPs especificadas no Plano Diretor” (Bicalho, 2022, p. 117) e em 2022 existiam um total de 18 loteamentos, entre eles casos emblemáticos como os assentamentos Fidel Castro e Glória. A incidência dessas ocupações demonstra que o aumento da população gerou a necessidade de uma expansão que pode ser notada na ampliação do perímetro urbano dentro de uma conjuntura marcada por interesses políticos, econômicos e sociais (Bicalho, 2024).

Do mesmo modo, o município tem diversos “bairros planejados”, marcados pela estrutura e oferta de serviços, que mesclam o uso de lotes privados (residenciais e comerciais) e espaços bem planejados de uso público (Bicalho, 2024). A existência dessas separações demonstram um dos aspectos da exclusão social que marca o contexto político social do município, enquanto alguns moradores lutam pelo acesso a serviços básicos, parte da

¹³ Descritas no Plano Diretor de Uberlândia (2006).

população tem acesso a segurança, vias planejadas, paisagismo, ciclovias, espaço para eventos e de convivência, entre outros.

Nesse sentido, ao analisar dados sem recortes sociais, nota-se que a cidade é reconhecida pelo seu desenvolvimento socioeconômico. O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal¹⁴, que mede esse desenvolvimento a partir de indicadores de educação, saúde e emprego e renda, coloca o município de Uberlândia - MG como uma cidade de alto desenvolvimento socioeconômico, especialmente no campo de emprego e renda (FIRJAN, 2025). Entretanto, atualmente, a cidade tem 97.509 famílias, com um total de 218.670 pessoas, incluídas no Cadastro Único (Brasil, 2025), das quais 46 mil vivem em situação de extrema pobreza, sobrevivendo com uma renda mensal de até R\$ 89. Além disso, outras 37 mil pessoas vivem com até R\$ 178 em Uberlândia e Uberaba, as duas cidades mais “ricas” da região (Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2025). A partir disso, infere-se que assim como em outros momentos de sua história, a cidade é marcada por níveis profundos de desigualdade e de exclusão de populações marginalizadas, e o mesmo acontece com os migrantes forçados recebidos na cidade.

Dados retirados da plataforma SISMigra, demonstram que entre os anos 2000-2024, o Brasil recebeu 1,277,460 registros de imigrantes internacionais do Afeganistão, Colômbia, Cuba, Haiti, Venezuela, Síria, Ucrânia, Bolívia e Angola. Já em Uberlândia - MG, no mesmo período temporal, houve aproximadamente 3.813 registros de migrantes internacionais do mesmo grupo de países, demonstrando uma fração, em algum nível, importante do total nacional (NEPO/UNICAMP, 2025). Esses países foram selecionados dentro da base de dados por incluírem nacionalidades vulneráveis, que recebem visto de acolhimento humanitário ou *status* de refúgio pelos contextos nacionais, mas sem incluir o número total de nacionalidades de imigrantes internacionais ou de indivíduos com Registro Nacional Migratório solicitado na cidade.

A atuação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello UFU e o trabalho empírico desenvolvido na cidade revela que o fluxo de migrantes da cidade é bastante variável e que grande parte dos migrantes residentes chegam à cidade por processos de interiorização ou por processos de mobilidade voluntária dentro do país. Isto é, o município está localizado no interior do país e distante das zonas de entrada principais e a maioria dos residentes migraram internamente. Consequentemente, não existem dados específicos sobre o número de migrantes forçados que

¹⁴ O IFDM mantém sua base em três eixos consagrados na mensuração do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Saúde e Educação. A interpretação é simples: o índice varia de 0 a 1, sendo que valores mais próximos de 1 indicam maior desenvolvimento da localidade (FIRJAN, 2025).

moram na cidade e outros detalhes relevantes, especialmente porque o poder público local não faz esforços para construção e manutenção desses dados atualizados. Associado a isso, os bancos de dados nacionais são, em sua grande maioria, baseados no número de registros, sem contar a mobilidade interna. Logo, infere-se a presença de números mais expressivos de pessoas com esses vistos do que divulgados nos dados alcançados (CSVN-UFU, no prelo).

Para lidar com essa dificuldade, a CSVN-UFU realizou uma pesquisa piloto¹⁵ que tinha como objetivo mapear o perfil sócio-econômico e a localização interna dos migrantes em situação de vulnerabilidade, refugiados e apátridas acolhidos no município, sem necessariamente estabelecer uma representatividade estatística geral da população migrante. A coleta de dados dependeu da aplicação de um questionário com o apoio de OSCs locais e também de um esforço de “bola de neve” para alcançar mais migrantes residentes na cidade. Os dados coletados com a pesquisa serão disponibilizados e discutidos com mais detalhes no Relatório da Cátedra Sérgio Vieira de Mello UFU (2023-2025), mas demonstraram informações geolocalização na cidade, documentação, informações familiares, acesso a serviços básicos como saúde e educação e assistência no município. Como uma pesquisa piloto, uma das grandes dificuldades foi o alcance de pessoas interessadas em participar e o esforço alcançou aproximadamente 120 pessoas, inclusive menores de idade (CSVN-UFU, no prelo).

Nessa acepção, a construção dessa pesquisa pode ser entendida como uma medida pragmática e necessária para lidar com a dificuldade de dados existentes. O esforço de coleta, que alcançou cerca de 120 migrantes (diretamente ou através de dados familiares), foi fundamental para gerar informações sobre a documentação, acesso a serviços básicos e assistência no município, informações estas que não estavam disponíveis em bancos de dados nacionais. Ademais, os dados da pesquisa piloto, mesmo limitados, corroboram a análise histórica da segregação socioespacial da cidade de Uberlândia, conforme detalhado no capítulo. Assim, é importante reconhecer as limitações desta pesquisa, ao utilizar uma pesquisa piloto não probabilística, com consequência para uma representabilidade estatística. De toda forma, a necessidade de realizar tal pesquisa surge da ineficiência do poder público local, o que, por sua vez, é um ponto central de análise sobre o acolhimento em Uberlândia. A ausência de dados específicos sobre o número de migrantes forçados residentes em Uberlândia e a falta de manutenção de dados atualizados pelo poder público local não são

¹⁵ A pesquisa é intitulada “Para não deixar ninguém para trás: um estudo sobre o perfil sócio-econômico e a geolocalização dos migrantes vulneráveis, refugiados e apátridas residentes na cidade de Uberlândia” e inscrita no Comitê de Ética da UFU no CAAE: 69727623.1.0000.5152.

apenas um obstáculo metodológico, mas um indicativo da ausência de um sistema nacional capaz de lidar com o acolhimento internacional de modo eficiente.

Dentre as informações coletadas, os respondentes foram questionados sobre dados pessoais e também sobre dados de suas famílias que estão na cidade. Por isso, apesar de apenas 37 pessoas terem sido diretamente entrevistadas, os dados englobam cerca de 121 migrantes. Observa-se que apesar de 72,97% das respostas terem sido de mulheres, mais da maioria dos dados são sobre homens, sejam eles cônjuges, pais ou filhos das mulheres entrevistadas. Associado a isso, dentro do total, 39 são crianças (CSVM-UFU, no prelo).

Além disso, dos respondentes, 45,95% se declararam refugiados, 48,65% se declaram como “outro” 2,7% apátrida e 2,7% beneficiário de visto humanitário. Esses dados podem representar muitos aspectos das especificidades do acolhimento migratório na cidade, entre os quais dificuldade de tradução durante a entrevista e os desafios enfrentados pelos indivíduos para entender as categorias migratórias recebidas durante o processo burocrático de recepção. Destaca-se ainda que essas possibilidades são elencadas ao analisar que, do total de migrantes, 78,5% são venezuelanos e 9,09% são haitianos, ou seja, duas nacionalidades que desde 2010 têm recebido níveis específicos de proteção pelo governo brasileiro. Por outro lado, destaca-se a possibilidade de algumas dessas pessoas receberem vistos de residentes, especialmente no caso dos venezuelanos, uma vez que esse visto permite o retorno voluntário ao país de origem e a volta ao Brasil, e o mesmo não acontece com o refúgio (CSVM-UFU, no prelo).

Essa aparente fragilidade do dado, ou seja, da dificuldade de categorização de seus *status* migratórios, deve ser vista em uma ferramenta de análise crítica, alinhada à fundamentação teórica do capítulo. Essa ambiguidade não deve ser vista como uma fragilidade da coleta, mas sim como um dado analítico crucial que reforça a crítica central deste capítulo sobre as estruturas de poder e o acolhimento. Isto é, a dificuldade na categorização do *status* legal das mulheres entrevistadas não enfraquece a análise, mas sim a fortalece, visto que ela funciona como uma evidência empírica das incongruências e limitações na operacionalização e acesso prático aos direitos que o Brasil oferece, reforçando a necessidade de políticas específicas para a proteção de mulheres vulneráveis.

Quando questionados sobre moradia, 86,49% dos respondentes residiam em Uberlândia a um ano ou mais e 56,76% deles moravam em outro município brasileiro, reafirmando as discussões sobre dificuldades de dados de pessoas que migram internamente e passam a residir na cidade. Associado a isso, a grande maioria das pessoas que responderam e, conseqüentemente, suas famílias, residem em bairros periféricos da cidade, como Marta Helena, Jardim Brasília, Luizote, Custódio Pereira, Shopping Park, Jardim Canaã

(CSVN-UFU, no prelo). Esse dado representa uma confirmação sobre a dificuldade de integração eficiente na cidade, uma vez que os migrantes são forçados a morar mais afastados das infraestruturas e das políticas públicas do município. Ainda, salienta-se a presença de uma forte comunidade de haitianos no assentamento Fidel Castro.

Em suma, a amostra limitada de dados sobre migrantes na cidade é uma consequência inevitável da falha institucional em fornecer dados, e a sua utilização é analiticamente justificada por demonstrar a concretização das desigualdades estruturais da cidade na experiência de acolhimento dos migrantes forçados. A partir disso, faz-se importante esclarecer que a decisão de uma amostra de 8 mulheres para a construção dessa pesquisa também não tem como objetivo alcançar generalizações numéricas sobre as mulheres migrantes forçadas residentes na cidade, mas tem como foco a qualificação do contexto de desigualdade em que as mulheres entrevistadas estão inseridas. O objetivo primário deste trabalho é contextualizar a fala das mulheres, entendendo como a interseccionalidade entre gênero, raça, colonialidade e classe social define seus lugares de fala e as experiências que vivenciaram na migração e como essas mulheres significam essas vivências. Os dados locais da pesquisa piloto servem para situar essa pesquisa.

Em suma, o processo de recepção de migrantes na cidade de Uberlândia-MG é marcado por desafios, principalmente ligados a falta de políticas públicas locais eficientes para lidar com a demanda e as necessidades específicas desse grupo e esse contexto é ainda mais difícil quando existem intersecção de categorias sociais como gênero, faixa etária, raça e classe (Moreira, 2023). Por conseguinte, os capítulos seguintes apresentam as mulheres que se disponibilizaram a participar desta pesquisa e servem como ferramenta teórica-analítica dos resultados que foram construídos a partir da pesquisa de campo.

3. CORPOS QUE FALAM, MEMÓRIAS QUE TRADUZEM: EXPERIÊNCIAS QUE ATRAVESSAM A MIGRAÇÃO

Bom, é muito bonito, contar e reviver, pois temos um lema na Venezuela que diz “recordar é viver”, então é viver novamente todas essas etapas (Catarina, informação verbal).

Ao ser questionada sobre como foi nascer e crescer na Venezuela e sobre as memórias que tinha sobre a sua família, amigos, cultura e religião, Catarina se lembrou de como foi ser criada por sua mãe e por seus avós. Para ela, as experiências que teve com eles foram fundamentais para reconhecer os esforços que agora ela reproduz enquanto mãe e mulher. Além disso, ela relembrou as dificuldades que eles viviam, especialmente pela falta de estabilidade econômica, os momentos em que trabalhou com sua mãe para ajudar a manter a

casa e como a educação foi importante durante sua trajetória. Associado a isso, ela contou um lema venezuelano, que legitima a minha percepção da memória e do relato de si, ou seja, que o processo de contar(-se) é uma forma de seguir vivendo e de demonstrar particularidades de suas subjetividades.

Diante disso, assim como Frank (2002), considero a memória como um processo que torna o passado presente e que enseja a continuidade do sujeito, ao preservar a identidade ao longo das experiências que marcam o cotidiano. Ademais, como discutido por Greenberg e Rubin (2003), a memória autobiográfica envolve a recuperação de eventos pessoais que têm relação entre si e que revelam que os sujeitos são capazes de ter uma consciência dos fatos que aconteceram consigo mesmos. Nessa perspectiva, as memórias são usadas neste capítulo enquanto ferramenta para acessar a identidade e subjetividade das mulheres entrevistadas, a partir das experiências vivenciadas e a forma como elas posicionam as narrativas de si mesmas.

Outrossim, Esteban (2008) defende que os estudos do corpo realizados nos últimos anos gerar leituras mais complexas e alternativas da experiência múltipla, aberta e mutável daquilo a que chamamos "ser mulher", "ser homem" ou o que quer que "sejamos", o que requer uma visão performativa e dinâmica do gênero (Esteban, 2008). Nesse contexto, afirma-se que a identidade de gênero junto com outras estruturas sociais e de poder são importantes para entender a forma como mulheres são afetadas e como seus corpos são marcados pelas experiências de migração forçada vivenciadas.

Este capítulo estuda como os corpos das mulheres em situação de migração forçada são afetadas antes, durante e depois da mobilidade, por meio de um debate que analisa como as estruturas de poder ganham materialidade na vida dessas pessoas e, principalmente, como essas experiências são encarnadas pelas mulheres entrevistadas. Este capítulo aborda aquilo que é dito e não dito, a partir da tensão entre os relatos e as categorias discutidas e pretende evidenciar como a mobilidade afeta a subjetividade dessas mulheres, enquanto elas se tornam migrantes forçadas.

Além disso, esse texto é também uma ferramenta teórico-analítica, que analisa os resultados construídos no trabalho de campo por meio de teorias e estudos feministas e migratórios. Objetiva-se discutir como as mulheres são afetadas no contexto de migração forçada, especialmente a partir de uma análise sobre como mulheres vivenciam o gênero no processo de mobilidade. Diante disso, o primeiro tópico apresenta as mulheres que foram entrevistadas e debate memórias e elementos importantes para situar como elas foram atravessadas por estruturas e instituições presentes na formação de suas subjetividades. O

segundo serve como ferramenta de análise das experiências com identidade de gênero e a forma como essas mulheres significam o que entendem como ser mulher, de modo a aprofundar a discussão da subjetivação a partir dessa estrutura social. O terceiro aborda as motivações que fizeram com que essas mulheres migrassem, de modo a analisar a experiência situada que gerou o deslocamento forçado. Por fim, o quarto, e último tópico, retoma algumas das memórias relatadas e as relaciona com as experiências gerais com a integração local, aspecto fundamental para essa modalidade de deslocamento.

3.1. Relatos de si: memória como reflexo de produção do sujeito

A pesquisa de campo foi finalizada com 8 entrevistas, realizadas em quatro encontros distintos e que foram descritos no capítulo 1. Pretende-se, neste tópico, fazer uma apresentação das mulheres que participaram da pesquisa, de modo a situar a leitura, bem como discutir suas memórias, trajetórias de vida e a forma como entendem que são atravessadas por elementos como a identidade de gênero, família, tradições e práticas sociais.

Os encontros foram gravados e o material foi transcrito na íntegra, no entanto, é fundamental esclarecer que todas as apresentações e discussões feitas neste trabalho envolvem o uso de codinomes, escolhidos em sua maioria pelas mulheres que foram entrevistadas, para garantir a anonimidade e o respeito às normas do Comitê de Ética para Pesquisas com Seres Humanos. Além disso, o ato de nomeá-las parte do entendimento de que o tratamento desses dados deve, também, partir de pressupostos que prezam pelo respeito e humanização dos corpos e das mulheres que se dispuseram a compartilhar suas histórias. O quadro abaixo tem um resumo inicial, com nome, idade e nacionalidade e logo em seguida uma apresentação mais detalhada, baseada nos relatos coletados.

Quadro 2: Dados sociodemográficos das mulheres entrevistadas

Nome	Idade	Nacionalidade
Catarina	39	Venezuelana
Rebeca	17	Venezuelana
Alejandra	36	Venezuelana
Rosa	48	Venezuelana
Milagros	39	Venezuelana
Beatrice	21	Haitiana

Marie	42	Haitiana
Amanda	37	Haitiana

Elaboração própria

As duas primeiras perguntas da entrevista tinham como objetivo alcançar detalhes e memórias sobre a trajetória de vida dessas mulheres, de modo a conhecer elementos que elas identificassem como importantes nas próprias histórias e que ajudassem a construir a narrativa sobre como elas se narram. Ao serem questionados sobre como foi crescer nos seus países de origem e quais eram suas memórias mais importantes, muitas delas precisaram de apoio para entender qual caminho suas respostas deveriam tomar. Essa dificuldade foi comum no desenvolvimento da pesquisa de campo, especialmente nas perguntas iniciais, entretanto, a partir do esclarecimento de que as memórias podiam estar relacionadas às suas famílias, amigos, cultura e religião ou qualquer aspecto de suas infâncias que elas considerassem importantes as interlocutoras se sentiram mais confortáveis em compartilhar.

A segunda pergunta também tinha uma relação profunda com memórias, mas a partir de um foco específico nas lembranças que elas consideravam felizes e positivas, bem como nas melhores coisas de seus países de origem. Não apenas reafirmando o interesse em conhecer mais sobre elas e o que elas possivelmente escolheriam como importante de ser compartilhado, mas também como espaço para conhecer essas mulheres enquanto sujeitos, seus gostos e seus interesses, para além das dificuldades da migração e da crise do país.

Dentro deste trabalho esses detalhes são importantes ao serem entendidos como ferramentas que possibilitam algum nível de contato com os aspectos que co-constituem as identidades e subjetividades dos sujeitos. Em outras palavras, a partir de suas memórias e de como elas foram vivenciadas e sentidas por seus corpos, entende-se a possibilidade de alcançar e analisar parte do que para elas, enquanto sujeito, foram fundamentais para a formação da subjetividade e da forma como elas entendem o mundo e como foram atravessadas por esses processos.

Considerando esse conceito, esta pesquisa também se apoia no trabalho de McLaren (2002), que, ao se basear no trabalho de Michel Foucault, define subjetividade como um conceito complexo e multifacetado, socialmente constituído e historicamente variável. A subjetividade está em constante processo de formação e transformação, influenciada por práticas sociais, culturais e históricas. Ela não é uma essência fixa, mas é continuamente moldada pelas relações de poder e pelas práticas discursivas. A subjetividade é tanto um

efeito do poder quanto um veículo do poder, constituído por normas sociais e práticas culturais. A autora argumenta que, para Foucault, a subjetividade é inseparável do corpo e das práticas de si, que envolvem a relação do indivíduo consigo mesmo e com os outros.

A subjetivação é central porque envolve a constituição do sujeito a partir das relações estabelecidas com a sociedade e com os outros indivíduos, ou seja, a identidade começa a ser formada a partir de estruturas existentes, mas também a partir do contato direto com o outro. Diante disso, este trabalho argumenta que a migração internacional, especialmente os deslocamentos forçados, causa grandes transformações na subjetividade dos indivíduos, uma vez que existe uma mudança nas práticas sociais, culturais e nas relações de poder nas quais as pessoas estão envolvidas.

A partir disso, as perguntas levantadas nesse primeiro momento buscavam acessar a subjetividade dessas mulheres antes do processo migratório e do contato com outras práticas sociais, culturais e históricas que foram vivenciadas a partir da mobilidade e do acolhimento dentro do Brasil. Entendendo que a subjetividade é inseparável do corpo, e que as memórias permitem acessar as experiências importantes para a constituição da subjetividade, a forma como esses elementos se relacionam permitem utilizar as memórias dessas mulheres enquanto uma ferramenta metodológica para compreender como a subjetividade foi moldada por meio das relações estabelecidas e como elas são apresentadas dentro do discurso e da entrevista.

Ao recontar detalhes gerais de sua trajetória, Catarina, venezuelana de 39 anos, destacou a importância de sua família na sua formação, especialmente no impacto de sua mãe na forma como ela cria seus filhos e faz escolhas em sua própria vida. Além disso, ela também destacou a importância de seu marido e seus irmãos¹⁶, que também são fundamentais no seu projeto de vida e nos objetivos que existem neste momento. Durante sua fala inicial na entrevista, Catarina reafirmou a importância de sua família e dos ensinamentos que recebeu e, conseqüentemente, a importância de sua comunidade na sua formação enquanto sujeito, demonstrando a forma como foi atravessada por práticas sociais e culturais de seu país de origem. Para ela, as melhores coisas de seu país são as tradições e a cultura, mas quando vividas em conjunto. Em outras palavras, Catarina posiciona sua família como um componente de pertencimento e de afeto, não apenas como uma instituição que reproduz um padrão do tecido social.

Catarina destacou o natal como um momento que melhor explicava a sensação de reunir a família e viver em comunidade, apontando este como um dos melhores momentos que viviam. Seu relato também indica um elemento religioso e os diferentes papéis sociais

¹⁶ Eles ainda estão na Venezuela, assim como outros familiares.

assumidos, ao contar sobre ser mulher, filha e mãe, Catarina também revela os diferentes eixos estruturantes de sua constituição como pessoa no mundo.

[...] agradeço a Deus por tudo isso, pois me fortaleceu como mulher, como filha, como mãe e por isso peço a Deus que siga me fortalecendo para eu que eu possa dar sempre o melhor de mim (Catarina, informação verbal).

Por outro lado, Alejandra, venezuelana de 36 anos, que migrou para o Brasil a três anos, ao relatar suas memórias da infância, esclareceu que sua mãe morreu quando ela tinha 10 anos e, por conseguinte, sua criação está profundamente relacionada ao seu pai e aos ensinamentos dados por ele. Ela também indicou a relação com seu irmão como muito importante, mas demonstrou que ele teve uma criação diferente, apenas por ser homem. Seus relatos transmitem elementos que permitem algumas inferências sobre sua subjetividade, entre os quais, destaca-se o fato de que ela aparenta ter sido profundamente afetada pela relação de poder estabelecida com seu pai e as crenças que foram passadas a partir desse contexto social.

[...] porque meu pai tinha um gênio muito forte, nossa senhora, meu pai tinha um gênio. Pegava eu e meu irmão para ensinar, estudar, todas essas coisas. Mas, agora sou assim na minha casa e ele fala para mim, meu marido fala “mas você não tem que ser assim” e eu digo “mas eu me criei assim e olha, não gosto de bagunça, porque meu pai me criou assim”. Meu pai era muito, ele não gostava de bagunça e tinha um gênio forte, forte (Alejandra, informação verbal).

O poder é reproduzido em todas as relações e em todos os aspectos da vida, ou seja, ele é exercido dentro das relações e atravessa as pessoas e a forma como elas se relacionam com os outros e consigo mesmas. Sendo assim, é fundamental esclarecer que o poder não nega ou limita, mas ele induz, forma o saber e produz discurso (Foucault, 1979). Por conseguinte, a subjetividade é, também, produzida a partir dessas relações, haja vista que parte do processo de construção do sujeito está profundamente ligado às relações de poder estabelecidas e a forma como o sujeito é induzido a desenvolver determinadas características a partir do saber e do discurso que são reproduzidos durante o cotidiano.

A subjetividade para Foucault pode, de alguma forma, ser interpretada como uma construção na qual o interior é uma operação do exterior, ou seja, o exterior produz o interior por meio de uma duplicação, uma dobra, uma reflexão sobre si mesmo (McLaren, 2002). No caso das mulheres migrantes entrevistadas, nota-se uma forte relação com suas famílias e as condições culturais e sociais no desenvolvimento dos aspectos que são elencados como fundamentais em como elas se veem enquanto sujeitos. Haja vista que o processo de subjetivação acontece dentro das relações de poder e, conseqüentemente, é atravessado por práticas discursivas, a formação do sujeito está diretamente relacionada às posições que seus corpos ocupam e às categorias que recebem, ao longo da vida.

Essas posições demonstram os eixos estruturantes que elas assumem ao longo da vida. Os relatos revelam a importância das famílias e o papel que elas ocupam enquanto filhas, mães e irmãs. O caso de Catarina revela a importância de sua mãe e a manutenção de crenças vistas e vivenciadas como filha e agora como mãe e os relatos de Alejandra demonstram o papel do seu pai e as diferenças de sua experiência enquanto filha e irmã. Isto posto, os eixos estruturantes da constituição de uma pessoa e os papéis sociais que ocupam são parte da subjetividade e reafirmam que esse é um processo constante e, por conseguinte, os sujeitos que se tornam migrantes passam por novas formas de subjetivação, associados a nova trama de poder, ao novo contexto social e a novas práticas discursivas.

Rebeca, venezuelana de 17 anos, é filha de Catarina e a mais nova de todas as participantes. Ao se apoiar na resposta de sua mãe, ela reafirmou a importância da família e de seus amigos no seu desenvolvimento, para ela, as melhores lembranças são aquelas que envolviam as celebrações em família, as ocasiões que permitiam uma reunião e trocas entre aqueles que ela ama. Além disso, Rebeca também destacou a importância da cultura, das músicas, das danças e da comida de seu país, diferentes daqueles presentes no Brasil. Suas falas reafirmam a importância dos elementos culturais na formação dos sujeitos, além de indicar a importância das relações entre amigos e familiares no desenvolvimento da identidade e da forma como o sujeito se relaciona com o mundo.

O processo que relaciona o sujeito a elementos culturais e ao processo histórico-social de seus países envolve uma relação profunda com a manutenção de aspectos de sua subjetividade. Destaca-se que a migração forçada envolve uma mudança brusca, por muitas vezes inesperada e indesejada, que afeta a experiência desses corpos a partir da retirada da estabilidade ligada às estruturas sociais que estavam presentes na constituição da identidade. Assim, ainda nos seus relatos iniciais, Rebeca demonstra a insatisfação associada às mudanças de contexto e a impossibilidade de manter laços, pertencimento e contato com sua ancestralidade, e o desejo de voltar a seu país, independente da situação crítica, especialmente por não conseguir conviver da mesma forma com seus pais, que estão sempre trabalhando, ou com os familiares que ainda estão na Venezuela.

Mas eu costumava sair com meus amigos, mesmo sem poder. Apesar da economia da Venezuela e toda a situação, ainda tenho saudades de lá. Lá meus pais tiveram infância, nós passeávamos, tínhamos tempo em família, um momento único que não tem como viver de novo. Aqui não é a mesma coisa, eles passam mais tempo trabalhando (Rebeca, informação verbal).

Um dos grandes aprendizados discutidos e que retornam ao longo da entrevista de Alejandra, tem ligação a importância que o seu pai dava ao trabalho, especialmente para ela

enquanto mulher. Ela destacou que finalizou o ensino médio, mas não começou a universidade porque precisava trabalhar nas minas que existiam no seu estado, Bolívar. Em seus relatos, Alejandra demonstrou o quanto as práticas discursivas de seu pai e os ensinamentos foram importantes para moldar como ela se vê enquanto indivíduo e a relação estabelecida com o mundo, seja como se posiciona como sujeito ou como oferece significado à realidade.

Mas meu pai tinha um caráter, e isso eu o agradeço, porque agora o que sou, sou... Ele disse que a mulher tinha que trabalhar, porque se o homem não servia, para frente (Alejandra, informação verbal).

Nesse mesmo encontro, entrevistei Rosa, mulher venezuelana de 48 anos, que havia chegado em Uberlândia a poucos meses, mas já vivia no Brasil a mais tempo. Ela destacou que migrou com seu marido e dois de seus três filhos, um deles com 14 anos e que está em Uberlândia com ela. Além de ter dados alguns detalhes sobre sua família, como esclarecer que ela é a terceira de oito irmãos, um dos grandes focos da sua fala inicial foi o seu trabalho. Rosa é formada em enfermagem e relatou as dificuldades que foram vivenciadas dentro do sistema de saúde da Venezuela e de como, enquanto funcionária pública, além de lidar com a falta de recursos, ela também vivenciava um cerceamento de direitos para falar sobre os problemas que se tornaram parte do cotidiano dos trabalhadores dessa área e da população venezuelana.

A subjetividade de um sujeito, para além da sua relação com o corpo e com as relações de poder que são parte da co-construção da identidade, também está associada ao entendimento de quem o sujeito é ou o que ele pensa que pode ser, depende profundamente do contexto social no qual ele se posiciona e se encontra. Ao considerar que a existência de um sujeito depende não apenas da sobrevivência, mas necessariamente da associação disso a continuação da ordem social que dá sentido à existência e a dignidade, especialmente em áreas como família, amigos, comunidade política e crenças (Edkins, 2003), infere-se que a estabilidade do contexto e a presença da comunidade pode ser um elemento essencial para a forma como o sujeito se entende e se posiciona no mundo.

Milagros, venezuelana de 39 anos, deu detalhes sobre a sua infância e ao responder a primeira pergunta, salientou as dificuldades vivenciadas durante esse período. Ela cresceu com seus pais e quatro irmãos, até que um deles foi assassinado. Isso causou muitos problemas familiares e tornou a infância mais difícil, uma vez que seus pais tiveram grandes dificuldades para lidar com a perda e com o trauma. Além disso, Milagros também afirmou que estudou pouco e que se apaixonou pelo marido, saiu da casa de seus pais, se casou e teve seus quatro filhos, dois ainda na Venezuela e dois com ela. Ela também contou que gosta de

cozinhar e que não precisou vender suas coisas para migrar, uma vez que um de seus filhos pagou sua passagem para o Brasil.

Eu me criei com meus pais e então éramos quatro irmãos, mataram um irmão, faz 12 anos, bom, minha mãe se apegou muito a isso por um tempo e teve muita depressão, todavia, ela começou a ir na igreja e superou um pouco. Então, tivemos uma infância um pouco dura, porque meu pai tinha certos problemas de vícios em drogas, então vivemos uma vida, ai, regular [...] (Milagros, informação verbal).

O discurso é fundamental para demonstrar práticas, crenças e valores, e, por conseguinte, é interessante notar como Milagros escolheu falar “eu me criei com meus pais”, infere-se que essa escolha seja um indicativo específico sobre sua formação e a relação familiar que foi estabelecida durante sua infância, uma vez que durante outro momento da entrevista ela relatou que via formas de violências cometidas pelo seu pai. A escolha de deixar a casa de sua família esteve diretamente relacionada a tentativa de fugir dessas violências, ela relatou que ele era responsável, mas que ela não conseguia mais lidar com o que vivia e como isso a afetava, fazendo com que ela deixasse a casa mais cedo e se casasse rápido.

Mas, havia violência, então, e essa foi uma das coisas que fez com que eu saísse de casa, ele não agia diretamente comigo, mas não sei, eu via as coisas e isso me afetava, então eu me fui. E depois, como te disse, me dediquei aos meus filhos, a casa (Milagros, informação verbal).

Presenciar situações de violência acontecendo com outros sujeitos pode ter resultados muito próximos ao de viver a violência por si só (Edkins, 2003), tornando a experiência pessoal de Milagros marcada pelo trauma de ter assistido situações de violência dentro do contexto familiar. Perguntas que buscassem saber mais detalhes sobre quais formas de violência foram presenciadas e as consequências pessoais desses atos não foram feitas. Milagros escolheu contar sobre essa experiência de sua vida e eu, enquanto entrevistadora, entendi que cabia a ela os limites do que deveria ser compartilhado e como isso deveria ser feito, uma vez que o trauma é pessoal e podia ser revivido por meio dessas perguntas¹⁷. A violência contra a mulher é uma forma de violação de direitos humanos e é, inclusive, reconhecida como um dos motivos que leva à migração de mulheres que buscam proteção e o fim de violências físicas e psicológicas. No caso de Milagros, a violência vivenciada foi intrafamiliar, que em suma, é definida como:

toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida (Day, *et al.*, 2003).

Sendo assim, reafirma-se que apesar de não ter sofrido violência em seu corpo, presenciar esses acontecimentos ainda devem ser considerados uma forma de violência por

¹⁷ Destaco que o silêncio sobre esses traumas também deve ser considerado enquanto demonstração da forma como essa experiência foi encarnada, haja vista que o corpo também fala nas expressões e nos movimentos.

afetar o bem-estar e a integridade psicológica de Milagros. Assim, sendo esses momentos parte de sua infância, como discutido por Day *et al.* (2003), observa-se a transgressão do poder de proteção do adulto, nesse caso seu pai, e como resultado, observa-se que todos os aspectos da vida da criança são afetados. Além disso, o trauma infantil acaba gerando resultados a longo prazo que não devem ser ignorados.

A decisão de não fazer mais perguntas dificulta a possibilidade de inferências mais específicas, inclusive para entender se era uma violência de gênero, direcionada apenas a sua mãe, ou não, e também impossibilita identificar consequências diretas desse trauma. Contudo, depreende-se que as violências resultaram em uma busca ativa por outras formas de sobrevivência que dependeram de mudanças de contexto e também marcaram a decisão de Milagros de deixar a casa de seus pais, representando uma forma específica de resistência e de agência. Reafirma-se que o desenvolvimento dentro de contextos de violência, especialmente familiares, têm impactos profundos na subjetividade e no desenvolvimento do sujeito e que isso deve ser reconhecido ao entender as experiências específicas de Milagros.

De modo geral, a relação de constituição do sujeito envolve muitos mecanismos e processos ligados às relações de poder e a identidade, entendida como a forma pela qual nós nos definimos em relação ao nosso contexto, ao mundo e aos outros, e como nós nos diferenciamos dos outros. Não é um conceito estático, mas é estável, além de ser parte do sistema emocional e cognitivo que formamos no início da infância. Ademais, esse conceito pode ser definido de diferentes formas e a partir de diferentes circunstâncias, a exemplo de identidade individual, identidade de grupo ou identidade nacional. Durante esse processo de construção da identidade, a forma como o outro é definido impacta a identidade em um processo de co-construção (Resende, 2020).

Considerando que, além da influência das relações estabelecidas entre os indivíduos, o sujeito também é atravessado pela cultura, instituições e estruturas sociais, o contexto do país tem relação direta com a subjetividade em construção. Se esse espaço territorial está em conflito, infere-se a existência de consequências diretas à identidade do sujeito. De modo que, as mulheres migrantes forçadas analisadas neste trabalho devem ser entendidas como sujeitos que tiveram suas subjetividades afetadas pelo contexto nacional, pela forma como a identidade nacional é experienciada e pelas crises que existem no território. Argumenta-se que elas foram afetadas pela ausência de acesso a direitos humanos básicos, necessários à qualidade de vida e a potencialidades, e pela exposição constante a instabilidades políticas, econômicas e sociais. Os relatos alcançados destacam as dificuldades em acessar comida e

outros recursos básicos, além de mencionarem dificuldades no acesso à saúde, educação, segurança e justiça social.

Beatrice, mulher de 21 anos, nasceu no Haiti durante o início de uma das crises vivenciadas no país e, apesar de ter mencionado esse fato, destacou que enquanto criança não tinha noção do que estava acontecendo e considera a sua infância um período lindo. Ela destacou as memórias sobre seus avós, especialmente a saudade que sente deles e da única avó que ainda está viva, falou também sobre a comida, o verão e as férias escolares, que são alguns dos momentos que ela considera mais legais de sua infância. Além da saudade, inicialmente Beatrice revelou que, para ela, existe uma relação profunda entre a sua nacionalidade e uma representação de resistência, que ela nomeia como força. Para ela, o contexto do país e os desastres naturais, necessariamente, afetam a forma como os indivíduos lidam com o mundo e como se veem enquanto indivíduo.

E ter um objetivo, tipo, aquilo que eu não tenho meu país, eu ... o país que eu tô agora aqui, tipo, que tem tudo disso eu vou aproveitar o máximo. Então, nascer no Haiti, nascer no Haiti, eu acho que é sinônimo de força. Porque você já passou por tudo lá, né? Terremoto, é ... furacão, esses desastres naturais, também a insegurança, a violação dos direitos (Beatrice, informação verbal).

Ademais, é interessante notar que Beatrice discutiu a importância da alteridade na formação da subjetividade e da sua própria identidade. Ao ser questionada se achava que migrar foi a melhor opção para sua família, ela destacou que conhecer novas culturas foi fundamental para que ela também entendesse quem ela é. Observa-se a materialidade da importância do contraste com o outro para entender elementos sobre si na vivência pessoal de uma mulher que migrou ainda muito jovem.

Entende-se resistência a partir de um conceito que equilibra as definições propostas por Foucault e Deleuze, como uma “força que move, atravessa, que torce e se alimenta de outras forças com o intuito de aumentar a potência dos corpos. É efeito de encontros capazes de mobilizar forças; é força inventiva que move e cria possíveis” (Paraíso, 2016, p. 389). Infere-se então que a partir de movimentos de resistência, as mulheres inseridas dentro de contextos de crise política e econômica e, posteriormente, migração forçada, constroem formas de (re)existir, ou seja, outras formas de sobreviver e viver surgem como uma resposta aos contextos que elas estão inseridas. Nesse sentido, nota-se que as transformações de subjetividade anteriormente discutidas não necessariamente precisam incluir formas de resistência violentas ou amplamente divulgadas, mas incluem as mudanças diárias e cotidianas que permitem que esses corpos continuem a existir, a sonhar e a se desenvolver, apesar das dificuldades.

Ao entender o corpo como marcado por eventos, moldado por regimes e locus de resistência, a discussão sobre a experiência dessas mulheres permite entender a concretude teórica dada ao conceito de resistência, demonstrada a partir do trecho acima. Dessa maneira, a importância do contexto prévio à migração é essencial para a análise dos casos de deslocamento forçado porque demonstra o início das grandes mudanças de subjetividade discutidas neste estudo. Em outras palavras, defende-se o argumento de que a experiência de migração forçada de mulheres e outros grupos vulneráveis é, necessariamente, violenta por ser marcada por momentos de violências psicológicas ou simbólicas que demandam a necessidade de formas de resistência, bem como por mudanças bruscas que afetam a estabilidade da subjetividade e da identidade constituídas ou ainda em formação. O contexto de crise, o processo de deslocamento e o contexto de acolhimento (re)produzem formas de violência, materializadas nos corpos e experiências dessas mulheres.

Marie, haitiana de 42 anos, contou que desde criança gostava de ir pra igreja e que depois de sair da escola começou a ser professora de crianças, além de atuar no comércio e na agricultura. Ela contou que ainda não tem formação, que queria ter feito pedagogia, mas que não teve oportunidade enquanto ainda estava no Haiti. Além disso, demonstrou o desejo de fazer isso no Brasil, destacando a dificuldade com a língua como um dos principais impedimentos. Associado a isso, Amanda, mulher haitiana de 37 anos, relatou que gostava de ir pra igreja e de ajudar em casa, no entanto, ela contou que não teve a oportunidade de estudar ou de trabalhar, mas que assim como Marie queria ser uma grande comerciante, uma mulher de negócios que tem uma casa grande e um carro. Ela destaca ainda a importância que seu marido e filhos têm em sua vida.

As trajetórias de vida das mulheres entrevistadas são marcadas por especificidades no que tange a organização familiar e nos detalhes compartilhados, no entanto, reafirma-se que todos os relatos foram profundamente marcantes em demonstrar detalhes sobre a formação dos sujeitos, especialmente a partir de discussões sobre práticas sociais e discursivas que foram incluídas nos relatos iniciais. Além disso, nota-se também a discussão de elementos considerados formativos, como a possibilidade de acessar educação ou a necessidade constante de trabalho, fundamentais para entender a forma como o sujeito se relaciona com o mundo e consigo mesmo. O tópico abaixo aprofunda a discussão sobre as experiências que elas tiveram a partir de uma discussão que relaciona a subjetividade e o corpo à identidade de gênero, conceito fundamental para entender as transformações vivenciadas pelas mulheres entrevistadas.

3.2. O que é ser mulher?: dimensões subjetivas do gênero

Esse é um trabalho em que não tem pagamento e um trabalho que não termina, não acaba, passa o dia, a noite, na casa, as crianças, na cozinha, limpando tudo e é tremendo (Milagros, informação verbal).

As identidades de gênero são fundamentais para compreender as experiências específicas vivenciadas por mulheres e, por conseguinte, são fundamentais para as análises propostas neste trabalho. Diante disso, destaca-se a necessidade de entender o conceito de gênero, de corpo e corporalidade e como isso pode ser materializado a partir da discussão dos dados construídos a partir da pesquisa de campo. Desse modo, como ferramenta crítica de questionamento dos significados majoritariamente associados à feminilidade e a vivência de mulheres, este tópico vai discutir, inicialmente, perguntas associadas à identidade de gênero e a experiência de cada uma das mulheres entrevistadas.

O trecho que abre esse tópico é a resposta dada por Milagros a pergunta “o que é ser mulher na Venezuela? Como você vivia isso?”. Essa frase sintetiza sua experiência enquanto mulher e está profundamente relacionada a carga do trabalho reprodutivo e de cuidado vivenciada no seu cotidiano. Para ela, os significados associados a sua expressão de gênero estão fortemente associados à utilidade do seu corpo, ao trabalho contínuo de cuidado e ao cansaço extremo vivenciados diariamente. Essa significação pode ser associada ao que feministas como Federici (2019) discutem no que tange a associação entre patriarcado, capitalismo e o corpo de mulheres. Isto é, ao pensar no trabalho constante de cuidado, indiretamente Milagro permite uma discussão sobre a exploração do corpo de mulheres e a manutenção do patriarcado e do capitalismo, principalmente no caso de corpos racializados e de pobres.

Em outras palavras, esse relato pode servir como suporte para discussões propostas por Federici (2019), por demonstrar a relação entre a identidade e as funções do trabalho, especialmente as atividades de cuidado reprodutivo, que servem para reprodução do capital. Infere-se ainda que o corpo de Milagros pode ser entendido, ao mesmo tempo, como o espaço da exploração que vivencia e o locus da resistência necessária à sua sobrevivência. Nesse sentido, ao contar sua experiência de trabalho constante, Milagros reafirma a importância de pensar no trabalho reprodutivo e não remunerado que ainda afeta os corpos de mulheres dentro do contexto social em que estão inseridos.

Além disso, o trabalho, remunerado e não remunerado, foi um tópico constante dentro das entrevistas discutidas dentro desta pesquisa. A maioria das mulheres entrevistadas tinham esse elemento como formativo de sua identidade e como parte constante das próprias experiências, antes e depois de deixarem seus países. Ainda, observa-se a associação desse

aspecto ao tentarem elaborar uma explicação do que entendem como “ser mulher”. Ou seja, o trabalho, remunerado e não remunerado, deve ser considerado como categoria fundamental que atravessa os corpos aqui analisados e, necessariamente, deve ser compreendido como um dos grandes aspectos para a experiência dessas mulheres, antes e depois da mobilidade.

Associado a isso, o relato de Alejandra retomou a associação ao trabalho e ao contexto geral de mulheres venezuelanas. Ela contou que muitas mulheres na Venezuela são donas de casa e se dedicam ao lar, assim como ela fazia na infância, desde seus 10 anos, mas também muitas trabalham e se dedicam ao lar, como aconteceu quando ela começou a trabalhar nas minas. De modo geral, seu relato reafirma o que foi dito por Milagros e, conseqüentemente, permite inferências sobre a relação entre trabalho e a vivência de mulheres inseridas em distintas periferias, ou seja, depreende-se que o trabalho é um elemento intrínseco à identidade de gênero de muitas mulheres venezuelanas, associação que pode ser vista no trecho: “[...] mas assim lá na Venezuela para mulher é assim, nossa senhora, muito trabalho e muito viu” (Alejandra, informação verbal), sendo um elemento importante também para a constituição de suas subjetividades.

Pretendia-se alcançar as significações que as mulheres entrevistadas davam à própria experiência, mas também as noções e representações sociais, valores e crenças, práticas discursivas e elementos que formaram as realidades nas quais estavam inseridas. De modo que, ao analisar as respostas, objetiva-se ampliar a epistemologia feminista sobre formas de pensar o gênero, especialmente a partir das significações construídas dentro das experiências pessoais de mulheres em situação de migração forçada.

Lévi-Strauss definiu estruturas analíticas antropológicas que considerava que as diferentes sociedades humanas tinham como base uma divisão sexual/biológica, binária e hierarquizada, no qual a “natureza” humana seria expressa de forma homogênea por toda a história. Esse desenvolvimento do conhecimento, que demonstra a existência de um sistema de sexo/gênero binário responsável por definir o que é normal e anormal, se manteve inquestionável por anos (Swain, 2002).

Apesar disso, a experiência de mulheres demonstra a manutenção da dicotomia que associa o corpo a elementos que foram definidos como naturais. As representações sociais de mulheres estão profundamente ligadas ao sexo biológico e a elementos simbólicos associados ao corpo e aquilo designado feminino (Swain, 2002). Entretanto, assim como defendido por Butler, defende-se a necessidade de considerar a experiência do corpo como um ambiente de equilíbrio entre aquilo que é externo e interno, tornando o corpo um produto cultural (Grosz, 1994), e não um espaço passivo e que possui características “naturais”. Sendo assim, esta

pesquisa reconhece a importância de entender os conceitos de sexo e gênero como elementos em construção e que parte de elementos sociais e culturais fundamentais para entender a experiência de mulheres, especialmente em situação de migração forçada, ao mesmo tempo em que caminha em direção de aprofundar o debate feminista ao retomar o questionamento inicialmente colocado por Simone Beauvoir sobre o que é “ser mulher”. Isto é, este estudo considera a importância de analisar a vivência dentro das práticas de gênero que afetam a identidade e o corpo desses sujeitos, ao mesmo tempo que produz um espaço para entender os significantes que cada uma dessas mulheres associam a suas experiências pessoais.

Esse esforço é iniciado no reconhecimento de elementos relacionados à subjetividade de mulheres em situação de deslocamento forçado, numa busca de legitimar e representar outras alternativas de subjetividade feminina. De Lauretis (1984) defende que os efeitos constitutivos entre o sujeito e o social são constantemente alterados e a constituição do “ser mulher” depende da experiência vivenciada pelo indivíduo, ou seja, a construção do sujeito está profundamente associada à experiência do corpo sexuado e que se relaciona às práticas discursivas, de modo que “ser mulher” está relacionado a padrões ideológicos e culturais e das condições sociais nas quais o indivíduo está inserido (Swain, 2002). Assim, a pesquisa de campo e as entrevistas com as mulheres migrantes discutidas neste capítulo servem como ferramenta para trazer materialidade ao debate sobre o corpo de mulheres e os padrões que constituem o “ser mulher” desses sujeitos.

O relato de Catarina, ao ser questionada sobre o que é ser mulher na Venezuela, também ofereceu um significado associado ao trabalho. Contudo, diferente de Milagros que fez uma associação ao trabalho de cuidado demandado por sua casa e sua família, o relato de Catarina traz luz ao trabalho necessário para a sobrevivência e busca constante a estabilidade. Para ela, desde sua infância, ser mulher era especialmente difícil pela necessidade constante de trabalho, uma vez que isso garantiria a estabilidade financeira e familiar desejada. Além disso, segundo Catarina, a piora do contexto geral do país fez com que as dificuldades aumentassem, inclusive tornando o contexto igualmente difícil para homens e para mulheres.

Infere-se que esse esforço pode ser lido como uma tentativa de esclarecer que, apesar de muitas vezes sentir que suas capacidades eram questionadas apenas por ser mulher, para ela existe igualdade entre os grupos no que tange às dificuldades de acesso a bens básicos dentro do contexto de crise. No entanto, logo depois de reafirmar que o contexto é difícil para ambos os grupos, ela também oferece uma diferença que pode ser considerada importante. Ao pensar nas desvantagens de ser mulher na Venezuela, em relação ao trabalho, ela salientou as

possibilidades de homens depreciarem as capacidades e habilidades das mulheres que compartilham o ambiente.

Ser mulher é, não é fácil, não é fácil no meu país porque quando eu era pequena, vou voltar atrás um pouco, quando era menina fui vendo que era difícil, no sentido em que eu era solteira e tinha que trabalhar, trabalhar muito. [...] E, então vê-se as desvantagens no trabalho, possivelmente em cargos em que os homens podem te depreciar, porque dizem que você não possui a mesma capacidade por ser mulher. Mas a mulher é capaz, não diria mais capaz que o homem, porque todos possuem suas vantagens e suas habilidades, suas destrezas, bem como suas debilidades [...] (Catarina, informação verbal).

Logo, ao pensar na experiência de gênero das mulheres nota-se o impacto profundo de dualismos que estruturam todas as relações e trocas sociais desde a modernidade. O dualismo depende de uma hierarquização e classificação de dois termos, de modo que enquanto um se torna privilegiado e positivo o outro é subordinado e negativo. É importante salientar que o problema com a dicotomia não é a dominação do par, mas a incapacidade do primeiro aceitar que o outro existe apenas em relação a si, ou seja, o termo subordinado passa a ser entendido apenas como a negação e ausência do termo primário. Sendo assim, o corpo é aquilo que deve ser negado para garantir que a mente se mantenha íntegra. Aqui faz-se necessário entender uma das oposições que surgiram a partir do corpo/mente, a correlação entre macho e fêmea, na qual a mulher é o corpo e o homem a mente (Grosz, 2000).

Para Foucault, o corpo é mais do que locus da subjetividade, é a condição para que ela exista, uma vez que o poder opera sobre o corpo para produzir a alma, e os conceitos de psique, subjetividade, personalidade e consciência. Diante disso, o feminismo se apossou, criticamente, de definições importantes desenvolvidas por Foucault que envolvem o corpo enquanto conceito, além de usarem suas ideias sobre práticas disciplinares e micropoder na construção da feminilidade. Por conseguinte, existem significantes paralelos entre a forma que feministas e Foucault trabalham e operacionalizam o conceito de corpo, uma vez que ambos rejeitam o dualismo estabelecido que separa corpo e mente, como esferas que representam mulheres e homens, respectivamente (McLaren, 2002).

Em outras palavras, enquanto o homem é associado à racionalidade e a elementos positivos que passam a ser masculinos, a mulher é o corpo e tudo aquilo que é feminino é subordinado, considerado inferior e faltante, em relação ao primeiro. Para Swain (2009), as mulheres e meninas foram, por muito tempo, representadas dentro de espaços de ambiguidade, lugares indefinidos, entre o adulto e a criança, também do sexo masculino. Essas definições estavam ligadas a realidades construídas e instituidoras de práticas sociais que criavam o verdadeiro e o “natural” dentro do discurso. Esses movimentos resultavam, em última instância, na inferiorização das mulheres. Desse modo, depreende-se que a estrutura

misógina frequentemente colocou mulheres em posições sociais secundárias por meio de justificativas associadas aos seus corpos, vistos como frágeis, imperfeitos e não confiáveis, ou seja, a corporalidade das mulheres foi, por muito tempo, usada como ferramenta para justificar a opressão patriarcal baseada em limitações de aspectos “biológicos” (Grosz, 2000).

Esses conceitos ganham concretude ao discutir a experiência de Rebeca, que reafirmou que o grande desconforto ao pensar o que é “ser mulher” está ligado às associações negativas que foram impostas ao seu corpo: “Minha questão é mais sobre meu corpo, por ser muito magro (Rebeca, informação verbal)”. Assim como Catarina, Rebeca reafirma que teve que lidar com questionamentos sobre as suas capacidades, apenas por ser uma mulher. A diferença de idade demonstra também um elemento importante, a vivência entre dois momentos distintos da vida, que, em alguma medida, reafirmam os mesmos processos. Enquanto Catarina discute as limitações dentro de ambiente de trabalho, Rebeca relatou as experiências que teve dentro da escola e como, apesar de lidar com muitos discursos que defendiam que ela não era capaz de fazer determinadas coisas por ser mulher, aprendeu a continuar buscando formas de ir além das restrições que tentavam impor ao seu corpo.

Para mim, um obstáculo é na escola, por ser mulher e por ser magra, as pessoas sempre me subestimam. Sempre dizendo “você é uma mulher, não pode fazer isso” “Não pode carregar peso”. Eu me sentia ofendida, porque uma mulher não é traduzida apenas em sua aparência, mas pelo o que ela pode fazer e oferecer. Eu pensava, uma mulher pode fazer qualquer coisa, é como se julgassem um livro pela capa, mas então quando o abre se surpreendem pelo o que você é capaz [...] (Rebeca, informação verbal).

Nesse sentido, o relato de Rebeca demonstra como o patriarcado ainda reafirma posições fixas sobre o corpo de mulheres, principalmente a partir de as diferenças biológicas que são usadas como um meio para reafirmar as estruturas do contexto social que vê mulheres como mais frágeis e, conseqüentemente, como portadoras de corpos que, ao serem femininos, podem ser depreciados (Grosz, 2000). Esse processo está profundamente relacionado à forma como os valores e crenças sociais são constituídos. A instituição de toda sociedade, de suas significações e relações, dependem de sistemas de interpretação que determinam o que é natural ou não, e também o que é verdadeiro ou falso, ou seja, aquilo que é considerado verdadeiro depende das lógicas e limites estabelecidos dentro do próprio sistema. Dado que toda sociedade é uma construção que, por conseguinte, cria uma identidade baseada em um sistema de interpretação feita por ela, todas as interpretações e significações feitas pelos sujeitos estão associadas à produção do discurso e aos elementos constitutivos dessa realidade (Swain, 2009).

Butler (2019) debate elementos fundamentais no que tange a corporificação. Segundo a autora, o corpo, geralmente é entendido de forma muito limitada no que tange a dimensão performativa, sendo apresentado apenas como um mecanismo passivo, que recebe significados culturais. No entanto, “o corpo é em si mesmo uma construção, assim como é uma miríade de “corpos” que constitui o domínio dos sujeitos com marcas de gênero” (Butler, 1990, p. 30). Associado a isso, para outras pesquisadoras, o corpo é um conceito ativo e que está em constante constituição, especialmente a partir de práticas culturais:

[...] crucial para a compreensão da existência psíquica e social da mulher, mas não é mais visto como um objeto a-histórico, biologicamente dado, não cultural. Elas estão preocupadas com o corpo vivido, o corpo representado e utilizado de formas específicas em culturas específicas (Grosz, 2000, p. 75).

Essas associações se fazem fundamentais neste estudo para entender a construção de elementos sociais e como eles afetam a vivência de mulheres, especialmente a partir das experiências que são materializadas em seus corpos. Isto é, diferente das associações feitas pela filosofia tradicional, que tratam o corpo enquanto elemento passivo e feminino que deve ser ignorado pela sua falta de racionalidade, este trabalho entende a importância de reconhecer diferentes formas de corporalidade e de colocar a mulher enquanto sujeito e, por meio desse movimento, alcançar novos caminhos epistemológicos dentro das pesquisas feministas, especialmente a partir da ampliação dos debates das questões de identidade e experiência.

É interessante notar que as diferenças entre as sociedades afetam amplamente a experiência de gênero e a forma como essa questão é vivenciada pelas mulheres, uma vez que existem diferenças cotidianas que tornam o patriarcado diferente daquele vivenciado em outros lugares no mundo. Entretanto, destaca-se que as diferenças culturais e o acesso a direitos e a informações também podem afetar profundamente a forma como essas mulheres significam essas diferenças sociais que são vivenciadas por homens e mulheres dentro de suas comunidades. Ao ser questionada sobre o que é ser mulher no Haiti, Marie enfrentou problemas para entender a pergunta, demonstrando dificuldades próprias do problema de tradução¹⁸ e da forma como diferentes conceitos não necessariamente são comuns em todas as culturas.

Depois de uma explicação a partir de exemplos, ela relata que não existem diferenças entre homens e mulheres em seu país, que a crise política faz ser difícil encontrar emprego

¹⁸ Como discutido no capítulo 1, esta pesquisa de campo parte da construção de conceitos e respostas a partir da relação entre entrevistadora e entrevistada. Esse caso demonstra as limitações impostas ao processo, haja vista as diferenças entre os significados conhecidos pela entrevistada e pela entrevistadora. No entanto, as dificuldades não foram um impeditivo, mas se colocam como ferramenta metodológica que enriquecem o texto e demonstram a complexidade de pesquisas focadas nas experiências de mulheres.

para todos e isso torna a vida mais árdua. No entanto, ao ser questionada sobre as diferenças entre ser mulher no Brasil e no Haiti, ela destacou que no seu país existe uma dificuldade de achar emprego por causa da violência e dos abusos contra as mulheres. Em outras palavras, apesar de inicialmente salientar a igualdade entre os dois grupos, ao tentar exemplificar outras questões de diferença, ela relatou uma distinção específica vivenciada apenas pelas mulheres dentro do Haiti. Isso não quer dizer que ela associe a experiência feminina a violência, mas demonstra, em algum nível, como a diferença cultural pode afetar o entendimento das especificidades das vivências de mulheres, especialmente a partir da dificuldade em elencar exemplos do que é a experiência feminina dentro de um contexto situado e de sua própria experiência pessoal.

[...] no Haiti o problema é a falta de emprego. Porém há a possibilidade de trabalhar em escolas como professoras, mesmo que tem esses empregos é difícil conseguir por causa de violência no abuso em relação as mulheres [...] (Marie, informação verbal).

A teoria feminista argumenta que a identidade de gênero de mulheres foi historicamente construída e é uma das criações das sociedades patriarcais, sendo apresentada como uma condição de opressão contra as mulheres, frequentemente replicada voluntariamente por elementos discursivos e pela socialização sexista normalizada (Lagarde, 2014), assim, infere-se que a dificuldade de elencar diferenças dentro das experiências, como aconteceu com Marie, é apenas uma consequência da opressão contra mulheres ser uma realidade constante, reproduzida dentro dos discursos e continuamente normalizada. Isto posto, o sistema de gênero/sexo cria padrões e uma estrutura que define a produção social e cultural de papéis de gênero específicos para cada sexo (homem/masculino e mulher/feminino) e torna a dominação dos homens sobre as mulheres na sociedade como causa central de opressão (Vilet Carvajal; Galán Jiménez, 2021).

Isso pode ser notado a partir da reação de Beatrice, que ao responder a mesma pergunta, mesmo tendo migrado enquanto ainda era criança, ampliou essa resposta e defendeu que, para ela, a sociedade haitiana ainda vê mulheres como cuidadoras, seja da casa ou dos filhos, reafirmando uma subordinação feminina dentro de suas famílias e, consequentemente da sociedade como um todo, um eco a resposta oferecida por Milagros e a subordinação vivenciada por ela. Associado a isso, ela chama o país de conservador, especialmente porque para ela, existe a constante necessidade de homens participarem das decisões que deveriam ser das mulheres, o que torna o ambiente muito difícil para elas.

[...] Até hoje, pensam, por causa das matrizes africanas, o suporte com a mulher tem que ser submisso ou que fazer certas coisas. Então, ser mulher no Haiti é difícil, sabe? É muito difícil, porque sempre tem que ter um homem para decidir certas coisas pra você [...]. Ser mulher é desafiador. Eu falo isso no texto que eu escrevi

sobre a importância da linguagem para a mulher preta imigrante. Ser mulher é uma coisa desafiadora na sociedade. Porque o mundo vê a gente apenas como cuidadora, servente, acompanhante, e quando a gente quer quebrar tudo isso, o mundo não aceita (Beatrice, informação verbal).

Apesar das especificidades do contexto local na experiência de mulheres dentro das relações sociais, esses relatos demonstram que o patriarcado é uma estrutura que afeta a vivência de todas as mulheres a partir do estabelecimento de padrões que ditam as relações. Dentro deste contexto, Carole Pateman (1988) defende a importância do conceito de "contrato sexual", que se refere aos acordos e estruturas subjacentes dentro da sociedade que perpetuam o domínio masculino e a subordinação feminina. A autora argumenta que os contratos sociais tradicionais, que supostamente estabelecem liberdade e igualdade, excluem inerentemente as mulheres da verdadeira liberdade civil. Esses contratos reforçam as estruturas patriarcais ao tratar as mulheres como propriedade ou mercadorias dentro do casamento, prostituição e outras instituições sociais.

Em outras palavras, as experiências discutidas até o momento demonstram como, apesar de terem nascido em países diferentes, as mulheres entrevistadas relatam experiências às mulheres. No entanto, destaca-se que as respostas também revelaram formas de resistência, especialmente a partir do corpo dessas mulheres enquanto objeto político, social e cultural que ainda busca formas de se desenvolver de forma autônoma, ligada aos seus próprios desejos. Para Rosa, ser mulher envolve ser multifacetada e ser fundamental dentro das relações. Ela ainda destaca a importância de mulheres que ela conhecia, que eram importantes dentro de organizações sociais e que protagonizavam mudanças políticas e sociais, especialmente ajudando outras pessoas e sendo reconhecidas e respeitadas por suas ações.

A mulher é multifacetada, multifacetada. E assim, a mulher é como uma figura fundamental, muitas vezes nos lugares, na sociedade existem organizações que são representadas pela mulher e inclusive, onde eu morava, era uma comunidade um pouco pobre, não era de alto custo, mas lá estava uma organização comunitária em que a maioria eram mulheres, que protagonizavam o político e o social e também, elas ali organizaram umas casas de ajuda para as crianças, para os avós também. [...] Mas sim, nós mulheres representamos um exemplo a seguir, sim há mulheres que são do lar somente, são donas de casa e eu as admiro, porque são uma tremenda função (Rosa, informação verbal).

No entanto, esse mesmo relato também discute as violências vivenciadas por mulheres, tanto psicológicas quanto físicas, ou seja, apesar das tentativas de autonomia, a realidade dessas mulheres ainda reflete limitações que precisam ser consideradas. Principalmente a partir do reconhecimento dos padrões que ainda garantem que os homens mantenham o controle sobre os corpos e o trabalho das mulheres, tanto na esfera privada (por

meio do casamento e dos papéis domésticos) quanto na esfera pública (por meio do emprego e das relações econômicas) (Pateman, 1988).

Sendo assim, a construção da subjetividade dessas mulheres deve ser entendida como um processo complexo e constante que inclui as relações interpessoais e com as práticas culturais e sociais discutidas no primeiro tópico, mas também precisa ser analisadas a partir dos significados que são sexualmente atribuídos e específicos. Além disso, o corpo não pode ser visto como uma tela neutra, “o corpo codifica os significados projetados nele de modos sexualmente determinados” (Grosz, 2000, p. 77), ou seja, é um objeto com significados, poder, profundamente associados as representações socialmente construídas, especialmente aquelas sexuadas. Sendo assim, a análise do corpo de mulheres em deslocamento forçado, e de forma geral, devem considerar os discursos e práticas sociais, afastando a produção do conhecimento dessa temática dos conceitos biológicos e pseudo-naturalistas. A partir disso, o tópico abaixo vai ampliar a discussão sobre as vivências dessas mulheres ao discutir as motivações que as levaram a migrar.

3.3. Determinantes Sociais da Migração Forçada: crises, desigualdades e a produção do deslocamento entre fronteiras

Os estudos migratórios são interdisciplinares, incluindo aspectos de áreas como geografia, antropologia e economia, especialmente nos estudos dentro das Relações Internacionais (Johnson, 2017). Os debates sobre a migração forçada, enquanto modalidade de deslocamento, tem especificidades por englobar o movimento de milhões de pessoas por conflitos, crises e/ou violações graves e generalizadas de direitos humanos (Moreira, 2023). Esse modelo de migração é complexo e multifacetado porque é marcado por tomadas de decisões dentro de contextos que não permitem agência per se. Isto é, essas pessoas passam a viver em condições desumanas e marcadas por violências tão profundas, que são forçadas a deixarem suas casas para sobreviverem.

A migração foi, por muitos anos, tratada como um fenômeno masculino, no qual homens migravam em busca de melhores condições de vida ou forçadamente, e as mulheres e crianças eram apenas coadjuvantes (Lerin, 2019). No entanto, as mulheres não só migram, como utilizam a mobilidade internacional como uma das possibilidades para escapar da violência, dos conflitos e da opressão de gênero. As suas experiências são marcadas por elementos que tornam o movimento específico, principalmente nos casos em que existem interseccionalidade de outras categorias sociais vulneráveis (Moreira, 2023).

Este tópico tem como objetivo principal discutir as motivações elencadas como responsáveis por fazer com que essas mulheres deixassem seus países e migrassem para o Brasil. Pretende-se dar luz a forma como as decisões das mulheres particularizam e alteram a experiência migratória e quais os elementos que são elencados como importantes para elas. As mulheres que entrevistei, em sua totalidade, inclusive na pesquisa anterior, não tiveram dificuldades para falar sobre o assunto, mas saliento a importância do cuidado com perguntas muito específicas sobre motivações dentro de contexto de migração forçada¹⁹. Durante as entrevistas, as mulheres discutiram o tema sem uma pergunta direta, o que demonstrou abertura para falar sobre o tópico.

A partir disso, Cánovas (2017), salienta que a participação dos migrantes dentro do processo migratório ganhou espaço nos estudos migratórios, especialmente por meio da inclusão de conceitos como agência para discutir as decisões e experiências do deslocamento entre fronteiras. Observa-se como a questão de agência é central dentro das discussões de migração forçada, principalmente no caso de grupos mais vulneráveis como mulheres, crianças e pessoas LGBTQIA+. Apesar de existir um espaço de decisão, uma pessoa que muda de país para conseguir sobreviver, mesmo em condições exaustivas de trabalho e conjunturas culturais totalmente diferentes, não podem ser comparados aos casos de migração voluntária, amplamente discutidos na literatura.

Ao pensar sobre a sua motivação para migrar, Rosa resumiu o sentimento que é muito comum para as mulheres que já entrevistei²⁰. A decisão existe, mas é, em última instância, uma questão além do controle e das escolhas pessoais do indivíduo. Além disso, ela revela uma das maiores dificuldades associadas a esse processo: a perda do projeto de vida que já tinha sido construído. Até aquele momento, Rosa tinha sua família, o mesmo trabalho a anos, dentro de sua área de formação, mas a crise tornou impossível exercer seu trabalho e conseguir alimentar sua família, por causa das dificuldades econômicas que marcaram o contexto do país. No entanto, para ela migrar foi a melhor opção, principalmente por ser um espaço que permite maiores oportunidades de educação e futuro para seu filho, um desejo muito parecido com o relatado por Catarina.

A decisão de vir, de migrar para outro país foi dura, já que eu tenho 14 anos trabalhando nas áreas da saúde pública, tenho minha casa, meu pai e minha mãe estão lá e meu irmão, eu só migrei com meu marido e meus filhos (Rosa, informação verbal).

¹⁹ Haja vista que questionar uma pessoa em situação de deslocamento forçado os motivos que as levaram a migrar pode causar que essas pessoas revivam traumas e situações de violência.

²⁰ Não apenas neste trabalho, mas também na pesquisa de campo que gerou meu Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada no capítulo 1.

Milagros concordou com a afirmação sobre o impacto da crise no poder de compra e nas dificuldades de acesso a recursos básicos, como alimentos. Ela também destacou que o processo de deslocamento é muito difícil por não saber o que vai acontecer, o que te espera no outro país ou como vai ser a vida. Isso é uma das características centrais desse modelo de deslocamento, diferente dos modelos de migração voluntária, os indivíduos que são forçados a migrar, em sua maioria, não tiveram contato com os países nos quais serão acolhidos e, por muitas vezes, não tem nenhuma informação sobre a realidade que os aguarda. Dentro dessa conjuntura, para ela, migrar ainda foi a melhor opção, não apenas para sair das dificuldades econômicas, mas como ferramenta para buscar mais estabilidade para os filhos.

Além disso, é interessante notar que um de seus filhos estava no Brasil e foi uma das pessoas que apoiou a sua decisão de vir para o Brasil. Em seus relatos ela chega a descrever como se posicionou mais incisivamente ao conversar com seu marido sobre sua ideia de migrar. A forma como ela descreveu o momento merece atenção, visto que mais uma vez nota-se o processo de Milagros criar novas formas de resistir e de criar novas realidades para garantir possibilidades de estabilidade e segurança, como fez antes por si mesma.

E então o negócio ficou por último, porque muitos gastos, as crianças e ter que guardar comida, então comecei a dizer “Eu vou, fica você, as crianças” e eu falo forte, porque pensavam e eu já tinha feito, e meu filho aqui disse “Vem!” e aqui trabalhamos, depois mandamos, montamos, não sei, vemos se ficamos ou vamos e tamo aí (Milagros, informação verbal).

Alejandra relatou que sempre tinha vontade de viajar e sair da Venezuela para conhecer outros países e ter outras experiências, mas que ela nunca esperava que sairia por problemas econômicos. Diferente de outros casos, ela destaca que não enfrentou grandes dificuldades para ter acesso a alimentos e coisas básicas por causa do seu trabalho nas minas, mas descreveu que decidiu sair para ajudar seu irmão e, possivelmente, convencê-lo a vir pro Brasil também. É interessante observar que apesar de falar que foi por motivos econômicos, a opinião de seu marido também foi muito importante, bem como o seu irmão, que durante toda a entrevista foi destacado como um dos elementos marcantes na tomada de decisão, especialmente como migrar estava ligado a tentativa de ajudá-lo.

Na mesma linha, ao serem questionadas sobre os motivos que as fizeram deixar o Haiti, Marie e Amanda foram muito sucintas e falaram que a migração foi causada pela crise política, mas que também esteve profundamente associada a decisão de seus maridos migrarem, reafirmando a importância da estrutura familiar dentro de suas vidas e contextos sociais.

Não é a crise econômica mesmo. Meu marido veio aqui primeiro, meu marido trazer pra cá. Entendeu? então se o marido está tem que estar com ele, não queria ficar sozinha estava com muita saudade (Marie, informação verbal).

A experiência das mulheres entrevistadas revela que a identidade de gênero é um conceito que influencia profundamente todos os estágios da migração internacional, demonstrando aquilo que é discutido por Abel (2022), que identifica o gênero como um diferenciador para as aspirações e motivações, os caminhos escolhidos, os destinos e as experiências no país de recebimento. Nos últimos anos, observa-se uma reconfiguração nas dinâmicas migratórias, que passou a incluir um novo perfil migratório, conhecido na literatura como feminização da migração (Marinucci, 2007). Esse aumento destacou o vácuo existente nos estudos de migração a partir das experiências de mulheres migrantes, uma vez que a priorização das experiências masculinas necessariamente ignoram a demanda de maior proteção associadas à existência de desigualdades de gênero, responsáveis por facilitar a violência e a exploração durante o processo migratório (Abel, 2022).

Nesse sentido, o relato de Catarina não só indicou a crise econômica como motivo, mas deu detalhes sobre como a falta de alimentos era parte da realidade e como isso estava cada vez mais insustentável. Diferente dos outros casos, ela tomou a decisão de migrar e veio com alguns de seus filhos antes de seu marido, tinha alguns conhecidos e primos no país, mas ninguém próximo. Isso não desmerece o processo de migração das outras mulheres entrevistadas ou suas experiências, mas salienta-se o relato de Catarina como uma demonstração de agência e resistência marcada por um protagonismo e atuação que não foram discutidos ou mencionados nos casos anteriores, com exceção de Milagros, mesmo que mais contido.

A migração para Catarina foi forçada, tem sido dura e foi descrita como difícil, mas, além disso, também foi amplamente apresentada como uma decisão por sua vida e, principalmente, pela qualidade de vida dos seus filhos. Em outras palavras, essa decisão está fortemente relacionada ao seu desejo de garantir que seus filhos alcancem oportunidades, que eles estudem e tenham acesso a direitos que ela não vê mais no contexto venezuelano, e também que eles tenham recursos básicos, alimentos e segurança, que não estavam mais disponíveis dentro de sua realidade.

Sim, como eu digo, aqui há oportunidade e mais que tudo estabilidade econômica. Já tenho dois anos aqui, agora em agosto completo dois anos. Sim, é como te mencionei, foi um pouco mais difícil a questão de adaptação do meu esposo e da minha filha, o que gera um pouco mais de discussões em casa, um pouco mais por causa dela, ela que discute comigo joga na cara “porque eu não queria vir para cá, você quem quis vir para aqui”, e ela não entende, se fechou com isso e eu digo para ela que é algo que ela tem que entender, mas creio que isso vai passando. Não, graças a Deus estamos bem, e como eu te digo, sobre o dinheiro, temos cada vez um

pouco mais, porque estamos enviando dinheiro para a Venezuela, para minha mãe, não é muito, mas, temos (Catarina, informação verbal).

Ademais, seu relato demonstra como não foi uma decisão fácil para sua família, especialmente para Rebeca, mas que a estabilidade financeira e o contexto do Brasil permitiu novas formas de existência. O seu relato deixa muito claro e retoma muitas vezes as dificuldades vivenciadas como uma pessoa que dividia a carga financeira de sua família e que abria mão de coisas muito pequenas para que seus filhos pudessem sobreviver. Em outras palavras, o seu relato é profundamente marcado pela importância de acesso a alimentos, a estabilidade, a segurança e a possibilidade de futuro que não existiam mais dentro da Venezuela. Catarina conta que tem trabalhado muito, mas que pela primeira vez em muito tempo existe disponibilidade de comida sem preocupação, além de estar sendo capaz de ajudar financeiramente sua mãe que ainda está no país. Assim, a decisão foi e se mantém difícil, mas a forma como ela resiste está profundamente associada à crença de que esse novo contexto permite novas oportunidades para sua família.

Observa-se que a nível internacional e nacional, as leis que versam sobre a migração forçada e a necessidade de proteção não incluem um recorte de gênero ou ferramentas específicas de proteção, ou seja, a Convenção de Genebra de 1951 e as ampliações posteriores não incluem a perseguição de gênero como motivo passível de reconhecimento de refúgio (Moreira, 2023). Segundo Jubilut e Apolinário (2010), a ausência de normas que priorizam os direitos humanos, inclusive em nível nacional, causa uma tendência de padronização de todas as formas de migração, o que dificulta a proteção necessária para grupos específicos, como mulheres e crianças em situação de migração forçada. Associado a isso, para Moreira (2023), a integração local no Brasil e em Uberlândia é marcada por muitos desafios para a garantia de uma vida digna para as mulheres que são acolhidas, especialmente pela falta de políticas públicas que reconheçam as dificuldades próprias das experiências de mulheres em situação de deslocamento forçado.

Além da identidade de gênero, a idade também pode ser entendida como fundamental para a experiência migratória, especialmente no caso do deslocamento forçado e, posteriormente, nos processos de integração. Salienta-se a necessidade de entender crianças como sujeitos que são afetados por todo o processo de mobilidade e acolhimento (Fabiano, 2021). As crianças envolvidas em deslocamento forçado estão sujeitas a formas de violência e a mudanças bruscas de suas realidades, de modo que a identidade e subjetividade podem ser colocadas em risco, especialmente por ainda estarem na fase inicial de desenvolvimento. Os relatos de Beatrice e Rebeca demonstram que além do trauma associados à crise e a

mobilidade, a negação de agência e participação nas decisões marcam os processos migratórios que elas viveram.

Beatrice, que migrou quando tinha 10 anos, contou que o plano de seus pais era ir para a França, mas mudanças na estrutura familiar e o terremoto de 2010 fizeram com que a família viesse para o Brasil em 2013, para encontrar o pai que já estava no país. A experiência inicial de migração foi marcada pela falta de informações, que segundo ela estavam associadas a preocupações que seus pais tinham com a segurança da família. Ela explica que sempre foi mais apegada ao pai e que estava muito feliz por saber que ia encontrá-lo, mas que ainda estava processando seus sentimentos quando a mãe contou sobre a viagem.

Não, na verdade eu nem sabia, que tá vindo pra Brasil. [riso] é sério, não tô mentindo não. [...] E aí, em 2010, teve um terremoto no Haiti, e aí não sei o que que aconteceu, meu pai nunca falou diretamente sobre isso, mas ele falou que ele tava procurando uma oportunidade, uma vida melhor para ele e para a família, e acabou escolhendo o Brasil. [...] E aí, em 2012, meu pai veio pra cá, dois anos depois do terremoto. Só que a minha mãe não falou que a gente ia vir pra cá. Eu vi que a gente foi na Embaixada fazer passaporte, tal, tal, tal, mas a minha mãe nunca falou assim. Parece que ela tinha medo de uma coisa que falasse ao público, pra todo mundo, pra gente falar ia acontecer alguma coisa, um sequestro, alguma coisa assim. Porque no Haiti, quando você vai viajar, você não sai falando pra todo mundo, não (Beatrice, informação verbal).

A experiência de Beatrice no que tange a mobilidade indica a especificidade da experiência de uma menina migrante que não foi informada sobre as mudanças que seriam parte de sua nova realidade. Por outro lado, no que tange a integração, ela demonstra as dificuldades de acolhimento de uma menina deslocada forçada, inserida em uma sociedade na qual ela não falava o idioma e não se sentia pertencente, principalmente por não conhecer as novas estruturas e práticas sociais. A sua experiência indica também particularidades do luto e da saudade que marcam a experiência de uma menina migrante, aspecto discutido no capítulo 4. Associado a isso, Beatrice também revela a capacidade de crianças de ressignificar as estruturas e relações sociais, ou seja, apesar de não ter participado da decisão de migrar e também de ter traumas específicos sobre o processo, descritos no capítulo seguinte, ela ainda reconhece a migração como a melhor opção para a sua família e para si mesma, principalmente pelo contexto do Haiti e pelo contato com uma nova cultura, que passou a ser visto como positivo.

Apesar de ter semelhanças com o caso de Rebeca, especialmente na falta de agência sobre a decisão de migrar, e também por não ter sido informada previamente sobre a decisão de sua mãe, a experiência de Rebeca, que migrou mais velha e está no início do seu processo de adaptação, é marcada por outros elementos. A mãe dela tomou a decisão de que a vinda para o Brasil seria a melhor opção para a família e veio com dois de seus filhos, enquanto

Rebeca e seu pai e o resto da família ainda estavam na Venezuela. Essa decisão causou muitos sentimentos em Rebeca, discutidos com mais detalhes no capítulo seguinte, mas nota-se que, diferente de Beatrice, ela reconhece as dificuldades de viver no seu país e apesar de estar se acostumando, Rebeca ainda preferia voltar. Rebeca migrou porque sua família decidiu que essa era a melhor decisão e isso tem afetado seu corpo, sua subjetividade e seu processo de adaptação.

Me chateou um pouco porque ela só me disse quando já estava indo, já estava com as malas pronta e tudo isso. Me surpreendeu e me doeu. [...] Na verdade, a verdade é que quero voltar para minha casa. Não sei se é porque é o lugar em que nasci, de onde já venho é o único lugar onde estive, e para mim é algo novo estar em outra casa que não é a minha. É um pouco incômodo viver aqui com o barulho dos outros apartamentos, mas não tão ruim assim. Me acostumei e às vezes penso, não sei de que tanto choro (Rebeca, informação verbal).

A partir de suas experiências, observa-se que o processo de integração local é marcado por dificuldades específicas e que afetam profundamente o corpo e a subjetividade das pessoas envolvidas. Ademais, a presença de agência no que tange a decisão de migrar parece ser um dos elementos mais importantes para a forma como os sujeitos lidam com as fases posteriores do processo, ou seja, as mulheres que viam a migração como solução para grandes problemas que existiam em suas vidas e também como novas possibilidades para si mesmas e suas famílias, parecem lidar com as dificuldades de adaptação mais facilmente do que quando o processo acontece sem sua participação. Associado a isso, nota-se que a experiência de todas as mulheres confirmam que o contexto do país é essencial para a obrigatoriedade de migração, isto é, todos os relatos demonstram a complexa relação entre a necessidade de deixar suas casas, as dificuldades vivenciadas até a tomada dessa decisão e as dificuldades que surgiram a partir disso.

3.4. O Cotidiano da Integração Local: o que as mulheres dizem ao cruzar fronteiras

Ao ser questionada sobre como foi chegar ao Brasil, Beatrice contou sobre sua primeira memória. Ela contou que chegou de madrugada e que encontrou muitas luzes e muitas pessoas e isso foi a primeira grande diferença em comparação com a vida que tinha no Haiti. Esse relato reafirma as divisões de classe existentes no Haiti e explica parte da motivação para a mobilidade, no caso a dificuldade que famílias pobres enfrentavam para ter acesso a serviços básicos. Ao falar sobre como a maior parte da população vivia na escuridão, Beatrice oferece um contexto muito vivido das diferenças sociais existentes no seu país.

Tudo novo. Eu vou te contar uma coisa engraçada. [riso]. Essa entrevista é cheia de coisas engraçadas. É que no Haiti, tecnologia, eletricidade, não é uma coisa que você vê todos os dias. Como que a minha família era pobre, a gente não tinha eletricidade todos os dias. E aí, no Haiti, tinha uma porcentagem pequenininha de gente rica.

Naquela porcentagem pequenininha, tinha eletricidade, era luz. E a outra parte vivia na escuridão. Quando eu cheguei no Brasil, eu vi tanta luz (Beatrice, informação verbal).

Esse trecho revela que a migração significa o encontro direto com uma realidade diferente daquela que essas mulheres estavam acostumadas. O contexto da migração forçada não fica mais fácil depois de encontrar um país de acolhimento, visto que os desafios apenas se tornam diferentes e marcados por outra natureza. Na conjuntura do deslocamento forçado, no qual a repatriação geralmente não é uma opção, o processo de acolhimento dos migrantes envolve a integração da comunidade local de recepção. A integração local é um processo “complexo e gradual com dimensões legais, econômicas, sociais e culturais. Além disso, impõe demandas consideráveis ao indivíduo e à sociedade que o acolhe” (ACNUR, 2025).

Diante disso, este tópico apresenta alguns dos elementos que foram discutidos dentro da experiência de integração das mulheres entrevistadas. Apesar de existirem elementos positivos, salienta-se que essa análise vai se centrar nas dificuldades que foram enfrentadas, como mecanismo para debater os aspectos que ainda precisam de avanço e, a partir disso, servir como um subsídio para a construção de possíveis soluções para os problemas vivenciados nas tentativas de integração.

Algumas das perguntas foram voltadas a saber se as mulheres tinham formação acadêmica, se trabalhavam na Venezuela e como isso foi afetado pela necessidade de deslocamento. Essa decisão parte do entendimento que as escolhas de formação acadêmica e atuações profissionais demonstram autonomia do sujeito, causada principalmente pelo contexto no qual ela estava inserida. Além disso, a perda ou mudança de status profissional impacta a identidade dos indivíduos em deslocamento, especialmente a percepção de si das mulheres em situação de migração forçada acolhidas no Brasil. O reconhecimento desses elementos como importantes para a identidade é fundamental dentro desta pesquisa, haja vista que permite alcançar camadas da subjetividade das mulheres entrevistadas, ou seja, aspectos acadêmicos e profissionais são considerados importantes no que diz respeito à forma que o sujeito se relaciona com o mundo e como ele se vê dentro de sua realidade, além de serem importantes dentro do contexto de adaptação nas sociedades que as recebem. Desse modo, salienta-se o trabalho de Moreira (2023), que identifica que a integração eficiente depende de esforços para incluir as pessoas dentro do mercado de trabalho, dentro de sistemas de educação, saúde e assistência e isso pode também ser medido a partir do comparativo com a conjuntura que existia antes da mobilidade.

Catarina contou que o processo de formação e de trabalho foram muito árduos e marcados por abdições em outras áreas de sua vida. Inicialmente ela estudava engenharia de

petróleo, mas abriu mão do curso quando engravidou, porque enfrentou dificuldades para se manter no curso. Depois ela começou o processo para ter sua licenciatura e seu mestrado, que também foram marcados por anos de muito esforço, muito trabalho e muito tempo longe de seus filhos. Esse relato retoma o que foi discutido anteriormente, o significativo do trabalho aparece muitas vezes porque isso foi uma realidade que marcou toda a sua vida. Além disso, Catarina sempre volta ao ponto de que suas decisões estão muito ligadas à busca de estabilidade para seus filhos, de oportunidades e de uma vida que seja melhor que a sua, distinta do que ela foi forçada a viver. Depreende-se, mais uma vez, que a migração nesse caso se reafirma como uma forma de resistência, numa busca de novas formas de (re)existir e como uma reação às estruturas de poder e os padrões que guiavam sua realidade.

[...] Não consegui deixar eles, eu me preocupava e queria saber o que estavam fazendo, me preocupava que estavam sozinhos, queria saber onde estavam, com quem, o que estavam vendo. Eles pensam que era uma forma de me meter em sua vida de monitorar sua vida e não é assim, que não deixava eles respirar e não é assim, quando é mãe você se preocupa muito. Então algo que sempre quis dar para eles é que eles estejam estáveis, que não tenham que trabalhar, que tenham que estudar e se preparar, que eles tenham uma vida diferente da que eu tive [...] (Catarina, informação verbal).

Considerando um contexto no qual existe a feminização das migrações, especialmente em casos de deslocamentos forçados, nos quais mulheres e meninas migram internacionalmente em busca de melhores condições de vida e de meios para acabar com as violências e subjugações que acontecem em seus países, a integração local se torna um ponto central na garantia de direitos e proteção. Ou seja, a integração deve ser tratada como uma solução de longo prazo para as dificuldades que existem na migração forçada (Drechsler, 2019), especialmente nos casos mais vulneráveis, como de mulheres e crianças.

Catarina trabalhava com educação a 15 anos, com diferentes cargos e relatou que foi muito difícil tomar a decisão de deixar sua carreira e as possibilidades que ainda estavam abertas, porque amava muito a sua profissão, mas que a decisão foi tomada e ela seguiu, principalmente porque estava cansada do cotidiano que se tornou sua realidade: “Me canso trabalhando, venho da escola, trabalho em casa, além de outras coisas, como mulher” (Catarina, informação verbal). Quando ela chegou no Brasil, ela ficou na casa de seu cunhado e os dias foram bem difíceis, ela conta que repetia pra si mesma que apesar de não ser fácil, precisava aguentar e tomar cuidado com a forma que se relacionava com as pessoas. A primeira grande dificuldade no seu processo de integração esteve relacionado a dificuldade de conseguir emprego, que se apresentava apenas por ser uma mulher com filhos.

Eu queria fazer entrevistas de trabalho e ele me disse que não tinha e eu perguntei o porquê e ele me disse que neste momento não tinha para mães solteiras. Tinha muitas mães solteiras e as empresas não estavam mais aceitando porque elas

deixavam de trabalhar por conta das crianças e tantas outras coisas e por isso as vagas estavam fechadas e aí pensei “e agora o que faço?” (Catarina, informação verbal).

Apesar do aumento de mulheres e meninas recebidas dentro do território, a integração local delas ainda é profundamente ineficiente pela falta de legislações nacionais e estaduais capazes de criar políticas que equilibram as condições de mulheres a outros grupos de migrantes (Moreira, 2023) e, conseqüentemente, essa inefetividade das políticas de migração pioram as violências sofridas por mulheres e meninas ao ignorarem as necessidades de proteção específicas do grupo (Cardin; Silva, 2017). O relato de Catarina reforça que mulheres venezuelanas têm uma maior dificuldade de inclusão no mercado de trabalho brasileiro, especialmente nos primeiros momentos de acolhimento, enquanto elas ainda estão em Roraima (Moreira; Santos; Maia, 2024).

Além de lidar com as dúvidas internas, seu marido continuava falando que devia voltar e seu cunhado criticava as opções de trabalho que apareciam, porque pagavam muito mal. No meio desses processos, um tio conseguiu um contato e ela conseguiu fazer reunião familiar com ajuda de um primo. Catarina contou que recebeu ajuda da Organização Internacional para as Migrações e depois que chegou em Uberlândia também recebeu apoio de uma OSC, que ofereceu comida e roupas. Enquanto aguardava os documentos ela guardou dinheiro, com a ajuda de seu marido, e quando chegou em Uberlândia ela conseguiu emprego rápido, primeiro como diarista e faxineira e depois no Restaurante Universitário da UFU. Dentro desse período de adaptação ela recebeu seu marido e sua filha, Rebeca. Ela contou ainda que não sofreu discriminação, mas que viveu situações desconfortáveis que tornaram necessário trocar de emprego. Por enquanto, ela sente que uma das maiores dificuldades é o tempo que passa fora de casa, no trabalho ou indo e voltando para, e a saudade.

A integração é entendida como um elemento dentro da questão migratória que ainda precisa avançar no que tange elementos teóricos e práticos, especialmente nos casos do Sul global (Chimini, 2001), como é o caso do acolhimento de mulheres venezuelanas e haitianas no Brasil. Ao discutir as legislações estatais, Moreira (2015) destaca o papel do poder público e de outras instituições na implementação de projetos que garantam uma integração de qualidade. O relato de Catarina chama atenção para uma das grandes dificuldades de integração no país nesse momento, os problemas com validação de diplomas. Apesar de ter 15 anos trabalhando com educação e ensino, dentro do Brasil ela ainda é forçada a trabalhos de cuidado por dificuldades de acessar o direito a esse documento. Em outras palavras, nota-se que a vulnerabilidade vivenciada dentro do refúgio reafirma processos de exclusão social, como discutido por Rubio (2003), que defende que a relação entre raça, classe social e gênero

afeta a experiência de mulheres pobres, racializadas e migrantes, que acabam sendo marginalizadas a cargos de trabalho reprodutivos, enquanto mulheres brancas e de classe média encontram opções com mais prestígio.

O mesmo pode ser visto na experiência de Rosa, com 14 anos de experiência com saúde na Venezuela, além de ter se formado em enfermagem, ela também tem uma especialização em imunoterapia. Ela disse que a primeira grande diferença que notou ao chegar no Brasil foi a comparação com o natal que acontece na Venezuela, enquanto no Brasil as comemorações são muito fechadas aos núcleos familiares, ela relata que as comemorações venezuelanas são na rua, onde todos se reúnem para ouvir música e jogar. Além disso, Rosa recordou que sempre trabalhou, mas que também existia espaço para sua educação, inclusive depois de ter seus filhos. Rosa ainda relata a sua esperança de conseguir revalidar seu diploma, sabendo que o processo é mais difícil para profissionais da saúde. Ela compartilhou ainda que conheceu colegas em outros estados que ainda estão tentando, mesmo estando no país a mais tempo que ela, e, por isso, a necessidade de esperança. Assim que chegou no Brasil, com seu filho, ela ficou nos abrigos em Pacaraima e essa foi uma experiência muito marcante, ela vivenciou dificuldades para finalizar os trâmites de documentação e com o tempo que precisou dormir na rua e no abrigo, período que foi marcado por dor e sofrimento.

Meu filho, junto de mim é grande, apesar que ele tem 14 e eu tenho 1,53, ele é alto, mais alto que eu e se vê como um homem já, então dormimos fora como por uns três dias e então eu fiquei doente e depois passei para lá. Foi muito sacrifício, porque muita gente no abrigo, nos dão o apoio de dormir, a comida, os banheiros, mas é tipo militar, não? Tem que levantar cedo, tem que fazer uma fila, nem todo mundo tem os mesmos costumes, então a higiene, os banheiros ficam horríveis (Rosa, informação verbal).

Depois que saiu dos abrigos, ela foi para Erechim, município no Rio Grande do Sul, antes de chegar em Uberlândia - MG. Ela relatou que chegou lá com sua família e não precisou de apoio de nenhuma instituição, especialmente porque quando começou trabalhar numa casa de repouso para idosos, seus colegas ajudavam com o idioma, como ferramenta para que ela se adaptasse. Durante as entrevistas ela ainda não tinha achado trabalho em Uberlândia, mas um tempo depois tivemos contato e ela contou que estava trabalhando em uma empresa, e que estava grata, apesar de ser muitas horas de trabalho e de não ser na sua área de atuação. Novamente, observa-se os problemas de integração que surgem a partir da dificuldade de revalidação de diplomas e pela impossibilidade de inserção no mercado de trabalho dentro de suas áreas de formação.

Sendo assim, é importante destacar que essas mulheres não são vítimas, mas que a existência de desigualdades de gênero geram demandas específicas que precisam ser

observadas e discutidas em políticas públicas e legislações que garantam a proteção e a inclusão efetiva de mulheres refugiadas e beneficiárias de visto de acolhimento humanitário (Lerin, 2019). O vácuo de proteção dos direitos específicos de grupos vulneráveis, nesse caso associada a falta de políticas que equalizem o acesso à direitos, torna o caso de integração de mulheres em deslocamento forçado multifacetado (Moreira, 2023).

Milagros, que está no Brasil há menos tempo, contou que não estudou por muito tempo, finalizando apenas o fundamental, que conheceu seu marido e logo saiu da casa de seu pai, passando a se dedicar aos filhos e sua casa. Além disso, ela trabalhou por um tempo cozinhando e também em algumas empresas, e que um de seus filhos foi muito importante para ajudar a se manter e para que conseguisse chegar no Brasil, comprando inclusive sua passagem. Ela deixou dois filhos na Venezuela e trouxe dois quando migrou, e relatou que tem se adaptado, especialmente pela ajuda das amigas que fez aqui, e que nesse momento está trabalhando como costureira. Ela relatou que conseguiu alcançar determinados bens, mas que preocupações que tinha com dinheiro e com as crianças aumentaram quando as coisas ficaram mais difíceis para seu marido e ela acabou decidindo vir para o Brasil, encontrar um filho que já estava aqui e buscar formas de mandar dinheiro para sua família.

Assim como Rosa, Milagros também esteve no abrigo em Pacaraima, mas por menos tempo. Enquanto Rosa contava sobre sua experiência, Milagros concordava e para adicionar algo que ainda não havia sido discutido, comentou sobre as dificuldades de viver dentro daquele espaço com cachorros. Em resumo, a experiência para ela, considerando os abrigos, também foi muito difícil e isso é importante de ser destacado ao pensar no processo de acolhimento. Além disso, ela tem recebido ajuda da OSC e também relatou já ter emprego, alcançado por intermédio de uma familiar, mas que ainda estava com problemas para conseguir carteira de trabalho²¹.

É importante destacar que grandes desafios de integração local surgem com o passar do tempo dentro de uma comunidade nova e que os elementos positivos da recepção inicial devem ser lidos e compreendidos como uma das facetas de um processo que possivelmente vai ser mantido por anos. No caso de mulheres migrantes, além do gênero, a nacionalidade também afeta a experiência de mobilidade, visto que estudos demonstram que padrões raciais e o país de origem afetam a categorização de mulheres migrantes. Logo, apesar de deixarem seus países por uma diversidade de motivos, que podem incluir tentativas de superar limites ligados ao gênero presentes no contexto inicial ou formas de discriminação, mulheres receberam categorias que variavam de acordo a origem (Assis, 2007).

²¹ Esse problema foi resolvido pouco tempo depois das entrevistas.

O processo de integração local de mulheres em migração forçada é marcada principalmente pela interseccionalidade entre a identidade de gênero e o status migratório, mas também nota-se a presença de outras categorias como idade, raça e classe social. Observa-se que a identidade de gênero e o significado associado a ser mulher não mudou durante o processo migratório, mas que as estruturas sociais passaram a afetar esses corpos de forma distinta, pela nova camada, o status migratório, aspecto discutido no capítulo 4. A experiência de integração das mulheres haitianas entrevistadas foi marcada por formas de racismo, uma diferença marcante das experiências das mulheres venezuelanas entrevistadas. Essas mulheres estão no país há mais anos, mas enfrentam grandes dificuldades com a língua, haja vista que o creole haitiano é mais distante do português que o espanhol, e também com as vivências constantes de racismo.

Para Souza (2021), o contexto brasileiro é marcado por representações que fazem o negro ser visto como irracional, feio, ruim e sujo: “a representação do negro como elo entre o macaco e o homem branco é uma das falas místicas mais significativas de uma visão que o reduz e cristaliza à instância biológica” (Souza, 2021, p. 28). Essas práticas discursivas e culturais demonstram que, na nossa sociedade, a posição “natural” do negro seria de submissão em relação as pessoas brancas, retomando a discussão anterior sobre dicotomias dentro das sociedades. Associado a isso, a autora também discute que, sendo a identidade uma construção em relação ao outro, a construção da identidade de uma pessoa negra parte da comparação aos brancos.

Diante disso, Fanon (1967), defende que o racismo serve como uma estrutura que informa ao negro e ao colonizado, que a causa das violências sofridas são, em última instância, os próprios sujeitos. Nesse sentido, ocorre um processo de alienação que afeta a identidade racial, levando o sujeito a posições de inferioridade, ou seja, as violências vivenciadas constroem um desejo desses indivíduos acabarem com o próprio eu. Esses processos têm uma relação profunda com a subjetividade e o corpo, visto que o corpo não pode alcançar o “ideal”, ser branco, e como resultado o sujeito vivencia traumas profundos.

Marie chegou ao Brasil e veio direto para Uberlândia, encontrar seu marido que já estava aqui. Ela relatou que depois de muito tempo conseguiu trazer dois de seus filhos, a terceira nasceu em território nacional. Quando questionada se gosta de morar em Uberlândia, ela respondeu “só isso que eu conheço não sei se tem melhor” (Marie, informação verbal), demonstrando a relação complexa que ela tem com o processo de migração e integração como um todo. Ela relatou que não recebeu ajuda de nenhuma instituição, até quatro anos atrás

quando engravidou de sua filha e que até hoje enfrenta dificuldades para acessar ajuda do governo, apesar de ter três filhos.

É difícil, não recebi ajudar, fui atrás do benefício de bolsa família não recebi nada. Estou com três crianças não recebi nem uma ajudar, tem um dinheiro para a criança do ensino médio receber a minha filha está no segundo ano não recebe nada. Só meu marido que me ajudar, não recebi ajuda de nenhuma instituição, não recebi nem uma fralda. Tem uma ONG que ajudar, mas as coisas que eles dão para os haitianos não são muito boas, são coisas velhas (Marie, informação verbal).

Faz-se necessário destacar que dentro de sua experiência pessoal, a OSC que ofereceu ajuda faz diferenciações no processo de assistencialismo oferecido, dependendo da nacionalidade. Durante a entrevista ela chegou a fazer comentários que pediu que não fossem incluídos, relatando casos específicos de diferenciação no suporte e proteção oferecidos. Esse ponto retorna como fundamental por ser uma experiência com a mesma OSC citada pelas venezuelanas, como ponto fundamental de suporte durante seus processos de integração em Uberlândia. Marie trabalha em uma triparia, mas relatou que no começo foi muito difícil conseguir emprego, por causa do português, novamente uma experiência distinta das mulheres venezuelanas. Depois dessa resposta eu questionei se ela gostava desse trabalho ou se gostaria de fazer outra coisa, e ela respondeu que gostaria muito de fazer outra coisa e de aprender mais, mas que isso ainda não foi possível, mesmo estando na cidade a 9 anos.

Eu quero fazer outra coisa. Eu gosto de fazer outra coisa. Nove anos aqui não deixou ir embora. Quero fazer outra coisa, ir para escola estudar. Para saber mais. Não quero não (Marie, informação verbal).

Quando questionada se alguém a tratou mal por ser haitiana, numa busca de saber sobre experiências de discriminação, Marie disse que haitianas não são tratadas da mesma forma que brasileiras e venezuelanas, e relatou características físicas, inicialmente dizendo que não sabia se era por causa da cor ou da textura do cabelo, mas que se uma haitiana e uma venezuelana procurassem a mesma vaga, a venezuelana conseguiria. Quando eu perguntei porque ela achava que, mesmo sendo migrantes iguais, elas eram tratadas diferentes, ela reafirmou as diferenças físicas e acrescentou a língua como grandes diferenciais. Para ela, apesar disso, o Brasil tem muita paz, mas tem problemas, como trabalhar muito e receber pouco. Durante a entrevista, além de marcar as grandes dificuldades que são vivenciadas por causa do racismo, Marie demonstrou formas profundas de resistência, especialmente a partir da reafirmação dos sonhos que existem desde o Haiti e que ela ainda tem esperança de alcançar.

Eu acho porque a haitiana é preta, é cabelo curto, a venezuelana é igual com brasileira... Só um pouquinho diferente na fala, fala português e venezuelano fala espanhol. Às vezes, venezuelano fala espanhol, brasileira entende. A haitiana fala, o que é isso? Então, tentar falar português, não entende. Entendi o venezuelano, é mentira. É por causa do cabelo (Marie, informação verbal).

Kilomba (2010) constrói uma discussão sobre a definição de trauma e a relação desse conceito com o racismo. Segundo a autora, o trauma do sujeito negro reside exatamente neste estado de absoluta alteridade em relação ao sujeito branco. Parece então que o trauma dos negros não decorre apenas de eventos familiares, como argumenta a psicanálise clássica, mas sim do contato traumatizante com a irracionalidade violenta do mundo branco, isto é, com a irracionalidade do racismo que os coloca sempre como "outro", como diferente, como incompatível, como conflitante, como estranho e incomum. Essa realidade irracional do racismo é descrita por Frantz Fanon como traumática.

Para a autora, Fanon (1967) usa a linguagem de trauma como a maioria das pessoas negras, ao falar de suas experiências cotidianas de racismo, indicando o impacto corporal doloroso e a perda característica de um colapso traumático, pois dentro do racismo você é cirurgicamente removido, violentamente separado, de qualquer identidade que realmente possa ter. Tal separação é definida como trauma clássico, pois priva alguém de seu próprio vínculo com uma sociedade inconscientemente pensada como branca (Kilomba, 2010).

Amanda viveu um longo processo e passou por muitos países antes de chegar em Boa Vista - Roraima. Ela não trabalha e disse que não conseguiu achar uma oportunidade, mas que recebe auxílio do governo e algumas coisas da OSC. Quando questionadas sobre diferenças entre mulheres brasileiras e refugiadas, elas retomaram as experiências de racismo, mas relacionando o trabalho e o tratamento que vivenciaram ao procurar ajuda médica. Amanda e Marie relataram que ao chegarem no médico, antes de serem tratadas como pessoas em busca de apoio médico, são maltratadas e vivenciam violências materializadas em questões sobre atestados, como se elas não pudessem buscar ajuda médica por suas dores, apenas como corpos que trabalham e, supostamente, querem fugir desse compromisso.

Muitos deles são racistas. Um dia, eu estava passando mal, foi no hospital UAI encontrei o médico, falou: você precisa de atestado ou está passando mal? Eu estava passando mal. Ele perguntou de mim, quer atestado ou está passando mal? Eu falei, por quê? Chegou lá 2 horas da madrugada. Agora cheguei do meu serviço estava me sentindo mal com dificuldade para respirar. Ele falou, você precisa de atestado ou está passando mal? ... eu disse não agora cheguei do meu serviço, não estou me sentido bem. [...] Marquei uma mamografia, radiografia, vermelho não ligou, alto vermelho não me chamou. Foi no UAI mas me mandaram para o UBS (Marie, informação verbal).

Às vezes você chega primeiro eles chamam pessoas na sua frente, porém você estava antes deles. Tem vezes que não estou me sentindo bem prefiro não ir ao médico porque sei que será um dor de cabeça a mais. Só quando estava trabalhando que ia pra lá (Amanda, informação verbal).

Reafirma-se que as experiências indicadas por Beatrice, Amanda e Marie demonstram a experiência do racismo enquanto um fenômeno violento e traumático, que as atravessam

enquanto práticas sociais e discursivas que não apenas são desumanizantes, nos casos acima quando suas dores são ignoradas e resumidas a “buscas por atestados”, mas que causam sofrimento. Isto é, a violência racial deve ser também entendida, como proposto por Kilomba (2010), que argumenta que a necessidade de transferir a experiência psicológica do racismo para o corpo transmite a ideia de trauma no sentido de uma experiência que não pode ser colocada em palavras, um evento desumanizante, ao qual não se tem palavras ou símbolos adequados para responder.

Para a autora, a linguagem do trauma é física, gráfica e visual, articulando os efeitos incompreensíveis do efeito da dor, e isso retorna não apenas nos relatos sobre as dificuldades de acesso a saúde, mas também nas experiências de trabalho e outras vivências cotidianas dessas mulheres, notados na relação oferecida por Marie e Beatrice sobre seus corpos serem utilizados como critério de seleção para serem excluídas socialmente. Assim, a experiência de integração das mulheres haitianas demonstra que a interseccionalidade de raça afeta, em última instância, a forma como a migração forçada é corporificada e materializada, demonstrando que a alteridade não é apenas entre nacionais e estrangeiros, mas profundamente marcada pelo racismo presente no contexto nacional.

Isto posto, o deslocamento forçado de crianças, também marcados pela interseccionalidade, demonstra as dificuldades objetivas de acesso à proteção e aos direitos básicos como educação, saúde e integração local, como vivenciado por adultos. Enquanto os adultos passam por mudanças em suas subjetividades e na forma como experimentam o novo contexto social, no caso de crianças, os desafios subjetivos são associados à construção de suas identidades, que, dependendo da idade, são ainda mais afetadas pelas novas dinâmicas sociais e políticas (Hall, 1996).

Beatrice chegou por meio de reunião familiar, com sua mãe e seus irmãos e começou a morar em Belo Horizonte. Ela relatou que nos primeiros anos, sua família recebeu ajuda do serviço jesuíta com organização documental e que aprenderam português por meio de um padre. Além disso, ela disse que procurou emprego, porque queria ter a experiência de trabalhar, mas que logo percebeu que não queria trabalhar em um restaurante, por causa das horas de trabalho. Depois disso ela também trabalhou com telemarketing e decidiu sair por causa de como foi tratada. Logo depois ela passou na UFU, e relatou que decidiu vir para Uberlândia porque tinha o desejo de morar sozinha e conhecer uma nova cidade. Ela migrou para a cidade assim que completou 18 anos, para estudar.

Eu falei, não, eu quero trabalhar, fazer essas coisas. Ele falou, então, tudo bem, já que é a sua vontade, é o seu desejo, tudo bem. E hoje, ele me fala que eu tive coragem. Ele viu que, realmente, eu amadureci, que eu não sou mais aquela menina.

[...] E todas as coisas que eu falei que eu ia fazer, que eu fiz na faculdade, e na faculdade eu não só fiquei só estudando, eu fiz projetos, eu fiz isso, eu fiz aquilo. Eu participei, tal, tal, tal. E crescendo academicamente (Beatrice, informação verbal).

A experiência de Beatrice é, em algum nível, um exemplo da capacidade de crianças de ressignificar as estruturas nas quais estão inseridas, haja vista que demonstra a agência e a resistência alcançada dentro de um espaço de migração forçada (Bluebond-Langner; Korbin, 2007). No entanto, apesar disso, ela destaca que foi muito difícil entrar no ensino superior, principalmente por causa da língua, além de destacar a necessidade do aumento de vagas para pessoas migrantes. A garantia desse direito é essencial dentro da discussão da migração forçada, especialmente por ser um dos caminhos para a integração local efetiva e pela melhoria dos projetos de vida das pessoas acolhidas dentro do Brasil. Associado a isso, ela chama atenção para as dificuldades associadas à cultura e a tradição, que mesmo no caso de pessoas acolhidas ainda na infância, são diferentes da realidade que foi vivenciada por eles até o momento da migração.

Porque assim, a gente estuda aqui no Brasil, tem tudo, mas não é nossa língua materna. Isso atrapalha muita gente. [...] Só que tem alguns contextos sociais, algumas coisas que a gente não viveu, que a gente não sabe. Por exemplo, quem é Iracema, qual é a história de Iracema? [...] Essa tradição, essa cultura, a gente não tem. Então, acho que deveria ter uma coisa, uma coisa para os estrangeiros pensar, porque tem muitos estrangeiros no Brasil. Pensar uma coisa para eles para eles entrarem na faculdade. Não é que seja ... diferente do Brasil, mas uma coisa para equilibrar, porque a gente querendo ou não, a gente não é igual aos brasileiros. A gente não tem as mesmas condições que eles (Beatrice, informação verbal).

A experiência de Beatrice é muito diferente daquelas vivenciadas pelas outras mulheres entrevistadas porque ela foi capaz de transpor algumas das barreiras impostas a pessoas que migraram forçadamente. Entretanto, ela também relatou dois casos distintos de violência sexual. Ambos os casos foram denunciados e a polícia não tomou nenhuma medida a partir do acontecimento. Isso demonstra aspectos próprios da experiência de mulheres no Brasil, mas também serve para pensar as dificuldades de integração de mulheres migrantes, que ao sofrerem violências são ignoradas. Os casos foram traumáticos e afetaram a experiência, uma vez que ela passou a ter medo de frequentar o bairro que tinha a única comunidade haitiana que ela tinha contato até o momento.

Rebeca migrou quando já era mais velha e seu relato demonstra dificuldades maiores para se integrar na sociedade brasileira. Ela veio para o Brasil com a sua avó, mas pelo seu relato, elas enfrentaram dificuldades para cruzar a fronteira pela falta dos documentos necessários. Diferente de Beatrice, suas primeiras memórias estão ligadas ao frio, ao medo e a dificuldade que teve para cruzar a fronteira, entre as quais ela destacou as filas, a fome e o frio. Depois que chegou em Uberlândia, Rebeca foi inserida no sistema educacional da

cidade, ambiente das maiores dificuldades que ela tem enfrentado com a sua adaptação. Inicialmente ela contou os desafios que tem vivenciado com o idioma e com as disciplinas escolares, especialmente agora que não tem mais a professora que ajudava traduzindo o material e ajudava com as outras aulas, mas relatou que o maior desafio tem sido nas relações interpessoais.

A migração forçada demanda que os indivíduos se adaptem a novos códigos culturais e linguísticos, enquanto busca equilíbrio com a manutenção dos elementos identitários e simbólicos do país de origem. Nessa acepção, infere-se que o pertencimento surge por meio da tensão entre a preservação dos aspectos culturais existentes e adaptação às novas práticas sociais (Hall, 1996). As dificuldades do processo específico de Rebeca são complexas e multifacetadas, pela associação entre sua identidade de gênero, idade e nacionalidade. Além de não querer estar no país e desejar voltar à Venezuela, ela relatou que não conseguem manter as amizades que faz “Porque, atualmente as pessoas se aproximam e, não sei porquê, se distanciam (Rebeca, informação verbal).

Além disso, ela ainda não se adaptou a elementos muito básicos como comida e água, e isso tem afetado seu corpo, quase como uma representação física da rejeição à mobilidade. É positivo notar que, apesar das dificuldades, ela relata não ter sofrido nenhuma forma de discriminação e ela também reconhece pontos positivos de ser mulher no Brasil em comparação com a Venezuela. No entanto, ao ser questionada sobre diferenças entre fazer amizades nos dois países, ela relatou que ainda não entende porque não consegue manter os contatos que faz, demonstrando, em última instância, as tensões entre os padrões culturais de seu país e a necessidade de adaptação a novos elementos sociais.

Muitas, lá faziam as mesmas perguntas, mas não deixavam de falar com você, não sei se é porque estamos no mesmo país. Aqui é diferente, porque não sei se é porque sou venezuelana, eles tentam se aproximar de mim, começamos conversar, falamos normal, nos damos bem e depois não te cumprimentam. Para mim, parece muito chata essa cultura por si só [...] Eu acho que tem curiosidade, querem saber como é a sua cultura, sabe? (Rebeca, informação verbal).

Alejandra, ficou dois anos no Mato Grosso do Sul antes de se mudar para Uberlândia. Ela contou que tem ensino médio completo e que não foi pra universidade por ter começado a trabalhar nas minas. A morte de sua mãe e o regime de trabalho aparecem muito cedo nos seus relatos, uma vez que são detalhes muito significantes dentro de sua experiência na Venezuela. Aos 10 anos ela já tinha muitas responsabilidades, já cuidava da casa e também trabalhava nas minas, cozinhando. A experiência de Alejandra é profundamente marcada por longas horas de trabalho, tanto na Venezuela quanto no Brasil, retomando a discussão sobre a divisão sexual do trabalho.

Mas não foi fácil, não foi fácil. Eu quando estava em Dourado , passei oito meses, meu marido falava para mim, eu falava para ele “Você tem que me acompanhar “ e ele falava “Não, vou te acompanhar porque você tem que aprender” e assim fui , e agora não, graças a Deus, eu me viro, falo um português, mas vou para um banco, uma entrevista de trabalho e você tem que ter, como digo? (Alejandra, informação verbal).

Ela saiu do país com seu marido e quando chegou em Uberlândia, começou a trabalhar numa empresa que, segundo ela, não contratava mulheres até que notaram que mulheres trabalham mais do que homens e trabalham muito bem. Diferente da experiência de outras mulheres, ela não ficou no abrigo e que nos primeiros anos não recebeu nenhuma ajuda de OSC, mas que também não buscou. Ela contou que sofreu discriminação por ser venezuelana enquanto ainda estava no Mato Grosso, mas que em Uberlândia isso não tinha acontecido. Alejandra vê a migração como a melhor opção para ela e seu marido por causa do contexto econômico da Venezuela, mas seus relatos demonstram os desafios e os medos dos anos iniciais quando ainda não falava português e não conseguia se comunicar bem na nova língua. Além de contar que a maior parte do seu dia é gasto trabalhando, com pouca liberdade para outras atividades, reafirmando a necessidade de pensar formas mais eficientes de integração, de modo que ela possa participar e ter acesso a outras atividades.

Este capítulo reuniu alguns dos relatos das mulheres entrevistadas, em uma análise que buscou relacionar as experiências à teoria, em uma tentativa de dar concretude às estruturas de poder que atravessam os corpos discutidos. Nesse sentido, ao discutir como a subjetividade dessas mulheres foi formada, a partir de memórias e relatos de momentos significantes; associada a forma como elas são atravessadas pela identidade de gênero e pelas relações de poder que foram estabelecidas antes da migração, buscou-se aprofundar o entendimento sobre os elementos estruturantes da realidade dessas mulheres.

A partir disso, as discussões sobre as motivações para a mobilidade e sobre algumas das experiências em acolhimento, demonstram as mudanças e continuidades vivenciadas pelos seus corpos agora que se encontram na fronteira. Infere-se que a falta de uma rede de apoio estruturada altera a experiência corporal do deslocamento forçado, transformando o "espaço da fronteira" em um estado contínuo que (re)produz as dificuldades de pertencimento e as experiências de alteridade vivenciadas a partir da mobilidade.

Esse primeiro movimento teve como objetivo discutir algumas das mudanças de subjetividade vivenciadas a partir da necessidade de migração, especialmente a partir de elementos objetivos do processo migratório. O capítulo a seguir tem como objetivo abordar os afetos que atravessam essas mulheres, de modo a aprofundar a discussão sobre a forma como

a migração causou mudanças em suas identidades e subjetividades, por meio de processos de constituição que se solidificaram durante a mobilidade.

4. QUANDO A MIGRAÇÃO FORÇADA INTERPELA O CORPO

Sara Ahmed (2004) defende a necessidade de analisar emoções como uma forma de política cultural. Sua obra sobre a política cultural das emoções se desenvolve não apenas como uma crítica à psicologização e privatização das emoções, mas também como uma crítica a um modelo de estrutura social que negligencia as intensidades emocionais. Segundo a autora, os afetos configuram e orientam políticas, de modo que as emoções não são apenas subjetivas, mas constituem dimensões centrais da vida política, especialmente por meio de organizações de hierarquias, relações sociais e fronteiras políticas.

A relação entre os aspectos políticos dos afetos e das emoções e da corporalidade são essenciais dentro desta pesquisa. Ao entender o corpo, como fonte de conhecimento, local de resistência e locus da subjetividade (McLaren, 2002), defende-se que o uso do corpo enquanto ferramenta metodológica permite alcançar as mudanças de subjetividade vivenciadas e a forma como esses corpos são atravessados pelas emoções e afetos envolvidas no processo de migração forçada de mulheres. Isto posto, este capítulo pretende discutir algumas das mudanças encarnadas pelos corpos que passaram a existir dentro da fronteira. O primeiro tópico examina as transformações de subjetividade vivenciadas a partir da interseccionalidade que atravessa o corpo de mulheres venezuelanas e haitianas que vivenciam a integração local em Uberlândia - MG. O segundo tópico pretende analisar as mudanças de subjetividade que são vivenciadas a partir dos afetos que marcam a mobilidade. Esse processo envolve o reconhecimento do sofrimento enquanto afeto que enlaça a saudade e o medo, que caracteriza e dá sentido à experiência feminina da migração forçada.

4.1. Ser nomeada, ser transformada: o refúgio como experiência corporal

Ser mulher é desafiador. Eu falo isso no texto que eu escrevi sobre a importância da linguagem para a mulher preta migrante. [...] E a gente corta muitas barreiras na frente para fazer tudo que a gente quiser. Essa é a parte de ser mulher. E aí, quando você é mulher branca, você tem um pouco de privilégios porque você é branca. Quando você é negra, você fica na base. Mas quando você é negra e migrante, porque migrante vem com a parte de pobre... Pobre, pobre, pobre... [...] Tem a negra pobre. Mas a negra pobre e migrante é outra história, uma outra categoria de pobreza. Porque você não é só de dinheiro. Você está vulnerável socialmente, economicamente também, mas culturalmente, quase tudo pra você tem é uma dificuldade, você não tem nada (Beatrice, informação verbal).

Ao ser questionada sobre o que é ser uma mulher migrante e refugiada, Beatrice fez um processo de significação ligado às experiências que ela viveu enquanto mulher haitiana

que cresceu no país. Durante as entrevistas, além de perguntas que buscavam entender elementos particulares da experiência de gênero das mulheres, existiam questionamentos que tinham como objetivo entender os significados que as mulheres associavam a experiência de migração encarnada. Ao serem questionadas sobre o que é “ser uma mulher migrante” ou “uma mulher refugiada”, pretendia-se alcançar respostas que permitissem entender as mudanças de subjetividade que foram corporificadas a partir de serem posicionadas enquanto um corpo à margem, delimitado pelo *status* migratório. Destaca-se que esse exercício pretendia alcançar a experiência encarnada vivenciada pelas mulheres que passaram a ser nomeadas por uma categoria social que antes não era parte da realidade.

O relato de Beatrice destaca um dos elementos fundamentais desse processo, ao pensar sobre as dificuldades de ser uma mulher, preta, haitiana e pobre, ela revela a interseccionalidade da experiência de migração e a forma como ela afeta os corpos das mulheres inseridas dentro da migração forçada. A especificidade discutida nesse momento demonstra não apenas os desafios de opressão de gênero, mas revela a vulnerabilidade social que marca a experiência de mulheres negras. Além disso, Beatrice demonstra que a vulnerabilidade que marca a vivência dessas mulheres não é apenas econômica ou causada pela desigualdade de gênero, mas é profundamente cultural e social. Esta discussão foi desenvolvida, de diferentes formas, durante este texto, mas a partir desse relato, nota-se que a associação de muitas categorias vulneráveis torna a experiência de mobilidade e acolhimento mais violenta e traumática.

Ao discutir as violências vivenciadas por mulheres racializadas, Lugones (2008) defende que a lógica da separação categórica distorce os seres sociais e os fenômenos que existem na intersecção. Segundo a autora, na intersecção entre “mulher” e “negra” há uma ausência na qual a mulher negra deveria estar justamente porque nem “mulher” nem “negra” a incluem. De modo que, essa intersecção nos mostra um vazio. O relato de Beatrice demonstra que existe uma dificuldade ainda maior quando a intersecção ocorre entre mais de duas categorias sociais. Ao relatar a sua experiência enquanto mulher, migrante, preta e pobre, ela revela que essas mulheres são socialmente percebidas a partir de uma lente que ela chama de “pobreza”, por demonstrar exatamente o vazio e tudo que lhes falta. Em outras palavras, esse vazio é marcado pela distância da norma efeito de hierarquias sociais e ao ser vivenciado no corpo gera a sensação descrita como uma "dificuldade", seguida de várias marcações "pobre", "pobre"... como uma caracterização da cidadania de segunda classe que a migração forçada gera no contexto analisado.

Considerando os relatos construídos a partir da pesquisa de campo e a discussão proposta por Lugones (2008), Creenshaw (1989, 1991) e Collins (2000), este trabalho defende a existência de uma interseccionalidade única e, conseqüentemente, um vazio específico que atravessa a experiência de mulheres que vivenciam a migração forçada. Elas são, ao mesmo tempo, “mulheres” e “migrantes forçadas”²², o que torna a experiência de mobilidade e integração local um espaço marcado por uma vulnerabilização, que é imposta e não um estado passivo, associada a opressões de gênero e de diferenças culturais e sociais. Ou seja, a junção dos rótulos socialmente impostos criam e/ou aprofundam as formas de exclusão vivenciadas e, conseqüentemente, reafirma a (re)produção de violências dentro do contexto de deslocamento forçado. Assim, salienta-se a importância de considerar os vazios existentes nas experiências de mulheres que, junto com migrantes forçadas, são negras, pobres, crianças, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, indígenas ou parte de outras minorias sociais.

Outrossim, argumenta-se que esse espaço de interseccionalidade e de vazio causa mudanças profundas na subjetividade dessas mulheres. A discussão sobre mulheres migrantes necessariamente inclui uma camada fundamental dentro do contexto social, que envolve o pertencimento à identidade nacional e à cultura, aspectos que afetam a forma como todas as outras estruturas sociais se organizam. Não compartilhar a história, cultura e língua torna essas mulheres sujeitos que não são apenas oprimidos, mas que não possuem liberdade, direitos ou voz.

A cultura brasileira, que é uma riqueza, você não tem essa riqueza. O social também, você não tem nada disso. Aí você fica com uma classe bem baixa, não é só economicamente. A coisa é que, para uma mulher preta, isso já é difícil. Para você que é uma mulher preta e migrante, fica muito difícil. E também tem a parte de verem mulheres pretas como objetos sexuais ou... ou uma mero empregada doméstica. Essa... Essa coisa fica difícil (Beatrice, informação verbal).

O relato de Beatrice, demonstra que, a consequência direta da experiência da associação de várias categorias sociais, no caso de mulheres migrantes forçadas, é uma exclusão social e uma forma de opressão específica a esses corpos, que, em última instância, instituem formas de violência simbólica que atravessam e encarnam essas mulheres. Isto é, a relação entre “mulher” e “migrante forçada” carrega uma forma de violência e opressão única que resultam em uma experiência única de subalternidade. Além disso, ela também relata a complexidade da interseccionalidade no caso da migração de crianças.

Ela narrou um momento em que foi questionada sobre o que pensava sobre a palavra “casa” e que pensou no Haiti. Apesar de estar no Brasil a mais de 10 anos, ela conta que as

²² Inclusão de pessoas com status de refúgio; visto de residente, mas que migraram em situação de deslocamento forçado; apatridia; ou qualquer visto de acolhimento humanitário.

peessoas esperam que ela considere o Brasil sua casa, mas a sensação de pertencimento e de lar é significada a partir da relação com seu país de origem. A partir disso, Beatrice também relaciona a experiência de ser uma mulher refugiada a sensação de não ter um lugar para pertencer. Defendo que o vazio da experiência dessas mulheres, além de servir como uma categorização de cidadania, pode ser significado como o não pertencimento, a inclusão dos corpos à margem, a fronteira. Isto é, habitar a fronteira neste caso passa a ser uma metáfora para a interseccionalidade encarnada na mobilidade.

Assim, reafirma-se a dificuldade imposta a essas mulheres, visto que ao serem excluídas das discussões políticas, são forçadas a posições que (re)produzem as condições de vulnerabilidade às quais seus corpos são submetidos.

Eu estava numa sala também, a professora falou, quando você fala a palavra casa, o que vem na sua cabeça? De repente vem o Haiti, a minha mente. O povo fala a casa disso, casa isso, minha casa. Mas quando eu ouvi a palavra casa, eu vi o Haiti. Quando eu li o artigo também, fala-se mulher refugiada que não tem uma casa. Não tem um lar para chamar de seu. Eu acho que é isso. Uma das partes que eu recebi de refugiada é tipo assim, você não tem um lugar pra morar, mora assim, um lugar de pertencimento. Porque refugiada, quando você sai do seu país, em condição de refugiado, você sai lá não querendo voltar. Você sai para sair mesmo. E aí você fica vagando no mundo. Daqui a 30 anos você pode estar no Brasil ou em qualquer outro lugar. Mas uma coisa, eu tenho certeza que eu não estarei no Haiti (Beatrice, informação verbal).

A violência simbólica discutida dentro das experiências de mulheres migrantes forçadas é profundamente associada à categoria social imposta a seus corpos. Essa forma de violência é fundamental na perpetuação de estigmas sociais e de marginalização dentro da sociedade, ou seja, a manutenção de representações criadas e associadas a essas mulheres criam uma identidade do indivíduo que dificulta a separação das categorias (Goffman, 1963). Além disso, esse modelo de violência é silencioso e profundamente associado a naturalização e imposição de significados que passam a ser difundidos e reafirmam as posições de poder existentes (Bourdieu, 1991). Nesse caso, os significados associados às mulheres migrantes forçadas dentro do Brasil são, em grande maioria, negativos e ligados à construção histórica do discurso sobre migrantes.

O discurso existente no Brasil, que vê migrantes como “estrangeiros não desejados” existe há muitos anos, não apenas a nível coletivo, mas também em instituições, a exemplo da criação de leis voltadas a construção do imigrante como ameaça, como a Lei Nº 6.815 de 1980 (Brasil, 1980), conhecida como a Lei do Estrangeiro, apresentada no capítulo 2. Essa lei tratava a questão migratória como uma questão de segurança nacional, relacionando os interesses nacionais como contrários à inclusão de pessoas, ou seja, essa lei classificava os indivíduos que migram como aqueles que passam pela “invenção do indivíduo perigoso”,

como proposto por Foucault. De modo geral, todo o grupo passou a ser entendido como uma “identidade perigosa”, especialmente aqueles migrantes não brancos, ricos e europeus (Moreira, 2023). Infere-se que essa conjuntura caracteriza o Brasil como um país que, apesar de ter normativas avançadas, ainda enfrenta profundas dificuldades de acolhimento, como pode ser observado em todos os relatos das mulheres entrevistadas nesta pesquisa. Nenhuma violência física foi discutida, mas formas de violência simbólica podem ser notadas e, por conseguinte, argumenta-se que os processos de caracterização dessas mulheres enquanto migrantes é violento e traumático.

A interseccionalidade vivenciada por essas mulheres têm o gênero, a nacionalidade, a raça e a classe social como elementos fundamentais. Os estudos migratórios identificam a relação entre a sociedade de acolhida e os indivíduos em movimento como fundamentais dentro da discussão de migração forçada, caracterizando o encontro entre esses elementos como uma das bases do debate sobre acolhimento (Moreira, 2023). O dualismo instituído por Descartes parte do pressuposto que existem “duas substâncias distintas, exclusivas e mutuamente exaustivas, a mente e o corpo, cada uma das quais habita seu próprio domínio autocontido” (Grosz, 2000, p. 54), e a partir dessa divisão, observa-se que o pensamento moderno instituiu a primazia da racionalidade sob as outras experiências humanas. Ainda, esse pensamento também instituiu divisões como homem/mulher, abordadas no capítulo anterior, e “nacional” e “estrangeiro”, considerando a existência de fronteiras e Estados nacionais.

Isto posto, as diferentes estruturas e categorias sociais formam uma constituição mútua dos sujeitos, de modo que os corpos devem ser entendidos como “sempre irredutivelmente sexualmente específicos, necessariamente entrelaçados a particularidades raciais, culturais e de classe” (Grosz, 2000, p. 79), ou seja, o corpo dos sujeitos carregam particularidades sociais em todas as relações e interações sociais que são estabelecidas, visto que elas são reconhecidas como um aglutinado de informações. Em outras palavras, a interseccionalidade de elementos sociais é marcante na experiência do sujeito porque as particularidades que marcam seus corpos são socialmente lidas como um conjunto. As particularidades sociais da experiência de mulheres haitianas demonstram que a interseccionalidade encarnadas em seus corpos tornam as violências profundamente marcadas pela junção do gênero, da raça e da classe social. Marie relata que existe uma diferença clara entre mulheres venezuelanas, brasileiras e haitianas, uma vez que ela é constantemente tratada como socialmente inferior.

Acho que sim. Às vezes a haitiana não tem o mesmo valor como brasileira não. Até venezuelano. Não é o mesmo valor não. Não sei por que se a haitiana está preta, a

cabelo da haitiana está curto. Se o venezuelano for procurar um negócio e eu procura também, vai dar certo para o venezuelano. Entendeu bem? Eu acho porque a haitiana é preta, é cabelo curto, a venezuelana é igual com brasileira... Só um pouquinho diferente na fala, fala português e venezuelano fala espanhol. Às vezes, venezuelano fala espanhol, brasileira entende. A haitiana fala, o que é isso? Então, tentar falar português, não entende. Entendi o venezuelano, é mentira. É por causa do cabelo (Marie, informação verbal).

Em sua experiência, observa-se elementos não apenas simbólicos, mas aqueles próprios da violência racial discutidas no capítulo 3. Marie relata que além das diferenças de tratamento em comparação às outras nacionalidades, existem características de seus corpos que podem ser usados como elementos de identificação e tratamento, demonstrando as especificidades do racismo brasileiro. Associado a isso, ela também destaca que mulheres haitianas vivem dificuldades maiores com a língua, por causa da maior distância entre o português e o creole haitiano. Outras experiências foram discutidas no encontro, especialmente sobre diferenças no tratamento médico e no trabalho, demonstrando a especificidade da experiência da mulher haitiana em oposição a experiência da mulher venezuelana, algumas discutidas no capítulo anterior e algumas discutidas nos tópicos seguintes. As mesmas dificuldades foram relatadas por Amanda, que foi entrevistada no mesmo encontro, e contou que quando buscava o sistema de saúde da cidade não encontrava acolhimento e apoio, mas era tratada como alguém que estava buscando atestados e formas de “fugir do trabalho”.

Todas as sociedades instituem realidades e o que deve ser considerado verdadeiro, mas também definem elementos classificatórios, a partir de categorias e rótulos que atravessam a subjetividade e a corporalidade dos sujeitos.

Os diferentes grupos sociais utilizam a representação para forjar a sua identidade e as identidades dos outros grupos sociais. Ela não é, entretanto, um campo equilibrado de jogo. Através da representação se travam batalhas decisivas de criação e imposição de significados particulares: esse é um campo atravessado por relações de poder. (...) o poder define a forma como se processa a representação; a representação, por sua vez, tem efeitos específicos, ligados, sobretudo, à produção de identidades culturais e sociais, reforçando, assim, as relações de poder (Silva, 1998).

Nesse sentido, a representação social de ser “migrante” e, conseqüentemente, estrangeiro afeta diretamente a identidade das mulheres que passam a ser classificadas a partir desse significado particular. O “estrangeiro” é definido no dicionário como um adjetivo substantivo que descreve “o que é de outro país, que ou o que é proveniente, característico de outra nação”. Segundo Dufourmantelle e Derrida (2003), existe uma relação profunda entre o estrangeiro e a língua, especialmente no que tange o acesso a direitos e ao acolhimento. Para os autores, a necessidade de tradução imposta a esses sujeitos deve ser caracterizada como a

primeira violência imposta aos indivíduos que socialmente passam a ser definidos como estrangeiros.

(...) o estrangeiro é, antes de tudo, estranho à língua do direito na qual está formulado o dever de hospitalidade, o direito ao asilo, seus limites, suas normas, sua polícia, etc. Ele deve pedir a hospitalidade numa língua que, por definição, não é a sua, aquela imposta pelo dono da casa, o hospedeiro, o rei, o senhor, o poder, a nação, o Estado, o pai, etc. Estes lhe impõem a tradução em sua própria língua, e esta é a primeira violência (Dufourmantelle; Derrida, 2003, p. 15).

Nesse caso, o poder existente na relação entre nacional e migrante é fundamental para o processo migratório e de acolhimento, especialmente por causar efeitos específicos na produção de mudanças de subjetividade das mulheres em situação de migração forçada. Em outras palavras, os relatos discutidos neste tópico e nesta pesquisa demonstram a (re)produção da violência simbólica que marca a migração dessas mulheres. Neste momento, destaca-se a imposição de práticas culturais e imposições sociais que causam efeitos que muitas vezes não são reconhecidos como tal.

Marie, reafirma questões elencadas por Beatrice, a partir de exemplos práticos das diferenças sociais vivenciadas dentro das experiências de mulheres migrantes de diferentes nacionalidades. Salienta-se que, apesar da experiência de mulheres venezuelanas ser racializada, dentro deste trabalho e das mulheres entrevistadas, o racismo foi vivenciado apenas nos casos das mulheres haitianas, exemplificando as diferenças sociais que marcam o processo migratório de mulheres que são, ao mesmo tempo, migrantes, pobres e pretas.

As dificuldades enfrentadas por mulheres venezuelanas são majoritariamente associadas à língua, e são discutidas abaixo, por outro lado, as vivências de mulheres haitianas são amplamente marcadas pelo racismo existente no contexto brasileiro. O racismo estrutural do Brasil, como proposto por Berenice Bento (2024) é um processo histórico e constante, que desumaniza os corpos negros que foram historicamente marcados pela escravidão. Segundo a autora, a consequência desse processo para pessoas negras é não terem sua humanidade reconhecida pela sociedade, em um processo que reafirma a herança colonial do país. As experiências das mulheres haitianas entrevistadas revelam que o racismo existente no Brasil atravessa o corpo de uma forma particular, que não existiria em outros países, especialmente aqueles que não posicionam corpos negros como aqueles que devem ser rejeitados.

Nessa perspectiva, reconhecendo que o discurso sobre o migrante está profundamente associado a outros níveis de categorização, incluindo as de gênero, raça e colonialidade, e a forma como elas se relacionam ao exercício do poder, infere-se a existência de impactos profundos na subjetividade desses sujeitos. Segundo Hernandez (2008), os indivíduos que são

vistos com a qualidade de estrangeiro, ou seja, que possuem estrangeiridade, são sempre lidos a partir do encontro entre o “nacional” e o “estrangeiro”. E esse debate é fundamental quando analisamos a forma como a migração, especialmente o deslocamento forçado, afeta o sujeito e sua identidade, uma vez que o “estrangeiro” recebe novos rótulos e passa a ter encontros que vão afetar a estabilidade da identidade e subjetividade desses sujeitos.

O relato de Catarina demonstra a relação intrínseca e complexa do processo de reconhecimento das diferenças que são impostas à subjetividade e ao corpo de mulheres em situação de deslocamento forçado. Ao ser questionada sobre o que é ser uma mulher migrante, ela respondeu que reconhece que o processo não é fácil, mas reafirmou a força existente na corporalidade das mulheres, além de discutir a importância de sua religiosidade na forma como encara as dificuldades associadas a sua experiência de integração. Nesse momento ela salientou que não vê diferenças entre mulheres nacionais e mulheres migrantes, especialmente por sua experiência com o trabalho nos dois países.

Assim, é importante salientar que as experiências de mobilidade forçada não são apenas marcadas por sofrimento e problemas com a integração local. Apesar de ser necessário avaliar as dificuldades vivenciadas em Uberlândia - MG e no Brasil e discutir caminhos para a solução, o deslocamento também aparece como acesso a direitos e a novas realidades, especialmente no caso de grupos vulneráveis como mulheres. Assim como Catarina destaca elementos positivos do processo de se tornar migrante dentro do Brasil, ao comentar a diferença entre estar na Venezuela e em Uberlândia - MG, Milagros relata que aqui tem tido novas experiências e aprendido coisas que não pôde no seu país e isso tem sido diferente e uma boa experiência.

No entanto, apesar da presença de alguns elementos positivos, os relatos de Catarina também demonstram elementos simbólicos da violência que afeta a subjetividade, inicialmente ao discutir a impossibilidade de formar laços por causa das condições forçadas. Em outras palavras, o discurso é contraditório, mesmo que inconscientemente. Catarina relata que a sua experiência se mantém a mesma de quando estava em seu país, mas logo em seguida revela uma grande dificuldade que está amplamente associada a sua nova identidade social. Assim, infere-se que o trabalho constante e a dificuldade de construir comunidade é uma das violências simbólicas vivenciadas dentro de sua experiência e, conseqüentemente, uma mudança importante em sua subjetividade.

É, não sei para as demais, falo em conceito geral, sei de mulheres que isso não foi fácil, de coisas que escutei e vi. E eu creio que nós mulheres temos uma força tão grande de passar pelas coisas e uma fé muito grande em nosso Deus de que as coisas vão dar certo, por mais fundo que estejamos, ou mais obscuro, sempre há uma luz. E não é fácil ser mulher [...] Para mim não, não existe nenhuma diferença. Porque, não

existe diferença, porque , por exemplo, lá eu trabalhava, aqui eu trabalho, lá eu convivia, aqui convivo, não tenho muitos amigos, porque aqui, o que acontece aqui? É que o tempo não te permite conviver e eu tampouco sou de sair e de estar na rua, eu gosto mais de estar na comodidade da minha casa descansando, e assim é (Catarina, informação verbal).

Além disso, Catarina também reconhece as dificuldades vivenciadas antes da chegada na sociedade de acolhimento, ou seja, os desafios associados às incertezas que precedem a mobilidade, especificamente ligadas a falta de informações e impossibilidade de se preparar para a nova sociedade que a acolheu. Essa escolha demonstra outro elemento fundamental da violência relacionada à migração forçada, a insegurança sobre o futuro e a forma como isso afeta as mulheres envolvidas. Catarina reafirma a importância da resistência associada ao processo, ao mesmo tempo em que apresenta as limitações de alcançar seus desejos especificamente por ser migrante. Em suma, apesar de reconhecer a dificuldade na migração forçada, Catarina conta que não tem grandes diferenças entre mulheres brasileiras e venezuelanas e logo depois afirma que ela tem grandes dificuldades de alcançar seus objetivos por precisar se esforçar mais, apenas por ser migrante.

Migrar não foi fácil, como eu já comentei, pensar em que condições você vai se encontrar, o que você vai encontrar no lugar onde você vai estar, no lugar em que você vai chegar , isso se sente como incertezas na pessoa, mas se você já pensou, se já tem metas, objetivos com o que quer fazer em sua vida e se já tem isso programado e luta por isso e trata de conseguir, eu creio que as coisas vão fluindo pouco a pouco. E por ser sou migrante, não me permitiu cumprir com o que eu queria, porque eu ia fazendo pouco a pouco (Catarina, informação verbal).

É interessante observar que esse relato demonstra uma camada própria da violência simbólica: a dificuldade que o sujeito enfrenta em reconhecer que está vivenciando manifestações dessas relações de poder. Contudo, salienta-se que a dificuldade de reconhecer a violência não impede que ela exista e, principalmente, que ela afete a subjetividade e a identidade dessas mulheres.

Associadas a isso, violências simbólicas também podem ser notadas em relação à língua, discutidas anteriormente como a violência da tradução. A dificuldade com o idioma foi mencionada por Alejandra, Rosa e Milagros, que estavam no mesmo encontro e relataram o mesmo sentimento de limite relacionado à língua. A dificuldade foi descrita por Milagros ao dizer que tem vontade de aprender a língua para conseguir se expressar, formar laços e “expressar o que sente”. O limite associado à língua foi uma das grandes questões levantadas dentro do processo de integração, referida, inclusive, como uma superação. A imposição da tradução de sentimentos e emoções, no caso de Milagros, demonstra um elemento fundamental para a criação de laços, a capacidade de explicar seus sentimentos e a forma

como você vivencia o mundo e demonstra uma violência específica que surgiu apenas depois que migrou forçadamente.

Para poder expressar o que sinto. Bom, eu também quero aprender para poder me expressar, para falar com os companheiros no trabalho. Aham, um limite, pequenas coisas que entendo, mas aí vou [...] Bom, isso que às vezes não temos como quando precisamos falar, porque não sabemos o idioma, estamos começando, e não temos como nos chegarmos a elas para poder falar, porque nós ficamos como um loro “que? que? que?” (Milagros, informação verbal).

Assim, ao relatar uma mudança específica na sua experiência corporificada, de não ser capaz de expressar seus sentimentos, ela revela um nível social e específico de vulnerabilidade que surge na experiência dessas mulheres. Infere-se que a dificuldade para expressar emoções e sentimentos, aspectos fundamentais dentro das relações sociais, demonstra uma mudança específica de subjetividade, causada pela mudança de realidade e encarnada pela diferença de idiomas.

A dificuldade com o idioma também aparece na experiência de ser uma mulher migrante de Rosa, que resumiu essa vivência como a dificuldade de se comunicar, reafirmando o problema da tradução. Rosa relatou que foi bem acolhida, mas que sua experiência foi profundamente marcada pelas limitações ligadas à nova língua e cultura. Ela contou que apesar de ter sido bem acolhida, existe uma sensação limitante associada a estar dentro de um novo contexto, no qual ela não reconhece a língua, a cultura ou as práticas sociais. Esse relato demonstra a importância da língua para a formação de laços e também revela desafios para alcançar pertencimento social sem o domínio desses elementos. Destaca-se que essa é uma das grandes dificuldades do processo de integração local, o que torna as dificuldades de comunicação um dos grandes elementos que atravessam o processo migratório dessas mulheres.

É mais difícil falar, por mais que compreendamos e com ordenamos no pensamento as palavras, quando vamos falar não sai. [...] Eu também tenho essa mesma sensação, limitante. [...] Porque apesar de que como migrante fui bem acolhida aqui em Brasil, aqui em Uberlândia sinto que tive mais oportunidade enquanto a aprender o curso de português, mas tenho limitações porque a cultura e as mulheres da Venezuela são diferentes, assim como ela disse, quando sabemos que tem outra venezuelana, queremos recebê-la como se fosse de nossa família e aqui o idioma é um limite para que eu possa me aproximar das mulheres brasileiras e dizê-las que estou sentindo como elas (Rosa, informação verbal).

Alejandra, além de relatar dificuldades com o idioma no começo do seu processo de integração, também associa a experiência de ser uma mulher migrante com o que ela chama de “força”, relatando como isso é necessário para viver o processo e as mudanças que marcam essa forma de mobilidade, ou seja, nota-se que sua vivência foi marcada pela necessidade de formas contínuas de resistência. É interessante destacar que a comparação que ela fez entre a

experiência cotidiana que ela tinha na Venezuela e no Brasil reafirmam a sensação de diferença e de falta daquilo que existia antes da mobilidade.

Bom, eu me sinto, como eu digo? Forte, por ter passado o que eu passei e forte, com fé de que posso seguir adiante, ou seja, ir e o mais difícil que há para o estrangeiro, igual em qualquer país é o idioma. [...] Mas não foi fácil, não foi fácil. [...] Bom, lá era porque depende de quando trabalho, é do dia a dia. Mas aqui não, eu vou para o meu trabalho, venho, eu limpo minha casa, [...] mas lá era diferente, entendeu? Mas era normal, lá era uma coisa e aqui é outra coisa (Alejandra, informação verbal).

Este tópico analisou o discurso produzido pelas mulheres em situação de mobilidade forçada no que tange a experiência específica de ser migrante em Uberlândia - MG e no Brasil. As perguntas sobre a categoria de “mulher migrante” permitiu notar a forma como algumas mudanças foram encarnadas no corpo dessas mulheres, especialmente ao discutir as experiências que elas consideram demonstrações daquilo que é diferente entre ser nacional de um território e ser acolhida por outro. Em outras palavras, a mudança de subjetividade causada pela inclusão da categoria social “migrante” demonstra a produção de formas de violência específicas, que reafirmam a vulnerabilidade social dessas mulheres. A interseccionalidade de categorias é fundamental para entender a forma como esses corpos vivenciam a migração forçada, haja vista a possibilidade de experiências específicas, mas as camadas de opressão e exclusão social são mencionadas em todos os casos.

Nota-se que todos os estágios da migração forçada são atravessados pelo gênero e que a experiência de ser um corpo à margem e que existe na fronteira, é atravessada por violências e traumas específicos a nova categoria social, revelados nos relatos sobre racismo e vivência de alteridade enquanto cidadãos de segunda classe. Em síntese, argumenta-se que apesar das mulheres entrevistadas não mencionarem um sentido novo de ser mulher, os resultados analisados no capítulo anterior e nesse capítulo reafirmam que o deslocamento forçado altera o sentido de ser mulher ao enlaçar novas camadas de interseccionalidade com a experiência encarnada dessas mulheres. Assim, os tópicos seguintes discutem a forma como algumas dessas experiências foram encarnadas a partir de afetos e emoções, isto é, como as capacidades desses corpos foram limitadas de formas particulares pelo sofrimento social, medo e saudade que foram vivenciadas, de modo a aprofundar o debate sobre as mudanças de subjetividade causadas pela mobilidade.

4.2. A migração sentida: a dimensão afetiva da experiência migratória

A virada afetiva convida a uma abordagem transdisciplinar da teoria e do método, que “necessariamente convida à experimentação na captura do funcionamento conjunto e mutável do político, do econômico e do cultural, tornando-o afetivamente como uma mudança no

emprego da capacidade afetiva” (Clough; Halley, 2007, p. 3). Clough e Halley (2007) exploraram essa virada na teoria crítica, especialmente por meio da conceitualização do afeto que se baseia na linha de pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari, remontando a Baruch Spinoza e Henri Bergson.

Por meio da virada afetiva, os estudos sobre afeto e emoções passaram a ser considerados importantes dentro das ciências sociais e podem oferecer uma ferramenta interessante de análise dentro dos estudos migratórios, especialmente se considerarmos o argumento de Ahmed (2004) que posiciona os afetos enquanto uma forma de política cultural. Ao associar a teoria dos afetos às Relações Internacionais, Sentanin (2023) reconhece a importância dos afetos na construção dos sujeitos e, conseqüentemente, nas dimensões políticas, de cooperação e de poder. Além disso, as mudanças dentro de aspectos políticos, econômicos e culturais ligadas à capacidade afetiva discutidas por Clough e Halley (2007), podem ser usadas como mecanismos de ampliação das análises das experiências que atravessam os corpos de mulheres migrantes em situação de migração forçada.

Para Deleuze, Guattari, Spinoza e Bergson, o afeto refere-se geralmente às capacidades corporais de afetar e ser afetado, ou ao aumento ou diminuição da capacidade de um corpo de agir, engajar-se e conectar-se (Clough; Halley, 2007). A construção desse trabalho defende o argumento central de que a migração forçada afeta a subjetividade das mulheres envolvidas no processo, especialmente por meio de violências simbólicas e pela (re)produção de traumas. O capítulo anterior aborda a forma como essas mulheres são afetadas por estruturas de poder como o patriarcado e as condições gerais de seus países antes da migração, mas também debate emoções associadas à tomada de decisão e o início da busca por adaptação e acolhimento local.

Apesar de indiretamente, esta discussão incluiu algumas das emoções envolvidas na tomada de decisão, no abandono de suas famílias e as dificuldades próprias da identidade de gênero das mulheres entrevistadas. Dessa forma, o capítulo anterior discutiu os afetos por meio da limitação das capacidades dos corpos das mulheres envolvidas no processo. Este capítulo tem como objetivo analisar algumas das emoções específicas que foram discutidas dentro das entrevistas e que marcaram o processo de deslocamento forçado dessas mulheres.

O afeto constitui uma complexidade não linear da qual se subtrai a narração de estados conscientes, como a emoção (Clough; Halley, 2007), mas também incluem os acontecimentos que alteram a capacidade de existir e agir dos corpos (Chauí, 2011). Por conseguinte, a experiência de mulheres em situação de deslocamento forçado pode ser analisada a partir da teoria dos afetos, como elementos que alteram a capacidade de seus corpos agir, como

discutido no capítulo anterior, ou a partir de emoções. Argumenta-se que o sofrimento, enquanto afeto, é um elemento central dentro da migração forçada, em todas as fases do processo. Isto é, nota-se traços de sofrimento no cotidiano de todos que vivenciam as crises que geram a necessidade de mobilidade e também dentro do processo de acolhimento. Este tópico pretende discutir o sofrimento enquanto afeto que enlaça o medo e a saudade como emoções que marcam a experiência de deslocamento forçado de mulheres.

4.2.1. O medo como expressão do sofrimento social

Ahmed (2004), argumenta que as emoções não estão "dentro" do indivíduo nem do social, mas produzem as próprias superfícies e fronteiras que permitem que o indivíduo e o social sejam delineados como se fossem objetos. Segundo a autora, as emoções são cruciais para a própria constituição do psíquico e do social enquanto objetos, um processo que sugere que a 'objetividade' do psíquico e do social é um efeito e não uma causa. Nessa conjuntura, ao associar a migração aos afetos, depreende-se que os corpos que migram associam diferentes emoções ao processo e, por conseguinte, constroem realidades que não são apenas individuais, mas também coletivas (Soto, 2013).

As experiências migratórias e os processos de acolhimento dos indivíduos em mobilidade são regidos por três elementos fundamentais: tempo, espaço e movimento. Esses indivíduos vivem em um estado de limbo, de espera perpétua, e se encontram localizados, controlados e presos em uma terra do outro. O limbo, essa teia de poder e violência na qual tentam se estabelecer, produz medo, desconfiança e solidão que permeiam e constroem as margens. Essas são construções sociais apreendidas e vivenciadas de maneiras e intensidades diferentes em espaços e situações específicas. Estas, por sua vez, são essenciais para reproduzir e perpetuar o próprio limbo que as gera (Molina, 2025).

A experiência de migração forçada e de integração local são marcadas por elementos facilmente reconhecidos como violações de direitos humanos que podem ser traduzidos em situações de sofrimento e violência, não apenas físicos. A exemplo disso, Werlang e Mendes (2013) defendem que apesar de o sofrimento ser comumente associado a questões físicas, esse conceito não pode ser resumido a isso, uma vez que envolve sentimentos de perda, culpa e humilhação, bem como sentimentos relacionados à privação. Esses sentimentos foram amplamente discutidos durante as entrevistas que construíram os dados deste trabalho. Os sentimentos de perda estão profundamente relacionados ao país, às suas famílias e comunidades, e a vida que possuíam antes da necessidade de migrar, inclusive nos casos das mulheres que migraram na sua infância. A culpa aparece amplamente nos relatos que

discutem a complexidade da decisão de migrar, a humilhação em experiências específicas de tentativas de integração e a privação aparece como elemento marcante em todo o processo.

Sendo assim, o sofrimento deve ser entendido como um elemento que existe para além da experiência individual dentro do contexto da migração forçada. Apesar de ser vivenciado a partir de elementos específicos, o sofrimento marca a vivência de todos os sujeitos envolvidos nesse processo. Bourdieu (1997) afirma que os processos internos dos grupos sociais estavam diretamente associadas às experiências vividas e percebidas, demonstrando a relação existente entre o social e o individual. Isto posto, o autor entendia que a maioria das estruturas econômicas e sociais eram causadoras dos sofrimentos mais cruéis, de modo que a realidade social seria um espaço de expressão de desigualdades e contradições, responsável ou não pela exclusão de determinados indivíduos. A partir disso, argumenta-se a presença de sofrimento na experiência social da migração forçada de pessoas que saíram da Venezuela e do Haiti, como discutido no capítulo 3, uma vez que as crises econômica e social foram mencionadas como os motivadores principais do deslocamento.

Associado a isso, nota-se que existe uma relação profunda entre os contextos sociais que criam desigualdades e o sofrimento vivenciado pelos sujeitos. O capítulo 2 discutiu os contextos da Venezuela e Haiti, demonstrando que as estruturas sociais e a infraestrutura do governo não eram capazes de lidar com os problemas internos e, conseqüentemente, foram responsáveis pela necessidade de deslocamento internacional, na busca de melhores condições de vida. Defende-se o papel do Estado na produção e manutenção dos elementos que criam as violências que atravessam as experiências das mulheres entrevistadas, de modo que o sofrimento vivenciado pode ser visto como consequência das realidades nacionais. O mesmo é discutido por Bourdieu (1998), que defende que o sofrimento pode ser visto nas estruturas sociais violentas, que geram precariedades e propagam as violências.

Durante a entrevista, Catarina reafirmou muitas vezes como a falta de bens básicos se tornou uma realidade cada vez mais constante dentro do contexto venezuelano, especialmente pelo aprofundamento da crise econômica. Ela contou que trabalhava constantemente, dentro e fora de casa, e mesmo assim o dinheiro quase nunca era suficiente para fazer coisas além da alimentação básica de sua família. A fome e a precariedade surgem no discurso como parte da realidade vivenciada, na qual existia limitação no acesso a alimentos e bens materiais, além de marcar a realidade nos momentos nos quais ela e seu marido ficavam sem comer para que seus filhos não sentissem fome.

E se faltava algo, por exemplo, algo simples como uns chinelos. Aí tinha que comprar e esperar, comprar para um para depois comprar para outro, tinha que passar o mês, juntar dinheiro. Todas essas coisas, se eles queriam algo, tinham que

esperar. E, se comprava para um, tinha que esperar para comprar para o outro e depois passar. Coisas assim, que me davam dor, e tristeza de saber que tinha que limitar muitas coisas. E se quer comer algo diferente, não podia e o mais difícil, deixar de comer para dar para eles, foi o que mais me doeu na vida [...] No meu país tem tantas pessoas necessitadas, com fome!!! As pessoas jogam comida fora, é uma coisa que não gosto [...] Então é uma das coisas que digo para eles que temos que valorizar, porque em nosso país, se queríamos comer um hambúrguer, não podíamos. Quando saíamos era porque dizia ao meu marido: “vamos fazer para que eles vejam e vamos compartilhar”. E saíamos e compartilhávamos um hambúrguer, para fazer uma convivência diferente. Mas são difíceis essas situações quando se trata de comida. É uma das coisas porque estou aqui, para que eles possam ter uma experiência diferente, valorizem as coisas que recebem, que vejam valor nas coisas e saibam o quanto custam (Catarina, informação verbal).

Esse relato e a maioria das entrevistas feitas nesse estudo demonstram que a falta de recursos é uma realidade constante antes da decisão de migrar, de modo que as estruturas sociais e estatais não são mais capazes de lidar com as necessidades básicas dos sujeitos e acabam gerando e reproduzindo formas de violência que são encarnadas como sofrimento pelos corpos que são atravessados por elas. Enquanto uma realidade que marca a experiência de todas as mulheres entrevistadas, infere-se que o sofrimento é uma constante dentro da experiência de todos os indivíduos que vivenciam a migração forçada, tornando esse afeto uma experiência social, não apenas individual.

Soulet (2009) discute que o sofrimento social está diretamente relacionado à vulnerabilidade estrutural existente numa sociedade que não oferece proteção formal. Segundo o autor, a necessidade de autonomia e de realização atuais existem em um contexto que não oferece ferramentas para a formação do indivíduo que deveria ser responsável por si. Afirma-se a necessidade de pensar a experiência de mulheres migrantes a partir do conceito de sofrimento social, haja vista a falta de infraestruturas estatais capazes de oferecer proteção formal aos venezuelanos e haitianos que foram forçados a migrar. Nota-se ainda a obrigatoriedade imposta aos sujeitos de lidarem com as dificuldades impostas pela crise, que resultam na necessidade de migração e nas dificuldades posteriores de integração, criando novas camadas de sofrimento.

A migração forçada é, em última instância, um fenômeno criado por estruturas sociais que (re)produzem formas de dor e violência sobre o corpo dos sujeitos e cria uma experiência de sofrimento social que alcança o coletivo, mesmo que sendo marcado por alguns elementos específicos dentro do sofrimento individual. Essa modalidade de deslocamento é, então, uma demonstração de como o individual e o coletivo se relacionam dentro do contexto de dor e sofrimento, como discutido por Veena Das:

[...] a dor e o sofrimento não são simplesmente experiências individuais que surgem da contingência da vida e ameaçam perturbar um mundo conhecido. Podem também ser experiências ativamente criadas e distribuídas pela própria ordem social.

Localizados em corpos individuais, eles ainda carregam a marca da autoridade da sociedade sobre os corpos dóceis de seus membros (Kleinman; Das; Lock, 1997, p. 138).

A migração forçada é marcada por três momentos distintos e interligados: o contexto que obriga o deslocamento; a migração propriamente dita; e os momentos de adaptação e integração à sociedade de acolhida. O sofrimento vivenciado antes da migração foi amplamente discutido como realidade violenta e sem garantias básicas de direitos e proteção. As violências vivenciadas durante a integração local também foram abordadas, especialmente a partir de experiências práticas de negação de acesso ou dificuldades próprias de comunicação. Nesse sentido, destaca-se mais uma vez que o medo é incorporado dentro das experiências das mulheres entrevistadas por meio de sensações de incerteza sobre a realidade que encontrariam ao migrar e, posteriormente, por experiências cotidianas. Salienta-se, nesse momento, o medo relacionado à comunicação que foi encarnado nos corpos das mulheres entrevistadas.

O medo funciona como um instrumento de poder e/ou estratégia política que controla e disciplina os corpos transmigrantes, especialmente os corpos mais vulneráveis, como os corpos das mulheres, condicionando o cotidiano, limitando a liberdade e outros direitos fundamentais (Patiño, 2013, p. 38).

O impacto da língua na subjetividade das pessoas em situação de migração foi anteriormente discutido, por meio da alteridade e dificuldades próprias das experiências sociais dessas mulheres. Contudo, o medo também afeta a experiência dessas mulheres enquanto uma representação do sofrimento que elas vivenciam, não apenas a partir da alteridade, mas também como um elemento social que afeta a autonomia do sujeito e reforça as vulnerabilidades às quais essas mulheres estão sujeitas. O medo é, nesse contexto, um afeto que disciplina o corpo das mulheres migrantes a partir das limitações impostas a suas liberdades e ao acesso a direitos e proteção. Alejandra relatou o medo de não ser entendida e de se perder, que foram grandes limitadores de sua experiência no começo do processo de integração social. Durante o encontro ela reafirmou como esse medo foi marcante, mas também relatou que depois de muito esforço foi capaz de superá-lo.

Eu tinha medo, eu tinha medo de falar, de não me entenderem, de, e se estivesse perdida aí na rua, para ir para algum lugar, tinha medo de que, como está essa menina lá perguntando “Ah será que vão me entender?”, ou seja, esse era meu medo. Agora não, agora eu já atravessei essa barreira (Alejandra, informação verbal).

As dificuldades com a língua foram discutidas por todas as mulheres entrevistadas. O medo de não conseguir se comunicar foi elencado com um dos grandes elementos que marcaram e ainda marcam o corpo e o cotidiano delas. O relato de Catarina demonstra que o medo da comunicação vai além da língua, e encarna a dificuldade com as diferenças culturais,

também discutidas por Beatrice e Rebeca. O medo de não saber como as práticas sociais e culturais do país de acolhida funcionam e a preocupação de não conseguir se adaptar demonstram o elemento coletivo da migração forçada, ou seja, esse aspecto revela traumas comuns a todas as mulheres e, por conseguinte, revela a experiência comum e social desse sofrimento.

Não, acredito que você fala do sentimento, de se sentir assim. Acho que é chegar nos lugares e não saber o que fazer, não saber como vai começar, se tem como. Porque eu já vim aqui pensando em um trabalho, sabendo que queria um trabalho para me estabilizar não? Mas eu sentia essa, ai, como diria? Qual seria a palavra? Hmm, esse medo, esse medo, sentia esse medo de não saber como vão ser as coisas, é de saber me adaptar, de saber estar no lugar exato com as pessoas exatas, é um pouco de medo, não vou dizer que não tem. Eu sempre digo, eu compartilho com meu esposo, com meus filhos que eu tenho, que eu tinha, antes no processo, que eu tinha medo de morrer, e meu medo agora é que aconteça algo com meus filhos, esse é meu maior medo. Além de morrer, tenho medo de morrer e não deixá-los estáveis, sabe? Sem poder se virar por si mesmos, é meu medo, não? Mas, para além do medo, é trabalhar nisso, é trabalhar a cada dia (Catarina, informação verbal).

Além disso, o medo nesse relato é discutido como afeto que ele é encarnado e transformado em resistência, como discutido (Molina, 2025). Isto é, o medo descrito por Catarina é materializado em momentos em que ela não sabia informações sobre a nova realidade, em preocupações em não conseguir se comunicar e não ser capaz de se adaptar e pertencer ao novo contexto social. No entanto, além de elencar o medo como um limitador dentro da experiência de integração, ela demonstra formas de resistência, ao dizer que precisa existir para além do medo e buscar formas de lidar com isso diariamente. Dentro dessa conjuntura, o medo é um afeto que ajuda a transformar os contextos nos quais as mulheres em situação de migração forçada estão inseridas, a partir da produção de formas de resistência, mas também reafirma o sofrimento social e a constituição de traumas.

Rosa e Milagros relataram algumas mudanças que foram sentidas no corpo, causadas pela migração e relacionadas ao medo. Rosa relatou que sente medo de não ser entendida ao falar e isso retoma a noção de pertencimento e de ausência de laços, também apresentado por elas e discutido no capítulo anterior. Ela também indicou medo de andar na rua e exercer atividades básicas, por não ter muitas informações sobre a segurança em Uberlândia - MG, esse é um medo próprio de um corpo feminizado e sexualizado. E, por conseguinte, demonstra uma das particularidades da experiência de gênero dentro da migração forçada e reafirma o gênero enquanto catalisador das violências vivenciadas durante esse processo. O medo, nos seus relatos, demonstram o efeito limitante desse afeto e representa o sofrimento de estar constantemente alerta.

Ah, eu tive a mudança do meu corpo físico como emocional, eu tive esse, ainda tenho medo de me perder na rua, tenho medo de que quando falem eu não compreenda, tenho medo do meu filho que vai a escola e volta, tenho medo, por

exemplo da segurança aqui em Uberlândia, não sei se eu consigo um trabalho e tenho que sair muito tarde, onze e meia, doze horas de noite se é seguro, ou não seguro caminhar nas ruas, viu, esses são meus medos e tenho medo, às vezes, de uma mudança no meu corpo por conta do clima (Rosa, informação verbal).

O medo discutido por Milagros foi descrito a partir de um exemplo, ela contou sobre um dia que teve que sair de casa sozinha e teve dificuldades para se comunicar. Esse elemento surgiu dentro da discussão iniciada por Rosa, sobre os conselhos que escuta para vencer os medos de se comunicar. De modo geral, os relatos demonstram que espera-se que o indivíduo supere seus medos e busque ferramentas para lidar com os problemas de integração local, mas argumenta-se os problemas que surgem pela falta de políticas inclusivas e eficientes. O ensino do português dentro da cidade de Uberlândia - MG é feito exclusivamente por Organizações da Sociedade Civil e o acesso é limitado a informações e localidade. A falta de ferramentas de inclusão linguística oferecidas pelo setor público demonstram a manutenção desse tipo de sofrimento.

Associado a isso, Kleinman, Das e Lock (1997), entendem o conceito de sofrimento social como um guarda chuva que inclui experiências múltiplas com dor e trauma, de modo que o sofrimento social não é um elemento individual, mas uma experiência social. Outrossim, os autores defendem que o conceito deve ser entendido como uma assemblagem de problemas humanos que tem suas origens e consequências nas lesões devastadoras que a força social pode impor na experiência humana. Em outras palavras, o sofrimento social resulta do que poderes políticos, econômicos e institucionais fazem com pessoas e, reciprocamente, de como essas formas de poder influenciam respostas para problemas sociais. Desse modo, essa categoria de análise, segundo os autores, inclui condições que geralmente são separadas entre diferentes campos, que simultaneamente envolvem questões legais, morais, de saúde, bem-estar e religiosas.

O sofrimento social enquanto experiência na migração forçada é profundamente associado à alteridade e a classificação de migrante anteriormente discutida. No caso das mulheres haitianas a alteridade envolve a associação do trauma racial. Outras demonstrações de racismo foram discutidas, mas reafirma-se que a experiência de Marie, Amanda e Beatrice demonstram que o sofrimento social pode ser vivenciado de formas diferentes a partir da corporalidade de diferentes grupos sociais. Kleinman, Das e Lock (1997) defendem a existência de uma ligação profunda entre problemas sociais e problemas pessoais, ou seja, demonstra também os fundamentos interpessoais do sofrimento enquanto uma experiência social.

Isto posto, Marie demonstra que uma das experiências de sofrimento estão centradas nas diferenças sentidas no tratamento que ela vivenciou entre mulheres haitianas e mulheres brasileiras. Ela salientou a experiência que teve dentro do ambiente de trabalho e na busca do sistema público de saúde na cidade, como demonstrações das violências vivenciadas pelos corpos de mulheres haitianas, ou seja, os problemas que poderiam ser vistos como pessoais demonstram, em última instância, que o sofrimento é uma experiência social, marcada pelo racismo e discriminação pela nacionalidade.

sim, o tratamento não é o mesmo. Se estou procurando um serviço em uma empresa eu sou haitiana e você é brasileira as duas foram lá, quem é a prioridade? Às vezes o meu serviço, brasileira tem prioridade, por exemplo, se tem uma coisa para pegar, tem que pedir pegar um para mim por favor, brasileira pode entrar e haitiana não pode entrar, entendeu? Às vezes o haitiano tem muito tempo antes do brasileiro, o haitiano não tem permissão para entrar. Brasileiro tem dois três meses pode entrar pegar e trazer pra gente. É diferente. No hospital também é a mesma coisa. Marcou muito exame, marcou lá até 2019, até agora não me chamaram para fazer, foi na assistência social para, então vou olhar. Nada (Marie, informação verbal).

Kleinman, Das e Lock (1997), se propõe a debater as formas pelas quais os indivíduos lidam com o sofrimento socialmente, haja vista a presença da violência social presente no cotidiano, assim como vivenciado por Marie. Defende-se que as experiências de todas as mulheres entrevistadas são demonstrações do sofrimento específico à migração forçada, que resultam em mudanças na subjetividade das pessoas que sofreram diretamente essas experiências, mas também naquelas que vivenciam indiretamente. Entre as mudanças, destaca-se o processo de serem reconhecidas e se reconhecerem enquanto corpos que não pertencem às estruturas sociais existentes em Uberlândia - MG e no Brasil. A imposição da categoria de “mulher migrante”, associada à idade e a classe social, posicionaram essas mulheres como corpos distintos do que eram antes da migração.

A relação entre o conceito de sofrimento social discutido por Kleinman, Das e Lock (1997) e o deslocamento forçado existe ao considerar que o aumento exponencial de violência política, que causa migração e traumas profundos para famílias e comunidade, também intensifica abuso doméstico e sofrimento pessoal e, conseqüentemente, afeta o cenário burocrático de saúde, bem-estar social e agências legais. Ao falar sobre as dificuldades vivenciadas por Rebeca durante sua integração na escola, Catarina discute o sofrimento vivenciado por sua filha dentro de elementos cotidianos e burocráticos de bem-estar no sistema educacional do Brasil. Rebeca tem dificuldades para formar relações e para se adaptar à realidade brasileira e vive formas de violências específicas que demonstram que o sofrimento vivenciado afeta sua subjetividade.

É, para ela tem sido difícil, eu digo isso porque vi, eu convivo com ela, é difícil e ela não conseguiu amigos, não pôde fazer amigos e tem sido difícil de estudar assim.

[...] Então para ela tem sido muito difícil, tem sido muito difícil fazer a mudança de lá para cá. Ser uma mulher venezuelana lá é mais fácil, porque cresceu lá, porque tem seus amigos lá, toda a sua família lá. E, ao vir para cá, bom, é difícil, é outro idioma, então tem a dificuldade falar, e ela tem a dificuldade de se abrir, é igual ao pai dela, é muito fechada [...] (eu pergunto o que foi) E ela não diz tão fácil, ela é muito fechada e então se frustra, se frustra, porque é uma frustração isso, é uma frustração. Então ela diz “É por causa do meu corpo mãe” e eu era assim como ela (Catarina, informação verbal)

Isso revela outro elemento próprio do sofrimento social das mulheres migrantes, existem diferentes níveis de opressões que marcam a experiência do sofrimento, que não necessariamente podem ser quantificadas. Para Kleinman, Das e Lock (1997), seja em níveis extremos ou “leves” de opressões cotidianas, o sofrimento social arruína o coletivo e as conexões intersubjetivas da experiência e danifica gravemente a subjetividade. Assim, como Rebeca enfrenta dificuldades para construir relações e sofre pela falta da comunidade estabelecida na Venezuela, as outras mulheres entrevistadas, com exceção de Milagros que conhece muitas pessoas que também vieram para Uberlândia - MG, descrevem dificuldades comuns no que tange à falta da comunidade. Assim, o não pertencimento deve ser considerado um elemento chave que reafirma as mudanças específicas do deslocamento forçado e a forma como o sofrimento social se materializa dentro do cotidiano.

Beatrice relata que perdeu coisas por causa da migração, além dos laços familiares que eram muito fortes, ela perdeu coisas que não fala mais, por não conviver com as mesmas pessoas, não viver as mesmas coisas. Ademais, ela discute um nível específico de luto, para ela as pessoas morreram desde o momento em que deixou o Haiti, mesmo aquelas que ainda estavam vivas naquele momento. A definição de luto proposta por Freud (2010) demonstra um nível específico de sofrimento que marca a migração forçada, ao relacionar a perda de todos esses elementos e a falta de agência dos sujeitos perante a perda de pessoas que ainda estão vivas, uma vez que o luto é a “reação à perda de uma pessoa amada ou de uma abstração que ocupa seu lugar, como pátria, liberdade, um ideal, dentre outras” (2010, p. 172),.

Além disso, envolve a reação à perda contínua, como discutido por Beatrice, de relações cotidianas que não podem mais ser experienciadas. Associado a isso, o deslocamento forçado tem um marcador temporal que mantém o luto como uma realidade no caso da pátria e, por muitas vezes, da liberdade, mas ela também contou sobre a reação da perda que não pôde ser totalmente vivenciada, haja vista a morte de pessoas amadas que não puderam ser presenciadas pela distância. Isto é, Beatrice relatou que muitas pessoas morreram desde que ela se mudou, mas que a sensação de sofrimento da perda dessas pessoas foi iniciada no momento em que ela não pôde mais manter os laços cotidianamente, constituindo um

processo de luto muito específico a essa forma de mobilidade, no qual o luto é iniciado enquanto as pessoas ainda estavam vivas e toma uma nova forma depois que eles morreram.

Exatamente! Parece que essas pessoas que morreram, como é que eu conversei com eles depois, parece que eles morreram desde que eu saí do Haiti. E fica estranho, porque durante essa época, antes deles morrerem, eu conversava com eles. Mas eu penso que eles morreram desde antes (Beatrice, informação verbal).

Outrossim, Beatrice relata que tem dificuldade para separar os sentimentos que foram causados pela migração e as reações que seriam próprias da sua personalidade antes da migração, por causa da idade em que migrou, mas o luto, a saudade e o medo são elementos facilmente identificáveis. Para ela, a migração forçada criou um trauma e uma mudança específica na sua subjetividade associada ao medo de criar laços e se vincular a outras pessoas. Beatrice afirma que ela está constantemente preocupada com a possibilidade de decidir ir embora ou que as outras pessoas façam essa escolha, um risco constante de ser afetado pela perda, mais uma vez.

Uma das minhas experiências tipo é o medo que eu tenho. O processo da imigração fez isso em mim. O medo de eu vincular com as pessoas. Você vai ver. Quando eu percebo que eu não tenho vínculo com tal pessoa, eu já corto. Até em relacionamento, eu nunca namorei ninguém, eu não vou namorar com um haitiano, porque o haitiano está sempre a mudança. [...] Essa parte de você passar por uma imigração, ficar deixando pessoas para trás. Te machuca. E deixa um trauma em você. Se isso não é uma coisa... Se você não é muito apegada com as pessoas. Se isso não é uma coisa que te afeta. Claro que não vai te afetar. Mas para as pessoas. Que tem um vínculo com as pessoas, com a família, com os amigos. E de repente você deixa tudo isso. Você deixa o seu lar deixa a sua família, deixa as pessoas deixa tudo o que você tinha. Até suas roupas, suas fotos (Beatrice, informação verbal).

Dentro desse contexto, o sofrimento social vivenciado afeta a construção de comunidade e demonstra a reprodução constante das violências iniciadas pela migração. Sendo assim, ao entender a importância das violências que acontecem no dia-a-dia, Das (1997, 1998) também se afasta da categorização da violência como algo relativo apenas ao sujeito e à patologia, afirmando a necessidade de avaliar eventos críticos e os efeitos que eles causam no corpo das mulheres e crianças, principais receptores das violências estatais. Isto é, o conceito de sofrimento social reorienta o de violência e isso é fundamental no contexto aqui discutido por ter resultados específicos no corpo e na forma como essas mulheres passam a existir cotidianamente. Entre os quais, salienta-se a experiência de viver o não pertencimento, marcada pelas interseccionalidades que posicionam essas mulheres na fronteira.

Rosa contou algumas formas de violência social encarnadas em seu próprio corpo, especialmente aquelas ligadas ao medo de não conseguir se comunicar e as preocupações com a segurança e com seu status profissional, mas destaca-se também o sofrimento que ela vivencia pelo processo de integração de seu filho. Esse relato demonstra a importância da

saúde mental, da parentalidade, da maternidade e do sentido de família, dentro da migração forçada e como esse aspecto é dificilmente discutido ou tratado, haja vista a falta de políticas específicas e ferramentas apropriadas de acolhimento. Em outras palavras, o sofrimento vivenciado causa efeitos no corpo das pessoas em situação de migração forçada e, conseqüentemente, demonstra os limites impostos às capacidades físicas dos sujeitos.

Isso é o que afeta mais, eu por exemplo, com meu filho que está sozinho e tem que fazer novas relações na sua escola, às vezes eu digo para ele “Vamos caminhar” e ele diz “Eu não quero” e tudo é “Não quero, não quero, não”, ele não sai e isso pode levar a uma depressão. Tem que cuidar muito da saúde mental, é muito importante para nós podermos sobreviver em outro país, ser imigrante não é fácil, mas não é impossível (Rosa, informação verbal).

Essas dificuldades são mais facilmente notadas nos relatos das pessoas que migraram ainda enquanto crianças ou adolescentes. As mulheres adultas entrevistadas demonstram uma relação complexa entre o sofrimento vivenciado e a gratidão pelo novo contexto. As dificuldades de comunicação e integração são, em grande medida, acompanhadas por respostas positivas sobre a importância da migração e a necessidade de reconhecer a nova realidade enquanto positiva. No entanto, sinais de depressão e outras respostas corporais à migração são abordadas mais abertamente nesse exemplo, e nos casos de Rebeca e também de Beatrice, que relatou ter passado dois anos no Brasil antes de conseguir se comunicar de verdade. Assim como discutido por Gebrim (2018), destaca-se que a precariedade, as violências e as violações de direitos humanos que marcam o deslocamento forçado posicionam a grande maioria dos sujeitos em situação de sofrimento psíquico profundo.

O sofrimento social também resulta de como essas formas de poder influenciam as respostas aos problemas sociais (Kleinman; Das; Lock, 1997). Desse modo, o sofrimento social é uma apresentação da realidade que atravessa a experiência de migração forçada de mulheres, especialmente a partir da vivência cotidiana de violências e formas de opressão relacionadas a interseccionalidade entre gênero, raça, classe social e nacionalidade das mulheres entrevistadas. Argumenta-se que essa interseccionalidade gera medo nas interlocutoras ao impor situações em que elas experienciam a sensação de não pertencimento, como os momentos descritos por Amanda e Marie no sistema de saúde e no mercado de trabalho, ou como discutido por Beatrice, nas situações em que elas reconhecem que as novas estruturas sociais as reconhecem enquanto corpos que existem como cidadãs de segunda classe. Além disso, essa interseccionalidade também é vivida desde o medo de não conseguirem se comunicar, como apresentado por Catarina, Rosa, Alejandra e Milagros.

Considerando que o deslocamento forçado é iniciado dentro do contexto de crise, mas não possui uma solução de longo prazo até a integração local eficiente, argumenta-se que

esses processos são marcados por mudanças bruscas que afetam a estabilidade da identidade e da subjetividade, como anteriormente apresentado, constituindo momentos de violências sociais. Assim, o sofrimento social encarnado nas experiências anteriormente discutidas, afetam a subjetividade das mulheres migrantes ao limitar as capacidades dos corpos discutidos dentro desta pesquisa, ou seja, os traumas e as violências cotidianas afetam os corpos ao serem elementos que passam a constituir as subjetividades das mulheres em situação de migração forçada.

Esse processo é, também, materializado a partir do medo vivenciado por mulheres e meninas em deslocamento forçado. Esse medo é, principalmente, corporificado por meio de um estado constante de alerta sobre as dificuldades intrínsecas a migração forçada, entre as quais: a falta de informações sobre a sociedade de acolhida; preocupações sobre não conseguirem se comunicar; e, por fim, preocupações com a possibilidade de não se adaptarem e não serem capaz de pertencer a nova sociedade. Em suma, o sofrimento enlaça a experiência dessas mulheres por meio de experiências de medo, exclusão, racismo e outras formas de vulnerabilidade, bem como pela experiência constante de falta daquilo que existe apenas na realidade e no contexto dos países de origem.

4.2.2. A saudade como afeto do deslocamento forçado

Spinoza (2016) defende que o corpo humano pode ser afetado de diferentes formas, e essas formas podem ou não alterar as suas capacidades de agir. Segundo ele, existem três afetos primitivos relacionados à mente: o desejo, a alegria e a tristeza. A existência de afetos primitivos pode ser discutida, mas observa-se que o desejo, a alegria e a tristeza são importantes dentro das experiências humanas, inclusive no caso da migração forçada. A associação entre esses afetos é interessante para a discussão aqui proposta, que visa entender a saudade enquanto sentimento que também marca a experiência de migração forçada de mulheres, assim como o medo.

A migração forçada é atravessada pelo luto enquanto reação à perda do território, das relações e de processos associados à identidade e à subjetividade. Como resposta, nota-se a forte presença da saudade enquanto afeto que marca a tensão entre aquilo que foi deixado para trás e a nova realidade que precisa ser reconhecida. Dessa forma, nota-se que ao ser inserido dentro desse espaço de tensão, o sujeito “idealiza os objetos, as pessoas, a natureza e as relações com o país de origem, tentando manter vivo um passado que deixa de ser, para ele, passado” (Rosa, *et al.*, 2009, p. 7).

A saudade é, também, precedida pelo amor e, quando analisada a partir do significado associado dentro do território brasileiro, é uma demonstração positiva que se materializa a partir de reviver determinadas lembranças que são felizes (Bertini, 2016). A associação entre a idealização dos objetos e as memórias de alegria pode ser claramente notada no relato de Rebeca, no qual a saudade está diretamente relacionada às memórias das celebrações em família e das atividades que lhe traziam prazer. Rebeca também posiciona a saudade dentro de uma comparação entre a realidade que existia dentro da Venezuela e a realidade dentro do território brasileiro, como uma tentativa de buscar aquilo que existia apenas no passado.

Foi muito lindo, tenho toda minha família lá e tenho saudades, e uma lembrança muito bonita que tenho é do natal, é natal que se diz aqui, não é? Nós nos reunimos em um jantar familiar, toda a família, os primos, nós jogávamos/brincávamos, saíamos para passear em família, no ano novo nos abraçávamos desejando feliz ano novo uns para os outros. [...] Apesar da economia da Venezuela e toda a situação, ainda tenho saudades de lá. Lá meus pais tiveram infância, nós passeávamos, tínhamos tempo em família, um momento único que não tem como viver de novo. Aqui não é a mesma coisa, eles passam mais tempo trabalhando. Enquanto na Venezuela, nós chegávamos tarde, mas ainda tínhamos um tempo juntos, muito mais especial e divertido. Também sinto saudades dos meus amigos quando eu saía, passeava com ele, ia para suas casa e conversávamos, e coisas assim (Rebeca, informação verbal).

A saudade de Rebeca deve ser analisada a partir da especificidade da sua idade, haja vista que essa interseccionalidade é fundamental dentro da sua experiência. É interessante notar que, enquanto as outras mulheres entrevistadas reconheceram as dificuldades do país como elemento que marca suas lembranças, a comparação entre passado e presente posiciona a saudade de Rebeca a partir de uma idealização maior do que nos casos de mulheres que migraram já adultas. Não é possível inferir se isso está associado às experiências de todas as crianças migrantes, mas observa-se que a saudade do seu contexto e a forma como ela descreve sua vida, posiciona os relatos de Rebeca dentro de um ambiente único e que vê o passado com mais elementos positivos do que negativos e amplamente influenciados pela crise. No capítulo anterior, a experiência de Beatrice apontou que enquanto criança sentiu poucos efeitos da crise haitiana e esse relato de Rebeca demonstra indicadores parecidos, apesar das diferenças causais. A saudade é vivenciada dentro do desejo de retornar ao que existe apenas no passado.

Marie também discutiu as diferenças vivenciadas entre o Haiti e o Brasil, especialmente no que tange o pertencimento a uma comunidade. Para ela, existem diferenças claras, que são encarnadas pela falta de sua família e da comunidade que existia no seu país. A idealização desses elementos é importante dentro de seu relato, mas nota-se que a escolha do termo saudade aparece apenas quando ela menciona a sua mãe. Infere-se que isso demonstra a diferença específica da experiência de Marie, ou seja, apesar de notar as

diferenças entre viver no Brasil e no Haiti e preferir o contexto de comunidade e laços que existia no Haiti, a melancolia da falta aparece quando ela explica os sentimentos que tem pela ausência de uma pessoa importante.

Não é a mesma coisa. Tem diferença. No Haiti você tem a família por perto como tias, primos. E aqui no Brasil só tem o marido e os filhos. Não é a mesma coisa. Não é a mesma comunidade [...] Sinto saudades da minha mãe (Marie, informação verbal).

Argumenta-se que a experiência encarnada da saudade é uma das facetas estruturantes da migração forçada, apesar das dificuldades próprias da tradução deste conceito. Definida no dicionário Aurélio como “sentimento melancólico e nostálgico pela ausência de pessoas, lugares ou experiências prazerosas já vividas, acompanhado do desejo de reviver ou possuir novamente”, a palavra saudade é dificilmente traduzida em outras línguas e é específica por relacionar as lembranças positivas a dor da ausência. A dificuldade de tradução e, conseqüentemente, de equivalência, segundo Machado (1981), é um resultado da multiplicidade de sentimentos exprimidos pelo termo, sobretudo a melancolia, mas também tristeza pela ausência, nostalgia e desgosto. Para o autor, a palavra demonstra os efeitos sentidos pela descontinuidade do prazer que existia a partir do objeto que foi perdido.

O conceito de “saudade” é aqui empregado enquanto um fenômeno que relaciona diferentes emoções associadas a perda do território, da família, dos amigos e de outros elementos essenciais para a continuidade da identidade do sujeito. Nesse uso, destaca-se a idealização das experiências passadas e o desejo da manutenção do prazer associado à memória do objeto. Isto posto, a experiência de saudade pode ou não ser descrita a partir do uso do termo saudade, haja vista a dificuldade de tradução e as especificidades associadas ao termo dentro do contexto brasileiro. Em outras palavras, enquanto migrantes as pessoas inseridas dentro desse contexto podem não se conectar ao conceito de saudade da mesma forma que um falante nativo do português, mas ainda ser capazes de descrever a experiência de outras formas. Por conseguinte, reconhece-se a presença de saudade mesmo nas explicações que não usam o conceito, mas demonstram os sentimentos envolvidos nele, como exemplos de luto, perda e falta daquilo que existia dentro do contexto nos seus países de origem.

A dificuldade de utilizar o termo, enquanto descreve a experiência de saudade pode ser notada no caso de Catarina. Durante todo o encontro, em diferentes momentos, ela demonstrou que está feliz por ter migrado e que ainda acha que essa foi a melhor decisão, mas a falta que sente da sua família, do seu país, da comunidade que deixou na Venezuela e do cotidiano também se repete. Ela fez a associação entre sentir falta de algo e o conceito de

saudades quando relembrou detalhes específicos de seu trabalho. Catarina contou que foi algo inesperado, mas que amava muito exercer sua função, demonstrando como a nostalgia nesse caso é associada a memórias positivas.

Ai eu posso dizer que sinto falta do meu trabalho, saudades. Mesmo que eu tenha pensado, desde jovem, estudar educação, é algo que, bom, foi inesperado. Mas foi algo que eu gostei e que amei (Catarina, informação verbal).

Contudo, os relatos de Catarina ajudam a notar a dificuldade que alguns migrantes podem enfrentar para se conectar com o termo. Quando ela discute os sentimentos mais detalhados e profundos sobre aquilo que deixou, ela escolhe descrever como as coisas que lhe fazem falta, as coisas que não podem mais ser vividas da mesma forma. Infere-se que o sentimento descrito seja o mesmo, existe um desejo de retomar as experiências, marcado por sentimentos melancólicos pela falta das pessoas e dos objetos que não podem mais ser possuídos. A tensão entre aquilo que foi perdido e a nova realidade está presente nas experiências que descreve e nos significados associados às memórias antigas. A falta que ela descreve é, então, uma encarnação da saudade dentro do contexto migratório.

[...] eu gosto de estar em família, Na verdade é algo que sinto falta, de estar com minha cunhada, que ela também é a única mulher, eles são todos homens, eu tenho minha irmã, mas convivi com minha cunhada durante 20 anos, seguimos nos falando de video chamada, ela me manda mensagens e essas coisas. E algo que sinto falta é quando ela me diz: “Veja o que estou fazendo, estou cozinhando e como sinto sua falta, guardei para você”. Ela me guardava comida toda vez que fazia um prato especial, e no fim de semana nos falamos, ela me conta dos meninos, passamos o dia todo falando, ela é como minha irmã. Isso e de poder ir para a minha cidade natal para compartilhar com meus primos, compartilhar com minha mãe, com meus sobrinhos que dizem “Tia quando vem? Tia quero ir aí contigo”, por videochamada, toda essa coisa, sinto falta. Deixar essa parte, da família, de conviver, para estar aqui, isso tem sido o mais difícil [...] (Catarina, informação verbal).

Outrossim, este trabalho considera que a saudade do território não é limitada pelo desejo de retornar ao espaço físico ou pela nostalgia relacionada a ele, ela envolve também sentimentos ligados às práticas sociais locais, a cultura e as expressões criadas dentro do ambiente. Dessa forma, essas nuances que marcam a saudade dentro do contexto migratório são amplamente discutidas nas experiências de deslocamento forçado, uma vez que a perda desses elementos não foi voluntária. Segundo Duarte, Tavares e Maynard (2023), a alimentação é base de prazer, socialização e lembranças, não apenas subsistência e por necessidade biológica. Para os autores, comer envolve história e cultura, visto que os alimentos carregam significados e símbolos de identidade, memória e pertencimento.

Assim como Catarina, Rebeca relata uma saudade específica relacionada aos alimentos e aos significados que não podem ser mais alcançados pela migração forçada. O afeto relacionado aos alimentos, as emoções positivas e o pertencimento não são mais

vivenciadas dentro do contexto de integração local, no qual os sujeitos passam a ter grandes dificuldades para encontrar os alimentos que marcaram sua vida. Além da saudade, esse processo demonstra nuances do sofrimento social encarnado a partir do deslocamento. Para Rebeca, a comida passa a ser um lembrete daquilo que te falta e seu corpo é diretamente afetado por isso: “A comida, aqui não é ruim, mas não é a mesma coisa. Uma das coisas que mais sinto saudade é a comida, sinto saudades de uma arepa” (Rebeca, informação verbal).

A saudade expressa por Milagros demonstra, ao mesmo tempo, a alegria, o amor e a nostalgia associada a momentos específicos que eram vivenciados na Venezuela, e a ausência dos significados associados à comida, ao pertencimento e a sua identidade. Ela conta que gostava muito de ir a praia, inclusive fazia isso como forma de se acalmar e melhorar o dia, e também diz que sente falta de cozinhar e sentir os mesmos sabores. A comida é então parte da sua identidade e da sua história e essa ausência não pode ser resolvida dentro de sua nova realidade.

Para mim também, lá eu saía muito para a praia, mais que tudo porque meu esposo era muito “Calma, quer ir na praia?” e outra coisa é que aqui, como eu gosto de fazer comida, às vezes me faltam os temperos, “Ai meu Deus o que é isso? Não é igual o sabor! Quero cozinhar bem, mas não tem o mesmo sabor” (Milagros, informação verbal).

Segundo Leavitt (1996), a saudade deve ser compreendida como uma emoção que atravessa o corpo e como um sentimento marcado por um significado. Cada um dos relatos demonstra uma significação específica e individual que é produzida por meio das experiências que afetam os corpos das mulheres entrevistadas, contudo, observa-se que os temas e os objetos de saudade são comuns, com referências constantes ao território, a cultura, a família e a comunidade perdida. Rosa relata a saudade que sente por sua família, sua comunidade, assim como as outras mulheres entrevistadas, e aumenta o escopo ao demonstrar a saudade que também sente das relações que foram construídas na primeira cidade em que foi acolhida. A integração local retorna como única solução de longo prazo a migração forçada e as falhas de alcançar esse processo de forma eficiente são alguns dos fatores que mantêm a mobilidade dentro das fronteiras de acolhimento tão altas. Esse fenômeno cria outra camada de sofrimento e de perda que são vividas pelas pessoas que passam por esse processo.

Eu sinto saudade da minha comunidade venezuelana, claro que sim. Eu sinto saudades da minha família, das minhas colegas, dos meus vizinhos, inclusive falo brincando com a minha família “É, sinto falta daí, até os insetos que picam”(ri). Aqui em Erechim, no Brasil, pude fazer uma comunidade com minhas colegas e alguns vizinhos, porque passa também o tempo que estou aqui, tem oito meses, lá fiquei cinco, seis meses, sete e agora estou aqui, recém chegada, não tenho conhecidos [...] Aqui sim, tenho saudades de todos, de Erechim, de Venezuela, de minha família, de todos. Às vezes fico muito triste, mas para frente (Rosa, informação verbal).

Argumenta-se que a saudade no caso da migração forçada é encarnada de forma complexa e multifacetada pelas especificidades do modelo de deslocamento. A tensão existente entre as lembranças positivas do passado e a nova realidade, é também marcada pelo reconhecimento das dificuldades que marcam os dois contextos e das violências e violações de direitos humanos que são experienciadas. Assim, o sofrimento é também parte do sentimento de saudade, especialmente relacionado pelos problemas políticos e sociais que afetam as experiências desses corpos. Isso é demonstrado de forma sucinta e clara no relato de Amanda, que apesar de falar sobre o sentimento de saudade do seu país, revela que não guarda a esperança de retornar por causa do contexto de insegurança do Haiti.

Eu também sinto saudades do Haiti, mas por causa da violência e da insegurança não penso voltar para lá (Amanda, informação verbal).

Nota-se que apesar de existir uma idealização do passado, a maioria dos relatos ainda posicionam o sujeito que sente saudade como capaz de avaliar as próprias experiências, assim como proposto por Nascimento e Menandro (2005):

O sentimento saudoso não é por princípio escapista. Mais do que uma fuga para um passado idealizado, ele permite ao sujeito saudoso, via comparação entre passado e presente, e conseqüentemente na forma como essa comparação abre perspectivas para um possível futuro, avaliar qualitativamente a sua própria história (Nascimento; Menandro, 2005, p. 15).

Amanda é atravessada pela saudade enquanto sujeito que reconhece as dificuldades de adaptação da integração local, ao mesmo tempo que reconhece as memórias positivas e negativas do contexto do seu país. Ela é afetada pela saudade enquanto revive elementos próprios do sofrimento que marca o seu deslocamento forçado, ou seja, ela é capaz de avaliar suas próprias experiências e notar as nuances dentro do contexto no qual suas memórias estão inseridas. Esse aspecto pode ser visto nos relatos das outras mulheres entrevistadas, com exceção de Rebeca, e nota-se que a saudade da migração forçada não é significada a partir do apagamento das violências experienciadas.

Beatrice, que migrou ainda criança, revela algumas das particularidades da saudade enquanto afeto que marca a migração de crianças, assim como Rebeca. Ao discutir como o medo e a saudade se relacionam na sua experiência, ela conta que sente saudade constantemente desde que migrou e que o resultado encarnado é a incapacidade de formar laços. A saudade vivenciada é tão marcante que gerou medo de criar laços que no futuro, como uma ferramenta para evitar sofrer pelas ausências no futuro. A migração forçada criou um contexto de instabilidade que afeta a sua capacidade de agir e, conseqüentemente, tem resultados profundos na sua subjetividade causados pelo trauma e insegurança contínua.

Sim. É medo, é uma coisa psicológica também. Porque eu não quero criar laços, porque eu sei que machuca. Porque eu vivo com essa saudade em mim, faz, faz 12 anos, e é péssimo. Não é uma coisa que você para de sentir. Claro que eu convivo com isso. Mas às vezes bate a saudade, às vezes aperta o coração, às vezes faz isso. E eu falo assim, eu não quero ter isso de novo, eu não quero ter mais saudade, eu não quero ter mais laços para cortar. E depois, sabe! (Beatrice, informação verbal).

As entrevistas dessa pesquisa demonstraram que a saudade é um afeto atravessado pelo sofrimento, assim como o medo, ao ser marcada pelas dificuldades da perda dos elementos essenciais à manutenção da identidade e subjetividade dos sujeitos. A saudade não envolve apenas a falta do território, das pessoas e da cultura, mas deve ser compreendida como proposto por Castro (1985), a partir de uma conotação coletiva, na qual o sentimento de saudade marca a ausência sentida por muitos. Isto é, a saudade é uma faceta estruturante da migração forçada, visto que é um elemento que marca a experiência de todos os sujeitos envolvidos neste processo e é discutida dentro de todos os resultados construídos dentro dessa pesquisa.

Em suma, argumenta-se que os relatos alcançados dentro desta pesquisa e discutidos neste capítulo revelam que a saudade é elemento marcante dessa forma de mobilidade e que o sofrimento associado a ela causa mudanças profundas na subjetividade dos sujeitos, especialmente a partir do sofrimento causado pela perda dos elementos considerados essenciais. Em outras palavras, o deslocamento forçado e a categoria migratória reforçam a existência de violências simbólicas vivenciadas diariamente por meio do luto, da nostalgia e do medo. Associado a isso, defendo que a saudade revela, em alguma instância, a consciência do vazio que marca a ausência daquilo que lhes falta. Essa experiência caracteriza a existência na fronteira e também a interseccionalidade que atravessa a experiência particular do deslocamento forçado.

CONCLUSÃO

A escrita da dissertação foi marcada pela tentativa de percorrer as diferentes sutilezas que marcam a migração forçada de mulheres. Os capítulos constroem uma narrativa que demonstra a forma como o poder e as relações sociais afetam as mulheres em deslocamento forçado e alteram violentamente suas subjetividades. O resultado central desta pesquisa revela que a migração forçada altera o sentido de ser mulher ao se materializar como uma grande expressão da interseccionalidade na experiência migratória. Além disso, revela que as mudanças na subjetividade dessas mulheres são causadas pelas novas estruturas e categorias sociais, como as experiências de racismo e exclusão social. Essas mudanças são evidenciadas a partir de memórias e de dinâmicas cotidianas que (re)produzem formas de violência

simbólica e que são encarnadas dentro de espaços marcados pelo limite, pela ausência e pela fronteira, ditada pelas estruturas de poder do país de acolhida.

Argumenta-se a importância de trabalhos que partem da coleta de informações em campo e indica-se que o impacto desta pesquisa está localizado em identificar as dificuldades vivenciadas por mulheres em situação de migração forçada e fortalecer a construção de dados que possam subsidiar a produção de políticas públicas humanizadas e eficientes na promoção e proteção de direitos humanos. Diante disso, as mudanças notadas na subjetividade das mulheres em deslocamento indicam caminhos para pensar a integração local e os problemas e soluções necessárias dentro da governança migratória. Além disso, o trabalho oferece elementos importantes para pensar o acesso a direitos humanos básicos no contexto de acolhimento no Brasil e, por conseguinte, amplia o debate sobre soberania estatal vs. direitos humanos. Essa dinâmica pode ser claramente observada quando compara-se às normativas sobre a entrada de migrantes no país e a falta de aparatos legais que permitam a inserção com acesso aos direitos necessários.

A identidade de gênero foi observada enquanto conceito que influencia profundamente todos os estágios do deslocamento forçado, abarcando as motivações que levaram as mulheres a migrar, amplamente influenciadas pela busca de melhores condições para elas mesmas e suas famílias, e a forma como elas foram recebidas no país. Os relatos indicam que apesar de diferenças serem vivenciadas a partir da idade, da raça, da classe social e do país de origem, o gênero é um elemento que cria e mantém essas mulheres na fronteira refletidas pelas limitações impostas a partir do idioma e do medo, sofrimento e saudade, vivenciadas durante a migração. O gênero se torna elemento catalisador de violências que marcam a experiência migratória das mulheres entrevistadas ao ser reconhecido enquanto estrutura social que atravessa e altera a vivência do deslocamento das mulheres entrevistadas. As violências simbólicas são diversas, vivenciadas a partir das limitações impostas a comunicação e a experiência de adaptação, mas também surgem nos casos de preocupações com a segurança enquanto corpo feminino, como apontado por Rosa, ou nos casos de formas de opressões interseccionais vivenciadas por mulheres negras, como mencionado por Marie, Beatrice e Amanda.

Este trabalho defende o argumento de que as mulheres migrantes forçadas estão em maior posição de vulnerabilidade social, ao corporificar as violências que marcam os deslocamentos involuntários. Além disso, concluo que essa vulnerabilidade é também materializada em uma vivência cotidiana que as define a partir daquilo que lhes falta. Diante disso, defendo que para entender as experiências de mulheres nos três momentos que marcam

a migração forçada é necessário um esforço de análise que considera as formas de controle, dominação e violência que atravessam o corpo durante o contexto que obriga o deslocamento; a migração propriamente dita; e os momentos de adaptação e integração à sociedade de acolhida, abordados a partir dos relatos construídos na pesquisa de campo. Saliento que os trechos das entrevistas escolhidos por mim estão focados no primeiro e último estágio da migração, visto que eles oferecem os caminhos que melhor respondem a pergunta de pesquisa proposta por este trabalho.

Dessa forma, o texto também indica que, apesar da migração ser reconhecida como um direito humano, o acesso a esse direito é limitado pelos interesses dos Estados, que oferecem acesso a suas fronteiras de acordo a definições próprias. Essas políticas vigentes, muitas vezes apelam para um suposto interesse estatal e são baseadas em discursos nacionais de que o ingresso de migrantes no país é contrária ao interesse nacional, no entanto, esses discursos não encontram lastro nos dados sobre a contribuição dos migrantes para a economia²³. Associado a isso, os interesses dos Estados em controlar fronteiras limitam a possibilidade das mulheres em deslocamento forçado acessarem direitos humanos e, conseqüentemente, reafirmam situações de violência que afetam a subjetividade desses sujeitos. Argumenta-se que os resultados alcançados em campo, inclusive em experiências sensíveis e de silêncios, desafiam as teorias tradicionais de RI, que costumam focar apenas nas relações estadocêntricas, em dados macro estatísticos e fluxos migratórios, negligenciando a escala humana e o gênero, identificados enquanto fatores que influenciam todos os estágios da migração internacional.

Os deslocamentos forçados, forma específica de mobilidade abordada nesse texto, têm características específicas por serem fenômenos multifacetados e complexos que surgem a partir de contextos de crise, conflitos e violações graves e generalizadas de direitos humanos. Esses modelos de mobilidade são fontes de desafios constantes por gerarem a necessidade de políticas específicas para o acolhimento e integração local, e esta pesquisa aponta os desafios próprios a trajetória de deslocamento forçado impostos a mulheres e as violações de direitos sofridas durante todos os momentos de mobilidade, inclusive encarnados por meio de violências simbólicas cotidianas associadas aos seus corpos, suas raças e suas nacionalidades.

Nesse contexto, esta dissertação construiu um panorama da experiência de mulheres venezuelanas e haitianas em situação de deslocamento forçado acolhidas em Uberlândia -

²³ A Organização Internacional para as Migrações têm estudos que destacam o impacto positivo da migração nas economias da América Latina e Caribe. O estudo menciona o fortalecimento das economias e o crescimento regional significativo a partir da influência de migrantes (ONU, 2025).

MG, abordando algumas das transformações de subjetividade vivenciadas e as formas como seus corpos foram afetados pela mobilidade. Este esforço tem o propósito de contribuir com os estudos migratórios e as pesquisas feministas, a partir da construção de dados que possam subsidiar a produção de políticas públicas humanizadas, eficientes e específicas às mulheres em deslocamento forçado. Os dados alcançados demonstram que essas políticas precisam, em um primeiro momento, pensar em ferramentas práticas de acesso a direitos e inclusão local.

Os relatos colhidos demonstram que as mulheres adultas migraram por causa das crises de seus países e por interesses em melhorar as condições de vida de suas famílias e que as crianças seguiram suas famílias. Ainda, revelam que o gênero particulariza o sentido de ser mulher em deslocamento, especialmente a partir das dificuldades vivenciadas cotidianamente nas tentativas de adaptação à nova realidade. Acredito que as experiências de racismo e de exclusão social causadas pela diferença de nacionalidade são elementos fundamentais para entender a interseccionalidade que atravessa esse processo.

No campo estadual, nota-se a necessidade de operacionalizar os elementos dispostos na política estadual para população migrante, refugiada, apátrida e retornada. No âmbito municipal, isso pode ser alcançado por meio de algumas ações discutidas na experiência de campo, entre as quais, destaca-se: a importância de criar e fortalecer oportunidades de ingresso ao ensino superior; de desenvolver mecanismos menos burocráticos e inclusivos para revalidação de diplomas daquelas pessoas que já entram no país qualificadas; de criar ferramentas padronizadas e espaços facilmente acessados para o ensino do português como língua de acolhimento; de criar e fortalecer de projetos de capacitação de servidores públicos, para que sejam capazes de reconhecer e lidar com as necessidades de migrantes forçadas; e de garantir o acesso à saúde, assistência social e a ferramentas de saúde mental especialmente nos casos de vulnerabilidade discutidos nesta pesquisa.

Diante disso, na esteira do objetivo específico do capítulo 1, as dificuldades vivenciadas durante a pesquisa de campo demonstraram elementos próprios da construção de uma pesquisa feminista feita com mulheres. O medo se fez presente na minha experiência enquanto pesquisadora, nos momentos em que tive dificuldade para alcançar mulheres dispostas a participar da pesquisa e também nas inseguranças próprias da constituição de um projeto complexo e marcado por experiências sensíveis e traumáticas. Essa dissertação foi construída a partir de trocas entre eu, enquanto pesquisadora, e as mulheres que entrevistei e esse processo foi complexo e desgastante especialmente nos momentos em que tive que mergulhar nos dados e encontrar a relação entre aquilo que foi dito e os silêncios encontrados durante as entrevistas.

A barreira linguística foi um dos grandes desafios, especialmente enquanto os significados eram formados entre nós. Contudo, saliento que todas essas dificuldades não foram obstáculos à coleta ou a análise dos dados, mas se tornaram elementos constituintes desta pesquisa e da forma como ela foi construída. Em outras palavras, essas limitações reforçaram o rigor ético da pesquisa, haja vista decisões metodológicas específicas que posicionaram minha postura, enquanto pesquisadora feminista, dentro de um espaço baseado no uso de uma escuta ativa e de um mergulho mais profundo nos silêncios das entrevistas, respeitando as diferenças e os significados culturais oferecidos por meio dos relatos.

Os objetivos do capítulo 2 foram alcançados por meio da contextualização das crises da Venezuela e do Haiti, bem como das normativas brasileiras que regem a migração internacional no território. De modo geral, concluiu-se que o histórico da Venezuela posiciona o país em um espaço específico de desigualdades sociais, profundamente causadas pela interferência e dependência externa e pela fragilidade das instituições internas. Além disso, observa-se que as mulheres venezuelanas enfrentaram dificuldades de acesso a direitos, especialmente a partir de 2012, quando o país passou por uma deterioração das liberdades civis. Esse contexto permite entender que as mulheres venezuelanas estavam inseridas em um contexto de desigualdades e violações profundas de direitos humanos nos momentos anteriores a sua migração.

Por outro lado, o histórico do Haiti demonstra que o processo de colonização do país tem muitas particularidades, especialmente associadas à quantidade de pessoas pretas no país. Além disso, o desastre climático de 2010 e a MINUSTAH, posicionam essa população em um contexto de violações graves e generalizadas de violações de direitos humanos. A experiência de mulheres e meninas é marcada por violências e formas de abuso, que foram agravadas pela crise de segurança e pelo colapso dos serviços nacionais. Assim, considero esse capítulo como essencial para explicar as motivações gerais que causam o deslocamento forçado em massa de mulheres migrantes e, por conseguinte, é capaz de situar e contextualizar as falas das mulheres entrevistadas e esclarecer os elementos comuns em suas experiências.

No caso do Brasil, observou-se dificuldades para implementação de elementos práticos presentes nas normativas que tratam sobre a questão migratória. Além disso, as desigualdades sociais revelam particularidades sobre o processo de integração de grupos marginalizados e vulnerabilizados, como é o caso de mulheres em deslocamento forçado. Ainda, a discussão sobre o contexto de Uberlândia revela as limitações internas de acolhimento e de oferta de direitos a grupos pobres e subalternizados. Situando a pesquisa, a experiência das mulheres e a produção deste trabalho.

O terceiro capítulo posiciona a contextualização das experiências anteriores à migração e constroem no texto uma narrativa que permite entender elementos importantes para a constituição da subjetividade e da identidade das mulheres entrevistadas neste estudo. A subjetivação depende das práticas que tornam o sujeito ligado a sua própria identidade e os relatos posicionam as mulheres entrevistadas como sujeitos profundamente marcados pelas relações formadas com suas famílias, amigos, cultura, crenças, ancestralidade e valores estabelecidos dentro dos territórios em que nasceram e se desenvolveram. As relações de poder existentes nas relações familiares são citadas como fundamentais na construção das subjetividades dessas mulheres, especialmente quando elas discutem significações que têm sobre si mesmas e suas experiências.

Este capítulo também aborda um significado importante na experiência das mulheres entrevistadas: o trabalho. Discutido enquanto uma necessidade constante desde antes da migração, o trabalho foi citado na maioria dos casos e essa necessidade pode ser lida como um processo que surge de práticas sociais que posicionam o corpo dessas mulheres dentro da divisão sexual do trabalho. Além disso, esse aspecto também pode ser lido como uma prática social surgida a partir da posição de dependência dos países de origem e das crises e instabilidades constantes dentro dos contextos nacionais, que afetam as experiências de famílias de classes sociais mais baixas e forçam a inserção precoce de mulheres dentro de contextos de trabalho remunerado e não remunerado.

Ademais, a relação que cada uma das mulheres entrevistadas possui com sua identidade de gênero é uma ferramenta interessante para acessar uma faceta específica da subjetivação desses corpos. Os relatos sobre o que elas consideram “ser mulher” posiciona essas mulheres enquanto sujeitos que vivenciam o gênero a partir de complexidades particulares das suas experiências que foram marcadas por violências sociais e estruturais. Os significados dados estão profundamente associados à divisão sexual do trabalho, as violências e opressões vivenciadas por meio do patriarcado e capitalismo e as limitações impostas ao corpo feminino enquanto corpo biológico. Os relatos oferecidos por essas mulheres posicionam “ser mulher” como uma experiência atravessada por formas sutis e expressivas de opressão e violência cotidianas e constantes, nas quais as dificuldades são contínuas e marcadas por questionamentos sobre as capacidades.

Destaca-se que algumas dificuldades foram enfrentadas para alcançar o significado que essas mulheres associavam a experiência de ser mulher, haja vista a dificuldade de tradução que alcança não apenas o idioma, mas também as diferenças culturais e sociais. Esses desafios são fundamentais para a construção do trabalho e demonstram a importância de

expandir os estudos feministas sobre a identidade de gênero e experiência, como meio de alcançar novas formas de ser e existir. Esses dados demonstram a necessidade de expandir as pesquisas sobre a interseccionalidade entre a experiência de gênero, classes sociais e os impactos de contextos de países colonizados e marcados por instabilidades estruturais.

Ainda no terceiro objetivo, os relatos demonstram que, nos casos das mulheres adultas, a agência que marca a decisão de migrar é complexa e, em última instância, se caracteriza como uma decisão forçada pelo contexto econômico e social do país de origem. Apenas algumas das mulheres entrevistadas receberam o status de refugiadas, mas todas foram forçadas a deixar seus países de origem pelas crises internas e todas vivenciam violências específicas a esse contexto, apesar de não receberem o mesmo nível de proteção dentro da legislação brasileira. Nos casos tratados nesta dissertação, a decisão de migrar foi marcada pela busca de melhores condições de vida para elas e suas famílias, que seriam alcançadas a partir de um território que oferecesse direitos básicos como educação, saúde e acesso a recursos, como alimentos.

Como resultado, também indica-se que as experiências de migração de mulheres adultas e meninas são marcadas por particulares próprias da interseccionalidade entre gênero, idade, classe social e território. Neste trabalho, apresentei dois casos de migração durante a infância, de Beatrice e Rebeca, e em ambos observa-se a negação de agência de crianças e adolescentes inseridas no deslocamento forçado. Salienta-se que existem especificidades dentro dos processos de migração infantil, profundamente afetados pela idade em que o deslocamento aconteceu e pela classe social familiar, discutidos especialmente nos capítulos 3 e 4. Sendo assim, Beatrice e Rebeca revelam nuances específicas sobre a migração infantil e as dificuldades impostas pela interseccionalidade da idade dentro deste processo, de modo que violências simbólicas e traumas são profundamente associados pela saudade e luto daquilo deixado no país de origem.

Outrossim, a comparação entre esses relatos e das mulheres que migraram como adultas também demonstram um nível interessante da complexidade da migração forçada. As mulheres que migraram adultas demonstram uma tendência de dar mais detalhes sobre os desafios vivenciados no país de origem, descrevendo a escassez que viviam e as dificuldades cotidianas para acessar o básico, enquanto tratam a integração local como positiva, independente dos desafios vivenciados. As mulheres e meninas que migraram mais novas relataram com mais facilidade o sofrimento vivenciado dentro da inserção local e os obstáculos enfrentados na nova realidade. Infere-se que o primeiro grupo vivencia a migração como a última opção dentro de um contexto de violências e escassez e, por conseguinte,

encaram as novas possibilidades como uma “salvação”, enquanto o segundo tem mais dificuldades para sobrepor os elementos positivos aos sentimentos encarnados e os sofrimentos que são facilmente identificados dentro de suas realidades.

Nota-se que a integração local, única solução a longo prazo para o deslocamento forçado, é um dos grandes desafios para a experiência dessas mulheres na cidade de Uberlândia - MG. O texto identifica que apesar de todas as mulheres serem racializadas, as mulheres venezuelanas identificam o idioma e o trabalho como os grandes desafios que marcam suas experiências, e as mulheres haitianas denunciam, além desses elementos, o racismo vivenciado em diferentes espaços. Essas mulheres relatam que recebem tratamento inferior de OSCs, do sistema de saúde local e do mercado de trabalho, em comparação às brasileiras e as venezuelanas. Marie indica a existência de uma preferência por migrantes venezuelanas no mercado de trabalho e relaciona essa conjuntura a forma como o contexto brasileiro utiliza a proximidade linguística e estética como critério de seleção que exclui o corpo negro haitiano. Esses relatos confrontam o mito da “hospitalidade brasileira” e demonstram as violências raciais enquanto estruturantes das violências sofridas por mulheres negras recebidas no país.

Este trabalho também indica a necessidade de expandir as pesquisas voltadas a entender as particularidades da inserção de mulheres deslocadas forçadas dentro do mercado de trabalho nacional. Os capítulos 3 e 4, revelam que o Brasil enfrenta grandes dificuldades para criar e manter políticas de inclusão de mulheres qualificadas no mercado de trabalho nacional. Esse "desperdício de cérebros", onde mulheres qualificadas (enfermeiras, mestres) são empurradas para trabalhos de limpeza ou cuidado devido aos problemas da política brasileira de integração indicam a necessidade da criação de políticas específicas de inserção de mulheres em deslocamento forçado no mercado nacional. Infere-se que Uberlândia - MG e, conseqüentemente, o Estado brasileiro enfrenta dificuldades para reconhecer o capital cultural de mulheres migrantes negras e latinas e, por conseguinte, reafirmam as estruturas sociais e as violências que as mantêm na base da pirâmide social.

Associado a isso, os capítulos 3 e 4, também revelam a dificuldade de inclusão dessas mulheres em espaços de especialização e qualificação. Marie, por exemplo, relata seu desejo de alcançar uma formação e as dificuldades que lhe foram impostas dentro do contexto nacional. Por outro lado, Beatrice, que está no ensino superior, revela diversas experiências de agência e inserção que só foram possíveis a partir do seu processo de formação e qualificação, apesar de ainda estar em andamento. Esses casos demonstram a importância das políticas públicas dentro da integração local e da mudança de contextos sociais, no caso de Beatrice, e

a necessidade de ampliação e fortalecimento de políticas que possam alcançar as migrantes forçadas que se interessem pelas possibilidades de formação existentes.

Ademais, esta dissertação entende que a subjetivação é um processo constante é profundamente afetado pela migração forçada, haja vista a exposição do sujeito a práticas sociais e discursivas que são parte da nova sociedade de acolhimento. Sendo a subjetivação constante, a migração forçada causa mudanças na subjetividade de mulheres ao expô-las a novas tramas de poder, novas práticas sociais e discursivas, e novas categorizações sociais exclusivas ao novo contexto social. Na esteira do terceiro e quarto objetivo, constatou-se que ao serem questionadas se elas percebem diferenças no “ser mulher” antes e depois da migração, as mulheres entrevistadas responderam que não. No entanto, quando analiso os resultados em conjunto, constato que a migração altera o sentido de ser mulher enquanto grande expressão da interseccionalidade na experiência migratória. A exemplo disso, o relato de Beatrice revela os nuances causados pela mobilidade na forma como o gênero passa a afetar as experiências cotidianas dessas mulheres.

Em outras palavras, o processo de serem reconhecidas enquanto “mulheres migrantes” trouxe grandes mudanças para a forma como essas mulheres se relacionavam com o mundo e consigo mesmas, representando uma grande expressão da interseccionalidade que atravessa essa experiência. A experiência de Beatrice em existir na fronteira dentro da sociedade de acolhimento é repetida pelas outras mulheres que foram entrevistadas. Observa-se a falta de pertencimento como um dos grandes elementos que marcam essa mudança. Essa falta foi significada a partir dos elementos sociais e culturais que não fazem parte da experiências dessas mulheres que chegaram ao Brasil enquanto sujeitos que possuem crenças, valores e práticas sociais distintas. Ao se depararem com a sociedade brasileira, essas mulheres passaram a ser definidas pela ausência, ou seja, a partir dos elementos que não fazem parte de suas identidades e pela associação entre as diferentes categorias sociais que marcam seus corpos.

A interseccionalidade de categorias associadas ao corpo passou a ser um dos grandes elementos que marcam essas realidades, especialmente no caso da associação de diferentes categorias como identidade de gênero, classe social, raça e *status* migratório. De modo que os relatos alcançados também significam as mudanças de subjetividade causadas por essas experiências como limitantes, haja vista os limites impostos aos seus corpos, a forma como se comunicam e como são tratadas socialmente. Argumenta-se que essas mudanças de subjetividade são vivenciadas a partir de violências e opressões, como as experiências de racismo, mencionadas por Marie, Beatrice e Amanda, e de dificuldades de adaptação

relacionadas ao idioma e as diferenças sócio-culturais, como discutido por Rebeca, que aumentam a vulnerabilidade e a opressão vivenciadas por essas mulheres.

O quarto capítulo também alcança as mudanças dentro do aspecto afetivo. Essas mudanças também foram encarnadas a partir do sofrimento social enquanto afeto que enlaça o medo e a saudade, emoções descritas com mais recorrência pelas mulheres entrevistadas. O sofrimento social é vivenciado enquanto experiência coletiva e foi descrito nas experiências das mulheres entrevistadas como experiências múltiplas de trauma e dor, encarnadas principalmente por violências ou pelo medo. Salienta-se o medo discutido por Rosa, Milagros, Alexandra e Catarina, encarnado a partir das preocupações com a comunicação e com as novas práticas sociais. O medo nesse contexto molda as ações das mulheres entrevistadas e passou a ser parte comum dos cotidianos destas mulheres. Além disso, as violências raciais discutidas por Beatrice, Marie e Amanda também demonstram o sofrimento que marca a migração forçada de mulheres negras.

Esta dissertação também indica que a migração forçada é atravessada pelo luto enquanto reação à perda do território, das relações e de processos associados à identidade e à subjetividade. Essa mudança é vivenciada a partir da saudade, enquanto sentimento múltiplo e difícil de ser explicado, mas que engloba ausência, nostalgia, tristeza e amor. A saudade é entendida como um fenômeno que marca a experiência de todas as mulheres entrevistadas, especialmente no que tange suas famílias, a cultura, a comida e os elementos que foram deixados para trás. Entre os relatos de ausência, destaca-se o "luto" revelado por Beatrice, que indica a existência de uma reação específica à morte das pessoas deixadas no país de origem e que é iniciado antes mesmo da morte física dos entes queridos.

Além disso, o trabalho também amplia a discussão de regimes²⁴, ao abordar o acesso a direitos humanos e as especificidades da migração forçada. Ao discutir a falta de acesso prático a determinados direitos, o texto questiona a forma como o regime de direitos humanos existe dentro do contexto internacional e nacional, demonstrando as limitações próprias dos países de origem e os vácuos de proteção no país de acolhida. Ainda, demonstra as limitações dos regimes globais de refúgio, que limitam a proteção oferecida apenas aos grupos que podem ser classificados como refugiados, excluindo os corpos que vivem as mesmas experiências, mas não são enquadrados pelas normativas internacionais, como é o caso de diversos haitianos que migraram pelos desastres climáticos e não se encaixam nos requisitos. Em outras palavras, os regimes de migração internacional demonstram a exclusão de sujeitos

²⁴ Proposta por KRASNER, S. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. *International Organization*, v. 36, n. 2, 1982.

e a imposição de desafios para o acesso à proteção em casos mais amplos que aqueles existentes na normativa atual de refúgio e migração internacional. Assim, este trabalho reafirma a necessidade de repensar a governança global da migração e a produção de legislações mais humanizadas, inclusivas e eficientes em todas as formas de deslocamento forçado, não apenas o refúgio.

Nesse sentido, este trabalho é a síntese dos relatos alcançados na pesquisa de campo e teorizados a partir dos relatos e significados oferecidos. Este texto apresenta diversos níveis de pesquisas e campos de análise que podem ser explorados em trabalhos futuros como mecanismo de ampliação das pesquisas feministas críticas e antropológicas sobre a experiência migratória de mulheres. Apesar das limitações de tradução e de duração da pesquisa, defende-se que os resultados produzidos e discutidos são importantes indicadores das condições de integração local e da experiência geral de mulheres recebidas na cidade de Uberlândia - MG e no Brasil. Ademais, esta dissertação construiu um panorama das mudanças de subjetividade vivenciadas por meio do deslocamento forçado e que a partir dela surgem possibilidades de agenda de pesquisa, entre as quais destaca-se a temporalidade do trauma migratório, o cuidado enquanto trabalho não remunerado, a agência e a resistência presentes nas decisões que atravessam o deslocamento forçado e a saudade e o medo enquanto aspectos estruturantes do deslocamento forçado.

Nesse quadro, esta dissertação é um resultado de uma pesquisadora que ativamente se envolve em causas sociais e de uma pesquisa em movimento. Além disso, ela é um produto de trocas que ocorreram entre mim e as mulheres que foram entrevistadas, de modo que deve ser considerada um texto singular e situado. Assim, apesar de existirem elementos comuns nas experiências das mulheres entrevistadas e outras mulheres acolhidas no Brasil em situação de deslocamento forçado, destaco que existem limitações sobre as análises aqui feitas, especialmente no que tange a construção de um quadro geral da migração forçada de mulheres. No entanto, ela é parte do meu processo de aprendizado e dos meus sonhos de igualdade de gênero e acesso pleno à proteção, aos direitos humanos e a projetos de vida dignos a todas as mulheres. Destaco que, assim como a pesquisa anterior abriu espaço para o desenvolvimento desta, os dois trabalhos serviram de guia para pensar os meus interesses futuros de pesquisa e a inserção dessas mulheres na economia de cuidado no Brasil, especialmente as mudanças vivenciadas dentro do trabalho de cuidado desenvolvido para a manutenção da família e no mercado de trabalho, vão ser incluídas nas discussões que pretendo desenvolver na tese.

REFERÊNCIAS

- ABDALL, A.; OLIVEIRA, M. C. V.; GHEZZI, D. R.; SANTOS JÚNIOR, J. (org.). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: bloco qualitativo**. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016.
- ABEL, G. J. **Gender and Migration Data**. [S.l.]: KNOMAD, 2022. Disponível em: <https://www.knomad.org/publication/gender-and-migration-data>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- ACNUR (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS). **Venezuela**. 2025. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/emergencias/venezuela>. Acesso em: 31 out. 2025.
- _____. [S.l.], 2018. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2018/04/11/relatorio-do-acnur-revela-mudancas-do-movimento-migratorio-na-europa/>. Acesso em: 01 jan. 2023.
- _____. **Soluções duradouras**. 2025. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/solucoes-duradouras#:~:text=e%20assist%C3%A9ncia%20jur%C3%ADica,-Integra%C3%A7%C3%A3o%20local,mais%20oportunidades%20de%20integra%C3%A7%C3%A3o%20socioecon%C3%B4mica>. Acesso em: 27 dez. 2025.
- ALEXANDER, M. J.; MOHANTY, C. T. (ed.). **Feminist genealogies, colonial legacies, democratic futures**. 1. ed. New York: Routledge, 1996. 464 p.
- ALVARADO CHACÍN, N. Populismo, democracia y política social en Venezuela. *Fermentum. Revista Venezolana de Sociología y Antropología*, Mérida, v. 15, n. 44, p. 305-331, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/705/70504403.pdf>. Acesso em: 17 out. 2025.
- AMBASSADE DE LA RÉPUBLIQUE D’HAÏTI AU BRÉSIL. **Sobre o Haiti**. 2025. Disponível em: <https://ambassadehaitibresil.org/embaixada-do-haiti-sobre/>. Acesso em: 17 nov. 2025.
- ARENAS, I. V. La ocultación de las mujeres en la historia de Venezuela. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, Caracas, v. 15, n. 34, jun., 2010. Disponível em: https://ve.scielo.org/scielo.php?pid=S1316-37012010000100003&script=sci_arttext. Acesso em: 10 mai. 2024.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Riqueza anda lado a lado com a miséria no Triângulo Mineiro**. 2025. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/comunicacao/noticias/arquivos/Riqueza-anda-lado-a-lado-com-a-miseria-no-Triangulo-Mineiro/#:~:text=Segundo%20dados%20de%202022%20do,mensal%20de%20at%C3%A9%20R%24%2089%20>. Acesso em: 31 out. 2025.
- ASSIS, G. O. Mulheres imigrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migrações internacionais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, p. 745- 772, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n3/a15v15n3.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2023.
- BAENINGER, R.; *et al.* (org.). **Migrações Sul-Sul**. 2. ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - NEPO/UNICAMP, 2018. 976 p. Disponível em:

https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/migracoes_sul_sul/migracoes_sul_sul.pdf. Acesso em: 7 nov. 2025.

BAENINGER, R.; PERES, R. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v. 34, n.1, p.119-143, jan./abr. 2017. DOI: 10.20947/S0102-3098a0017. Acesso em: 17 nov. 2025.

BASTOS, J. P. B.; OBREGÓN, M. F. Q. Venezuela em Crise: O Que Mudou Com Maduro? **Revista Derecho y Cambio Social**, v. 15, n. 52, p. 1-16, mai. 2018. ISSN: 2224-4131. Disponível em: <https://ojs.revistadcs.com/index.php/revista/article/view/2463/1850>. Acesso em: 31 out. 2025.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENTO, B. **Abjeção: A Construção Histórica do Racismo**. 1 ed. Cult Editora, 2024.

BERNARDES, J. E. **20 anos da Minustah: Alba Movimentos pede justiça por crimes cometidos pelo Exército brasileiro contra haitianos**. São Paulo, Brasil de Fato. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/01/20-anos-da-minustah-alba-movimentos-pede-justica-por-crimes-cometidos-pelo-exercito-brasileiro-contrahaitianos/>. Acesso em: 26 nov. 2025.

BERTINI, F. O Conceito De Saudade (Desiderium): A Pertinência De Uma Tradução. **Santa Bárbara Portuguese Studies**, University of Califórnia, v. 2, 2016. Disponível em: https://www.sbps.spanport.ucsb.edu/sites/secure.lsit.ucsb.edu.span.d7_sbps/files/sitefiles/bertini.pdf. Acesso em: 20 dez. 2025.

BETANCOURT, R. **Venezuela, política y petróleo**. 6 ed. Caracas: Academia de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Católica Andrés Bello, Fundación Rómulo Betancourt. 2007. 976 p. ISBN 980-01-1148-4.

BETTS, A. **Forced Migration and Global Politics**. Chichester: Wiley-blackwell, 2009.

BICALHO, B. A Produção Da Cidade Contemporânea E O Fenômeno Dos Bairros Planejados Em Uberlândia (Mg). In: **Anais do XVIII SIMPURB – Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. v. 18, 2024. Niterói (RJ), Online. Disponível em: https://www.sisgeenco.com.br/anais/simpurb/2024/arquivos/GT18_COM_404_88_20240804175536.pdf. Acesso em: 31 out. 2025.

_____. **Segregação urbana em Uberlândia (MG): emergência das ocupações dos sem-teto**. 2022. 252 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.5322>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/36010>. Acesso em: 31 out. 2025.

BLUEBOND-LANGNER, M.; KORBIN, J. E. Challenges and Opportunities in the Anthropology of Childhoods: An Introduction to “Children, Childhoods, and Childhood Studies”. **American Anthropologist**, v. 109, n. 2, p. 241–246, 2007.

BOURDIEU, P. (coord.). **A miséria do mundo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. *Language and Symbolic Power*. Massachusetts: Harvard University Press, 1991.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF: Presidência da República, 1980. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16815.htm. Acesso em: 10 nov. 2025.

_____. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

_____. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm#:~:text=L13445&text=LEI%20N%C2%BA%2013.445%2C%20DE%2024%20DE%20MAIO%20DE%202017.&text=Institui%20a%20Lei%20de%20Migra%C3%A7%C3%A3o.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e,pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20para%20o%20emigrante. Acesso em: 14 abr. 2025.

_____. Ministério da Cidadania. **Observatório do Cadastro Único**. set. 2025. Disponível em:

https://painéis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 31 out. 2025.

BRIGGS, C. L. **Learning how to ask**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BRITTO, V. **Censo 2022**: número de imigrantes volta a crescer pela primeira vez desde 1960. IBGE. 2025. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43816-censo-2022-numero-de-imigrantes-volta-a-crescer-pela-primeira-vez-desde-1960#:~:text=Dados%20do%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%202022,70%2C%25%20no%20per%C3%ADodo>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BUCK-MOSS, S. Hegel e Haiti. **Novos Estudos**, n. 90, jul. 2011. Tradução: Sebastião Nascimento. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/nec/a/Rms6hs73V39nPnYsv44Z93n/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Tradução: Fernanda Siqueira Miguens. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

_____. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York, Routledge. 1990.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Sex and Gender in Simone Beauvoir's Second Sex*. Yale French Studies, New Haven, v. 72, pp. 35-41, 1986.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Uberlândia ontem e hoje**. 2025. Disponível em: <https://www.camarauberlandia.mg.gov.br/institucional/conheca-uberlandia>. Acesso em: 31 out. 2025.

CÁNOVAS, A. P. Agência. *In*: CAVALCANTI, L, BOTEGA, T., ARAÚJO, D., TONHATI, T., DUTRA, D. (org). **Dicionário Crítico das Migrações Internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 58-62, 2017.

CARDIN, V. S. G.; SILVA, F. F. Das mulheres refugiadas: a falta de iniciativas políticas voltadas para o gênero como fator de vulnerabilidade e invisibilidade social. *In*: **ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI BRASÍLIA – DF, 26, 2017**, Brasília, DF, Anais... Brasília, Distrito Federal: ISBN: 978-85-5505-433-4, 2017. p. 5-23. 2017 Disponível em: <https://www.conpedi.org.br/publicacoes/roj0xn13/c927z987/skp4dsQ8M1Pn39AK.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2023.

CASTLES, S; MILLER, M. J. **The age of migration: international population movements in the modern world**. 4. ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

CASTRO, A. B. **Saudade (ensaio) – Etimologia (árabe); Significação; Antologia**. Lisboa, Tipografia Nunes, 1985.

CECEÑA, A. E. **Geopolítica**. Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe. Disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/es-espanol-geopolitica-y-relaciones-internacionales>. Acesso em: 10 nov. 2025.

CEMERI (CENTRO MEXICANO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS). **América Latina e Caribe**. 2025. Disponível em: <https://cemer.org/pt/region/latinoamerica>. Acesso em: 10 nov. 2025.

CEPAL (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE). **Crianças e adolescentes na crise venezuelana: desafios e perspectivas**. Santiago: CEPAL, 2022. Disponível em: <https://www.cepal.org>. Acesso em: 12 nov. 2025.

_____. **Panorama Social da América Latina e do Caribe 2024: Desafios da proteção social não contributiva para avançar rumo ao desenvolvimento social inclusivo**. 2025. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/950fc6d4-2795-4db9-9d98-b2cf3b4646ad/content>. Acesso em: 12 nov. 2025.

CHARMAZ, K. Shifting the grounds: constructivist grounded theory methods. *In*: MORSE, J. M.; STERN, P. N.; CORBIN, J. *et al.* **Developing grounded theory: the second generation**. California: Left Coast Press, 2009. p. 127-155.

CHAUÍ, M. **Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHIMNI, B. S. **Reforming the international refugee regime: a dialogic model**. Journal of Refugee Studies, Oxford, 2001.

CLOUGH, P. T.; HALLEY, J. (ed.) **The Affective Turn: Theorizing the Social**. London: Duke University Press, 2007.

COLLINS, P. H. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.

_____. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. 2. ed. New York: Routledge, 2000.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero**: uma perspectiva global. 3.ed. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1, n. 8, p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 4 set. 2023.

_____. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, [s.l.], v. 43, n. 6, p.1241-1299, jul. 1991. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1229039?seq=1#page_scan_tab_contents.

CSVM/UFU (Cátedra Sérgio Vieira de Mello UFU). **Relatório da Cátedra Sérgio Vieira de Mello UFU (2023-2025)**. Uberlândia, no prelo.

D'ELIA, Y. Cambiando la orientación de las políticas públicas hacia el impacto en la calidad de vida desde una perspectiva de derechos y equidad, **Informe Social**, n. 7, p. 10-14, Ildis-Fundación Friedrich Ebert. 2002.

DAS, V. Language and body: transactions in the construction of pain. In: KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. (ed.). **Social suffering**. Berkeley: University of California Press, 1997. p. 67-91.

_____. Wittgenstein and anthropology. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 27, p. 171-195, 1998.

DAY, V. P.; *et al.* Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Rev. psiquiatr.**, Rio Grande do Sul, n. 25, p. 9-21, abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rprs/a/5SdJkYSszKYNdzcftfbRTL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 mai. 2025.

DE LAURETIS, T. **Alice Doesn't**: Feminism , Semiotics, Cinema. Bloomington, Indiana University Press. 1984.

DIAS, J. **O início de uma cidade**. Comunica UFU, Universidade Federal de Uberlândia, 26 ago. 2020. Disponível em: <https://comunica.ufu.br/noticias/2020/08/o-inicio-de-uma-cidade>. Acesso em: 31 out. 2025.

DRECHSLER, C. A. F. **Apoio Governamental à Integração de Imigrantes e Refugiados Portugal: como modelo para aplicação no Brasil**. 2019. 126. p. Tese (mestrado em Migrações, Inter-Etnicidades e Transnacionalismo) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1QxKop4ikxQ6Q_qz_ePamMjgvWOae3cEx. Acesso em: 19 ago. 2024.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault**. Un parcours philosophique, 1984.

DUARTE, G. K.; TAVARES, I. G. A.; MAYNARD, D. C. Relação da comida afetiva no padrão alimentar adulto. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 6, e16012642170, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i6.42170>.

DUFOURMANTELLE, A.; DERRIDA, J. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade**. São Paulo: Editora Escuta, 2003.

EDKINS, J. **Trauma and the Memory of Politics**. Cambridge: Ed. Cambridge University Press, 2003.

ELLNER, S.; HELLINGER, D. (org.). **Venezuelan Politics in the Chávez Era: Class, Polarization and Conflict**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2003.

EMBAIXADA DA VENEZUELA EM BRASÍLIA. **Venezuela: terra de libertadores e de profundo sincretismo cultural**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2010. 76 p. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/loc_pdf/1100/1/venezuela. Acesso em: 5 nov. 2025.

ESTEBAN, M. L. Antropología encarnada. Antropología desde una misma. **Papeles del CEIC**. v. 12. jun. 2004.

_____. Etnografía, itinerarios corporales y cambio social: apuntes teóricos y metodológicos. *In*: MARTÍNEZ, M. E. I. (org.). **La materialidad de la identidad**. España, 2008.

FABIANO, M. L. A. Migração infantil: aspectos e implicações para crianças e adolescentes. **Cadernos de Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, 2021. DOI: 10.22456/2595-4377.111300. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/111300>. Acesso em: 19 jun. 2023.

FANON, F. **Black Skin, White Masks**. London: Grove Press, 1967.

FAORO, R. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 3ª ed. Globo. 2001.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2006.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. Editora Elefante. 2019.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2007.

FERRET, R. L.; PINTO, S. R. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23. jul./dez. 2011. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi23/topoi23_a02_america_latina.pdf. Acesso em: 17 nov. 2025.

FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. Uberlândia - MG. 2025. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MG&cidade=317020&indice=1&ano=2023>. Acesso em: 7 nov. 2025.

FONSECA, M. A. A Preocupação com o sujeito e o poder. *In*: FONSECA, M. A. **Michel Foucault e a Constituição do Sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003. p.22-38.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. (A vontade de saber; v.1).

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANK, J. **Processamento emocional em pacientes submetidos a lobectomia temporal unilateral**: contribuição ao estudo da memória emocional Instituto de Biologia. Tese de doutorado - Universidade de Brasília, DF, Brasília, Brasil. 2002.

FREUD, S. **Luto e melancolia**. Obras completas, v. 12. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG). **Mapa e dados geopolíticos da Venezuela**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://funag.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2025.

GAGO, V. **La razón neoliberal**. Economías barrocas y pragmática popular Buenos Aires: Tinta Limón. 2014.

GALTUNG, J. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal of Peace Research**. v. 6, n. 3, p. 167-191. 1969. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/002234336900600301>.

GEBRIM, A. C. C. **Psicanálise no front: a posição do analista e as marcas do trauma na clínica com imigrantes**. 2018. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia, São Paulo, 2018.

GIL, C. G. Traspasando las fronteras dentro-fuera: Reflexiones desde una etnografía feminista. **AIBR, Revista De Antropología Iberoamericana**, 2014.

GODOY, M. **Haiti: entre desastres e reconstruções**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrj.br>. Acesso em: 14 nov. 2025.

GOFFMAN, E. **Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity**. New York: Touchstone, 1963.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2003.

GREENBERG, D. L.; RUBIN, D. C. The neuropsychology of autobiographical memory. **Cortex**, v. 39, n. 4-5, p. 687-728, set./dez. 2003. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/14584549/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

GROSZ, E. Corpos reconfigurados. **Cadernos Pagu**, v. 14, p. 45-86, 2000. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/2000\(14\)/Grosz.pdf](https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/2000(14)/Grosz.pdf). Acesso em: 04 ago. 2025.

GUARDIA, S. B. Estudiar a las mujeres como sujetos históricos en América Latina. Un derecho conquistado. *In*: DE SMITH, Y. D.; GONZÁLEZ, M. C. (org.). **Mujeres en el Mundo: Ciencia, género, migraciones, arte, lenguaje y familia**. Valencia: Laboratorio de Investigación en Estudios del Trabajo (LAINET), 2009, cap. 1, p. 21-35.

GUBER, R. **La etnografía: método, campo y reflexividad**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2001.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. *In*: HALL, S; HELD, D; HUBERT, D; THOMPSON, K. (orgs.). **Modernidade: uma introdução às sociedades modernas**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HARAWAY, D. **Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective**. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.

HARDING, S. **The science question in feminism**. New York: Cornell University Press, 1986.

HEISLER, M. O. Migration, International Relations and the New Europe: Theoretical Perspectives from Institutional Political Sociology. **The International Migration Review**, [S.l.], v. 26, n. 2, p. 596-622, Summer 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2547073>. Acesso em: 13 mai. 2023.

HERNANDES, P. **Dica nº165. 2008**. Disponível em: <http://www.paulohernandes.pro.br/dicas/001/dica165.html>. Acesso em: 25 out. 2024.

HERNÁNDEZ, E. Democracia en Transición. Análisis del Ordenamiento Político e Institucional de la Democracia en Venezuela. *In*: **XXIII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS)**, out./nov. Antigua Guatemala. 2001.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Cidades e Estados**. 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 14 nov. 2025.

_____. **Panorama do município de Uberlândia (MG)**. 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>. Acesso em: 31 out. 2025.

IOM (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION). **Migration and Migrants: Regional Dimensions and Developments**. Latin America and the Caribbean. 2023. Disponível em: <https://worldmigrationreport.iom.int/what-we-do/world-migration-report-2024-chapter-3/latin-america-and-caribbean>. Acesso em: 19 nov. 2025.

JACOBIN. **O ciclo venezuelano e a crise da democracia latino-americana**. 2024.

JAKOBSEN, K. (org.). **História e Política da América Latina e Caribe: Desafios Atuais**. Escola Nacional de Formação. Disponível em: <https://enfpt.org.br/wp-content/uploads/2019/08/Curso-America-Latina-e-Caribe-TEXTO-BASE.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2004. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/469785969/Os-Jacobinos-Negros-C-L-R-James>. Acesso em: 25 nov. 2025.

JOHNSON, H. **Immigration and International Relations**. 2017. Oxford Bibliographies. Disponível em: <http://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199756223/obo-9780199756223-0204.xml>. Acesso em: 13 mai. 2023.

JUBILUT, L. L.; APOLINÁRIO, S. M. O. S. A Necessidade de Proteção Internacional no Âmbito da Migração. **Revista Direito Gv**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 275-294, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/wzVCCYn6Jzm9FGdyWWhdxSB/?lang=pt>. Acesso em: 16 mai. 2023.

JUBILUT, L. L.; CARNEIRO, W. **A proteção internacional dos refugiados no Brasil: avanços e desafios**. São Paulo: Saraiva, 2011. Disponível em: <https://www.saraiva.com.br>. Acesso em: 14 nov. 2025.

KAUFMANN, J. C. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo**. Tradução de Thiago de Abreu e Lima Florencio. Revisão técnica de Bruno César. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

KILOMBA, G. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Munster, 2010.

KLEIN, H. S. **A escravidão africana na América Latina e Caribe**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. (org.). **Social suffering**. Berkeley: University of California Press, 1997.

LAGARDE, M. **Los cautiverios de las mujeres: Madresposas, monjas, putas, presas y locas**. México: UNAM. 2014. 620 p.

LEAVITT, J. Meaning and feeling in the anthropology of emotions. **American Ethnologist**, v. 23, n. 3, p. 514-539. 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/646350>. Acesso em: 25 nov. 2025. DOI : 10.1525/ae.1996.23.3.02a00040

LERIN, C. **A Dupla Vulnerabilidade das Mulheres Refugiadas: O Paradigma do Gênero como Vulnerabilidade Social**. 2019. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo, Casca.

LIEUWEN, E. **Venezuelan Oil**. New York: Praeger, 2016.

LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: ABDALL, A.; OLIVEIRA, M. C. V.; GHEZZI, D. R.; SANTOS JÚNIOR, J. (org.). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: bloco qualitativo**. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016.

LISBOA, T. K. Gênero e Migrações: trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. **REHMU- Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Ano XIV, n. 26 e 27, 2006. Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/39/31>. Acesso em 01 mai. 2023.

LOGIS, B. A questão racial e o preconceito de cor em São Domingos. **Revista Anphlac**, v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/4052>. Acesso em: 14 nov. 2025.

LORBER, J. **Paradoxes of gender**. New Haven: Yale University Press, 1994.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, jun./dez. 2008. Disponível em:

http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 12 mai. 2024.

MACHADO, J. P. (coord.). **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Amigos do livro Editores, p. 13-14, 1981.

MADEIRA, J. **Uberlândia 136 anos: conheça a história de desenvolvimento da segunda maior cidade de Minas Gerais**. 2024. Disponível em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/36387/uberlandia-136-anos-conheca-a-historia-de-desevolvimento-da-segunda-maior-cidade-de-minas-gerais>. Acesso em: 31 out. 2025.

MAINGON, T. Política social en Venezuela: 1999-2003. **CDC**, Caracas, v. 21, n. 55, p. 49-75, abr. 2004. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082004000100004&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 12 out. 2025.

MAMED, L. Trabalho, migração e gênero: a trajetória da mulher haitiana na agroindústria brasileira. **TEMÁTICAS (UNICAMP)**, v. 25, p. 139-176, 2018.

MARCIL-LACOSTE, L. The trivialization of the notion of equality. *In*: HARDING, S.; HINTIKKA, M. B. (org.). **Discovering reality: feminist perspectives on epistemology, metaphysics, methodology, and philosophy of science**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1983. p. 121-137. ISBN 90-277-1496-7 (impresso). ISBN 0-306-48017-4 (eletrônico).

MARINUCCI, R. Feminization Of Migration?. **Revista Interdisciplinar da mobilidade humana: “Feminização das migrações”**, ano 15, v. 15, n. 29, p. 87-108, 2007. Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/55/47>. Acesso em: 03 mai. 2023.

MARQUES, R. M.; BARBOSA, E. C.; HUTZ, A. A SITUAÇÃO DA MULHER NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE. **Temporalis**, Brasília, n. 20; jul./dez. 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5017186>. Acesso em: 22 out. 2025.

MASO, F., T. Antropología feminista desde el Sur. De la negociación antropológica al acompañamiento. **Etnografías Contemporáneas**, v. 11, n. 20, p. 112-128, 2025. Disponível em: <https://revistasacademicas.unsam.edu.ar/index.php/etnocontemp/article/view/1981/3960>. Acesso em: 10 jan. 2025.

MASO, T. F.; SÉLIS, L. M. R. Na véspera do tempo: repensando as relações internacionais. Monções: **Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 1, n. 1, p. 133-155, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/2076>. Acesso em: 4 set. 2024.

MCLAREN, M. A. **Feminism, Foucault, and Embodied Subjectivity**. State University of New York Press, 2002.

MENDES, F. L.; DA SILVA, C. A. B.; SENHORAS, E. M. HISTÓRIA RECENTE DA VENEZUELA: CRISE E DIÁSPORA. **Boletim de Conjuntura**, Boa Vista, v. 10, n. 29, p. 118-137, 2022. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/633/447>. Acesso em: 31 out. 2025.

MENDOZA, B. La epistemología del sur, la colonialidade del género y el feminismo latino americano. **Grupo Latinoamericano de Estudio, Formación y Acción Feminista GLEFAS**, Argentina, p. 19-36, 2010. Disponível em:

<https://elizabethruano.com/wp-content/uploads/2019/07/Mendonza-2016-La-Epistemologia-d-el-Sur.pdf>. Acesso: 30 mai. 2024.

MIGNOLO, W. D. **The idea of Latin America**: United States: BLACKWELL PUBLISHING. 2005.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Geografia**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-bogota/o-brasil/geografia>. Acesso em: 17 nov. 2025.

MIRZA, H. S. (ed.). **Black British feminism: a reader**. New York: Routledge, 1997.

MOLINA, M. P. **Sobrevivir a las fronteras extendidas. Una investigación interseccional de las experiencias de asentamiento de personas fulbe en Gasteiz y en el Poniente Almeriense**. 2025. 539 p. Tese de doutorado (Programa de Doctorado de Estudios Feministas y de Género) - Universidad del País Vasco, 2025.

MONACÉ, J. **História social do Haiti: colonialismo, resistência e Estado**. Porto Príncipe: L'Harmattan, 2020. Disponível em: <https://www.editions-harmattan.fr>. Acesso em: 14 nov. 2025.

MORALES, A.; VILLALBA, F. La fragmentación política y sus efectos en la crisis venezolana. **Revista de Política Comparada**, v. 18, n. 4, p. 200-220, 2024.

MOREIRA, J. B. O papel das Cátedras Sérgio Vieira de Mello no processo de integração local dos refugiados no Brasil. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S.l.], v. 4, n. 8, p. 81–96, 2015. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/4314>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MOREIRA, J. D. **O acolhimento local de mulheres refugiadas e imigrantes internacionais beneficiárias de visto de acolhimento humanitário na cidade de Uberlândia - MG: um estudo de caso sobre o acesso a serviços públicos**. 2023. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024.

MOREIRA, J. D.; SANTOS, L. D.; MAIA, M. Cooperação internacional e a integração local de refugiados: um estudo de caso do programa Moverse e das ações de inclusão de mulheres e meninas venezuelanas no Brasil. **Revista Tempo do Mundo**, n. 35, p. 345–366, ago. 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/573>. Acesso em: 27 dez. 2025.

MOURA, G. G.; SOARES, B. R. A periferia de Uberlândia/MG: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 10, n. 32, p. 22-40, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16156/9095>. Acesso em: 03 nov. 2025.

NASCIMENTO, A. R. A.; MENANDRO, P. R. M. Memória social e saudade: especificidades e possibilidades de articulação na análise psicossocial de recordações. **Memorandum**, Belo Horizonte, v. 8, p. 5-19, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6758/4331>.

NEPO/UNICAMP- **Observatório das Migrações em São Paulo**. Banco Interativo - Imigrantes Internacionais Registrados no Brasil (com RNM), 2000-2024. Campinas, SP: Observatório das Migrações em São Paulo- NEPO/UNICAMP. Data do download: 02 dez. 2025. Disponível em:

<https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincro-sismigra/>. Acesso em: 02 dez. 2025.

NUNES, N. N. A voz de origem: identidade sociocultural e linguística nas histórias de vida de migrantes madeirenses e seus descendentes na Venezuela. *In: Pensar diverso: Revista de Estudos Lusófonos*. Funchal: Universidade da Madeira; CIERL. - ISSN 1647-3965. n. 6, 2018, p. 112-150.

OAKLEY, A. Interviewing women: a contradiction in terms. *In: ROBERTS, H. (ed.). Doing feminist research*. London: Routledge and Kegan Paul, 1981. p. 30-61.

OEA (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS). **Violencia y discriminación contra mujeres, niñas y adolescentes**: Buenas prácticas y desafíos en América Latina y en el Caribe. 2019. Disponível em:

<https://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/ViolenciaMujeresNNA.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2025.

ONU (NAÇÕES UNIDAS). **Mulheres e meninas sofrem surto de violência "sem precedentes" com crise no Haiti**. 2024. Disponível em:

<https://news.un.org/pt/story/2024/05/1831251>. Acesso em: 17 nov. 2025.

_____. **Migrantes venezuelanos fortalecem economias com mais de US\$ 10 bilhões**. 2025. Disponível em:

[https://news.un.org/pt/story/2025/12/1851867#:~:text=Migrantes%20venezuelanos%20fortalecem%20economias%20com%20mais%20de%20US\\$%2010%20bilh%C3%B5es,-22%20Dezembro%202025&text=Estudo%20da%20OIM%20destaca%20impacto,em%20diversos%20pa%C3%ADses%20da%20regi%C3%A3o](https://news.un.org/pt/story/2025/12/1851867#:~:text=Migrantes%20venezuelanos%20fortalecem%20economias%20com%20mais%20de%20US$%2010%20bilh%C3%B5es,-22%20Dezembro%202025&text=Estudo%20da%20OIM%20destaca%20impacto,em%20diversos%20pa%C3%ADses%20da%20regi%C3%A3o). Acesso em: 22 jan. 2026.

OUR WORLD IN DATA. **Women's civil liberties index, 1789 to 2024**. 2025. Disponível em:

<https://ourworldindata.org/grapher/women-civil-liberties-index?tab=line&time=earliest..2024&country=~VEN&mapSelect=~VEN>. Acesso em: 03 nov. 2025.

PACHECO, R. A. **A influência das elites e das políticas públicas na configuração do espaço urbano**: uma crítica a partir do Setor Leste de Uberlândia (MG). 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16225/1/InfluenciaElitesPoliticas.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2025.

PAHO (PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION). **Haiti**: country profile. Health in the Americas. 2024. Disponível em: <https://hia.paho.org/en/country-profiles/haiti>. Acesso em: 28 nov. 2025.

PARAÍSO, M. A. A Ciranda Do Currículo Com Gênero, Poder E Resistência. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016. Disponível em:

https://web.archive.org/web/20180423022111id_/http://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/paraiso.pdf. Acesso em: 04 ago. 2025.

PATEMAN, C. **The sexual Contract**. United Kingdom: Polity Press. 1988.

PATÍÑO, M. D. Los espacios del miedo. Espacios físicos y simbólicos. Estudio de caso: Lavapiés (Madrid). **Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales**, Madrid, v. 11, n. 1, p. 41-56. 2013.

PCALC (PORTAL CONTEMPORÂNEO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE). **Brasil**. 2025. Disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/brasil>. Acesso em: 25 nov. 2025.

PÉREZ, L. Crisis económica y gobernanza en Venezuela: un análisis integral. **Revista de Estudios Internacionales**, v. 21, n. 1, p. 33-55, 2024.

PESCHANSKI, J. A. **Haiti**. Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe. Disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-haiti>. Acesso em: 28 nov. 2025.

PIZARRO, C. La entrevista etnográfica como práctica discursiva: análisis de caso sobre las pistas meta-discursivas y la emergencia de categorías nativas. **Revista de Antropología**, [S.l.], v. 57, n. 1, p. 461-496, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26605458>. Acesso em: 23 jul. 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Ministério do Trabalho e Emprego. **Desafios da mulher no mercado de trabalho: desigualdade de gênero e racismo persistem**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/marco/desafios-da-mulher-no-mercado-de-trabalho-desigualdade-de-genero-e-racismo-persistem>. Acesso em: 28 nov. 2025.

QUEIROZ, C. O. C. **A feminização da migração: trabalho doméstico, emancipação e redes sociais na fronteira Brasil-Guiana**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <http://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/files/2012/02/Claudia.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2023.

QUINTERO, R. **La cultura del petróleo**. Caracas: Monte Ávila, 1968.

R4V (PLATAFORMA DE COORDENAÇÃO INTERAGENCIAL PARA REFUGIADOS E MIGRANTES DA VENEZUELA). **Brasil**. 2024. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/brazil>. Acesso em: 3 nov. 2025.

RANGEL, D. A. **Estructura económica de Venezuela**. Caracas: Monte Ávila, 1977.

RELAÇÕES EXTERIORES. **Terremoto no Haiti e consequências de refúgio no Brasil**. Revista Relações Exteriores, 2022.

RENDA, M. **Taking Haiti: Military Occupation and the Culture of U.S. Imperialism, 1915–1940**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=F10WW5_MNmEC&printsec=frontcover&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 14 nov. 2025.

RESENDE, E. The identity/alterity nexus in international relations: two cases of encounter with difference. **Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, mai./aug., 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/VNzHGpcN9JXT8j9QjDXjqKF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2024.

ROSA, M. D. *et al.* A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. **Latinoam. Psicopat. Fund.**, v. 12, n. 3, p. 497-511, setembro 2009.

ROSA, W. Sexo e Cor/Raça como Categorias de Controle Social: Uma Abordagem Sobre Desigualdades Socioeconômicas A Partir dos Dados do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - Terceira Edição. *In*: BONETTI, A.; ABREU, M. A. (org.). **Faces da Desigualdade de Gênero e Raça no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. cap. 6, p. 111-127.

RUBÍO, S. P. **Mujer inmigrante y trabajadora: la triple discriminación**. Barcelona: Anthropos Editorial, 2003.

RUNCIMAN, W. G. **A treatise on social theory: The methodology of social theory**. v. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

SADER, E. **Ditaduras Militares**. Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe. Disponível em: <https://sites.usp.br/portallatinoamericano/espanol-ditaduras-militares>. Acesso em: 10 nov. 2025.

SALIH, S. **Judith Butler e a teoria queer**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SALLES-LIMA, A. Diálogos entre Geografia e Ciências Sociais: Região, Regionalidade e América Latina e Caribe. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 14, n. 2, ago. 2020. p. 298-316. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/58608>. Acesso em: 10 nov. 2025.

SANTOS, A. L. *et al.* Mulheres Angolanas no Brasil: reflexões sobre migrações, gênero e maternidade. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 33, n. 2, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>. Acesso em: 17 jun. 2023.

SANTOS, M; MESQUITA, J. Observando o Lado Feminino da Migração: Mulheres Bolivianas na Cidade de São Paulo. **Revista Ambivalências**, [S.l.], v. 5, n. 9, p. 172 – 194, jan./jun. 2017.

SCHEPER-HUGHES, N. **Death without weeping: the violence of everyday life in Brazil**. Berkeley: University of California Press, 1992.

SCHULLER, M. **Humanitarian Aftershocks in Haiti**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2017. Disponível em: <https://share.google/Wzaf4WaQb53fVZeSg>. Acesso em: 14 nov. 2025.

SCHWINN, S. A.; COSTA, M. M. M. Mulheres Refugiadas e Vulnerabilidade: A Dimensão da Violência de Gênero em Situações de Refúgio e as Estratégias do Acnur no Combate a Essa Violência. **Revista Signos**, Lajeado, ano 37, n. 2, 2016. ISSN 1983-0378. DOI 10.22410/issn.1983-0378.v37i2a2016.1100. Disponível em: <http://www.univates.com.br/revistas/index.php/signos/article/view/1100>. Acesso em: 16 mai. 2023.

SCOTT, P. Fluxos Migratórios Femininos, Desigualdades, Autonomização e Violência. *In*: AREND, M. F.; RIAL, C. S. M.; PEDRO, J. M. (org.). **Diásporas, Mobilidades e Migrações**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011. cap. 3. p. 47-68.

SENADO FEDERAL. **Edição histórica de Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher marca 20 anos do Instituto DataSenado**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/assessoria-de-imprensa/releases/edicao-historica-de-pesquisa-nacional-de-violencia-contra-a-mulher-marca-20-anos-do-instituto-datasenado>. Acesso em: 14 nov. 2025.

SENTANIN, C. D. **Relatos de Kosaeng**: a formação da identidade coletiva das mulheres zainichi como manifestação do internacional no cotidiano. 2023. 131 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

SILVA, R. A. Resistência e solidariedade: redes de cuidado entre crianças venezuelanas em contexto de crise. **Cadernos de Pesquisa**, v. 53, n. 1, p. 112-130, 2023.

SILVA, T. T. A poética e a política do currículo como representação. *In*: **GT Currículo na 21ª Reunião Anual da ANPED**, 1998.

SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. (ed.). **International theory**: positivism and beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SOARES, L. T. **Questão Social**. Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe. Disponível em: <https://sites.usp.br/portallatinoamericano/espanol-cuestion-social>. Acesso em: 13 nov. 2025.

SOTO, P. Entre los espacios del miedo y los espacios de la violencia: discursos y prácticas sobre la corporalidad y las emociones. *In*: AGUILAR, M. Á.; SOTO, P. (eds.), **Cuerpos, espacios y emociones**: aproximaciones desde las ciencias sociales. p. 197-220. UAM. 2013.

SOULET, M. H. La souffrance sociale, pathologie des sociétés contemporaines. **Étique Publique**, v. 11, n. 2, p. 72, 2009.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SPINOZA, B. **Ética**. Tradução e notas de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SPIVAK, G. C. **Pode o Subalterno falar?**, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.

STOLZ, S. A feminização das migrações e a internacionalização do trabalho reprodutivo e de cuidados: o revigoramento dos estereótipos de gênero e étnico-raciais, das desigualdades e da injustiça. *In*: IENSUE, G.; CARVALHO, L. C. **A ordem internacional no século XXI**: direitos humanos, migração e cooperação jurídica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

STRATHERN, M. **The gender of the gift**: problems with women and problems with society in Melanesia. Berkeley: University of California Press, 1988.

SWAIN, T. N. “As teorias da carne”: corpos sexuados, identidades nômade”. **Labrys, estudos feministas**, n. 1-2, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/SmFzkDRbFhLcxZQFsY5M7xL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 dez. 2025.

_____. Heterogênero: “Uma categoria útil de análise”. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 35, p. 23–36, 2009. Disponível em: https://www.labrys.net.br/labrys1_2/anahita1.html. Acesso em: 23 dez. 2025.

TÉLEMAQUE, J. **Imigração haitiana na mídia brasileira: entre fatos e representações**. 2012. 95 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2012.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e eticidade operária**. São Paulo: Editora Polis, 1982.

TICKNER, J. A. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post–Cold War Era**. Nova York: Columbia University Press, 2001. 211 p.

TIMMERMANS, S.; TAVORY, I. Theory construction in qualitative research: from grounded theory to abductive analysis. **Sociological Theory**, [S.l.], v. 30, n. 3, p. 167-186, 2012.

TONHATI, T.; PEREDA, L. A feminização das migrações no Brasil: a inserção laboral de mulheres imigrantes (2011-2020). *In*: CAVALCANTI, L. *et al.* **Relatório Anual 2021 - 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

UNICEF (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA). **Fluxo migratório venezuelano no Brasil**. 2025. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>. Acesso em: 3 nov. 2025.

VACOTTI, L. *et al.* **Derechos humanos de la niñez migrante. Mercosul /Organização Internacional para as Migrações, Instituto de Políticas 251 Públicas em Direitos Humanos**. Buenos Aires, Argentina, 2016. Disponível em: <http://www.ippdh.mercosur.int/wp-content/uploads/2017/02/DerechosHumanos-de-la-Ninez-Migrante.pdf>.

VILET CARVAJAL, M. G.; GALÁN JIMÉNEZ, J. S. F. Apropiación del cuerpo: autoerotismo y machismo sexual. La ventana. **Revista de estudios de género**, Guadalajara, v. 6, n. 53, p. 342-373, jun. 2021. DOI: 10.32870/lv.v6i53.7214. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362021000100342&lng=es. Acesso em: 23 nov. 2025.

WEINER, M. On International Migration and International Relations. **Population and Development Review**, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 441-455, set. 1985. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1973247>. Acesso em: 13 mai. 2023.

WELANG, R.; MENDES, J. M. R. Sofrimento Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 743-768, out./dez. 2013.

YUVAL-DAVIS, N. **Gender and nation**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1997.

ANEXO I - TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS

[Link de acesso às transcrições das entrevistas](#)